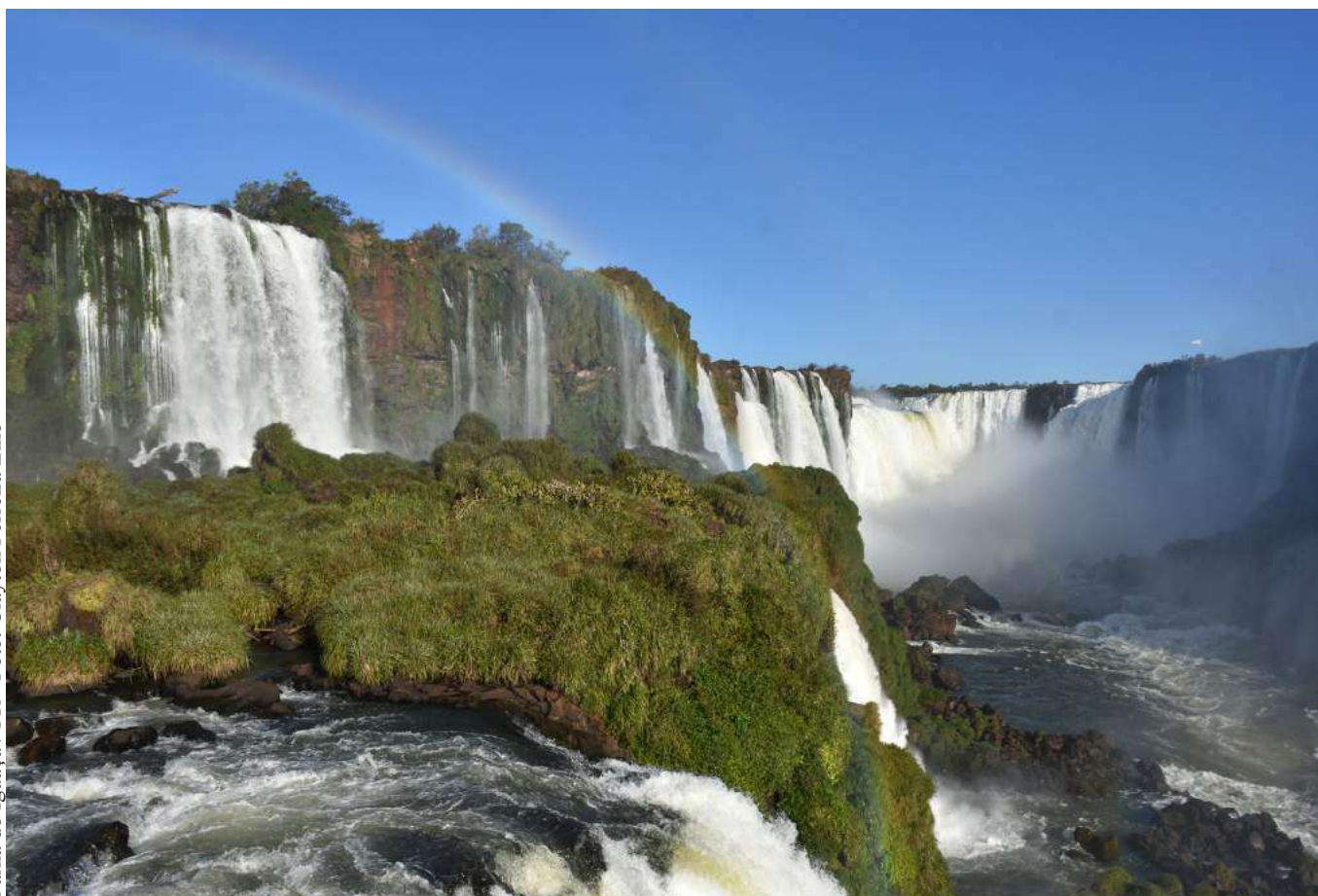


# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA



Parna do Iguazu / PR - Foto: Clayton Ferreira Lino

**RBMA FASE 7**

**SETEMBRO / 2018**



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### FICHA INSTITUCIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

#### CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA CN-RBMA

Clayton Ferreira Lino - Presidente  
Afrânio Farias de Menezes - Vice - Presidente  
Mario Oscar Cencig - Secretário Executivo  
Leiz Da Silva Rosa - Secretário Executivo Adjunto  
Ana Maria Lopez Espinha - Coordenação Técnica

#### INSTITUTO AMIGOS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA IA- RBMA

Warwick do Amaral Manfrinato - Presidente  
João Lucilio Ruegger de Albuquerque - Vice-Presidente  
Patrícia Regina Rossi Cacciatori - Secretária Executiva  
Robert Galastri de Lima - Coordenação Administrativa e Financeira

#### MEMBROS CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Adriano Victor Wild - Afrânio Farias de Menezes - Ailton Krenak - Aladim Fernando Cerqueira - Alceo Magnanini - Alexandre Krob - Ana Carolina Marques de Oliveira - Ana Cimardi - Anivaldo Miranda Pinto - Arthur José Vieira Bruno - Beranger Arnaldo de Araújo - Bertholdino Apolonio Teixeira Junior - Boisbaudran de Oliveira Imperiano - Carla Suertegaray Fontana - Celso Maioli junior - Clayton Ferreira Lino - David Carvalho Cardoso da Silva - Deusdete Queiroga Filho - Elaine Zuchiwschi - Elizabeth Forneck Albrecht - Fabiano Rodrigues Melo - Felipe Sleiman Rizzato - Francisco Iglesias - Gabriel Menezes - Gabriela Coelho de Souza - Geraldo Gomes de Barros Neto - Glaico José Sell - Gustavo Bediaga de Oliveira - Henri Dubois Collet - Henrique Horn Ilha - Iberê Sassi - Israel Mario Lopes - Itaragil Marinho - Jeanne Sofia Tavares Florence - Joana Braun Bassi - João Batista Campos - João Lucilio Ruegger de Albuquerque - José Antônio Marques de Oliveira - José Jerundino Machado Itaquí - José Pedro de Oliveira Costa - Joseany Trarbach - Liliana Oliveira Souza - Lisiane Becker - Luciano Henrique de Moura - Luis Alberto Bucci - Marcelo Augusto Ferraz - Marcelo Rasteiro - Marcia Hengel - Maria Augusta Barbosa dos Anjos - Maria das Dores de V. C. Melo - Maria Fátima de Freitas Rego - Maria Heloisa Dias - Maria Heloisa Dias - Maria Isabel Stumpf Chiappetti - Mariese Cargnin Muchailh - Mário Oscar Cencig - Mary Sorage Praxedes da Silva - Moacir Tinoco - Moara Menta Giasson - Olivier Ferreira das Chagas - Patrícia Jacaúna - Paulo A. Pizzi - Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - Paulo Humberto Guimarães Araújo - Paulo Fernandes Sheid - Paulo Teixeira de Farias - Pedro Balieiro - Quennedi Ubirajara de Paula - Quischiline Xênia Andrade Hori - Regiane Velloso - Renato Cunha - Ricardo Guedes Miranda - Roberto Francine - Roberto Siqueira Carneiro - Rodrigo Rodrigues Castanho - Samanta Della Bella - Sérgio Luis Pompéia - Severino Rodrigo Ribeiro Pinto - Sueli Ota - Tayama Rodrigues Uchôa - Ubiratã Soares Jacobi - Vandir de Andrade Junior - Warwick do Amaral Manfrinato - Yara Maria Chagas de Carvalho.





RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### EQUIPE DO PROJETO “REVISÃO PERIÓDICA 2008-2018 E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTOS RBMA- FASE 7”

**Coordenação Geral:**  
Clayton Ferreira Lino

**Coordenação Executiva do Projeto:**  
João Lucílio Ruegger de Albuquerque  
Maria Heloisa Dias

**Colaboradora Técnica**  
Mariana Sodré Matos Mendes

**Apoio Técnico e Operacional:**  
Robert Galastri de Lima  
Leiz da Silva Rosa  
Ana Maria Lopez Espinha  
Patrícia R Rossi Cacciatore  
Inamara Ap de Sá Melo  
Marilyn Pereira  
Pedro Henrique Rodrigues de Barro

**Mapeamento e Digitalização:**  
ArcPlan Geoprocessamento  
Marcos Rosa  
Fernando Paternost

**Editoração:**  
Robert Galastri de Lima

**Tradução:**  
Secretaria de Biodiversidade/Departamento de Áreas Protegidas (SBIO /DAP – MMA)

**Colaboradores Estaduais**  
**Piauí:**  
Luiz Henrique Souza de Carvalho  
Tânia Maria Martins Santos

**Ceará:**  
Fernando Bezerra  
Henrique Nascimento  
Leinad Carbogin

**Rio Grande do Norte:**  
Mary Sorage Praxedes Da Silva

**Paraíba:**  
Boisbaudran De Oliveira Imperiano  
Itaragil Marinho

**Pernambuco:**  
Paulo Teixeira De Farias  
Samanta Della Bella  
Alessandra Sa  
Carlos André Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti  
Maria Das Dores De V. C. Melo

**Alagoas:**  
Afrânio Farias de Menezes  
Gustavo Ressureição Lopes

**Sergipe:**  
Maria Augusta Barbosa dos Anjos  
José Antônio Marques de Oliveira

**Bahia:**  
Márcia Cristina Telles de Araújo Lima  
Jeanne Sofia Tavares Florence  
Ricardo Guedes Miranda  
Adriana Lúcia Batista De Castro  
Renato Cunha - Rui Rocha

**Minas Gerais:**  
Henri Dubois Collet  
Paulo Fernandes Scheid  
Ailton Krenak

**Espirito Santo:**  
Joseany Trarbach  
Edson Valpassos Reuter Mota  
Iara Gardênia Silva Moreira  
Maurício Vieira Gomes

**Rio de Janeiro:**  
Ana Carolina Marques De Oliveira  
Alceo Magnanine  
Denise Rambaldi  
Mauricio Ruiz

**São Paulo:**  
Eduardo Trani  
Rodrigo Levkovicz  
Gil Kuchembuck Scatena  
Ana Fernandes Xavier  
Vivian Tiemi Sugano  
Rodrigo Antônio Braga Moraes Victor  
Isadora Parada - Katia Mazzei  
Rodrigo Rodrigues Castanho

**Goiás:**  
Fabiano Rodrigues Melo  
Deyse Martins Dos Santos  
Lorena Souza  
Luciano Henrique de Moura

**Paraná:**  
Antônio Carlos Bonetti  
Sueli Naomi Ota Tereza  
Tereza Hoffmann  
Ariel Scheffer da Silva  
Edson Zanlorenzi  
Carla Canzi  
Luiz Cesar R. Silva  
Veridiana Araujo Alves da Costa Pereira

**Mato Grosso do Sul:**  
Leonardo Tostes Palma  
Flávia Neri de Moura

**Santa Catarina:**  
Elaine Zuchiwschi

**Rio Grande do Sul:**  
Alexandre Krob  
Maria Isabel Stumpf Chiappetti  
Joana Braun Bassi  
Ubiratã Jacobi

**Mar:**  
Maria Heloisa Dias

**Membros do CN-RBMA**  
**Membros do Colegiado Mar da RBMA**  
**Membros dos Comitês e Sub-Comitês Estaduais da RBMA**

**Apoio Financeiro e Parceria:**  
Itaipu Binacional

**Parcerias:**  
Instituto Amigos Da Reserva Da Biosfera Da Mata Atlântica - IA-RBMA  
Secretaria de Biodiversidade/Departamento de Áreas Protegidas / SBIO /DAP - MMA  
Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo - SMA - SP  
Instituto Florestal de São Paulo - IFSP  
Fundação Florestal de São Paulo - FFSP  
Fundação SOS Mata Atlântica - SOSMA  
Rede de ONG Mata Atlântica  
Rede Mosaicos de Áreas Protegidas

**Fotografias:**  
Clayton Ferreira Lino  
Leiz da Silva Rosa

Coordenação

Execução

Apoio







## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>RESUMO EXECUTIVO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 REVISÃO PERIÓDICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RBMA FASE 7</b> .....	<b>24</b>
<b>2 MANUAL DE PROCEDIMENTOS REVISÃO PERIODICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO RBMA – FASE 7</b> .....	<b>56</b>
2.1 O QUE É A FASE 7 DA RBMA? .....	56
2.2 QUAIS SÃO OS PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO? .....	56
2.3 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DA FASE 7 DA RBMA - 2018 .....	57
2.3.1 INTRODUÇÃO .....	57
2.3.2 PRINCÍPIOS GERAIS .....	57
2.3.3 CRITÉRIOS TEMÁTICOS .....	58
2.3.4 ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES DA RBMA .....	60
2.3.5 LEGENDA CARTOGRÁFICA .....	60
2.3.6 AGENDA DE TRABALHO .....	60
<b>3 PROPOSTA DA RBMA FASE 7 POR REGIÕES E ESTADOS</b> .....	<b>65</b>
3.1 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ .....	66
3.1.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ .....	67
3.1.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PIAUÍ .....	68
3.1.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS A RBMA - FASE 7 / PIAUÍ .....	69
3.2 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ .....	70
3.2.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ .....	71



3.2.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO CEARÁ .....	72
3.2.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / CEARÁ .....	73
3.3	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE .....	74
3.3.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE .....	75
3.3.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE .....	76
3.3.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / RIO GRANDE DO NORTE .....	77
3.4	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA .....	78
3.4.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA .....	79
3.4.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA PARAÍBA .....	80
3.4.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / PARAÍBA.....	81
3.5	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO .	82
3.5.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO .....	83
3.5.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	84
3.5.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PERNAMBUCO .....	85
3.6	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS ....	86
3.6.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS .....	87
3.6.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE ALAGOAS .....	88
3.6.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ALAGOAS.....	89
3.7	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SERGIPE .....	90
3.7.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO SERGIPE .....	91
3.7.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SERGIPE .....	92
3.7.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SERGIPE .....	93
3.8	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA.....	94
3.8.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA.....	95
3.8.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA BAHIA.....	96
3.8.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / BAHIA.....	97
3.9	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	100
3.9.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	101
3.9.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	102
3.9.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MINAS GERAIS .....	103
3.10	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	104
3.10.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	105
3.10.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	106
3.10.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ESPÍRITO SANTO.....	107
3.11	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	108
3.11.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	109
3.11.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	110
3.11.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO DE JANEIRO .....	111
3.12	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO...	112
3.12.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	113
3.12.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	114
3.12.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SÃO PAULO.....	115
3.13	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS.....	116
3.13.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS.....	117
3.13.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE GOIÁS.....	118
3.13.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / GOIÁS .....	119
3.14	A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ.....	122
3.14.1	A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ.....	123
3.14.2	PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PARANÁ.....	124
3.14.3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PARANÁ .....	125

3.15 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	126
3.15.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	127
3.15.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	128
3.15.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SANTA CATARINA.....	129
3.16 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	130
3.16.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....	131
3.16.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	132
3.16.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO GRANDE DO SUL .....	133
3.17 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL .....	134
3.17.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.....	135
3.17.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL .....	136
3.17.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MATO GROSSO DO SUL.....	137
3.18 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRO MARINHA.....	140
3.18.1 A MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRA MARINHA ADJACENTE.....	141
3.18.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NA REGIÃO MARINHA .....	142
3.18.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / REGIÃO MARINHA.....	144
<b>4 ANEXO 1 - UNIDADES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA RBMA / UGB - RBMA .....</b>	<b>148</b>
4.1 SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA.....	148
4.2 UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA.....	150
4.3 CRITÉRIOS PARA DESIGNAÇÃO DE UGD-RBMA.....	151
4.3.1 DO TERRITÓRIO DA UGD.....	151
4.3.2 DA GESTÃO DA UGD.....	151
4.4 UGD - ITAIPU RBMA.....	152
4.4.1 A UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO DA ITAIPU-BINACIONAL - UGD-ITAIPU RBMA.....	152
4.4.2 JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO.....	153
4.4.3 LIMITES DA UGD - ITAIPU-RBMA .....	153
4.4.4 A RBMA NA REGIÃO DE ITAIPU .....	154
<b>5 ANEXO 2 - TABELAS DE AREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 7 POR ESTADOS.....</b>	<b>160</b>
5.1 ESTADO DO PIAUI .....	160
5.1.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS.....	160
5.2 ESTADO DO CEARÁ.....	160
5.2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS.....	160
5.2.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS.....	163
5.2.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.....	164
5.3 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	164
5.3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS.....	164
5.4 ESTADO DA PARAÍBA.....	165
5.4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS.....	165
5.4.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS.....	166
5.4.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.....	166
5.5 ESTADO DE PERNAMBUCO.....	167
5.5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS.....	167
5.5.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	173
5.5.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	173
5.6 ESTADO DE ALAGOAS .....	173
5.6.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS.....	173
5.6.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	176
5.6.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	176

5.7 ESTADO DE SERGIPE .....	176
5.7.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	176
5.7.2 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	177
5.8 ESTADO DA BAHIA .....	178
5.8.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	178
5.8.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	186
5.8.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	187
5.9 ESTADO DE MINAS GERAIS .....	188
5.9.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	188
5.9.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	195
5.9.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	196
5.10 ESTADO DO ESPIRITO SANTO .....	197
5.10.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	197
5.10.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	203
5.10.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	203
5.11 ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	204
5.11.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	204
5.11.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	218
5.11.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	219
5.12 ESTADO DE SÃO PAULO .....	221
5.12.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	221
5.12.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	232
5.12.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	233
5.13 ESTADO DE GOIÁS .....	234
5.13.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	234
5.14 ESTADO DO PARANÁ .....	235
5.14.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	235
5.14.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	242
5.14.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	243
5.15 ESTADO DE SANTA CATARINA .....	244
5.15.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	244
5.15.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	250
5.15.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	251
5.16 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....	252
5.16.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	252
5.16.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS .....	255
5.17 ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL .....	256
5.17.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS .....	256
<b>6 ANEXO 3 - CARTAS DE APOIO A PROPOSTA DA RBMA FASE 7 .....</b>	<b>260</b>
<b>7 ANEXO 4 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, LINK E ENDEREÇOS .....</b>	<b>268</b>
7.1 LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS JURÍDICOS .....	268
7.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/ USO DO SOLO .....	268
7.3 LISTA DE ESPÉCIES .....	268
7.4 VÍDEOS .....	268
7.5 OUTROS DOCUMENTOS .....	269
7.6 ENDEREÇOS .....	269
7.6.1 MINISTRO DO MEIO AMBIENTE .....	269
7.6.2 SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE (SBIO) .....	269
7.6.3 DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS (DAP) .....	269
<b>8 ANEXO 5 - BASE CARTOGRÁFICA DIGITALIZADA RBMA FASE 7 .....</b>	<b>276</b>
8.1 MAPAS - RBMA FASE 7 / VEGETAÇÃO / COBERTURA DO SOLO .....	276
<b>PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>280</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>284</b>







## CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### APRESENTAÇÃO

A Revisão Periódica das Reservas da Biosfera é um processo mandatário do Programa MaB/UNESCO onde o governo brasileiro tem o compromisso de enviar, a cada dez anos, um formulário sobre a evolução dos trabalhos, desafios e perspectivas de cada uma das Reservas da Biosfera Brasileiras.

No caso da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, essas revisões foram feitas em seis fases, realizadas entre 1991 e 2008. Agora, após dez anos de sua última atualização, a RBMA está sendo novamente revista, com o apoio do Instituto Amigos da RBMA (IA-RBMA), por meio do Projeto: “Proposta de Revisão Periódica (2008 / 2018) e de Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA - Fase 7”, com atividades que envolvem os 17 Estados abrangidos pelo domínio Mata Atlântica e suas áreas costeiras e marinhas adjacentes, sendo |êles: Piauí- PI, Ceará- CE, Rio Grande do Norte- RN, Paraíba- PB, Pernambuco- PE, Alagoas- AL, Sergipe- SE, Bahia- BA, Espírito Santo - ES, Minas Gerais -MG, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Goiás- GO, Mato Grosso do Sul- MS, Paraná- PR, Santa Catarina- SC e Rio Grande Sul- RS.

A Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica estava prevista para o ano de 2019, uma vez que sua última revisão foi aprovada pela UNESCO em maio de 2009. No entanto, estamos antecipando a avaliação pois tornou-se oportuno realiza-la, desde já, aproveitando os esforços de mobilização de todo o Sistema de Gestão da Reserva e seus parceiros para o desenvolvimento da sua Fase 7 de atualização de seus limites e zoneamento, em 2018.

O presente documento, a exemplo do apresentado em 2008 (Fase 6), aprovado pela UNESCO, foi estruturado tendo por base o Formulário Padrão do MAB/UNESCO com as necessárias adequações ao caso específico da RBMA. Tais adequações se justificam por se tratar de uma Reserva da Biosfera de “modelo brasileiro”, ou seja, cobrindo áreas significativas na escala dos grandes biomas nacionais. Assim, a RBMA por suas enormes dimensões (78.000.000 ha /Fase 6 e 89.687.000 ha / Fase 7 ), abrangência (17 estados brasileiros), pela diversidade de seu Sistema de Gestão (composto por uma Rede com mais de 250 instituições envolvidas no Conselho Nacional - CN-RBMA, nos Comitês e Sub Comitês Estaduais , nos Postos Avançados e Unidades de Gestão Descentralizada) e pela diversidade e complexidade dos temas, programas e projetos que desenvolve, é aqui avaliada na escala macro, e não no detalhe de cada uma de suas ações locais. Tais aspectos, entretanto, não foram negligenciados, fornecendo-se, sempre que oportuno, os links de projetos, publicações, vídeos onde tais ações são abordadas na escala local.

O processo de elaboração efetiva desta Fase-7 da RBMA, durou cerca de seis meses e envolveu além de um corpo técnico especializado, os membros do CN-RBMA, representantes de governos federais, estaduais e municipais, ONG, universidades, representantes de moradores, setor empresarial e pontos focais da RBMA. As alterações dos limites e zoneamentos, que representam a Fase 7 da RBMA, e os respectivos mapas são aqui apresentados de forma detalhada para cada um dos 17 Estados e complementados com as diversas tabelas de

Áreas Protegidas que seguem anexas.

Com a Fase 7, a RBMA passa a cobrir 66% do Bioma, com 89.687.000 ha, sendo cerca de 9.000.000 ha de zonas núcleo, 38.508.000 ha de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha de zonas de transição, dos quais



aproximadamente 73.238.000 ha em áreas terrestres e 16.449.000 ha em áreas marinhas, conforme tabelas e cartas que compõem este documento.

Com a nova delimitação a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica abrange os 17 Estados do Bioma, incluindo o do Piauí, constituindo-se de um mosaico representativo das tipologias de vegetação do Bioma Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, de áreas de interação com outras reservas da biosfera e biomas brasileiros, além de incluir em seu sistema de gestão as Unidades de Gestão Descentralizada da RBMA (UGD-RBMA).

Este documento apresenta assim, de maneira comparativa, um panorama da RBMA no período 2008 - 2018 e a proposta de atualização dos limites e zoneamento da (Fase 7 da RBMA) com os dados, mapas e tabelas conforme indicado pelo Formulário UNESCO MaB, seguindo a seguinte estrutura:

#### Apresentação

- Resumo Executivo
- Mapa da Reserva da Biosfera fase 6
- Mapa da Reserva da biosfera fase 7
- Parte 1: Revisão Periódica 2008 – 2018 e atualização da RBMA fase 7
- Parte 2: Manual de Procedimento da RBMA Fase 7
- Parte 3: Proposta RBMA por Regiões e Estados
- Anexo 1: Unidades Gestão Descentralizada da RBMA
- Anexo 2: Tabela de áreas Protegidas da RBMA Fase 7 por Estados
- Anexo 3: Cartas de Apoio Revisão Fase 7
- Anexo 4: Documentos Complementares endereços e Links
- Anexo 5: Base Cartográfica digitalizada RBMA Fase 7
- Principais Referências Bibliográficas

A revisão da RBMA Fase 7, realizada em um processo participativo e descentralizado contribuiu para o fortalecimento da Reserva da Biosfera, um mecanismo cada vez mais importante para a conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável na região da Mata Atlântica, uma das mais belas, ricas e ameaçadas florestas do planeta.

Clayton Ferreira Lino  
Presidente  
Conselho Nacional da Reserva da  
Biosfera da Mata Atlântica





## RESUMO EXECUTIVO

Conforme estabelecido pelo Programa MAB/UNESCO, a cada 10 anos após sua criação todas Reservas da Biosfera devem encaminhar ao MAB, pelas vias oficiais, um documento de Revisão Periódica, no qual, entre outros aspectos de interesse, devem ser atualizados os dados sobre a Reserva da Biosfera e apresentados os avanços e desafios em sua implementação no referido período. Eventuais alterações de nome, limites, zoneamento e governança ocorridos devem ser igualmente reportadas.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi reconhecida pela UNESCO em 1991, sendo a primeira área a receber esta designação no Brasil. Ao longo dos anos a RBMA passou por várias fases de ampliação tornando-se inclusive a maior Reserva da Rede Mundial do MAB/UNESCO, com mais de 78 milhões de hectares.

A Fase 6, encaminhada à UNESCO em 2008, corresponde à última revisão da RBMA. Passados 10 anos estamos encaminhando nova atualização de limites e zoneamento (Fase7) no âmbito da Revisão Periódica 2008-2018.

O processo de construção deste documento, como de praxe, envolveu não apenas todos os membros do Conselho Nacional como representantes dos governos estaduais, ONGS, Universidades, Setor Empresarial, nos 17 Estados brasileiros, abrangidos pela Reserva.

Este processo, de cerca de 06 meses de trabalho contínuo, contou igualmente com consultores contratados e empresa especializada no tratamento de dados georreferenciados. Os aspectos metodológicos, as etapas do trabalho e o manual de instruções para assegurar a padronização dos dados na participação dos 17 Estados, estão devidamente reportados no documento integral.

Também foram realizadas as necessárias articulações com o Ministério do Meio Ambiente e com a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, uma vez que, além de existirem áreas de superposição entre a RBMA e outras três reservas da biosfera, há um grande esforço entre as reservas brasileiras para a permanente interação e criação de padrões replicáveis.

No que tange à avaliação das ações desenvolvidas pela RBMA na última década cabe destacar a diversidade de temas tratados, as parcerias estabelecidas, a capacidade da Reserva em manter sua sustentabilidade financeira e estabilidade institucional apesar das graves crises de âmbito nacional e internacional que se sucederam a partir de 2008.

Para tanto, foi fundamental o esforço de permanente articulação com todos os atores, a atuação institucional do Conselho Nacional na luta por políticas públicas adequadas e a existência de seu braço administrativo e financeiro, a ONG Instituto Amigos da RBMA, que propiciou a viabilização de inúmeros projetos e parceiros.

Dentre seus Programas Permanentes, cada um deles com muitos projetos, se destacam neste período:

- Programa de Turismo Sustentável- focado na capacitação de jovens monitores ambientais, apoio ao turismo de Bases Comunitárias e Criação de “Roteiros da Biosfera”, promovendo a visitação de atrativo,



compromissados com a sustentabilidade. Cerca de 1500 pessoas foram capacitadas neste Programa.

- Programa Anuário Mata Atlântica - A RBMA, desde 2010 faz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Esta iniciativa inovadora e infelizmente única entre as reservas da biosfera recebeu especial homenagem da Secretária Executiva da Convenção.

- Programa Mercado Mata Atlântica – Com forte base científica e grande permeabilidade social com as comunidades locais da Reserva, este Programa tem três focos centrais: a promoção de manejo sustentável de recursos florestais da Mata Atlântica; a certificação de empreendimentos e produtos da Reserva por meio de seu selo “Mercado Mata Atlântica” e o apoio à capacitação e organização de produtores para a comercialização de seus produtos e serviços. Neste período foram atendidos mais de 3000 produtores e 20 empreendimentos receberam o selo.

- Programa de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos – Este foi o primeiro Programa permanente da RBMA e é centrado na atuação técnica e política visando a conservação da biodiversidade, da água e dos demais recursos da Mata Atlântica por meio da criação, implantação e gestão integrada e participativa de áreas protegidas públicas e privadas terrestres e marinhas. Nesta década a RBMA contribuiu diretamente na proposição de novas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais. Também teve ação central na criação de todos 15 Mosaicos de Áreas Protegidas, existentes no Bioma, e na proposição e implantação do Corredor Central da Mata Atlântica, gerenciados pelo Comitês Estaduais da RBMA nos Estados da Bahia e Espírito Santo. Da mesma forma a RBMA foi protagonista central na criação do pacto pela restauração da Mata Atlântica (visando restaurar 15 milhões de hectares até 2050), respondendo por sua Secretaria Executiva por três anos.

- Programa Costa e Mar – Caracterizada como um grande corredor ecológico de mais de 5.000 km que envolve 14 dos 17 estados costeiros do Brasil, a RBMA já em 2008 contava com 16 milhões de hectares cobrindo ecossistemas marinho e insulares. Para dar a devida atenção a esta vasta diversificada e peculiar região do Oceano Atlântico a Reserva cria o Colegiado Mar composto por instituições públicas e privadas diretamente envolvidas na conservação marinha no Brasil. Desse trabalho surgiram propostas para a criação de mais de duas dezenas de Áreas Protegidas Costeiras e Marinhas, muitas delas viabilizadas, além de importantes trabalhos relativos à pesca tradicional e industrial na costa brasileira. Merece destaque igualmente a atuação da RBMA na campanha #EaHoradoMar onde, juntamente com várias entidades, promoveu a maior mobilização já registrada no país em defesa do mar brasileiro.

A consequência dessa mobilização foi a criação de duas gigantescas Áreas Protegidas Marinhas (mais de 900.000 km<sup>2</sup>) no entorno dos arquipélagos de Trindade-Martim Vaz e São Pedro e São Paulo, o que fez com que o Brasil tivesse um salto de 1,53% para cerca de 26% de seu mar territorial protegido. Cabe igualmente ressaltar a elaboração e coordenação pela RBMA em parceria com a Associação Voz da Natureza do projeto para a criação da primeira Reserva da Reserva da Biosfera Marinha, ao longo de 1200 km da Cadeia Vitória Trindade, no Espírito Santo, que já aprovada pela COBRAMAB, aguarda a melhor oportunidade para ser encaminhada à UNESCO.

- Programa Ativos Ambientais – Estabelecido a partir de 2011 este é atualmente um dos mais exitosos



programas da RBMA, envolvendo um número crescente de empresas na implementação das diretrizes do Programa MAB e na consolidação da Reserva da Biosfera como um dos principais promotores da articulação entre conservação e desenvolvimento preconizados nos Planos de Ação de Madri (2008) e de Lima (2016). Com foco nas empresas de base territorial (mineração, energia e agrícola) o Programa visa identificar e valorizar os ativos ambientais (florestas, rios, cavernas, fauna, patrimônio histórico e arqueológico, dentre outros) existentes nas propriedades de grandes empresas. Iniciado a partir de uma cooperação técnica inovadora entre a RBMA, a Votorantim Cimento e a Sociedade Brasileira de Espeleologia, o Programa já promoveu a conservação de muitos desses ativos e vem contribuindo para a promoção da cultura da sustentabilidade no meio empresarial brasileiro. Em franca expansão o Programa atua em várias regiões da Reserva especialmente na elaboração de “Planos de Gestão Territorial Sustentável – PGTS” para empresas e suas propriedades. Também vinculado ao Programa está o recém-criado “Selo Empresa Amiga da Mata Atlântica” concedido por iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável no bioma, e que contribuem financeiramente para a implementação do conjunto de Programas e Projetos da RBMA. Atualmente seis empresas já receberam o “Selo” da Reserva da Biosfera.

- Programa de Postos Avançados – Os Postos Avançados (P.A.) são verdadeiras “Vitrines” da Reserva da Biosfera. Para que um local (Áreas Protegidas, Centros de Pesquisa, Núcleos de Educação Ambiental e outros) seja reconhecido como P.A. da RBMA é necessário que ali se desenvolvam, de forma permanente e exemplar, pelo menos duas das três funções básicas de uma Reserva da Biosfera (conservação, desenvolvimento sustentável e conhecimento). O título é concedido pelo Conselho Nacional da RBMA com validade de quatro anos, renováveis por tempo indeterminado mediante processo bastante rigoroso. A grande procura pelo título e por sua renovação atestam o grande sucesso deste Programa desde sua criação em 1993. Atualmente (agosto de 2018) a RBMA conta com 58 Postos Avançados, reconhecidos em 13 Estados, dos quais 34 foram titulados nesta década. Juntamente com os Comitês e Sub-Comitês Estaduais e, por meio de seus projetos em campo os Postos Avançados consolidam a implementação do programa MAB/UNESCO em seu território.

- Programa de Cooperação Internacional – Desde sua criação a RBMA teve uma forte atuação no âmbito da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e das redes temáticas e regionais do MAB. Participa ativamente da Rede das Reservas da Biosfera Costeiras e Insulares e também da Rede Ibero Americana de Reservas da Biosfera-IberoMaB. Vários de seus membros participaram de Grupos de Trabalhos Temáticos da UNESCO. O atual presidente do Conselho Nacional é membro, há quatro anos, do Conselho Internacional de Reservas da Biosfera do MaB/UNESCO.

Em paralelo, é intensa a participação e a promoção pela RBMA de eventos internacionais relacionadas aos temas de interesse das RB. Nos 10 últimos anos esta participação ou promoção se deu em mais de 25 Seminários Internacionais em uma dezena de países, com destaque para o Congresso Mundial de Reservas da Biosfera de Lima em 2016 e outros na Costa Rica, Chile, Argentina, Espanha, França, México, Guatemala, Equador e Paraguai.

A RBMA também mantém permanente cooperação com outras Reservas da Biosfera por meio de “Irmanamento” a exemplo dos que mantém há anos com as Reservas Aqua Y Paz (Costa Rica), Las Palmas (Canarias/ES) e Las Yungas (Argentina). Por outro lado mantém igualmente parcerias importantes com órgãos internacionais e cooperação como a GIZ e KFW (Alemanha), JICA (Japão) e Governo Espanhol.

Por fim cabe destacar o Programa de Comunicação e Educação Ambiental da RBMA que é responsável pela organização dos eventos técnicos nacionais e internacionais da Reserva, mantém o site na internet e páginas bastante ativas nas redes sociais, promove concursos e campanhas, produz diversas publicações





com destaque para a Série Cadernos da RBMA (já com 48 volumes) e organiza juntamente com parceiros a Semana da Mata Atlântica, atualmente celebrando o Dia da Mata Atlântica em 27 de maio. Também promove anualmente a entrega do “Prêmio Muriqui – RBMA”, a mais antiga e importante premiação socioambiental para as pessoas e instituições que contribuem para a conservação e desenvolvimento sustentável no bioma. O Prêmio Muriqui já foi entregue a 74 pessoas (41) e instituições (33), dos quais 35 foram nos últimos 10 anos.

Além da atuação nas políticas públicas e no desenvolvimento de projetos demonstrativos, a RBMA consolidou-se como a maior e mais abrangente Rede estruturada de pessoas e instituições governamentais e não governamentais, em defesa da Mata Atlântica, graças em grande parte às suas múltiplas parcerias e ao seu Sistema de Gestão autônomo e efetivamente representativo, paritário e descentralizado. Ao longo da última década tal Sistema de Gestão foi permanentemente aprimorado consolidando a atuação do Conselho Nacional, Comitês e Sub Comitês Estaduais, Instituto Amigos da RNMA, Secretaria Executiva Nacional, Colegiado Mar e Postos Avançados.

Neste ano de 2018 mais uma figura foi introduzida no sistema de gestão, as Unidades de Gestão Descentralizadas – UGD/RBMA, que cria ou preferencialmente reconhece instituições colegiadas pré-existentes que promovem gestão integrada e participativa em territórios incluídos na Reserva da Biosfera. Exemplos são Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas, Comitês de Bacias Hidrográficas e Consórcio de Município.

Dentre os maiores desafios a serem enfrentados destacam-se: impactos já sentidos mas não conhecidos das mudanças climáticas; a necessidade de maior aproximação com o conjunto dos 2733 municípios, dos quais 682 são totalmente abrangidos pela RBMA; o fortalecimento e ampliação da participação dos diversos povos tradicionais nas ações e gestão da Reserva; maior participação do setor empresarial na sua implementação e a garantia de sustentabilidade financeira para manter gestão, ações e projetos da RBMA.

A par da atualização de dados e da descrição dos avanços e desafios da Reserva nesta década altamente produtiva o documento traz também os dados e mapas da Fase 7 da RBMA que atualiza limites e zoneamento nos 17 Estados abrangidos pela Reserva. Tal atualização teve por foco:

1 – Utilizar base cartográfica georreferenciada de maior precisão e grau de detalhamento que a utilizada em 2008.

2 – Atualizar o zoneamento com inclusão de Unidades de Conservação no Bioma criadas ou incluídas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação ou em Sistemas Estaduais de Áreas Protegidas, após 2008. As definidas como de Proteção Integral, as Reservas Particulares de Patrimônio Natural e outras áreas de alta restrição de uso correspondem a novas Zonas Núcleo da Reserva. As denominadas UC de Uso sustentável e outras áreas protegidas com menor restrição de uso, passam a compor suas Zonas de Amortecimento. Foram incluídas 2138 UC nesta Fase 7. Além delas foram incluídos e identificados na Fase 7 da RBMA 187 Territórios Indígenas (TI) e 169 Territórios Quilombolas (TQ).

3 – Ampliar os limites da Reserva nos estados do Piauí e do Paraná. No primeiro, ainda de forma modesta, incorporando apenas Unidades de Conservação (três federais, uma estadual e duas Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN) que contém encaves de Mata Atlântica associados à Caatinga. No Estado do Paraná aprovou-se a ampliação da Reserva na Região da Represa de Itaipu, atualizando zoneamento e criando a primeira Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA, a UGD – Itaipu. Tal Unidade será estratégica para a gestão do seu próprio território e também para fortalecer o trabalho de parceria ambiental desenvolvido pelo



Brasil com a Argentina e o Paraguai, seguindo inclusive recomendação expressa do MAB/UNESCO quando da criação em 2016 da RB Itaipu na margem paraguaia do Rio Paraná.

Em sua Fase 7 a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com a atualização dos seus limites e zoneamento, passa a abranger um território de aproximadamente 89.687.000 há e, com a inclusão do Estado do Piauí, todos os 17 estados brasileiros que possuem Mata Atlântica, cobrindo 66% do Bioma Mata Atlântica. São aproximadamente 73.328.000 em áreas terrestres e 16.449.000 há em áreas marinhas, sendo cerca de 9.000.000 ha. de zonas núcleo, 38.508.000 ha. de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha. de zonas de transição, constituindo-se, em escala de Bioma, na maior e em uma das mais complexas reservas da biosfera existentes.

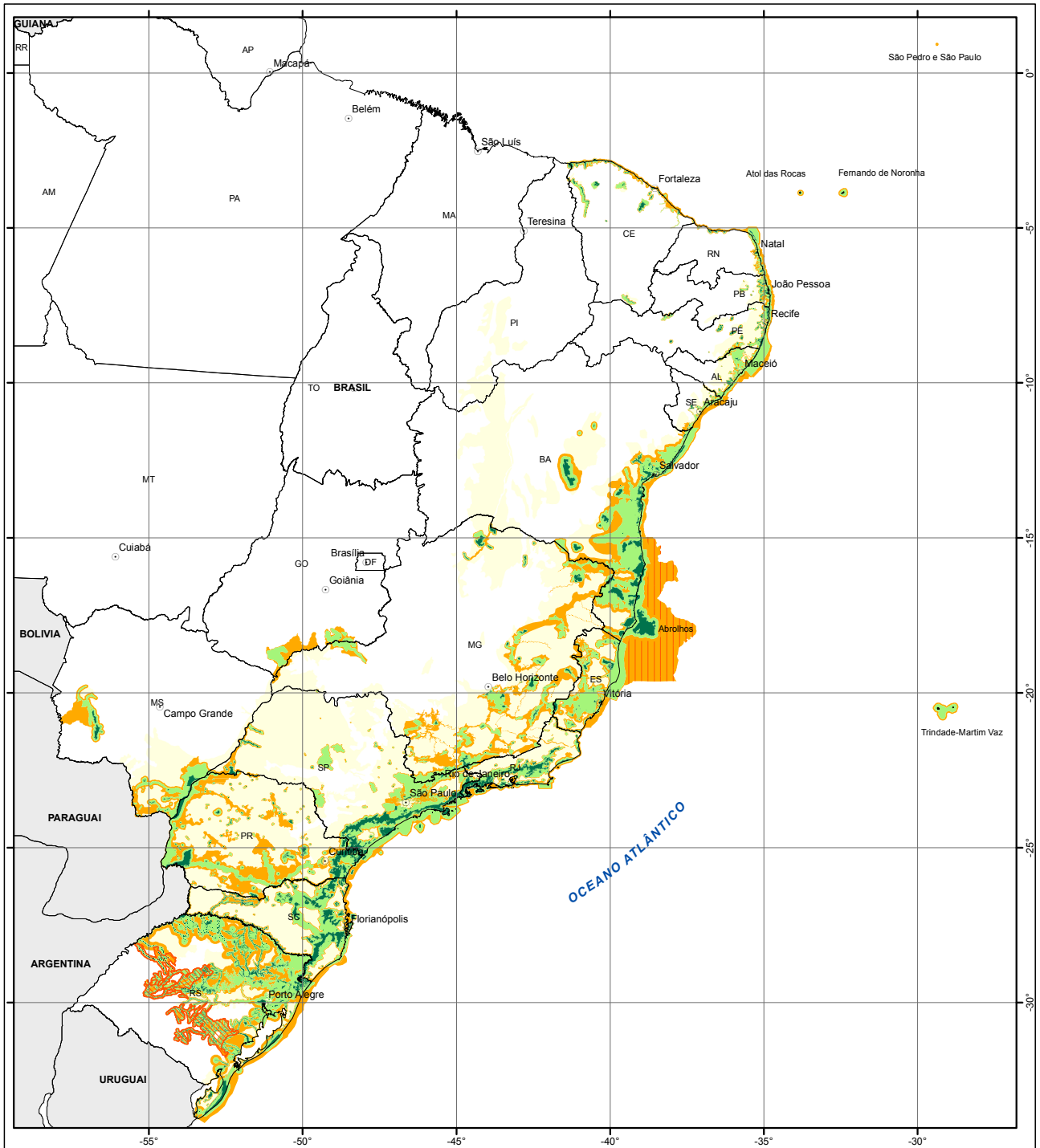
Não se pode deixar de notar que apesar de tratar-se de um período marcado em grande parte por forte pressão por retrocessos na política e legislação ambiental brasileira, o que refletiu no ritmo de criação de UC na Mata Atlântica, foi significativo o aumento de Áreas Protegidas em alguns estados, muitos municípios e principalmente na criação de centenas de reservas privadas na década estudada. Nos últimos anos, foi também notável o maior apoio por parte da atual gestão do governo brasileiro para criação de novas UC, reservas da biosfera e outras áreas protegidas. Isto deve ser entendido como um contínuo amadurecimento da sociedade brasileira em defesa de seu ambiente e de seu patrimônio. A RBMA é, ao mesmo tempo produto e protagonista deste processo.





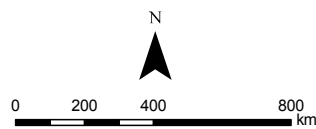
RBMA  
Fase 7

# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA



## Reserva da Biosfera da Mata Atlântica FASE VI 2008 BRASIL

- Zona núcleo
- Zona de amortecimento
- Zona de transição
- Domínio da Mata Atlântica
- Zona Especial de Interação Mata Atlântica-Mar
- Zona Especial de Interação Mata Atlântica-Pampa



Projeção Geográfica



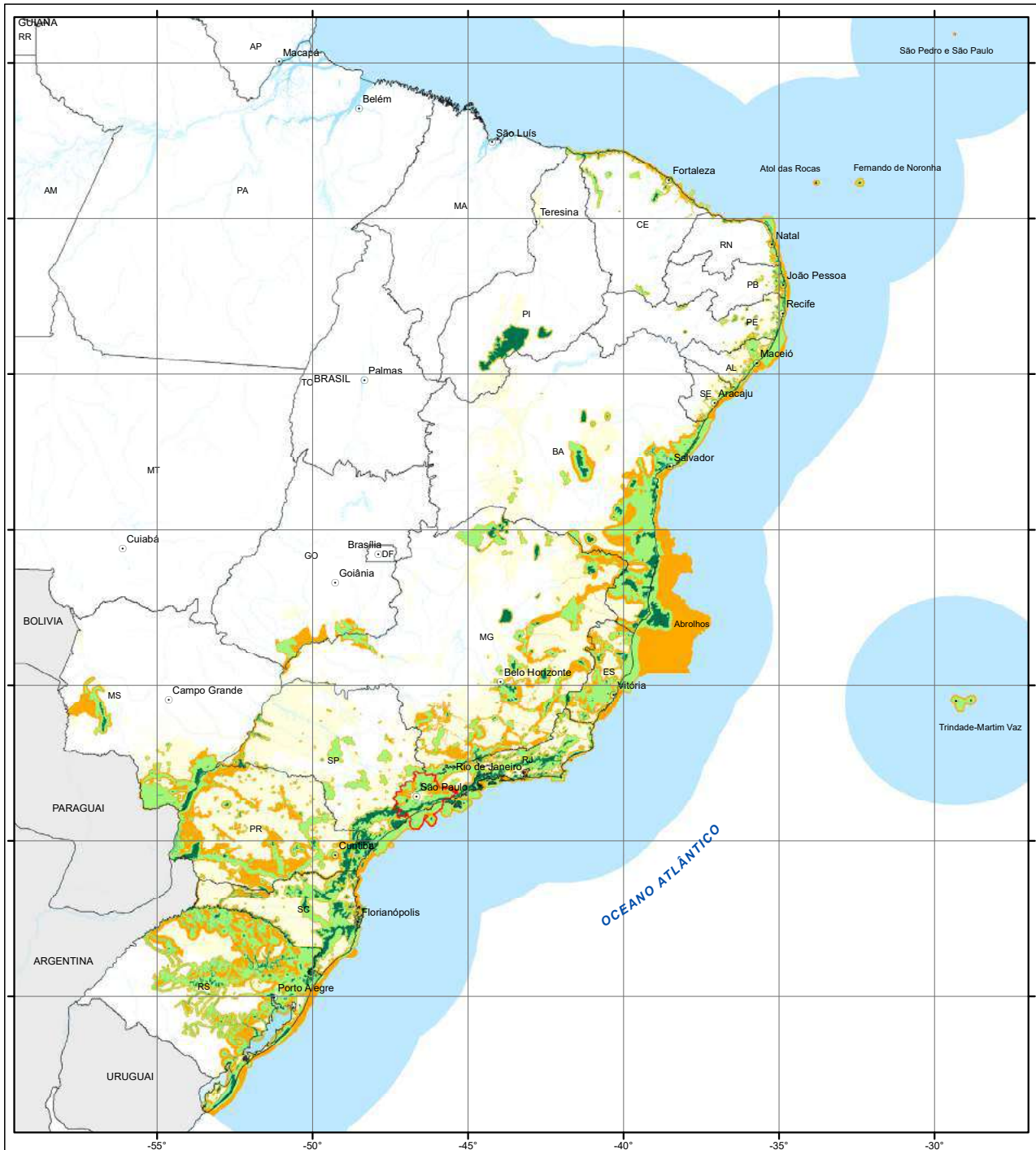
Coordenação:









Apoio:

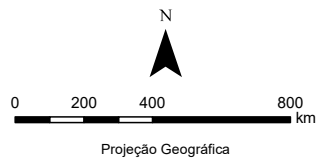


Execução: ArcPlan



RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA  
RBMA - FASE 7 - 2018  
BRASIL

-  Zona Núcleo
-  Zona de Amortecimento
-  Zona de Transição
-  Lei da Mata Atlântica
-  Reserva da Biosfera do Cinturão Verde
-  ZEE Brasil



Coordenação:



Apoio:



Execução:

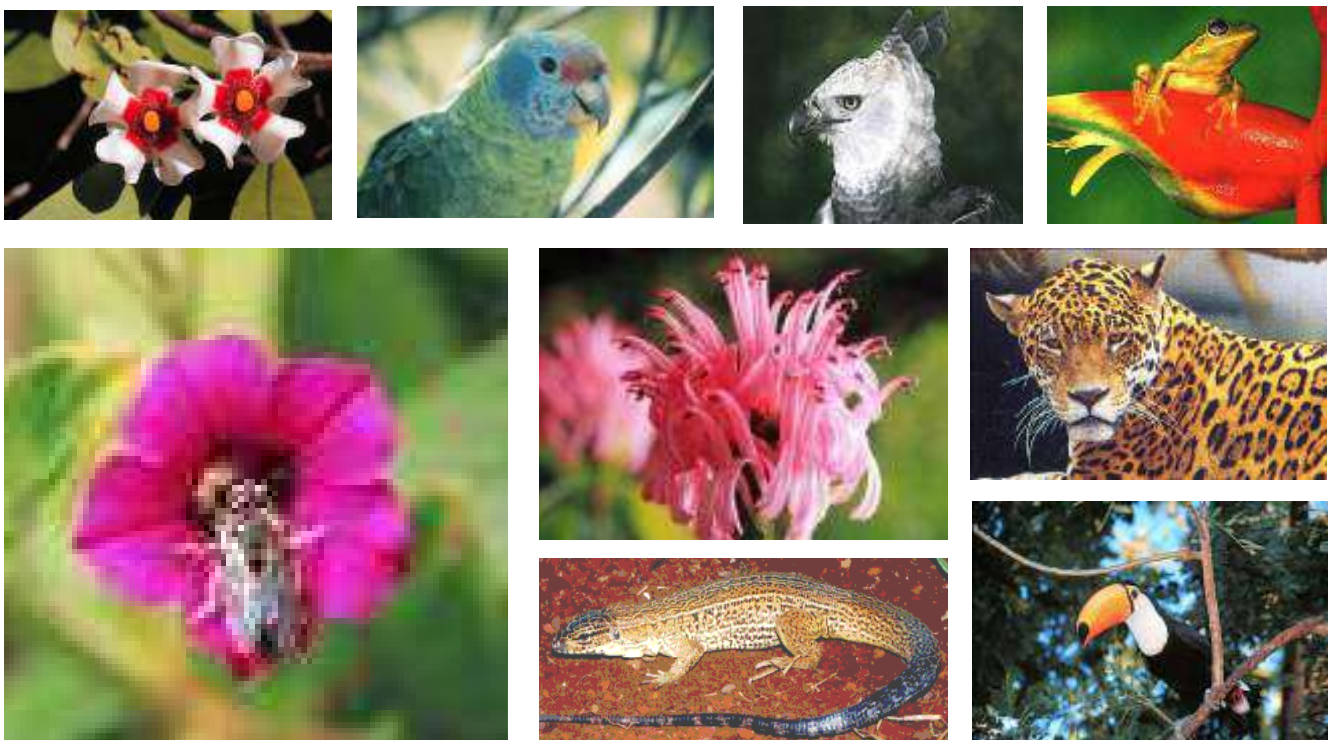




### ECOSSISTEMA MATA ATLÂNTICA



### BIODIVERSIDADE MATA ATLÂNTICA



### SÓCIO DIVERSIDADE MATA ATLÂNTICA



### SÓCIO ECONOMIA MATA ATLÂNTICA









RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



PARTE 1

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RBMA FASE 7



## 1 REVISÃO PERIÓDICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RBMA FASE 7

### 1. NOME

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

### 2. PAÍS

Brasil

### 3. ANO DE DESIGNAÇÃO

1991- Designação pela UNESCO da Reserva da Biosfera. Embora tenha aderido ao Programa MaB e criado seu Comitê Nacional – COBRAMAB desde 1974, foi apenas em 1991 que o Brasil aprovou junto à UNESCO, sua primeira Reserva da Biosfera, a da Mata Atlântica.

### 4. ANOS DE REVISÃO PERIÓDICA /FASES RBMA

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi reconhecida e revista periodicamente, em fases sequenciais ao longo de vários anos, sendo:

Fase 1 em 1991 - criação da RBMA - abrange duas áreas: a) uma, que inclui as regiões do Vale do Ribeira (sul de SP) e da Serra da Graciosa (litoral de Paraná); b) e a segunda que inclui o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e a Reserva Biológica do Tinguá (no RJ). A RBMA - Fase 1 abrangeu três estados: Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Paraná-PR.

Fase 2 em 1992 - inclui as demais regiões dos Estados de SP e RJ, situadas nas Serras do Mar e da Mantiqueira, além de dois novos Estados o o litoral dos Estados do ES, do RJ e de SP, tangenciando o Estado de MG. A RBMA Fase 2 abrangeu cinco estados: Espírito Santo- ES, Minas Gerais-MG, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Paraná- PR.

Fase 3 em 1993- a RBMA Fase 3, abrangeu sete estados, sendo nela incluídas mais áreas dos Estado de Minas Gerais MG, e incluídas áreas de dois novos estados, de Santa Catarina- SC e do Rio Grande do Sul- RS.

Fase 4 em 2000- a RBMA Fase 4 passou a abranger 14 estados, incluindo sete novos estados da Região Nordeste: Ceará- CE, Rio Grande do Norte- RN, Paraíba-PB, Pernambuco- PE, Alagoas-AL, Sergipe - SE, Bahia- BA.

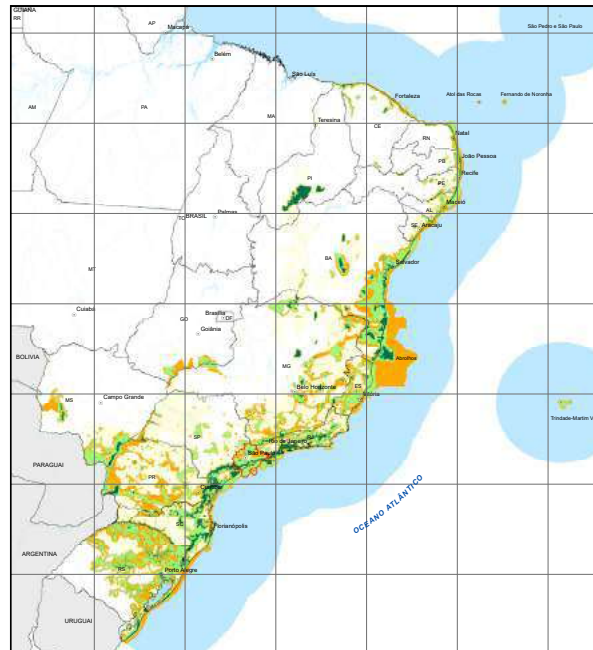
Fase 6 em 2008- (última revisão periódica) a RBMA Fase 6 passou abranger 16 Estados da Mata Atlântica inserindo em seu território áreas dos Estados do Mato Grosso do Sul-MS e de Goiás- GO, além de ampliar significativamente áreas costeiras e marinhas.

Fase 7 em 2018- (proposta Revisão Periódica e atualização dos limites e zoneamento da RBMA Fase 7) a Reserva passa a abranger todos os 17 estados do Domínio Mata Atlântica, inserindo áreas do estado do Piauí, além ampliar áreas da Região de Itaipu no Estado do Paraná. Na Fase 7 com a atualização de sua delimitação e zoneamento à partir de bases cartográficas mais precisas, a RBMA passa a conter um mosaico mais representativo de sistemas ecológicos de importantes regiões biogeográficas, e a melhor contemplar a distribuição das formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica.

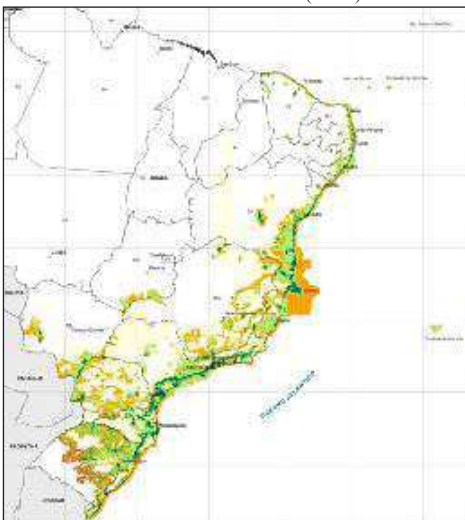




Área da RBMA - Fase 7 (2018)



Área da RBMA - Fase 6 (2008)



Área da RBMA - Fase 5 (2002)



Área da RBMA - Fase 4 (2000)



Área da RBMA - Fase 3 (1993)



Área da RBMA - Fase 2 (1992)



Área da RBMA - Fase 1 (1991)





## 5. PROCESSO DE REVISÃO PERIÓDICA 2008/2018 E DE ATUALIZAÇÃO RBMA FASE 7

As Reservas da Biosfera são dinâmicas e sua revisão se faz sempre necessária. No caso da RBMA, como já dito acima, essas revisões foram feitas em seis fases, realizadas entre 1991 e 2008 e agora, em 2018, ao completar 10 anos de sua última revisão e atualização (RBMA- Fase 6) , a Reserva realizou a Revisão Periódica de 2008/2018 e esta propondo a Atualização da Delimitação e do Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica / RBMA- Fase 7, contando como sempre com a colaboração de seu Sistema de Gestão e parceiros estratégicos .

O trabalho foi realizado a partir de informações secundárias e bases cartográficas existentes, disponibilizadas pela RBMA e por parceiros governamentais e não governamentais. As principais fontes utilizadas para o trabalho foram as edições do Anuário Mata Atlântica da RBMA, o Atlas da SOS Mata Atlântica, o Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica ( IBGE ) e o Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA), MapBiomias , o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do MMA e os Sistemas Estaduais de Áreas Protegidas dos Estados e Municípios , além de outras informações provenientes de cada Estado e de atas, relatórios e demais arquivos da Secretaria Executiva da RBMA .

Foi disponibilizada inicialmente pela Secretaria Executiva da RBMA e equipe de consultores técnicos e de geoprocessamento contratados, para cada Estado, uma proposta preliminar de Revisão Periódica e atualização da delimitação e do zoneamento da RBMA - Fase 7 e o Manual de Procedimentos para a elaboração da Revisão RBMA-Fase 7. Foram indicados pelas instâncias gestoras de cada Estado os pontos focais específicos para este trabalho. A proposta preliminar foi analisada, ajustada e complementada pelos pontos focais e colaboradores de cada um dos 17 Estados da Mata Atlântica, e posteriormente foram devolvidas a Secretaria Executiva da RBMA , para sua compilação e sistematização final

A proposta de Revisão Periódica RBMA – Fase 7, em consonância com o solicitado no Formulário UNESCO, foi apresentada e teve sua prévia aprovação , por unanimidade, na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA e também junto ao Ministério do Meio Ambiente e a COBRAMA, em setembro de 2018.

Esta Fase 7 da RBMA tem como focos principais a atualização e ajuste de delimitação e zoneamento, ( a partir de bases cartográficas mais precisas ; da inclusão nos diversos Estados de novas unidades de conservação, mosaicos, corredores ecológicos e de demandas específicas de ampliação dos limites e prioridades de gestão da RBMA, destacando-se:

- Incorporação de unidades de conservação de Mata Atlântica no Estado do Piauí;
- Revisão e ampliação do território da RBMA no Estado do Paraná, incluindo áreas significativas da Região da Hidrelétrica Itaipu Binacional;
- Atualização do Sistema de Gestão da RBMA, com a redefinição de suas instâncias de gestão nacionais e regionais e a criação de Unidades de Gestão Descentralizadas.

### PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Além do corpo técnico e dos membros do Sistema de Gestão da RBMA, da Arcplan Geoprocessamento-Mapeamento e Digitalização, contribuíram para o processo de elaboração da Revisão Periódica e Atualização da RBMA nesta Fase 7, outros representantes e colaboradores do Ministério do Meio Ambiente/Sbio - DAP/ ICMBio, dos Órgãos de Meio Ambiente estaduais e municipais, das Redes Sociais, de ONG ambientalistas e Hidrelétrica da Itaipu Binacional.

### ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A Revisão Periódica da RBMA (2008- 2018) e a Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7, foram desenvolvidas por meio de um processo participativo, com Consultas telefônicas/whatsaps, por meio virtual / ofícios - correios eletrônicos, com diversos reuniões virtuais e, no caso específico das demandas



efetuadas pelos Estados do Paraná e São Paulo, várias reuniões presenciais, contando basicamente com a seguinte Estratégia Metodológica / Etapas:

ETAPA 1: Contratação e mobilização dos serviços de consultoria técnica e gerenciamento do projeto.

ETAPA 2: Preparação e distribuição da documentação de referência e proposta preliminar de atualização da delimitação e zoneamento RBMA - Fase 7 (Manual de Procedimentos, Critérios e Recomendações para a Revisão RBMA - Fase 7)

ETAPA 3: Complementação e análise pelos representantes, pontos focais RBMA e instancias gestoras de cada Estado da proposta de atualização RBMA- Fase 7

ETAPA 4: Compilação/sistematização da proposta de Revisão Periódica e Atualização da RBMA-Fase 7

ETAPA 5: Aprovação da proposta de Revisão Periódica e Atualização da RBMA- FASE 7 pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica CN-RBMA- Foz do Iguaçu –PR –agosto 2018

ETAPA 6: Aprovação do documento final da Revisão Periódica e Atualização RBMA - FASE 7 pela COBRAMAB / Governo Federal- Setembro de 2018

ETAPA 7: Elaboração e editoração do documento final e encaminhamento ao MaB UNESCO/Paris

O processo de revisão iniciou-se em 2017 e, mais efetivamente, em abril de 2018. Desde o início foram realizadas inúmeras reuniões técnicas, virtuais, com diversos atores que participaram do processo. Em média foram realizadas 2 reuniões por estado. Houve reuniões presenciais por demandas específicas dos Estados do Paraná e São Paulo, com grupos técnicos dos vários órgãos de meio ambiente, com representantes de outras Reservas da Biosfera brasileiras que têm áreas superpostas com a RBMA, com os membros e participantes das 25ª e 26ª Reuniões Anuais do CN- RBMA e da Reunião COBRAMAB setembro de 2018, além das reuniões técnicas realizadas para o geoprocessamento dos mapas e das tabelas de unidades de conservação e para os estudos comparativos entre RBMA- Fase -6 (2008) e a proposta da RBMA-Fase 7 (2018). A cooperação de todos, foi muito significativa, permitindo à RBMA a realização de trabalho de bom nível técnico e representatividade dos diversos segmentos do Sistema Gestão da RBMA.

#### CRITÉRIOS PARA A DESIGNAÇÃO COMO RESERVA DA BIOSFERA

O processo de reconhecimento e implantação da RBMA, em todas as suas fases, incorporou de forma integral os critérios estabelecidos pelo Artigo 4 do Marco Estatutário da Estratégia de Sevilha.

Nesta Fase 7, por inspiração desta prática de utilização e aplicação continuada das diretrizes do referido marco, foi elaborado o “Manual de Procedimentos para Revisão Periódica 2008-2018 e Atualização dos Limites e Zoneamento da RBMA - Fase 7”, que contempla os procedimentos, princípios gerais e critérios temáticos. O referido Manual, que constitui a Parte 2 deste Documento, foi desenvolvido em consonância com as diretrizes e novos conceitos de zoneamento estabelecidos a partir do Terceiro Congresso Mundial de Reservas da Biosfera-Madri; com o Plano de Ação de Lima (2016- 2025), aprovado no IV Congresso Mundial de Reservas da Biosfera em Lima, em substituição ao Plano de Madri (2008-2013); com o Plano de Ação da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera (2017) e o Planejamento Estratégico da RBMA.

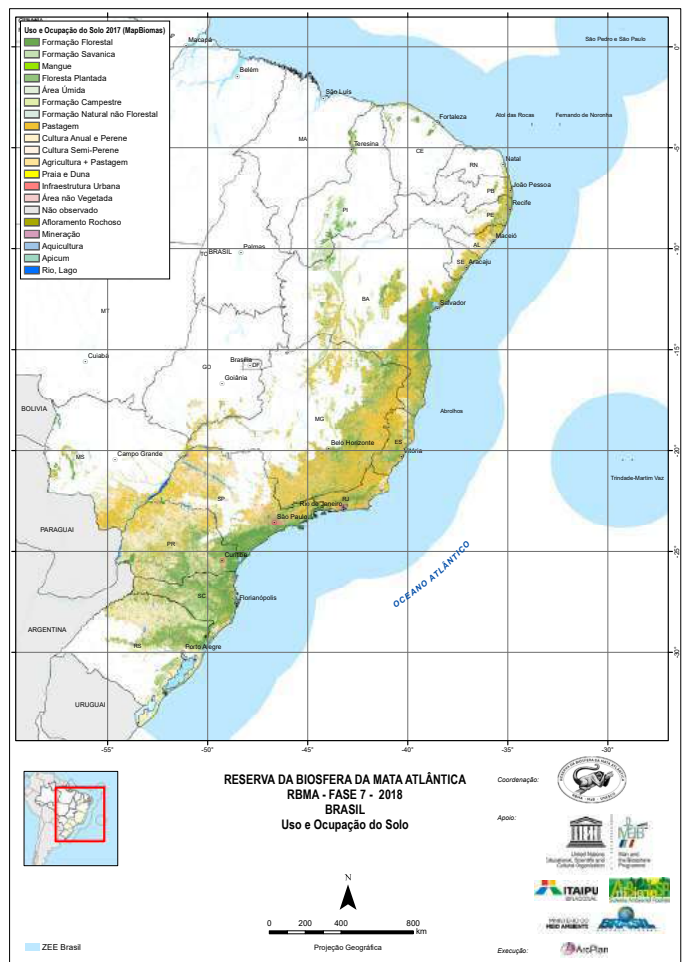
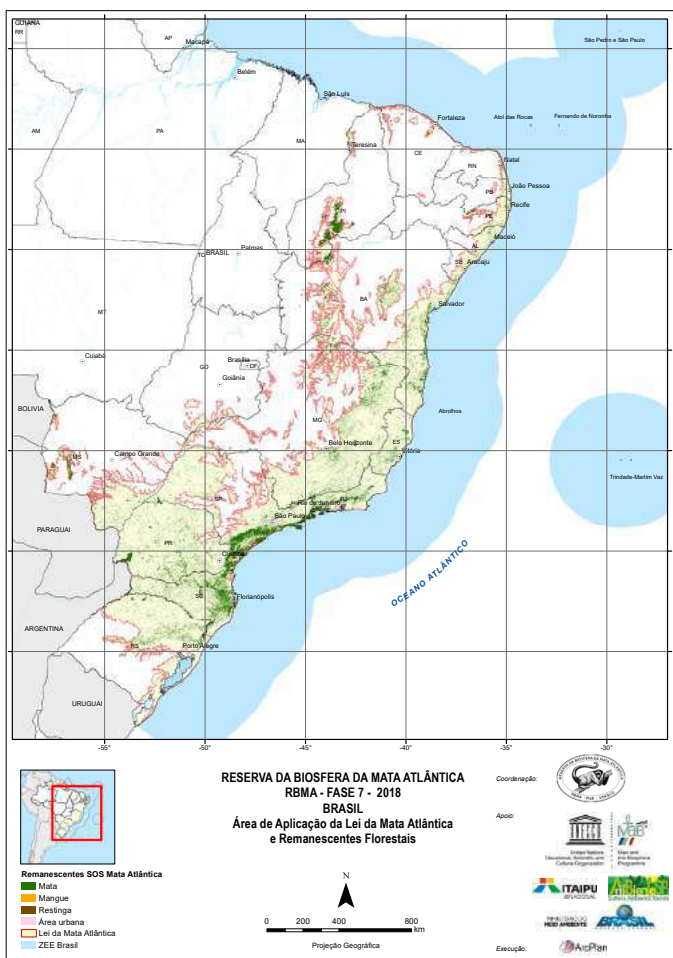
#### MOSAICO DE SISTEMAS ECOLÓGICOS

As áreas propostas como Reserva da Biosfera Fase 7 estão inseridas no Domínio da Mata Atlântica, conforme estabelecido pelo novo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, que institui o Mapa de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, elaborado pelo IBGE, que contempla a distribuição e configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta



Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas. Este complexo de formações composto por um conjunto de ecossistemas altamente alterados pela ação humana, resulta em um mosaico de paisagem com fragmentos vegetais de diferentes tamanhos, formas, condições ecológicas e níveis de conservação e pressão distintos, demonstrados mais recentemente pela coleção do MapBiomias que inclui dados anuais de cobertura e uso do solo do Bioma para o período de 1985 a 2017 (<http://mapbiomas.org/map#coverage>).

Dentre essas áreas de mosaicos naturais, destacam-se várias unidades de conservação, territórios Indígenas, Territórios Quilombolas, regiões de Corredores Ecológicos e de Mosaicos de Áreas Protegidas, em cujos limites estão representados praticamente todos os ecossistemas que contém a Mata Atlântica, incluindo ecossistemas associados como os campos de altitudes e insulares. Os Corredores Ecológicos e Mosaicos de Áreas Protegidas estão inclusos na RBMA Fase 7, e disponibilizados neste documento, juntamente com as informações das áreas protegidas, no Anexo 2: Tabelas de Áreas Protegidas da RBMA Fase 7 por Estados.







## 6. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS:

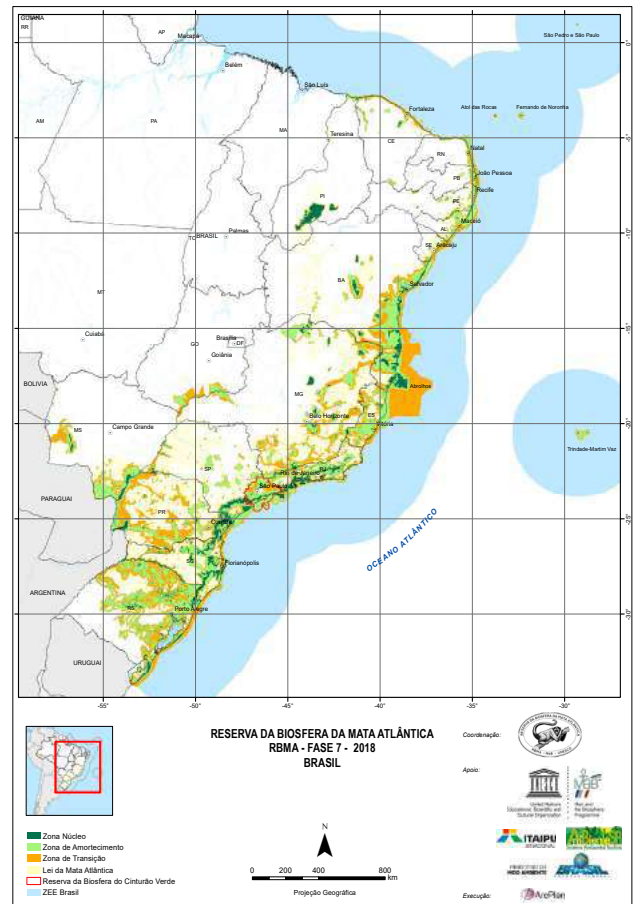
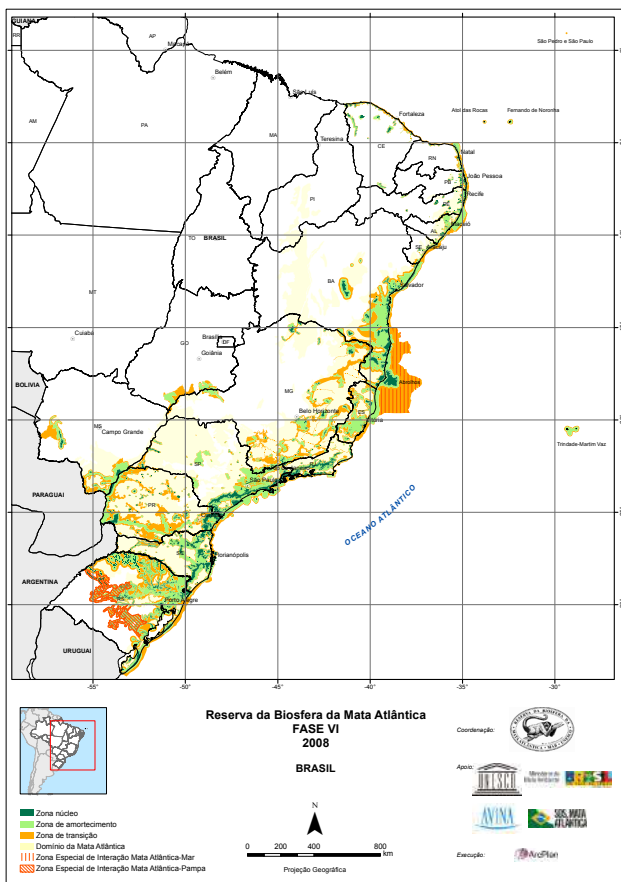
A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi reconhecida pela UNESCO em 1991, sendo a primeira área a receber esta designação no Brasil. Ao longo dos anos a RBMA passou por várias fases de ampliação tornando-se inclusive em sua Fase 6, que corresponde à última revisão da RBMA encaminhada à UNESCO em 2008, a maior Reserva da Rede Mundial do MAB/UNESCO, com mais de 78 milhões de hectares.

Passados 10 anos estamos encaminhando nova atualização de limites e zoneamento (Fase 7) no âmbito da Revisão Periódica 2008-2018. A RBMA Fase 7, passa a abranger todos os 17 estados do Domínio Mata Atlântica, e a melhor contemplar a distribuição das formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica. Na Fase 7 a RBMA atualizou seus limites e zoneamento à partir de bases cartográficas mais precisas com destaque para o Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados.

Em sua Fase 7 a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com a atualização dos seus limites e zoneamento, passa a abranger 66% do Bioma Mata Atlântica, abrigando praticamente todos os tipos de paisagens e ecossistemas terrestres e marinhos que ali ocorrem. São aproximadamente 89.687.000 ha, sendo 73.328.000 em áreas terrestres e 16.449.000 há em áreas marinhas, sendo cerca de 9.000.000 ha. de zonas núcleo, 38.508.000 ha. de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha. de zonas de transição, constituindo-se, em escala de Bioma, na maior e em uma das mais complexas reservas da biosfera existentes, situada em um dos mais ricos e ameaçados biomas do Planeta.



MAPAS E INFORMAÇÕES COMPARATIVAS DA RBMA FASES 6 E 7



RBMA-FASE 6 (aprx. hectares) (2008)		RBMA-FASE 7 (aprx. hectares) (2018)	
Área do Bioma em hectares	136.670.000	Área do Domínio/Mapa Aplicação Lei MA	130.998.653
Área RBMA Fase 6	aprx. 78.466.000	Área RBMA Fase 7	aprx. 89.687.000
% RBMA/Bioma	57%	% RBMA/Lei da Mata Atlântica	66%
Área Zona Núcleo	aprx. 7.500.000	Área Zona Núcleo	aprx. 9.000.000
Área Zona de Amortecimento	aprx. 31.000.000	Área Zona de Amortecimento	aprx. 38.508.000
Área Zona de Transição	aprx. 40.000.000	Área Zona de Transição	aprx. 41.400.000
Área Terrestre	aprx. 62.319.000	Área Terrestre	aprx. 73.238.000
Área Marinha	aprx. 16.147.000	Área Marinha	aprx. 16.449.000





RBMA-FASE 6 ( 2008)		RBMA-FASE 7 ( 2018)	
Municípios Abrangidos pela RBMA		Municípios Abrangidos pela RBMA	
Integralmente	700	Integralmente	682
Parcialmente	1685	Parcialmente	2051
Total	2385	Total	2733
Estados Abrangidos	16	Estados Abrangidos	17
População RBMA (habitantes – Censo 2000)		População RBMA (habitantes – Censo 2010)	
Área de Influência	aprx. 114.000.000	Área de Influência	aprx. 133.207.422
Zona Núcleo	aprx. 150.000	Zona Núcleo	aprx. 245.750
Zona de Amortecimento	aprx. 20.150.000	Zona de Amortecimento	aprx. 24.640.000
Zona de Transição	aprx. 40.600.000	Zona de Transição	aprx. 49.580.000
Total	aprx. 60.900.000	Total	aprx. 74.466.000



## RECURSOS FINANCEIROS EM REAIS (R\$) RBMA FASE 6 E FASE 7

A RBMA viabiliza financeiramente suas ações e projetos captando recursos por meio de editais de projetos, parcerias institucionais, nacionais e internacionais, apoio governamental, patrocínios e cooperação com empresas e instituições do sistema de gestão. Foi estratégico para consecução de seus objetivos e avanços neste período a existência de seu braço administrativo e financeiro, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP Instituto Amigos da RBMA, que propiciou a viabilização de inúmeros projetos e parcerias.

<b>Recursos Financeiros em Reais (R\$) (RBMA Fase 6)</b>	<b>Recursos Financeiros em Reais (R\$) (RBMA Fase 7)</b>
<b><i>FASE 6 - 2008:</i></b> <i>Recursos Econômicos e financeiros: cerca de R\$ 810.500,00</i>	<b><i>FASE 7- 2018 (referência 2017):</i></b> <i>Recursos Econômicos e financeiros: cerca de R\$ R\$ 1.084.000,00</i>

## POLÍTICAS PÚBLICAS EM REDES

No que tange à avaliação das ações desenvolvidas pela RBMA na última década cabe destacar a diversidade de temas tratados, as parcerias estabelecidas, a capacidade da Reserva em manter sua sustentabilidade financeira e estabilidade institucional apesar das graves crises de âmbito nacional e internacional que se sucederam a partir de 2008.

Para tanto, foi fundamental o esforço permanente do Sistema de Gestão da RBMA, paritário e participativo, sempre atualizado, com capilaridade nos 17 estados abrangidos pelo Bioma e com permanente articulação com atores estratégicos da Mata Atlântica, governamentais e não governamentais, consolidando-se em uma importante Rede em prol da promoção e cumprimento, em todo o Bioma da Mata Atlântica, das três funções básicas das Reserva da Biosfera: conservação da Biodiversidade, desenvolvimento Sustentável e conhecimento científico e tradicional. Para além dos objetivos específicos de seus programas permanentes e projetos, desenvolvidos nos últimos 10 anos, em consonância com o Planejamento Estratégico 2009-2013/2014,2018 e detalhados nos próximos itens, destaca-se a atuação institucional do Conselho Nacional e de todas as demais instâncias gestoras da RBMA na luta por políticas públicas que geraram um forte arcabouço para os avanços e mudanças necessárias no bioma, ressaltando-se:

- Campanhas (Código Florestal, obras impactantes, criação de UCs, Contra PEC 215 –Retirando direitos dos Povos Tradicionais)
- Moções do Conselho (Temas diversos de interesse local ou nacional)
- Propostas técnicas nos temas prioritários (Áreas protegidas, Mosaicos, indicadores de sustentabilidade, monitoramento de Metas de Aichi, áreas prioritárias,)
- Propostas de Legislação (Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC, Reservas Particulares de Patrimônio Natural e proposta de Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável, Lei dos Povos e Comunidades Tradicionais, Lei da Mata Atlântica/ Decreto nº 6.660 de novembro de 2008 que institui o Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE /escala 1: 5 milhões) que contempla a distribuição configuração original das formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica regulamentando a Lei da Mata Atlântica)

- Participação em Conselhos e Grupos de Trabalho nacionais (Conselhos Unidades de Conservação, Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas, Conselho Patrimônio Espeleológico SP, Pacto Restauração, RMA, Rede Brasileira de Mosaicos, Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica, e outros)
- Eventos Nacionais e internacionais (a exemplo da Semana Mata Atlântica, dos eventos sobre Pagamentos Serviços Ambientais- PSA, Economia de Qualidade, Gestão Empresarial em RBs, Mosaicos de Áreas Protegidas, Simpósios Científicos e técnicos Florestas Urbanas, Sobre questões Costeiro-Marinhas e Biodiversidade)
- Certificações e Premiações (Postos Avançados, Selo Empresa Amiga, Prêmio Muriqui) Política pública de proteção, pesquisa e manejo responsável do patrimônio espeleológico- SP, dentre outros.







## COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde sua criação a RBMA teve uma forte atuação no âmbito da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e das redes temáticas e regionais do MAB. Participa ativamente da Rede das Reservas da Biosfera Costeiras e Insulares e também da Rede Ibero Americana de Reservas da Biosfera-IberoMaB. Vários de seus membros participaram de Grupos de Trabalhos Temáticos da UNESCO. O atual presidente do Conselho Nacional é membro, há quatro anos, do Conselho Internacional de Reservas da Biosfera do MaB/UNESCO.

Em paralelo, é intensa a participação e a promoção pela RBMA de eventos internacionais relacionadas aos temas de interesse das RB. Nos 10 últimos anos esta participação ou promoção se deu em mais de 25 Seminários Internacionais em uma dezena de países, com destaque para o Congresso Mundial de Reservas da Biosfera de Lima em 2016 e outros na Costa Rica, Chile, Argentina, Espanha, França, México, Guatemala, Equador e Paraguai.

ARBMA também mantém permanente cooperação com outras Reservas da Biosfera por meio de “Irmanamento” a exemplo dos que mantém há anos com as Reservas Aqua Y Paz (Costa Rica), Las Palmas (Canarias/ES) e Las Yungas (Argentina). Por outro lado mantém igualmente parcerias importantes com órgãos internacionais e cooperação como a GIZ e KFW (Alemanha), JICA (Japão) e Governo Espanhol, e contribui diretamente para o monitoramento e cumprimento no Bioma Mata Atlântica dos Protocolos Internacionais das Mudanças Climáticas, da Convenção da Diversidade Biológica- CDB 2020 e, mais recentemente, com a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS.

## 7. CUMPRIMENTO DAS TRÊS FUNÇÕES DAS RESERVAS DA BIOSFERA: CONSERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONHECIMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

Por situar-se na área mais urbanizada e industrializada do Brasil, inclusive no entorno e interior de algumas das maiores metrópoles do mundo, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica possibilita a articulação institucional, territorial e ecossistêmica em escala incomparável, facilitando o cumprimento de suas funções básicas.

Assim, por suas dimensões continentais, localização estratégica, sistema de gestão descentralizado e efetivamente participativo e um conjunto de programas e projetos muito amplos, dinâmicos, a RBMA cumpre plenamente as três funções básicas exigidas pela UNESCO das Reservas da Biosfera.

Algumas dessas contribuições são sintetizadas a seguir:

### CONSERVAÇÃO

A Reserva da Biosfera, passa a cobrir em sua Fase 7 áreas 17 estados de ocorrência de Mata Atlântica. São 89.687.000 hectares de áreas terrestres e marinhas, incluindo uma grande diversidade de ambientes e ecossistemas o que significa também o compromisso que o país assume perante a comunidade internacional de nelas fazer cumprir as funções de uma Reserva da Biosfera. O simples fato de uma área ser incluída na RBMA e reconhecida pelo Programa MaB /UNESCO, já reforça em muito a luta por sua conservação, estimulando a ação dos diversos atores e segmentos da Mata Atlântica em sua defesa.

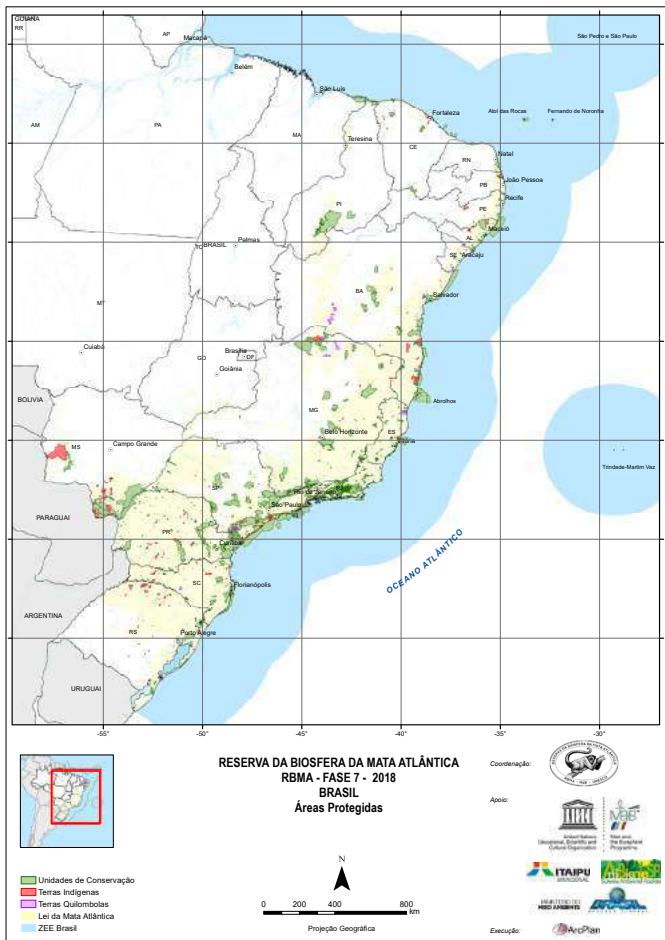
Nesta linha, no território da RBMA estão os principais remanescentes da Mata Atlântica, o habitat de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, em áreas protegidas ou prioritárias para a criação de unidades de conservação, restauração florestal e formação de mosaicos e corredores ecológicos. Também nas zonas de amortecimento e conectividade e nas zonas de transição e cooperação, juntas somam quase 72.000.000 ha estão protegidas espécies ameaçadas e ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos.



Tão importante quanto a inclusão na RBMA e a criação de Áreas Protegidas é a ação da Reserva da Biosfera no campo da conservação através de políticas públicas e seus programas técnicos científicos. Dentre esses programas os que merecem destaque são “Pesquisa e Conservação”, “Águas e Florestas”, “Mosaico e Corredores Ecológicos” e “Restauração da Mata Atlântica”, todos com diversos projetos nas várias regiões da Reserva.

Para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica o balanço geral dos últimos dez anos foi positivo apesar da crise econômica e política brasileira, da pressão de setores retrógrados por retrocessos na legislação ambiental e por tragédias como a de Mariana com a destruição da Bacia do Rio Doce e da sua região costeira-marinha, provocada pelo rompimento da Barragem da Mineradora Samarco/ cujas controladoras são a Vale e a BHP Billiton.

São destaques positivos dos para a Função Conservação nos últimos 10 anos a redução do desmatamento no Bioma, trabalhada por todas as instâncias de gestão da RBMA e, a contribuição para ampliação dos Sistemas federal, estaduais e municipais de Áreas Protegidas Terrestres e Marinhas, priorizada na RBMA por meio do Programa Permanente de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos e do Programa Costa e Mar, o que pode ser constatado abaixo pela Tabela Comparativa de áreas protegidas inseridas em suas Fases 6 e 7.



RBMA – FASE 7 Áreas Protegidas					
Especificação	UC	APP	TI	TQ	TOTAL
Quantidade	2138	58	187	169	2552
ZONEAMENTO			ZN	ZA	TOTAL
Áreas Protegidas por Zona			1599	953	2552

RBMA – FASE 6 Áreas Protegidas					
Especificação	UC	APP	TI	TQ	TOTAL
Quantidade	944	88	108	-	1140
ZONEAMENTO			ZN	ZA	TOTAL
Áreas Protegidas por Zona			739	401	1140

Os resultados do último Atlas de Remanescentes da Mata Atlântica, realizado pela Fundação SOSMA e pelo INPE, são também indicadores dos avanços obtidos para esta função na última década:

“O desmatamento da Mata Atlântica entre 2016 e 2017 teve queda de 56,8% em relação ao período anterior (2015-2016). No último ano, foram destruídos 12.562 hectares (ha), ou 125 Km<sup>2</sup>, nos 17 estados do bioma. Entre 2015 e 2016, o desmatamento foi de 29.075 ha. Este é o menor valor total de desmatamento da série histórica do monitoramento, realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em um momento político e eleitoral importante para o País, a Mata Atlântica dá o seu recado: é possível reduzir o desmatamento. Com o compromisso e o diálogo entre toda a sociedade, incluindo proprietários de terras, governos e empresas, podemos alcançar o desmatamento ilegal zero, já presente em sete estados” (Marcia Hirota- coordenadora do Atlas e diretora-executiva da SOS Mata Atlântica).

*Quadro resumo por Estado e taxa de desflorestamento*

UF	Área UF	UF na Lei MA	%UF na LMA	Mata 2017	% mata	dec mata 16-17	variação do anterior	dec mata 15-16
AL	2.777.724	1.524.618	55%	142.846	9,4%	259	2.243%	11
BA	56.473.404	17.988.595	32%	2.005.710	11,1%	4050	-67%	12.288
CE	14.892.047	866.120	6%	64.020	7,4%	5	- 47%	9
ES	4.609.503	4.609.503	100%	483.172	10,5%	5	- 99%	330
GO	34.011.087	1.190.184	3%	30.125	2,5%	165	11%	149
MG	58.651.979	27.622.623	47%	2.828.890	10,2%	3128	- 58%	7.410
MS	35.714.473	6.386.441	18%	706.875	11,1%	116	- 56%	265
PB	5.646.963	599.487	11%	54.807	9,1%	63	94%	32
PE	9.815.022	1.690.563	17%	196.079	11,6%	354	2121%	16
PI	25.157.775	2.661.841	11%	903.734	34,0%	1478	- 53%	3.125
PR	19.930.768	19.637.895	99%	2.323.735	11,8%	1643	- 52%	3.453
RJ	4.377.783	4.377.783	100%	820.307	18,7%	49	34%	37
RN	5.281.123	350.994	7%	12.175	3,5%	23		-
RS	26.876.641	13.857.127	52%	1.092.365	7,9%	201	- 18%	245
SC	9.573.618	9.573.618	100%	2.192.282	22,9%	595	- 30%	846
SE	2.191.508	1.019.753	47%	69.626	6,8%	340	112%	160
SP	24.822.624	17.072.755	69%	2.345.765	13,7%	90	- 87%	698
	<b>340.804.043</b>	<b>131.029.898</b>	<b>38%</b>	<b>16.272.514</b>	<b>12,4%</b>	<b>12.562</b>	<b>- 56,8%</b>	<b>29.075</b>

Fonte: Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica-Período 2016-2017-Relatório Técnico SOSMA 2018





## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Os recursos naturais da Mata Atlântica sempre serviram de matéria prima para utilização por seus habitantes. Desde os tempos do descobrimento do Brasil esses recursos passaram a ser explorados pelos colonizadores em ritmo cada vez mais acelerado. Essa atividade deu início à devastação da floresta. Hoje, após 500 anos de utilização contínua e da substituição da floresta para a agricultura, pecuária, mineração, infra-estrutura e urbanização, restam pouco mais de 7% da exuberante vegetação que cobria o Bioma Mata Atlântica em bom estado de conservação.

A designação dessas áreas como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica amplia o uso sustentável da floresta, pois o próprio conceito de reserva da biosfera implica na implantação de um zoneamento e da utilização sustentável dos recursos naturais em suas zonas de amortecimento e transição, denominadas a partir do terceiro Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, ocorrido em Madrid em fevereiro de 2008, como Zona de Amortecimento e Conectividade e Zona de Transição e Cooperação.

Também nas Zonas Núcleos da RBMA se promove o desenvolvimento sustentável na medida em que atuamos fortemente na promoção do Ecoturismo em Áreas Protegidas e seu entorno. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é reconhecida como um dos principais atores neste campo de ação no Brasil com destaque para seus Projetos de Capacitação de Monitores Ambientais e Certificação de Pousadas em várias regiões.

Na Mata Atlântica existem diferentes grupos indígenas e de quilombolas (comunidades negras descendentes de escravos), caiçaras e outros grupos de pescadores tradicionais, além de milhões de pequenos produtores rurais e comunidades extrativistas. Esse é o público prioritário para a atuação da RBMA. Neste sentido, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e seus Comitês Estaduais tem tido uma forte atuação na elaboração de políticas públicas e práticas de mercado justo que promovam a melhoria da qualidade de vida dessas populações tradicionais incluídas na RBMA. Para isso tem apoiado a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas e outras Áreas Protegidas que compõe suas Zonas de Amortecimento e Conectividade. Tem ampliado seu esforço para a criação de fundos e programas governamentais que apoiem as iniciativas comunitárias de agrofloresta, agricultura orgânica, manejo sustentável de espécies nativas e agricultura sustentável. Também vem atuando na formulação de políticas de

Pagamentos por Serviços Ambientais (carbono, água e biodiversidade) na Mata Atlântica.

Também voltado às comunidades locais que vivem em seu território, a RBMA tem hoje importante Programa voltado à produção e comércio justo de produtos da Mata Atlântica, o Programa “Mercado Mata Atlântica” que cadastra, certifica através de selo específico e apóia a produção e comercialização de artesanato, produtos alimentícios e outros.

A RBMA nos últimos 10 anos também ampliou e mantém projetos e parcerias com os setores empresariais em busca de uma “Economia de Qualidade” integrando cadeias produtivas e nos princípios da sustentabilidade. Merece destaque as parcerias da Reserva com o setor sucro-alcooleiro, setor de mineração, energia e com várias empresas de outros setores que também mantêm em sua maioria Postos Avançados da RBMA em Áreas de Conservação de sua propriedade.

Na promoção do desenvolvimento Sustentável os destaques neste período se deram principalmente por meio do citado Programa Mercado Mata Atlântica, e dos Programas Turismo Sustentável e Ativos Ambientais, que têm esta função da Reserva da Biosfera como eixo principal de suas ações. O número de pessoas capacitadas, de produtos sustentáveis cadastrados, de empresas parceiras que estão incorporando novos instrumentos de gestão e práticas mais sustentáveis também foi significativa na década o que será melhor descrito nos itens seguintes. Destaca-se também como grande avanço nessa função o desenvolvimento pela RBMA em parceria com a Empresa Votorantim Cimentos e Sociedade Brasileira de Espeleologia do “Plano de Gestão Territorial Sustentável – PGTS” que vem sendo incorporado nacionalmente e internacionalmente por grandes empresas de base territorial, especialmente dos setores de mineração, além do “GUIA de Boas Práticas Ambientais na Mineração de Calcário em Áreas Cársticas” e do “Selo Empresa Amiga da Mata Atlântica”, concedido por iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável no bioma, e que contribuem financeiramente para a implementação do conjunto de programas e projetos da RBMA.

Vale destacar também o grande número de parceiros mobilizados e Postos Avançados da RBMA que desenvolvem na ponta ações efetivas para promoção das funções da RBMA e ações voltadas a sustentabilidade a exemplo de projetos como Teia da Sustentabilidade da Fundação Brasil Cidadão (CE) e o Projeto TAMAR (BA, ES e SP).

## CONHECIMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA





Desde seu início o Conselho Nacional da RBMA definiu em seu plano de ação que a então denominada “função logística” preconizada pelo Programa MaB para as Reservas da Biosfera deveria se traduzir em 3 linhas de ação: a) Fomento e conhecimento tradicional e científico; b) proporção da comunicação e educação ambiental e; c) Implantação de um sistema gestão descentralizada e participativa.

A Mata Atlântica reúne a maioria das Universidades e centros de pesquisa e pesquisadores no Brasil. Assim, a RBMA concentra seus esforços na sistematização e difusão de informações científicas que contribuam para a conservação e uso sustentável da Floresta. Da mesma forma, promove o resgate e valorização dos conhecimentos das populações tradicionais sobre manejo das espécies e que são parte fundamental de nossa cultura e do desenvolvimento sustentável do Bioma. Nessa direção, a RBMA já promoveu Seminários Nacionais e Internacionais, mantém um portal na internet, produz vasto material de comunicação e educação ambiental (cartazes, folders, vídeos etc.) e publicações técnicas e científicas. Merece destaque a série “Cadernos da RBMA”, que é a mais antiga (desde 1993) publicação regular sobre a Mata Atlântica voltada para o público geral, e o desde 2010 o “Anuário da Mata Atlântica “que traz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário em 2018 passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

A RBMA Promove a pesquisa em quase todos seus programas. Uma das mais importantes atuações neste campo foi por Meio do Programa Mercado Mata Atlântica com o Projeto Cadeias de Valor (Value Links) que pesquisa novos usos para produtos da Mata Atlântica. A RBMA utiliza a pesquisa para o desenvolvimento e a criação de seus próprios programas, que tem por base o conhecimento científico e tradicional, e ao mesmo tempo contribui com publicações, seminários e cursos para a divulgação da produção do conhecimento.

## GOVERNANÇA / SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA







O Sistema de Gestão da RBMA, que recebeu prêmio de Meio Ambiente da Unesco – Brasil comemorativo aos 60 anos da UNESCO e 30 anos do Programa MAB, é certamente a maior conquista da RBMA. É ele que possibilita a gestão de uma Reserva de tão grandes dimensões e que permite uma grande capacidade de mobilização e articulação política em defesa da Floresta. Também é essa Rede que assegura o apoio logístico, material e humano para a conservação e desenvolvimento sustentável na área da RBMA.

A gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é feita por meio de um Sistema Nacional que envolve diversas instâncias tendo como órgão máximo o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de caráter deliberativo. A gestão é descentralizada por meio dos Comitês e Sub Comitês Estaduais. Este sistema é respaldado legalmente pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nº 9.985, de 18 de julho de 2000 em seu capítulo VI e pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 em seu capítulo XI.

Além das referidas instâncias o Sistema de Gestão da RBMA, conta ainda com outras instâncias estabelecidas pelo Conselho Nacional:

- Bureau do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (O Bureau tem funções organizativas e facilitadoras, voltadas à preparação da agenda das reuniões do Conselho, à instrução dos assuntos que a compõem e à deliberação de assuntos que lhe forem delegados pelo Conselho).

- Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (A Secretaria Executiva implementa as decisões do Conselho, articula e apoia todo o sistema, coordena programas e projetos nacionais da RBMA).

- Colegiado Mar (instituído para tratar dos assuntos específicos da costa brasileira ecossistema associado ao Bioma Mata Atlântica O Colegiado Mar é formado por cientistas, órgãos estaduais, federais e municipais, comunidade civil organizada e povos tradicionais associados a exploração dos recursos marítimos).

- Unidades de Gestão Descentralizadas da RBMA – UGD /RBMA são Unidades Territoriais na Reserva da Biosfera, que apresentam identidade e mecanismos de gestão colegiada, integrada e participativa voltados à promoção da conservação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, reconhecidas e assim designadas pelo Conselho Nacional da RBMA. As UGD são instituídas pelo Conselho Nacional da RBMA, por solicitação e em consonância com os agentes do território, e passam a integrar o Sistema de Gestão da Reserva por meio de sua coordenação.

- Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Os postos Avançados são centros de divulgação das ideias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos pela Reserva. Para ser um Posto Avançado aprovado pelo Conselho é necessário que a instituição desenvolva pelo menos duas das três funções básicas da Reserva nos campos da proteção da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico e tradicional sobre a Mata Atlântica.

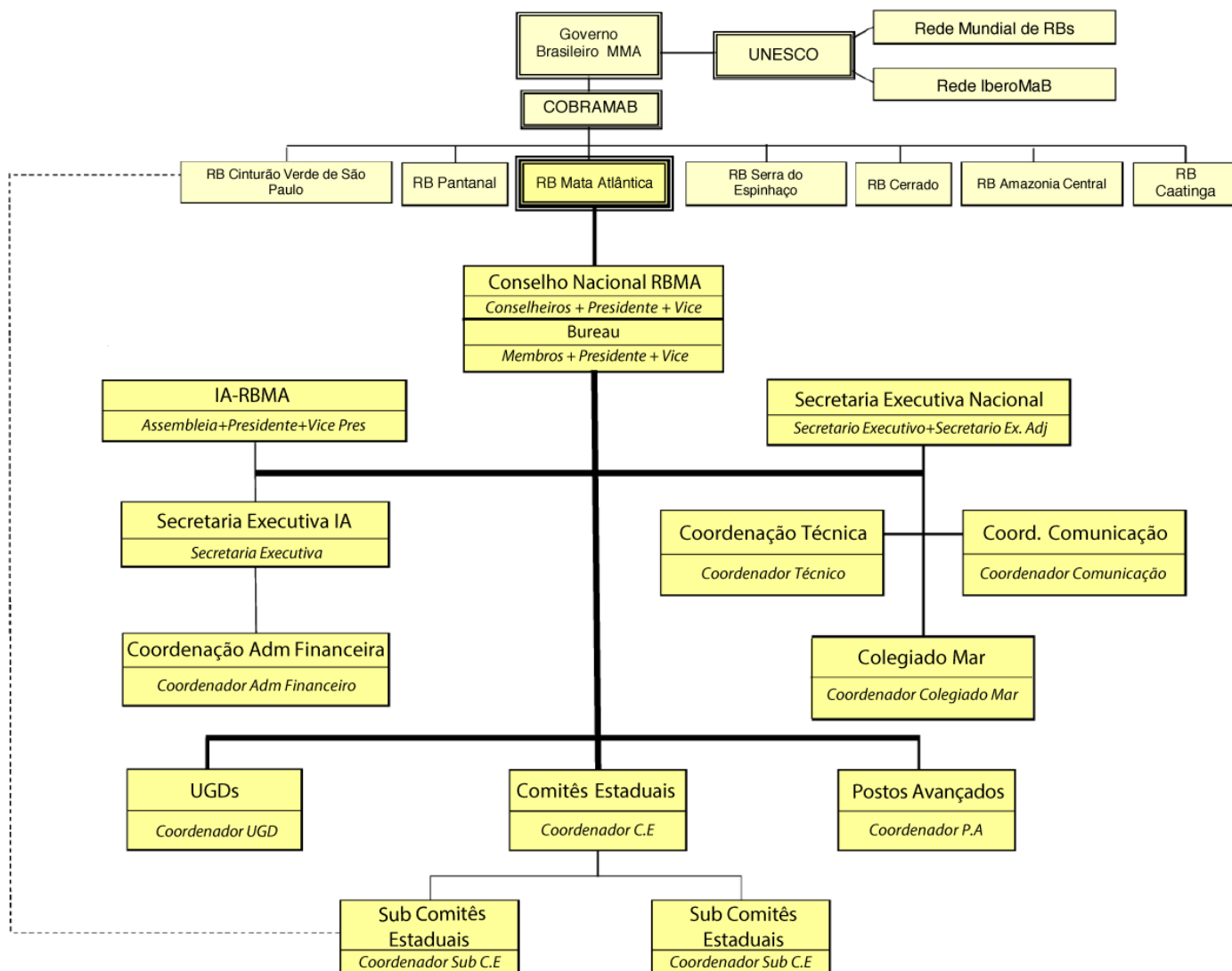
- Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e socioculturais. Os objetivos institucionais do IA-RBMA são: a) apoiar a implantação e o fortalecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, em todos seus campos de atuação, em conformidade exclusivamente com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CN-RBMA e, b) captar e gerenciar recursos voltados à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

A revisão e atualização dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica nesta Fase 7 é fruto direto dessa grande rede que fez da Reserva hoje, além de uma área prioritária para conservação, também uma das mais importantes instituições da área sócio-ambiental no Brasil. A Fase 7 permitirá um grande avanço da RBMA no sentido de ser um instrumento cada vez mais importante, junto ao ministério do Meio Ambiente,

Estados e Municípios para a implementação de políticas públicas na Mata Atlântica.

O Conselho Nacional da RBMA, conforme definido por seu Estatuto e Regimento Interno, é oficialmente representado por seu Presidente, eleito entre as partes, que supervisiona o encaminhamento das deliberações e o processo de implementação das propostas de ações do Colegiado, sempre de forma colaborativa com o sistema de gestão e em consonância com Planejamento Estratégico RBMA.

### SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA



**50% MEMBROS GOVERNAMENTAIS**  
(Governos Federal, Estadual e Municipal)

**50% MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS**  
(ONGs, Moradores, Cientistas e Empresários)



## 8. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS

A Reserva adotou como pilares de sua atuação a *Articulação Institucional*, a *Comunicação*, a *Educação*, a execução de Projetos Técnicos e a formulação de Políticas Públicas, definidos como programas prioritários em seu Planejamento Estratégico de 2014-2018 os seguintes programas.

- Programa Anuário Mata Atlântica
- Programa Mercado Mata Atlântica
- Programa Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores
- Programa Turismo Sustentável
- Programa Costa e Mar
- Programa Ativos Ambientais
- Programa Postos Avançados
- Programa Comunicação e Educação ambiental
- Programa de Cooperação Internacional

*Dentre seus Programas Permanentes, cada um deles com muitos projetos, se destacam neste período:*

- **PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL** - focado na capacitação de jovens monitores ambientais, apoio ao turismo de Bases Comunitárias e Criação de “Roteiros da Biosfera”, promovendo a visitação de atrativo, comprometidos com a sustentabilidade. Cerca de 1500 pessoas foram capacitadas neste Programa.



**-PROGRAMA ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA** - A RBMA, desde 2010 faz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Esta iniciativa inovadora e infelizmente única entre as reservas da biosfera recebeu especial homenagem da Secretária Executiva da Convenção.

## ANUARIO MATA ATLÂNTICA

### Objetivo do Programa:



Consolidar, atualizar e disponibilizar informações sobre o Bioma Mata Atlântica de forma sistemática e periódica, com vistas a possibilitar análises comparativas (anuais e plurianuais) sobre os avanços e desafios na conservação, conhecimento científico e tradicional e o desenvolvimento sustentável na Mata Atlântica, subsidiando projetos e políticas públicas.



A partir da COP-10 (Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica) o Programa Anuário Mata Atlântica da RBMA definiu como prioridade o fomento, difusão e monitoramento anual do cumprimento dos Objetivos e Metas de Aichi (CDB) para 2020.





RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

- **PROGRAMA MERCADO MATA ATLÂNTICA** – Com forte base científica e grande permeabilidade social com as comunidades locais da Reserva, este Programa tem três focos centrais: a promoção de manejo sustentável de recursos florestais da Mata Atlântica; a certificação de empreendimentos e produtos da Reserva por meio de seu selo “Mercado Mata Atlântica” e o apoio à capacitação e organização de produtores para a comercialização de seus produtos e serviços. Neste período foram atendidos mais de 3000 produtores e 20 empreendimentos receberam o selo.



- **PROGRAMA DE ÁREAS PROTEGIDAS, MOSAICOS E CORREDORES ECOLÓGICOS** – Este foi o primeiro Programa permanente da RBMA e é centrado na atuação técnica e política visando a conservação da biodiversidade, da água e dos demais recursos da Mata Atlântica por meio da criação, implantação e gestão integrada e participativa de áreas protegidas públicas e privadas terrestres e marinhas. Nesta década a RBMA contribuiu diretamente na proposição de novas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais. Também teve ação central na criação de todos 15 Mosaicos de Áreas Protegidas, existentes no Bioma, e na proposição e implantação do Corredor Central da Mata Atlântica, gerenciados pelo Comitês Estaduais da RBMA nos Estados da Bahia e Espírito Santo. Da mesma forma a RBMA foi protagonista central na criação do pacto pela restauração da Mata Atlântica (visando restaurar 15 milhões de hectares até 2050), respondendo por sua Secretaria Executiva por três anos.

### PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS, MOSAICOS E CORREDORES

### PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS, MOSAICOS E CORREDORES



- **PROGRAMA COSTA E MAR** – Caracterizada como um grande corredor ecológico de mais de 5.000 km que envolve 14 dos 17 estados costeiros do Brasil, a RBMA já em 2008 contava com 16 milhões de hectares cobrindo ecossistemas marinho e insulares. Para dar a devida atenção a esta vasta diversificada e peculiar região do Oceano Atlântico a Reserva cria o Colegiado Mar composto por instituições públicas e privadas diretamente envolvidas na conservação marinha no Brasil. Desse trabalho surgiram propostas para a criação de mais de duas dezenas de Áreas Protegidas Costeiras e Marinhas, muitas delas viabilizadas, além de importantes trabalhos relativos à pesca tradicional e industrial na costa brasileira. Merece destaque igualmente a atuação da RBMA na campanha #EaHoradoMar onde, juntamente com várias entidades, promoveu a maior mobilização já registrada no país em defesa do mar brasileiro.

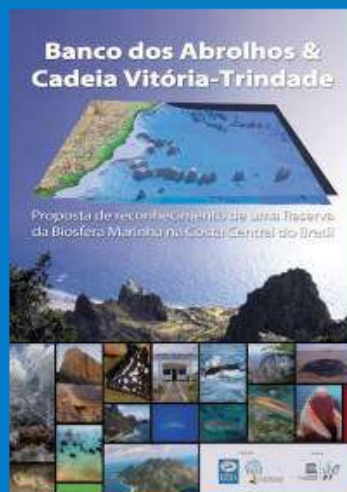
A consequência dessa mobilização foi a criação de duas gigantescas Áreas Protegidas Marinhas (mais de 900.000 km<sup>2</sup>) no entorno dos arquipélagos de Trindade-Martim Vaz e São Pedro e São Paulo, o que fez com que o Brasil tivesse um salto de 1,53% para cerca de 26% de seu mar territorial protegido. Cabe igualmente ressaltar a elaboração e coordenação pela RBMA em parceria com a Associação Voz da Natureza do projeto para a criação da primeira Reserva da Reserva da Biosfera Marinha, ao longo de 1200 km da Cadeia Vitória Trindade, no Espírito Santo, que já aprovada pela COBRAMAB, aguarda a melhor oportunidade para ser encaminhada à UNESCO.

#### PROGRAMA COSTA E MAR



Participantes da Oficina Técnica:  
Conservação Costeiro-marinha e  
Ordenamento Pesqueiro – Tamandaré –  
PE – agosto 2010

#### PROGRAMA COSTA E MAR





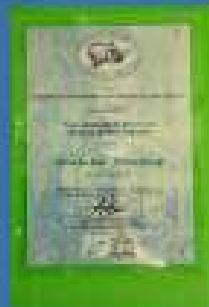
- **PROGRAMA ATIVOS AMBIENTAIS** – Estabelecido a partir de 2011 este é atualmente um dos mais exitosos programas da RBMA, envolvendo um número crescente de empresas na implementação das diretrizes do Programa MAB e na consolidação da Reserva da Biosfera como um dos principais promotores da articulação entre conservação e desenvolvimento preconizados nos Planos de Ação de Madri (2008) e de Lima (2016). Com foco nas empresas de base territorial (mineração, energia e agrícola) o Programa visa identificar e valorizar os ativos ambientais (florestas, rios, cavernas, fauna, patrimônio histórico e arqueológico, dentre outros) existentes nas propriedades de grandes empresas. Iniciado a partir de uma cooperação técnica inovadora entre a RBMA, a Votorantim Cimento e a Sociedade Brasileira de Espeleologia, o Programa já promoveu a conservação de muitos desses ativos e vem contribuindo para a promoção da cultura da sustentabilidade no meio empresarial brasileiro. Em franca expansão o Programa atua em várias regiões da Reserva especialmente na elaboração de “Planos de Gestão Territorial Sustentável – PGTS” para empresas e suas propriedades. Também vinculado ao Programa está o recém-criado “Selo Empresa Amiga da Mata Atlântica” concedido por iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável no bioma, e que contribuem financeiramente para a implementação do conjunto de Programas e Projetos da RBMA. Atualmente seis empresas já receberam o “Selo” da Reserva da Biosfera.





- **PROGRAMA DE POSTOS AVANÇADOS** – Os Postos Avançados (P.A.) são verdadeiras “Vitrines” da Reserva da Biosfera. Para que um local (Áreas Protegidas, Centros de Pesquisa, Núcleos de Educação Ambiental e outros) seja reconhecido como P.A. da RBMA é necessário que ali se desenvolvam, de forma permanente e exemplar, pelo menos duas das três funções básicas de uma Reserva da Biosfera (conservação, desenvolvimento sustentável e conhecimento). O título é concedido pelo Conselho Nacional da RBMA com validade de quatro anos, renováveis por tempo indeterminado mediante processo bastante rigoroso. A grande procura pelo título e por sua renovação atestam o grande sucesso deste Programa desde sua criação em 1993. Atualmente (agosto de 2018) a RBMA conta com 58 Postos Avançados, reconhecidos em 13 Estados, dos quais 34 foram titulados nesta década. Juntamente com os Comitês e Sub-Comitês Estaduais e, por meio de seus projetos em campo os Postos Avançados consolidam a implementação do programa MAB/UNESCO em seu território. ( Vide lista dos Postos Avançados no Anexo 4 Documentos Complementares).

## Postos Avançados da RBMA



- **PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL** – Desde sua criação a RBMA teve uma forte atuação no âmbito da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e das redes temáticas e regionais do MAB. Participa ativamente da Rede das Reservas da Biosfera Costeiras e Insulares e também da Rede Ibero Americana de Reservas da Biosfera-IberoMaB. Vários de seus membros participaram de Grupos de Trabalhos Temáticos da UNESCO. O atual presidente do Conselho Nacional é membro, há quatro anos, do Conselho Internacional de Reservas da Biosfera do MaB/UNESCO.

Em paralelo, é intensa a participação e a promoção pela RBMA de eventos internacionais relacionadas aos temas de interesse das RB. Nos 10 últimos anos esta participação ou promoção se deu em mais de 25 Seminários Internacionais em uma dezena de países, com destaque para o Congresso Mundial de Reservas da Biosfera de Lima em 2016 e outros na Costa Rica, Chile, Argentina, Espanha, França, México, Guatemala, Equador e Paraguai.

A RBMA também mantém permanente cooperação com outras Reservas da Biosfera por meio de “Irmanamento” a exemplo dos que mantém há anos com as Reservas Agua Y Paz (Costa Rica), Las Palmas (Canarias/ES) e Las Yungas (Argentina). Por outro lado mantém igualmente parcerias importantes com órgãos internacionais e cooperação como a GIZ e KFW (Alemanha), JICA (Japão) e Governo Espanhol.





**-PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA RBMA** - responsável pela organização dos eventos técnicos nacionais e internacionais da Reserva, mantém o site na internet e páginas bastante ativas nas redes sociais, promove concursos e campanhas, produz diversas publicações com destaque para a Série Cadernos da RBMA (já com 48 volumes) e organiza juntamente com parceiros a Semana da Mata Atlântica, atualmente celebrando o Dia da Mata Atlântica em 27 de maio. Também promove anualmente a entrega do “Prêmio Muriqui – RBMA”, a mais antiga e importante premiação socioambiental para as pessoas e instituições que contribuem para a conservação e desenvolvimento sustentável no bioma. O Prêmio Muriqui já foi entregue a 74 pessoas (41) e instituições (33), dos quais 35 foram nos últimos 10 anos.







## 9. INFORME SOBRE A REVISÃO PERIÓDICA DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

**Setembro 2018**

**Diretório MaBnet de reservas da biosfera**

**Informações administrativas**

**Pais:** Brasil

**Nome da RB:** Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

**Ano de designação:** 1991

**Autoridades administrativas:** Presidente- Clayton Ferreira Lino

**Nome do contato:** Clayton Ferreira Lino

claytonflino@gmail.com

**Endereço do contato:** Rua do Horto, 931

Casa das Reservas da Biosfera

CEP 0237- 000

Horto Florestal

São Paulo – SP

Brasil

### **Links relacionados:**

Link Publicações Programa Anuário Mata Atlântica:

<http://www.rbma.org.br/anuariomataatlantica/index.php>

Link Vídeo 25 anos da RBMA:

<https://www.youtube.com/watch?v=mxDGDuiE1FM>

Link Vídeo da Cooperação Técnica entre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Votorantim Cimentos e a Sociedade Brasileira de Espeleologia:

<https://www.youtube.com/watch?v=KUuD3x6k41E>

Link Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica:

[http://www.rbma.org.br/rbma/rbma\\_7\\_cadernos.asp](http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_7_cadernos.asp)

Link outras publicações com todas edições do Programa Anuário Mata Atlântica :

[http://www.rbma.org.br/rbma/rbma\\_7\\_outras.asp](http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_7_outras.asp)

**Site:** www.rbma.org.br



### Descrição geral:

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em sua fase 7 passa a abranger aproximadamente 89.687.000 ha, RBMA, todos os 17 estados brasileiros que possuem Mata Atlântica, incluindo nesta fase o Estado do Piauí, cobrindo 66% do Bioma Mata Atlântica. São 73.328.000 em áreas terrestres e 16.449.000 há em áreas marinhas, sendo cerca de 9.000.000 ha. de zonas núcleo, 38.508.000 ha. de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha. de zonas de transição. Em escala de bioma, é a maior e uma das mais complexas reservas da biosfera existentes.

Possui um Sistema de Gestão autônomo, descentralizado e participativo composto por uma Rede com mais de 300 instituições envolvidas no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica CN-RBMA, nos Comitês e Sub Comitês Estaduais, nos Postos Avançados e agora também com as Unidades de Gestão Descentralizada, que permite com que a RBMA tenha um comprometimento de permanente articulação com todos os atores, a atuação institucional do Conselho Nacional na luta por políticas públicas adequadas e a existência de seu braço administrativo e financeiro, a OCIP Instituto Amigos da RBMA, que propiciou a viabilização de inúmeros projetos e parceiros. A RBMA consolidou-se como a maior e mais abrangente rede estruturada de pessoas e instituições governamentais e não governamentais, em defesa da Mata Atlântica, graças em grande parte às suas múltiplas parcerias e ao seu Sistema de Gestão.

Dentre seus Programas Permanentes, cada um deles com muitos projetos, se destacam neste período: Turismo Sustentável, Anuário Mata Atlântica, Mercado Mata Atlântica, Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos, Costa e Mar, Ativos Ambientais, Postos Avançados, Cooperação Internacional e Comunicação e Educação Ambiental.

Apesar de esta década ter sido um período marcado em grande parte por forte pressão por retrocessos na política e legislação ambiental brasileira, o que refletiu no ritmo de criação de UC na Mata Atlântica, foi significativo o aumento de Áreas Protegidas em alguns estados, muitos municípios e principalmente na criação de centenas de reservas privadas na década estudada. Nos últimos anos, foi também notável o maior apoio por parte da atual gestão do governo brasileiro para criação de novas UC, reservas da biosfera e outras áreas protegidas. Quanto a avaliação das ações desenvolvidas pela RBMA na última década cabe destacar a diversidade de temas tratados, as parcerias estabelecidas, a capacidade da Reserva em manter sua sustentabilidade financeira e estabilidade institucional apesar das graves crises de âmbito nacional e internacional que se sucederam a partir de 2008.

**Tipo de ecossistema principal:** Bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados.

Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;

### Principais tipos de habitat e cobertura do solo:

A Mata Atlântica caracteriza-se pela vegetação exuberante. Há subdivisões do bioma da Mata Atlântica em diversos ecossistemas devido a variações de latitude e altitude. Há ainda formações pioneiras, seja por condições climáticas, seja por recuperação, zonas de campos de altitude e enclaves de tensão por contato. A interface com estas áreas cria condições particulares de fauna e flora.

O solo, em geral, é bastante raso, com pH ácido, pouco ventilado, sempre úmido e extremamente pobre,





recebendo pouca luz, devido à absorção dos raios solares pelo estrato arbóreo. ... O solo raso e encharcado é favorável ao desbarrancamento e à erosão, eventos bastante comuns na Mata Atlântica.

### Região Climática:

O clima da Mata Atlântica é predominantemente tropical úmido, influenciado pelas massas de ar úmidas vindas do Oceano Atlântico. ... Além do clima tropical litorâneo úmido, presente na Região Nordeste, a Mata Atlântica engloba também os climas tropical de altitude, na Região Sudeste, e o subtropical úmido, na Região Sul.

### Localização (latitude e longitude):

PONTO	LATITUDE	LONGITUDE
Oeste	-20° 54' 46,154''	-57° 53' 40,524''
Norte	+0° 59' 5,740''	-29° 22' 10,884''
Leste	-20° 26' 14,097''	-28° 40' 31,440''
Sul	-33° 53' 9,437''	-53° 11' 22,346''
Centro	-23° 36' 23,368''	-45° 6' 11,243''

**Altitudes:** A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica ocupa uma área que vai desde a costa, com altitude zero, passando por várias regiões desde a Região Nordeste passando pela Sudeste, com seus pontos mais elevados ate a Região Serrana, atingindo após as serras várias regiões de planalto. O ponto mais alto é o Pico da Bandeira com 2892 m na Serra do Caparaó no Estado de Minas Gerais.

**Zonas Núcleo:** 9.000.000 ha.

**Zonas de Amortecimento:** 38.508.000 ha.

**Zonas de Transição:** 41.400.000 ha.

**Área total da RBMA:** 89.687.000 ha. dos quais aproximadamente 73.238.000 ha. em áreas terrestres e 16.449.000 ha. em áreas marinhas, conforme tabelas e cartas que compõem este documento.

**Outras Zonas:** Não existem

### Principais objetivos da Reserva:

O objetivo maior da RBMA é o cumprimento das três funções básicas das Reservas da Biosfera por meio de seu Planejamento Estratégico da RBMA e Programas Prioritários, avançando no enfrentamento de seus maiores desafios, onde destacam-se: mitigação dos impactos já sentidos mas não conhecidos das mudanças climáticas; a necessidade de maior aproximação com o conjunto dos 2733 municípios, dos quais 682 são totalmente abrangidos pela RBMA; o fortalecimento e ampliação da participação dos diversos povos tradicionais nas ações e gestão da Reserva; apoio à conservação e ao desenvolvimento e às políticas de criação de unidades de conservação, maior participação do setor empresarial na sua implementação e a garantia de sustentabilidade financeira para manter gestão, ações e projetos da RBMA .



### **Pesquisa:**

A RBMA Promove a pesquisa em quase todos seus programas. Uma das mais importantes atuações neste campo foi por Meio do Programa Mercado Mata Atlântica com o Projeto Cadeias de Valor (Value Links) que pesquisa novos usos para produtos da Mata Atlântica. A RBMA utiliza a pesquisa para o desenvolvimento e a criação de seus próprios programas, que tem por base o conhecimento científico de qualidade. A Reserva contribui ainda com suas publicações, seminários e cursos para a divulgação do conhecimento científico e tradicional.

### **Monitoramento**

Um dos mais importantes programas da RBMA está o -Programa Anuário Mata Atlântica - A RBMA, desde 2010 faz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Assim como a RBMA. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Esta iniciativa inovadora e infelizmente única entre as reservas da biosfera recebeu especial homenagem da Secretária Executiva da Convenção.





RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



PARTE 2

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO PERIÓDICA  
(2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DA RBMA FASE 7





## 2 MANUAL DE PROCEDIMENTOS REVISÃO PERIÓDICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO RBMA – FASE 7

### 2.1 O QUE É A FASE 7 DA RBMA?

A RBMA foi criada a partir de 1991, com sua Fase 1 que incluía apenas algumas áreas de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Nas fases seguintes (1992, 1993, 2000, 2002 e 2008) a Reserva foi ampliada passando a incluir áreas de 16 dos 17 Estados onde ocorre a Mata Atlântica, cobrindo cerca de 45% da área total do Bioma Mata Atlântica, incorporando ainda cerca de 16 milhões de hectares de áreas marinhas envolvendo uma grande diversidade de ecossistemas. Seu zoneamento seguiu as 03 zonas básicas definidas pela UNESCO para Reservas da Biosfera (Zona Núcleo, Zona de Amortecimento e Zona de Transição).

Após a proposição da Fase 6 da RBMA, em 2008, foram criadas novas UC nas categorias de Proteção Integral e de Uso Sustentável, federais, estaduais e municipais. Da mesma forma, foram produzidas informações mais atualizadas ou precisas sobre a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, que subsidiarão a atualização da área abrangida pela RBMA e uma avaliação dos seus principais avanços e desafios nos últimos 10 anos.

Nesta perspectiva, a Revisão Periódica 2008 - 2018 e atualização da RBMA - Fase 7, serão apresentadas de acordo com o solicitado pelo Formulário UNESCO. O foco prioritário desta Fase 7 será o ajuste de sua delimitação e zoneamento, à partir de bases cartográficas mais precisas e da inserção nos diversos estados de novas unidades de conservação, mosaicos, corredores e áreas consideradas prioritárias para conservação. Serão também consideradas as demandas existentes de ampliação de limites e fortalecimento do sistema de gestão da RBMA, destacando-se dentre estas, as seguintes:

- Incorporação de remanescentes florestais e unidades de conservação de Mata Atlântica do Estado de Piauí;
- Revisão e ampliação do território da RBMA no Estado de São Paulo;
- Revisão e ampliação do território da RBMA no Estado do Paraná inserindo novas áreas da Itaipu Binacional;
- Atualização do sistema de gestão da RBMA, com redefinição de suas instancias de gestão nacionais e regionais, e criação de unidades descentralizadas.

As eventuais dúvidas e adequações serão resolvidas através de consultas à equipe técnica do Projeto RBMA - Fase 7 e à Secretaria Executiva Nacional, a qualquer momento, e por último durante o processo de discussão e aprovação pelo Conselho Nacional da RBMA, especialmente em sua 26ª Reunião Anual, prevista para ser realizada em agosto de 2018 em Foz do Iguaçu, Paraná.

### 2.2 QUAIS SÃO OS PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO?

Quaisquer alterações no desenho das Reservas da Biosfera, exceto quando exclusivamente nas zonas de transição, necessitam de aprovação da UNESCO. Para tanto, o país deve apresentar o novo mapeamento, junto com um formulário detalhado da proposta, a justificativa das alterações e a carta de apoio das instancias gestoras e parceiros.

A proposta de Atualização da RBMA- Fase 7 após aprovada pelo CN-RBMA e pela Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera – COBRAMaB, deverá ser encaminhada, até o mês de setembro de 2018, pelo Governo Brasileiro e pelo Itamarati à UNESCO/Paris para ser analisada pelo Conselho Consultivo para Reservas da Biosfera (Advisory Committee) que se reúne geralmente no mês de junho de cada ano. Quando aprovada, é então encaminhada ao Conselho de Coordenação Internacional (ICC-MAB), que fará sua



aprovação final ou não.

## 2.3 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DA FASE 7 DA RBMA - 2018

### 2.3.1 INTRODUÇÃO

Conforme as orientações estabelecidas e aprovadas na 25ª Reunião Anual do CN-RBMA, a FASE 7 da RBMA será elaborada à partir da cartografia original da RBMA – Fase 6, de 2008, disponibilizada no site da RBMA [www.rbma.org.br](http://www.rbma.org.br) e cujos dados podem ser acessados pelo link [www.rbma.org.br/arquivos/rbmafasevi.zip](http://www.rbma.org.br/arquivos/rbmafasevi.zip).

Constituirão as principais fontes para realização deste trabalho as edições do Anuário Mata Atlântica, elaborado pela RBMA, o Atlas da SOS Mata Atlântica, os Mapas de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, MapBiomias e o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do MMA.

### 2.3.2 PRINCÍPIOS GERAIS

**PG1** - Não estamos começando do zero, nem reinventando a RBMA, apenas atualizando seus limites e zoneamento em decorrência da:

1. Criação de novas Unidades de Conservação ou alteração nas existentes;
2. Existência de informações e cartografia mais precisa e atual sobre os remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados e identificação de novas áreas consideradas prioritárias para conservação;

**PG2** - Como critério genérico tem-se: A RBMA deve incluir os principais remanescentes da Mata Atlântica, bem como todas as Unidades de Conservação, nos diversos Estados abrangidos pelo Bioma.

Por “principais remanescentes florestais” entendem-se as áreas que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios:

1. Áreas de dimensões significativas (comparada com a média dos remanescentes regionais) com floresta primária ou mata secundária em estágio médio ou avançado de regeneração;
2. Áreas de concentração de fragmentos florestais significativos que possam ser interconectados através de corredores ecológicos, mosaicos de áreas protegidas ou Unidades de Conservação;
3. Áreas de interesse especial (prioritárias) para a conservação de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção;
4. Áreas de floresta com uso tradicional e sustentável por parte de comunidades;
5. Áreas florestadas do entorno de UCs ou que sejam importantes para a conectividade das mesmas.

Quando se busca incluir a totalidade das UCs do Bioma, o princípio geral não exclui a existência de exceções. Assim, áreas pouco conservadas, isoladas e distantes do corpo central da RBMA, para serem integradas à ela devem ser devidamente justificadas.

**PG3** - Na delimitação e zoneamento da RBMA, embora se busque uma maior padronização, devem se respeitar e valorizar as diferenças regionais apresentadas pela Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

### 2.3.3 CRITÉRIOS TEMÁTICOS

**Zoneamento:** conforme conceito definido pelo Programa MaB/UNESCO, todas as Reservas da Biosfera devem conter três tipos de zonas: zonas núcleo, zonas de amortecimento e conectividade e zonas de transição e cooperação.

**Zona Núcleo – ZN** – o objetivo central das zonas núcleo são a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais. São áreas legalmente protegidas e claramente delimitadas no território. Para a RBMA as zonas núcleo são constituídas por:

- Unidades de Conservação de Proteção Integral federais, estaduais ou municipais;
- RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural oficializadas;
- Zonas de Proteção Integral em UCs de uso sustentável, a exemplo das zonas de vida silvestre nas APAs ou zonas de proteção integral nas RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável;
- Áreas Naturais Tombadas com restrição de uso severa visando a conservação.
- APP - Áreas de preservação permanente efetivamente conservadas, quando individualizadas através de memoriais descritivos, ainda que simplificados, considerando os limites oficialmente reconhecidos, por zoneamento, projeto, ou normativa de conservação.
- Áreas de nascentes ou mananciais quando efetivamente conservadas, devidamente protegidas pela legislação (Código Florestal, Lei da Mata Atlântica, Lei de Mananciais ou Zoneamento Municipal) e claramente identificadas através de memoriais descritivos;
- Áreas de servidão ambiental, oficialmente estabelecidas para a proteção da biodiversidade e recursos hídricos.

Nos três últimos casos, a inclusão das áreas deverá ser devidamente justificada pelos proponentes e instancias gestoras da RBMA, caso a caso.

Da mesma forma, a eventual mudança de zoneamento de áreas já reconhecidas pela UNESCO deve se restringir ao mínimo e ser devidamente justificada pelos proponentes e instancias gestoras da RBMA, caso a caso.

**Zona de Amortecimento e Conectividade – ZA** - o objetivo das zonas de amortecimento é, ao mesmo tempo, minimizar os impactos ambientais negativos sobre as zonas núcleo e promover a qualidade de vida das populações que habitam no entorno das mesmas ou em UCs de Uso Sustentável, especialmente as comunidades tradicionais.

As zonas de amortecimento são estabelecidas no entorno das zonas núcleo ou entre elas, promovendo sua conectividade. Toda zona núcleo deve ser envolta por uma zona de amortecimento. No entanto, nem toda zona de amortecimento deve obrigatoriamente ter uma zona núcleo em seu centro, desde que contorne ou conecte outras zonas núcleo. Em áreas muito extensas de zona de amortecimento sem núcleos definidos por UCs de uso integral, especial atenção deve ser dada às APPs e outras áreas protegidas que eventualmente possam ser enquadradas como Zonas Núcleo da RBMA.

Para a RBMA as zonas de amortecimento são constituídas prioritariamente por:

- Unidades de conservação de uso sustentável estabelecidas pelo SNUC ou Sistemas Estaduais de UCs.
- Obs.: zonas de proteção integral dessas UCs podem ser classificadas como zonas núcleo da RBMA;
- As áreas de amortecimento das UCs definidas por seus decretos de criação ou planos de manejo;
- As áreas naturais tombadas (quando não incluídas como Zonas Núcleo);



- Os corredores ecológicos entre Unidades de Conservação;
- As áreas de mananciais oficiais que não se enquadrarem como zona núcleo;
- Áreas de amortecimento no entorno de RPPN isoladas, que embora não tenham essa zona na definição legal, devem tê-las na RBMA;
- Territórios Indígenas;
- Territórios Quilombolas;
- Reservas legais ou áreas de servidão ambiental que tenham uso direto de recursos naturais;
- Áreas prioritárias para conservação da Mata Atlântica que sejam oficialmente consideradas de prioridade «muito alta» ou «extremamente alta» e que não se enquadrem nos critérios de Zona Núcleo;
- Áreas marinhas previstas no item Zoneamento Costeiro Marinho deste documento;
- Áreas urbanas previstas no item Zoneamento Urbano, deste documento.

Observações:

- As zonas de amortecimento devem ter seus limites claramente definidos em memoriais descritivos e respectiva cartografia;
- Na sua delimitação deve-se buscar a coincidência com outros zoneamentos existentes (APAs, municípios, GERCO, etc.) e preferencialmente seguindo referências permanentes e de fácil identificação (rios, divisores de água, estradas, linhões, dutos, etc.).
- A zona de amortecimento da RBMA deve incluir as zonas de amortecimento das UCs, mas não se restringe a elas podendo ser mais amplas e abrangentes.

**Zona de Transição e Cooperação – ZT** - as zonas de transição envolvem todas as zonas de amortecimento e, por consequência, todas as zonas núcleo da Reserva. São elas que definem o limite externo da RBMA e suas dimensões. Embora na definição do zoneamento de RBs pela UNESCO as ZT não têm necessariamente limites fixos, o Conselho Nacional da RBMA estabeleceu que, no caso dessa Reserva, as zonas de transição também devem ser delimitadas com precisão.

As zonas de transição destinam-se prioritariamente ao monitoramento, à educação ambiental e à integração da Reserva com seu entorno, onde (no entorno) predominam áreas urbanas, agrícolas e industriais de uso e ocupação intensos.

Para a RBMA as zonas de transição são constituídas por:

- Uma faixa territorial com largura definida entre 300 metros e 10 quilômetros, ambiental e tecnicamente determinadas pelas instancias gestoras da RBMA, que contorne todas as ZA da Reserva;
- Áreas que contenham remanescentes florestais de “alta” ou “muito alta” prioridade para conservação, que tenham proximidade física e influência ambiental nas demais zonas da Reserva;
- Assentamentos humanos dispersos e de baixo impacto socioambiental, bem como sítios turísticos em iguais condições;
- Áreas agrícolas consolidadas, de baixo impacto ambiental.

Observações:

- sempre que possível e plausível a delimitação das ZT, deve considerar as bacias hidrográficas, limites municipais e outros zoneamentos oficiais que tenham coerência com os princípios e objetivos da Reserva da Biosfera.
- em casos excepcionais a Zona de Transição pode ter largura reduzida ou ampliada por força de





situações também excepcionais no terreno. Exemplos são faixas de fronteira ou em Unidades de Conservação totalmente incluídas na malha urbana.

### 2.3.4 ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES DA RBMA

Os limites da RBMA coincidem com os das zonas de transição e serão produto do trabalho de “dentro para fora”, a partir das zonas núcleo. Os limites serão a consequência natural da aplicação dos critérios apresentados nos itens anteriores e pretende-se que se configurem como o limite atual da RBMA.

Na produção do novo mapeamento da RBMA deverão ser identificadas as diversas Unidades de Conservação que compõe as zonas núcleo e zonas de amortecimento. No caso das ZA, além das UCs, devem ser claramente delimitadas e identificadas os Territórios Indígenas, os Territórios Quilombolas e outras áreas especiais incluídas na RBMA, como os Mosaicos, Corredores Ecológicos, Sítios de Patrimônio Mundial e Sítios Ramsar.

Todas essas unidades territoriais devem estar listadas em uma tabela que acompanha o memorial descritivo da RBMA no Estado.

### 2.3.5 LEGENDA CARTOGRÁFICA

As propostas devem seguir a padronização técnica, as cores e legendas apresentadas na cartografia de trabalho encaminhadas pela equipe da RBMA aos pontos focais e representantes de cada Estado.

### 2.3.6 AGENDA DE TRABALHO

**Dezembro 2017** – aprovação da proposta de realização da Revisão Periódica e Atualização da RBMA- FASE 7, na 25ª Reunião Anual do CN-RBMA.

**Fevereiro/ Março- Maio 2018** – preparação do Projeto Revisão Periódica (2008 / 2018) e Atualização da delimitação e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica / RBMA - Fase 7 e mobilização de recursos junto aos patrocinadores

**Abril/ Maio 2018** - envio de ofício às instancias gestoras da RBMA, conselheiros e pontos focais dos 17 Estados da Mata Atlântica informando sobre o Projeto e solicitando apoio ao processo.

#### **Maio/Julho de 2018**

- Contratação de consultoria especializada para o gerenciamento do projeto e serviços de geoprocessamento e cartografia;
- Preparação do Manual de Revisão Periódica e Atualização da RBMA-Fase 7
- Preparação pelas consultorias especializadas técnica e de geoprocessamento do conjunto de mapas de cada estado, com a versão preliminar da atualização da delimitação e zoneamento da RBMA - Fase 7, sendo previsto:
  1. Compilação dos mapas de referência
  2. Incorporação das Novas UCs nos 17 estados
  3. Incorporação de áreas da Mata Atlântica do Piauí
  4. Incorporação de novas áreas de SP
  5. Incorporação de novas áreas da Itaipu Binacional - PR
  6. Incorporação de informações do Atlas da SOS Mata Atlântica/INPE e MapBiomias
  7. Produção dos shapes também em projeção WGS 84 e PDF para cada um dos estados
- Preparação da minuta do Formulário UNESCO com a Revisão Periódica da RBMA (2008 / 2018) e proposta



preliminar da Atualização da RBMA - Fase 7.

**Maião/Julho de 2018** – Análise e complementação da proposta de Atualização RBMA- Fase 7 pelas instancias estaduais gestoras da RBMA, conselheiros e pontos focais dos 17 Estados da Mata Atlântica.

**Julho/Agosto de 2018** – Consolidação das propostas recebidas e elaboração da proposta final da Revisão Periódica e Atualização da RBMA- FASE 7 pela equipe técnica da secretaria executiva e consultores.

**Agosto de 2018** – Apresentação da proposta na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA para apreciação e aprovação dos conselheiros.

**Setembro de 2018** - Finalização do Formulário UNESCO/ Documento Final de Revisão Periódica e Atualização da RBMA-Fase 7 e tramitação junto ao MMA/ COBRAMaB para análise e aprovação.

**Setembro de 2018** - Editoração do documento final RBMA-Fase 7, em português e inglês, e encaminhamento UNESCO, para aprovação, sendo previsto:

- Tradução, ilustração, anexação de documentos e mapas
- Editoração e reprodução do documento final
- Encaminhamento do Documento Final à UNESCO Paris
- Acompanhamento do processo de análise pelo MAB /Paris pela RBMA
- Esclarecimentos de questionamentos feitos pelo MAB/Paris
- Apresentação final da proposta ao MAB/Paris





RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



PARTE 3

PROPOSTA DA RBMA FASE 7 POR REGIÕES E ESTADOS

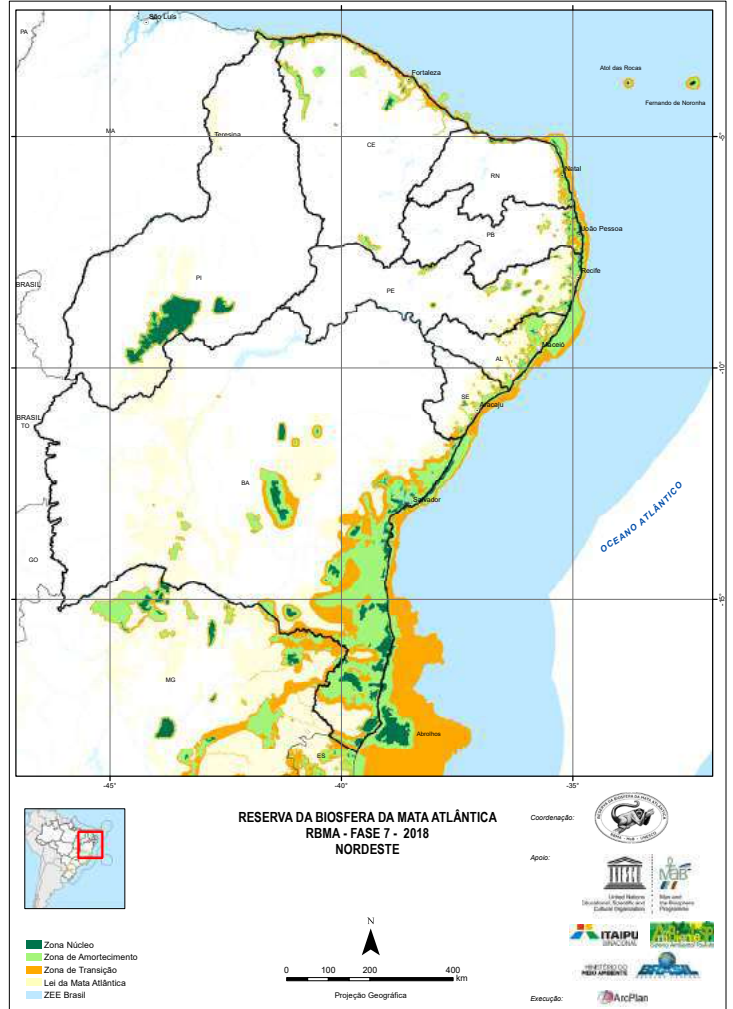






### 3 PROPOSTA DA RBMA FASE 7 POR REGIÕES E ESTADOS

#### REGIÃO NORDESTE

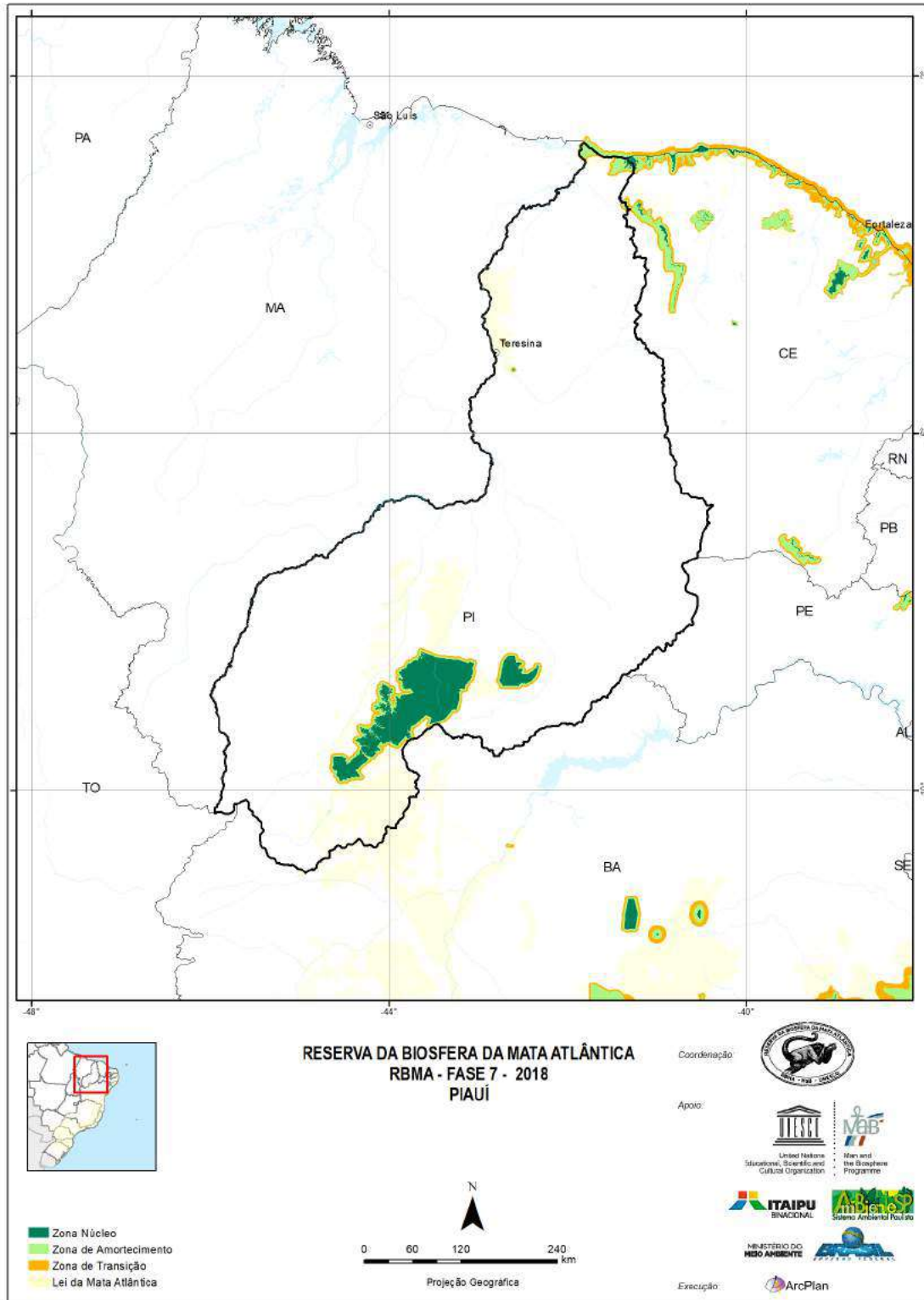




RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.1 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ

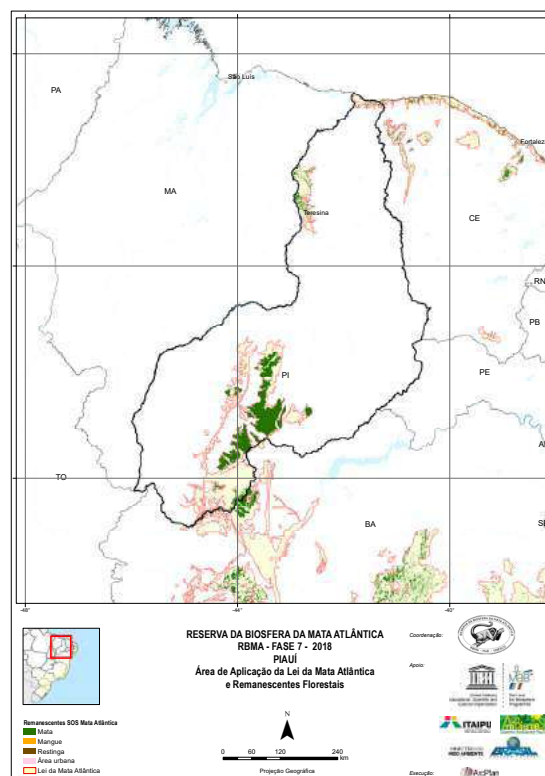


### 3.1.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ

“No imaginário popular a visão do meio ambiente do Piauí como um lugar pobre em vegetação, sem paisagens naturais atraentes ou diversificadas, está cada vez mais defasada em relação às reais características do território. Além do encontro de diferentes biomas como Cerrado e Caatinga, o Estado guarda remanescentes de Mata Atlântica únicos no mundo e uma das maiores áreas naturais do interior do Nordeste, a região de Serra Vermelha.

Ali, o encontro de diferentes tipos de vegetação originou espécies endêmicas, com a presença de mais de 340 espécies de vertebrados terrestres. Poucos sabem que a Mata Atlântica ocupa 10,52% da área do Estado, numa área de 2,6 milhões de hectares, que se estende sobre o território de 43 municípios piauienses” (Fonte :Rede Mata Atlântica –RMA Notícias/Maio de 2015) .

“As maiores áreas de vegetação estão localizadas nos municípios de Guaribas e Canto do Buriti com a fisionomia de floresta estacional decidual montana e floresta estacional semidecidual submontana, no município de Alvorada do Gurguéia. No que se refere ao manguezal, os municípios em que se identificou a sua presença são Cajueiro da Praia; Luís Correia; Parnaíba e Ilha Grande.” (Fonte: Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006) .

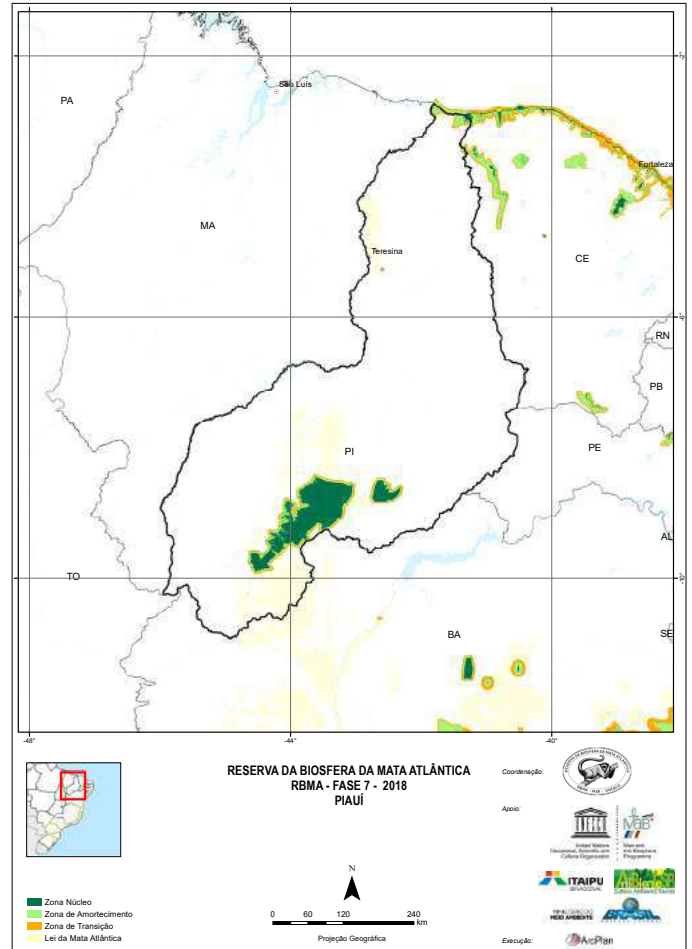
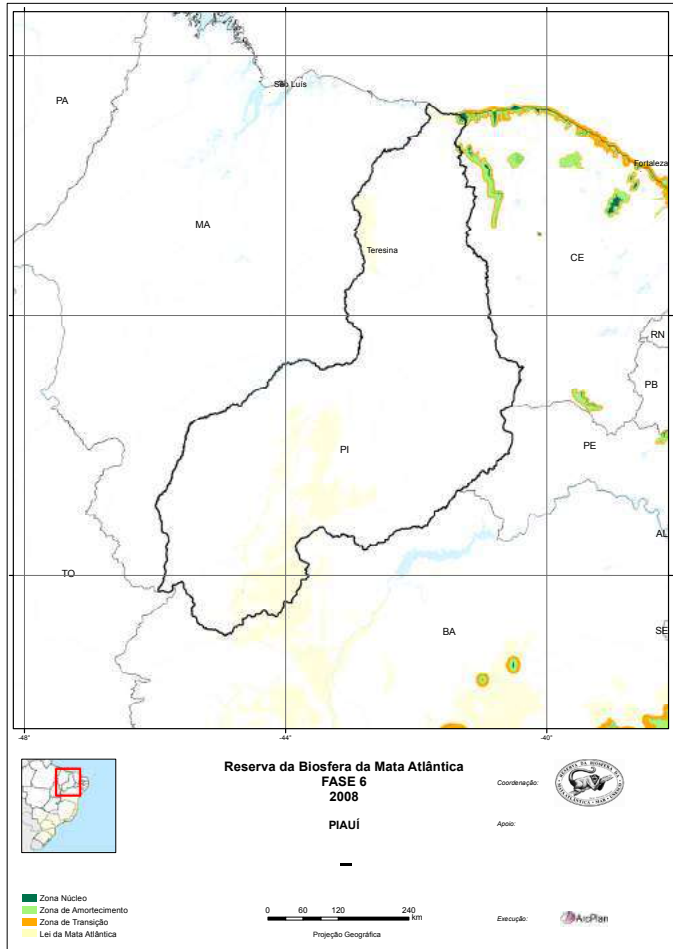






### 3.1.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PIAUÍ

#### Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



#### Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	PI	25.157.775	29.529	0,11%	6.039	35.568
Fase 7			1.499.378	5,95%	49.634	1.549.012

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PIAUÍ																									
RBMA FASE 6 (2008)						RBMA FASE 7 (2018)																			
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)					TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)					TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL				
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	REBIO	RESEC	RESEX	RPPN					CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	PE	PARNA	RESEX	RPPN								
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		1	0	1	2	0	2	6	0	0	0	6			
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																									
CORREDOR						0				0	CORREDOR						0				0				
MOSAICO AP						0				0	MOSAICO AP						1				1				
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)													SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)												
ZONA NÚCLEO						0				0	ZONA NÚCLEO						5				5				
ZONA DE AMORTECIMENTO						0				0	ZONA DE AMORTECIMENTO						1				1				
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																									
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7													1					2					3		
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7																2							2		
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7															1								1		

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



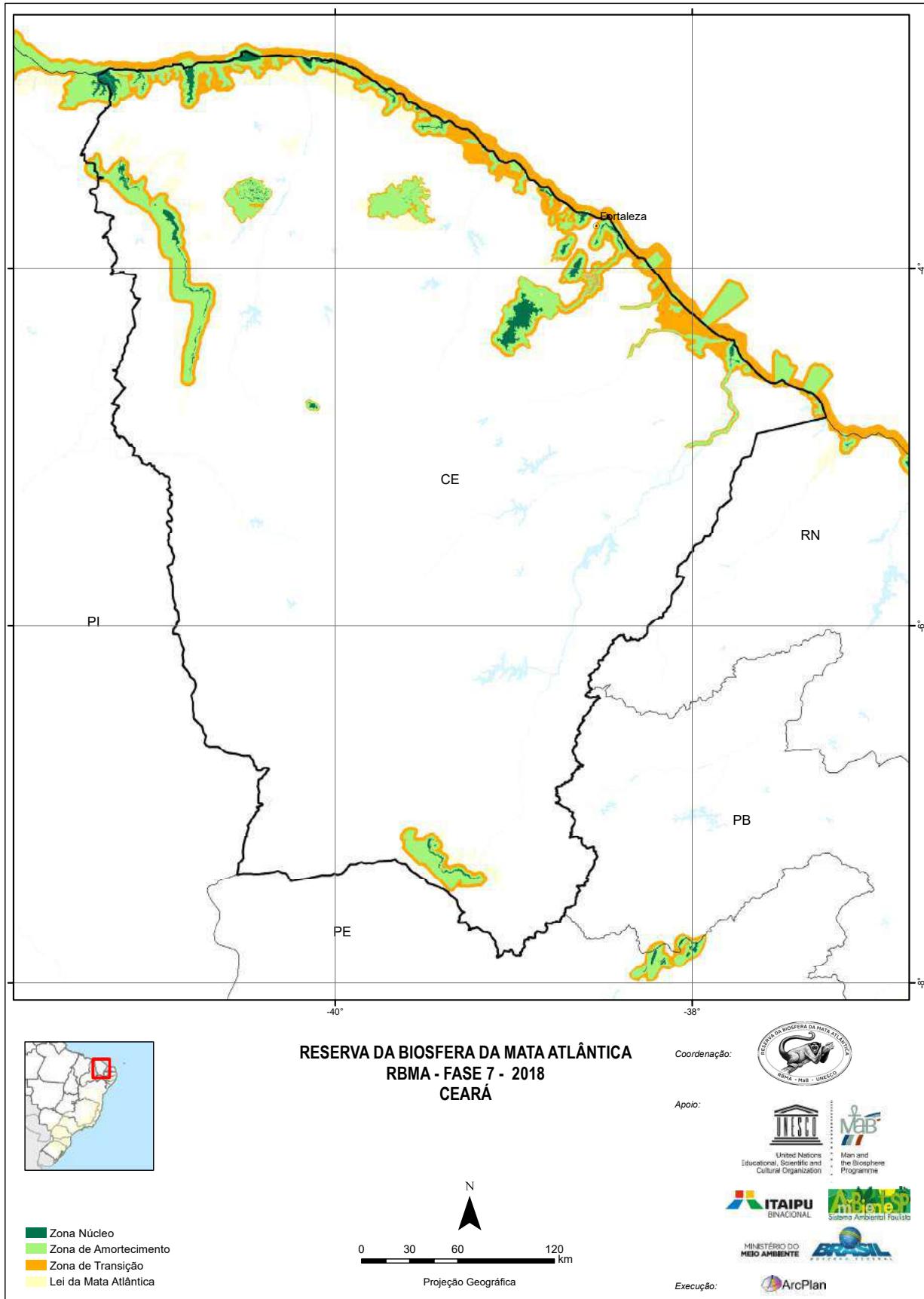
### 3.1.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS A RBMA - FASE 7 / PIAUÍ

No Estado do Piauí as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **6 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Piauí /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, de **1 área protegida criada após 2008**, inserida no Sistema Estadual (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Piauí/RBMA Fase 7);



### 3.2 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ

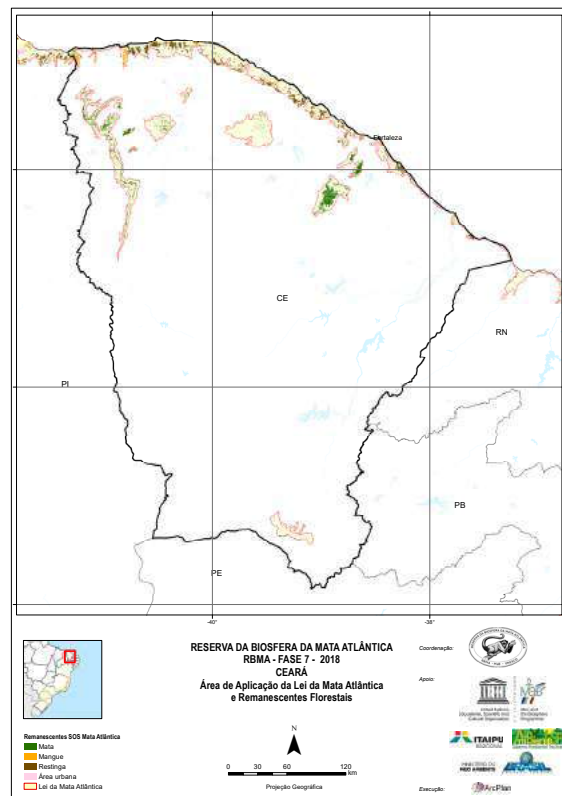




### 3.2.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ

“...A Mata Atlântica no Ceará ocupa uma área total de 1.873 km<sup>2</sup> e está localizada de maneira dispersa em dez regiões: Chapada do Araripe, Litoral, Chapada do Ibiapaba, Serra da Aratanha, Serra de Baturité, Serra do Machado, Serra das Matas, Serra de Maranguape, Serra da Meruoca e Serra de Uruburetama, ocupando total ou parcialmente 67 municípios” ....

... “Como em boa parte do nordeste brasileiro,” é no litoral do Estado que se verifica a maior agressão à biodiversidade dos ecossistemas associados à Mata Atlântica: manguezais, restingas e vegetação de dunas. A redução das áreas de manguezal se explica pelo uso incompatível do solo associado à expansão de complexos turísticos e culturas de crustáceos. A vegetação de restinga tem sua redução também associada ao turismo e à expansão da agricultura” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Ceará: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira).

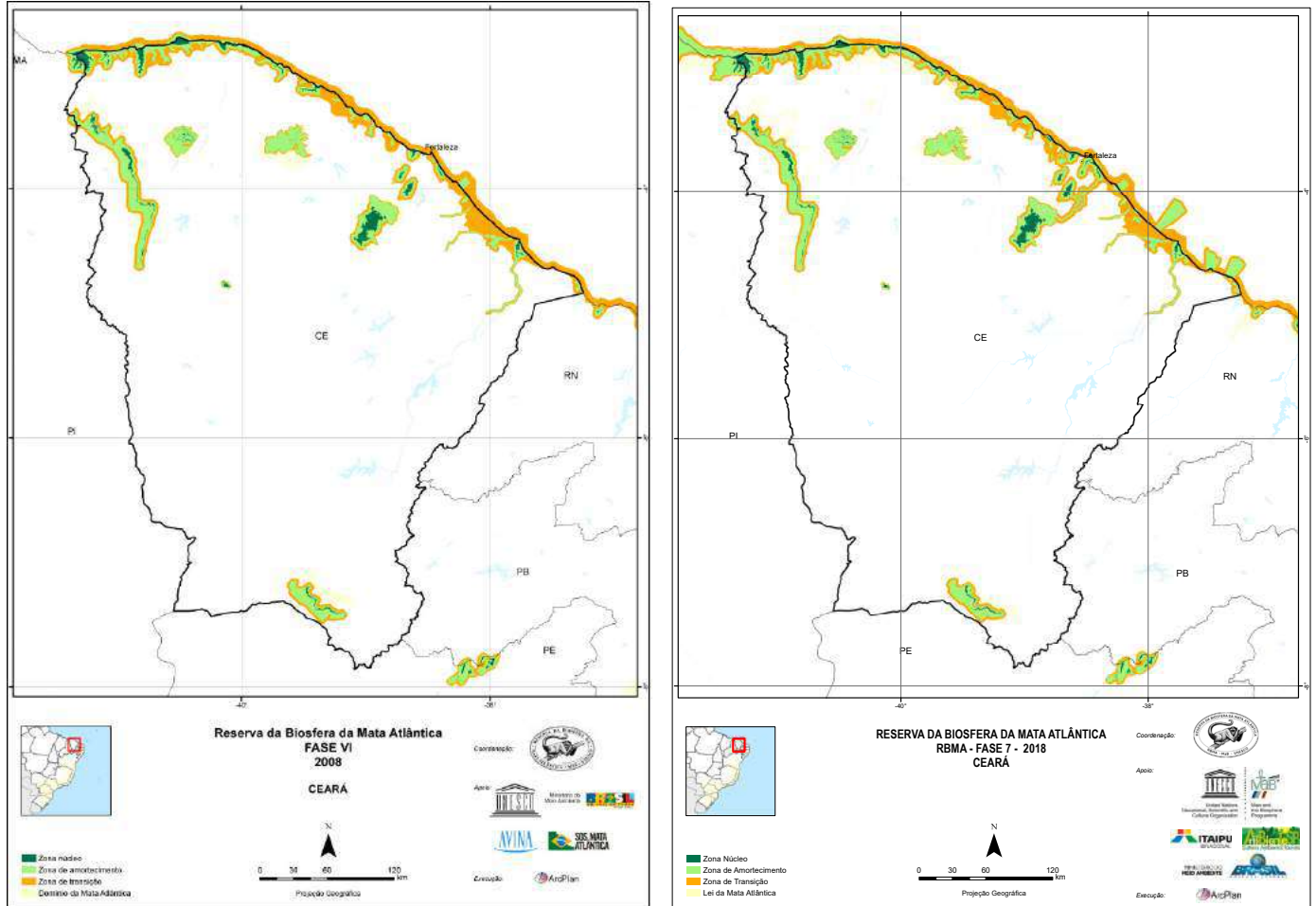






3.2.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO CEARÁ

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	CE	14.950.440	1.182.578	7,90%	322.632	1.505.210
Fase 7			1.268.844	8,48%	398.644	1.667.488

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - CEARÁ																													
RBMA FASE 6 (2008)										RBMA FASE 7 (2018)																			
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)					TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)					TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL								
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	FLONA	RESEC	RESEX	PARNA	15	3	2	0	20	CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ARIE	ESEC	FLONA	MONA	PE	PN	PARNA	PNN	RESEX	RPPN	RVS	79	3	5	3	90
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS										OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																			
CORREDOR											0	CORREDOR											1						
MOSAICO AP											0	MOSAICO AP											0						
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)										SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)																			
ZONA NÚCLEO											3	ZONA NÚCLEO											58						
ZONA DE AMORTECIMENTO											20	ZONA DE AMORTECIMENTO											32						
										SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																			
										12	1	1	2	2	1	1	1	1	1	13			3	5	3	46			
										9	1				2												12		
										1			1	2		1	1	1	1	24	1						32		

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



### 3.2.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / CEARÁ

No Estado do Ceará as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA decorreram de:

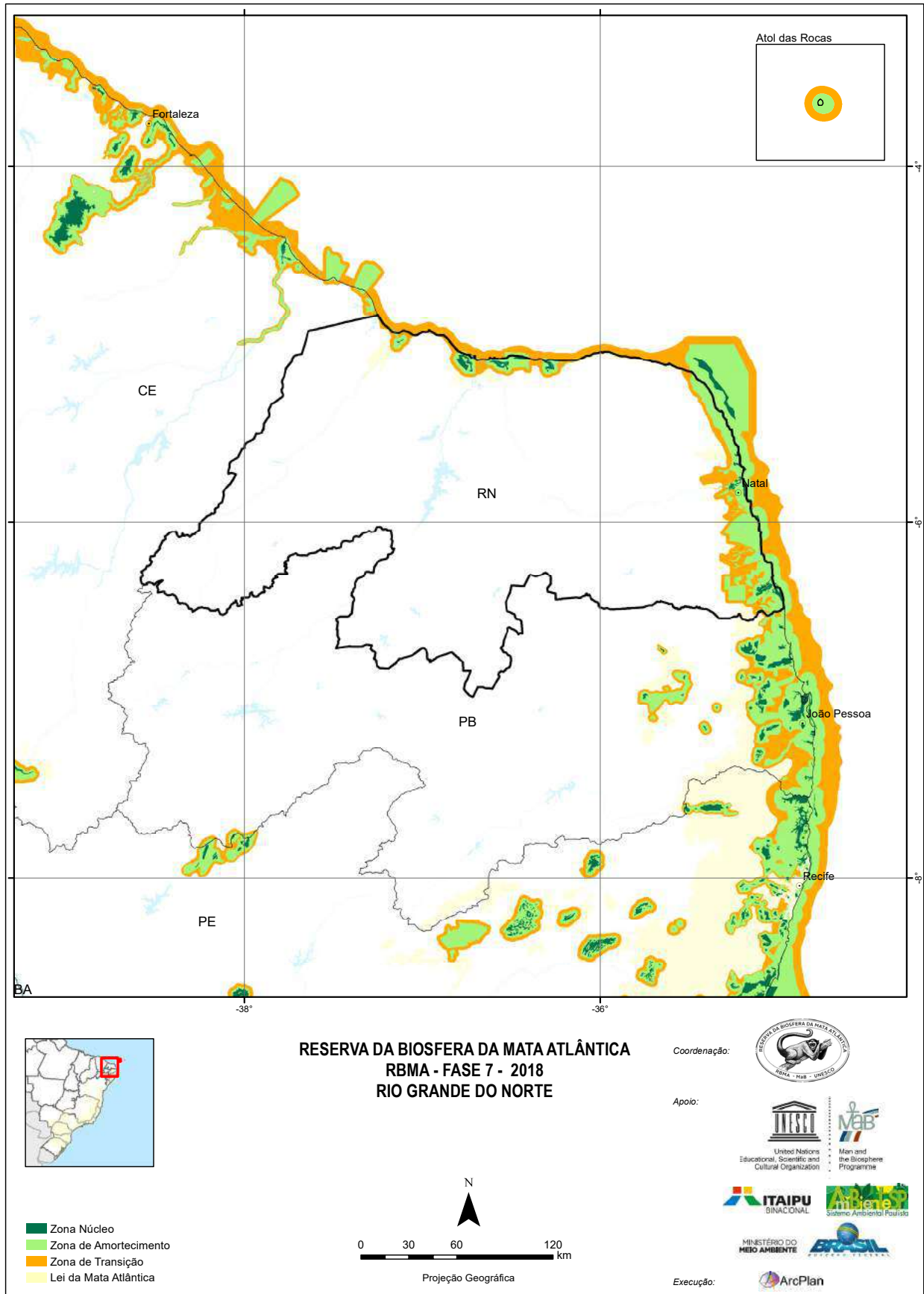
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **58 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **32 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **5 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **3 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7).



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.3 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

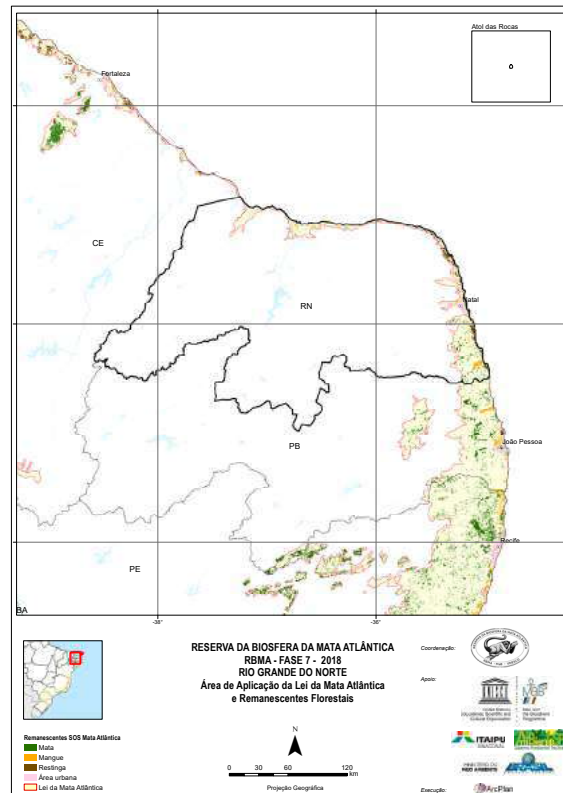




### 3.3.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

“O Domínio da Mata Atlântica DMA no Rio Grande Norte ocupa uma área total de 3.298 Km<sup>2</sup> e está localizado no litoral leste do Estado, ocupando total ou parcialmente 27 municípios, abrangendo os ecossistemas de mata, restinga e manguezal. Embora não incluído no DMA, o litoral norte apresenta áreas de remanescentes de restinga e de manguezal, nos municípios de São Bento do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, Areia Branca, Grossos e Tibau. Da mesma forma, são encontrados fragmentos de mata serrana nos municípios de Martins, Portalegre, Serrinha dos Pintos, Coronel João Pessoa e Luís Gomes” ....

....“Apesar da acentuada fragmentação dos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica no Estado, vislumbra-se a possibilidade de estabelecimento de corredor ecológico partindo da Mata da Estrela, no município de Baía Formosa, e seguindo pelas restingas arbustivo-arbóreas do litoral até o município de Natal. Outro corredor pode ser formado a partir de Extremoz até o município de Touros, também protegendo e recuperando o ecossistema de restinga. Esses dois trechos constituem Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Norte, segundo os resultados do “Workshop de Avaliação de Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, realizado em Atibaia, São Paulo, em 1999” .... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores do Rio Grande do Norte : Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira)

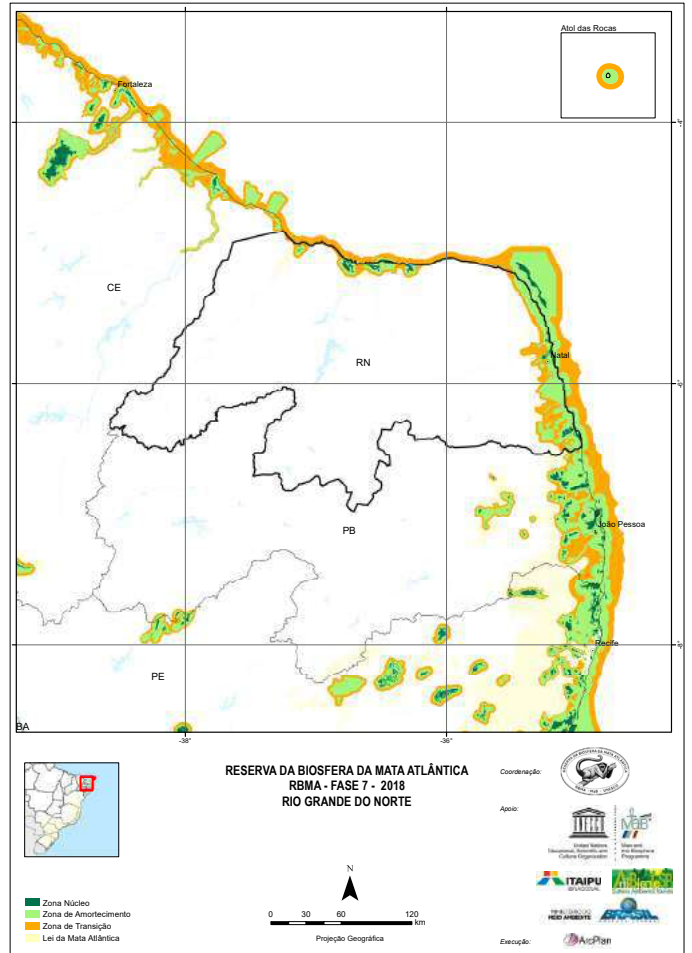
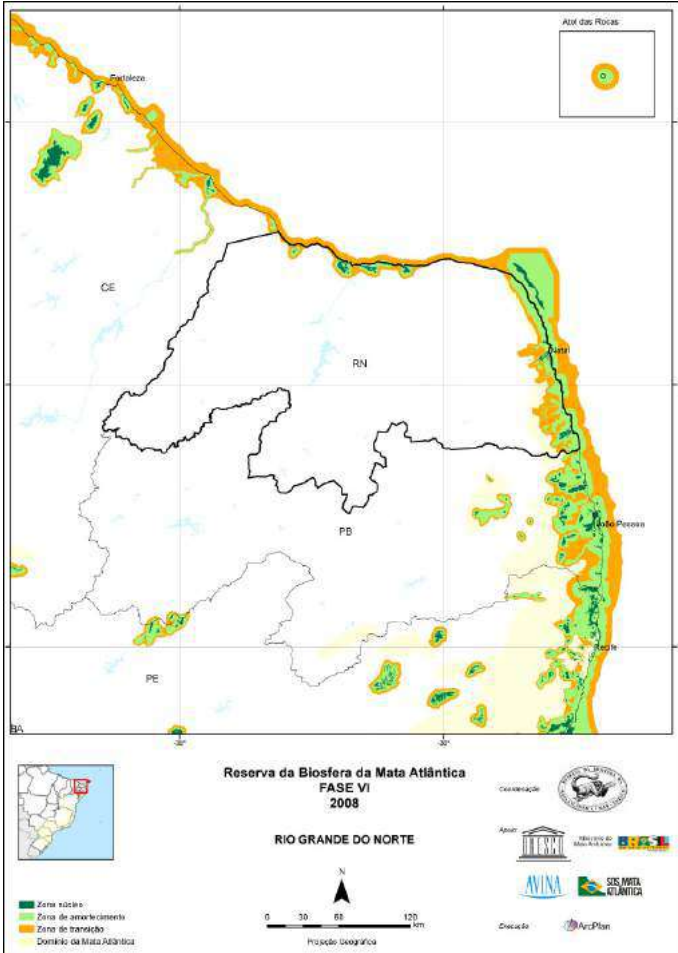






3.3.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	RN	5.336.070	335.295	6,28%	507.793	843.088
Fase 7			364.570	6,83%	500.880	865.450

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - RIO GRANDE DO NORTE																							
RBMA FASE 6 (2008)						RBMA FASE 7 (2018)																	
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)					TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)					TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL		
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	FLONA	REBIO	RESEX	RESEX	RPPN	3	3	0	0	6	CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	FLONA	PNM	RDS	REBIO	RPPN	10	2	0	0	12
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS											OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS												
CORREDOR						0						CORREDOR						0					
MOSAICO AP						0						MOSAICO AP						0					
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)											SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)												
ZONA NÚCLEO						1						ZONA NÚCLEO						6					
ZONA DE AMORTECIMENTO						5						ZONA DE AMORTECIMENTO						6					
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7											SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7												
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7											1	1			1				2				5
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7											3		1	1		1							6
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7																	1						1

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



### 3.3.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / RIO GRANDE DO NORTE

No Estado do Rio Grande do Norte as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA decorreram de:

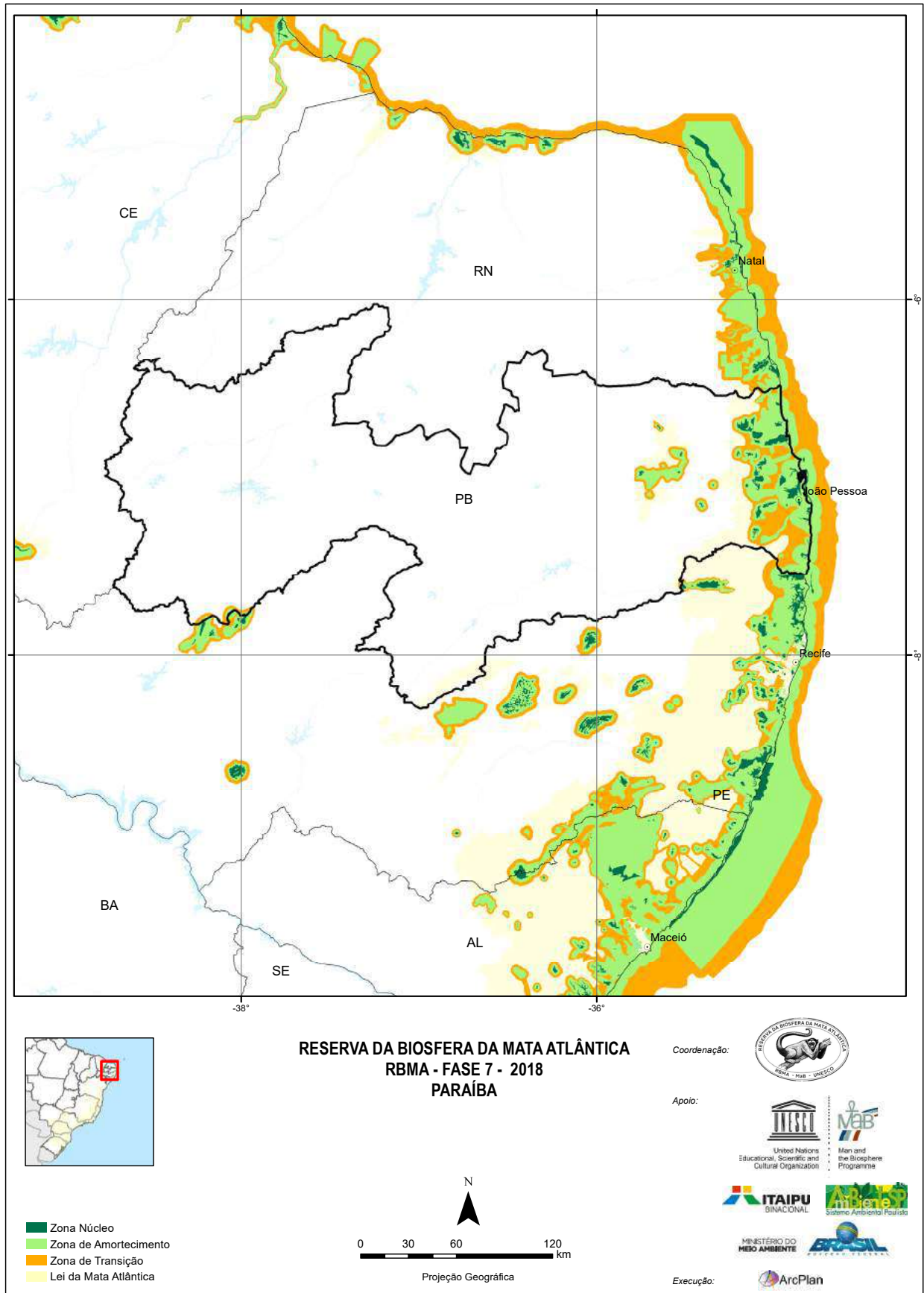
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **11 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Norte / RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **1 área protegida criada após 2008**, inserida no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Norte /RBMA Fase 7);



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

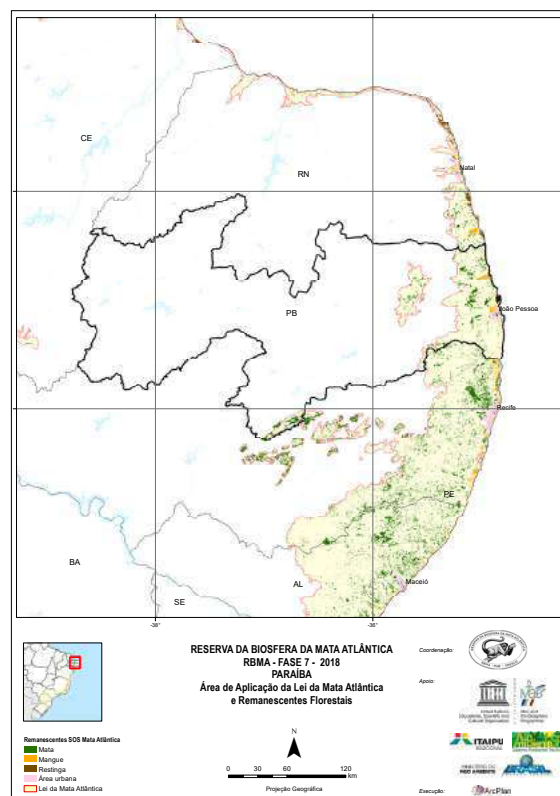
### 3.4 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA



### 3.4.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA

“O Domínio da Mata Atlântica (DMA) na Paraíba abrange duas grandes áreas, perfazendo um total de 6.743 Km<sup>2</sup> e ocupando total ou parcialmente 63 municípios, incluindo os ecossistemas de mata, restinga e manguezal” ....

... “As atividades identificadas no levantamento, que mais impactaram esses ecossistemas de Mata Atlântica no Estado foram: a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e o desenvolvimento de atividades voltadas para a carcinicultura em áreas de manguezal. No que tange à identificação de áreas com maior concentração de mata, destaque deve ser dado aos municípios de Cruz do Espírito Santo, Santa Rita, Rio Tinto e Mamanguape. A disposição dessas manchas de fragmentos florestais insinua a formação de um corredor ecológico. Outra área de destaque corresponde aos remanescentes encontrados no município de Areias e Alagoa Grande, conjunto de grande interesse ecológico e social, por tratar-se de fragmentos de mata serrana (ou brejo de altitude). O Pico do Jabre, localizado no município de Maturéia, por se constituir num enclave florestal em área de Caatinga, merece atenções especiais tendo em vista os resultados obtidos nesse mapeamento que demonstram decréscimos de área nos últimos dez anos. Convém salientar que essas três áreas constituem Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica na Paraíba, segundo os resultados do “Workshop de Avaliação de Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, realizado em Atibaia, São Paulo, em 1999” ... (Fonte: **Trechos retirados do Livro: Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Paraíba: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira).

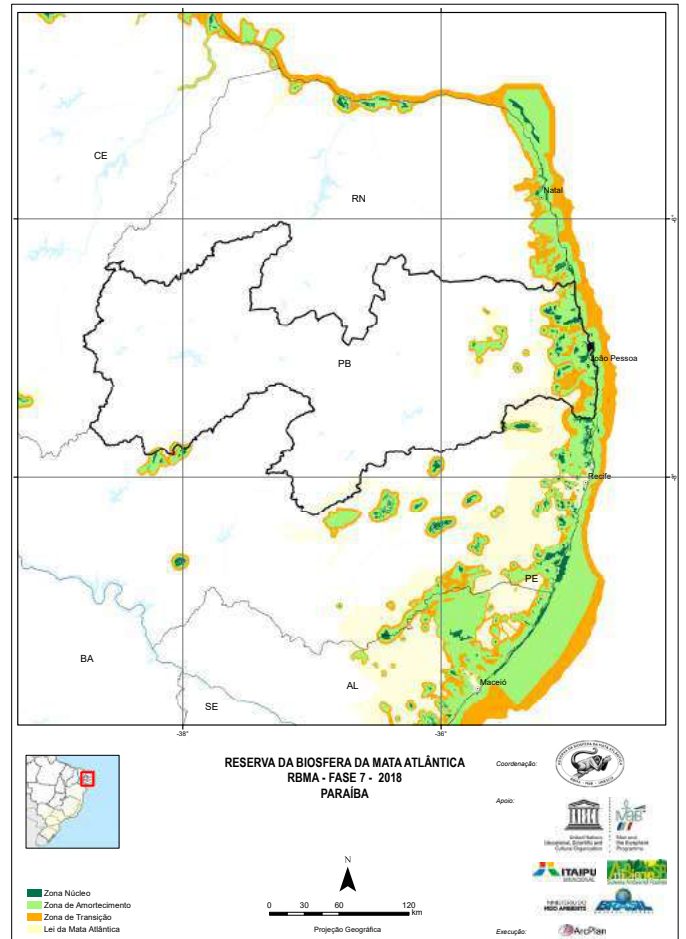
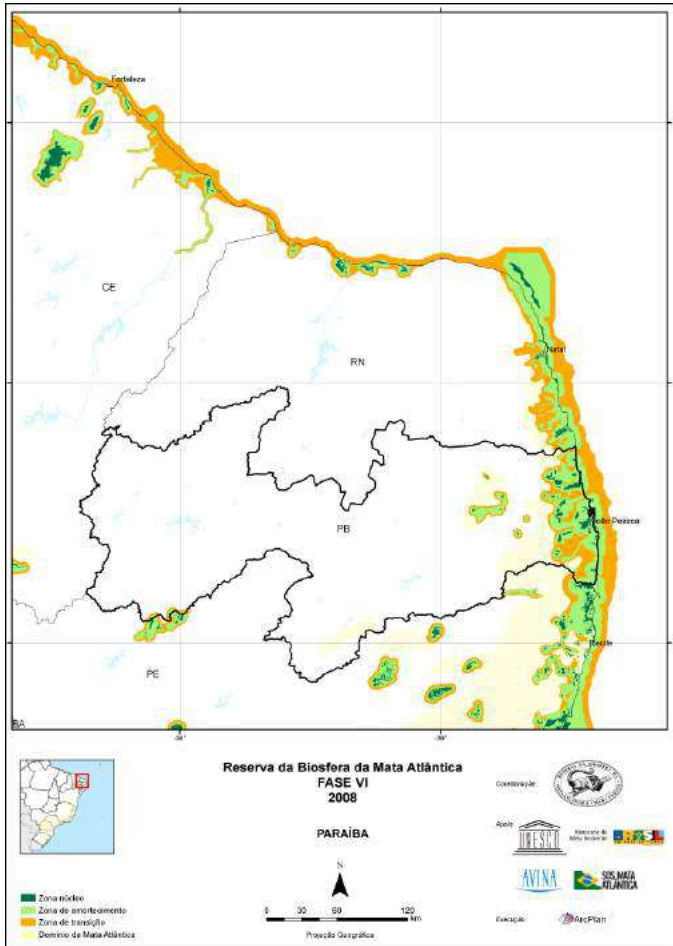






3.4.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA PARAÍBA

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	PB	5.702.556	405.181	7,10%	198.045	603.227
Fase 7			406.292	7,12%	195.582	601.874

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PARAÍBA																																								
RBMA FASE 6 (2008)							RBMA FASE 7 (2018)																																	
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL																	
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ARIE	PE	FLONA	REBIO	RPPN	RESEC					CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ARIE	ESEC	FLONA	PE	REBIO	RESEC	RESEX	RPPN	RVS	PEC																	
	2	2	6	1	2	3	1	17	4	3	0	24		4	4	1	1	6	1	1	1	4	1	1	25	4	3	4	36											
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS												OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																												
CORREDOR							0					0	CORREDOR							0					0															
MOSAICO AP							0					0	MOSAICO AP							0					0															
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)												SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)																												
ZONA NÚCLEO							15					15	ZONA NÚCLEO							23					23															
ZONA DE AMORTECIMENTO							6					6	ZONA DE AMORTECIMENTO							13					13															
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7												SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																												
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7												4	3	1	1	6	1	1	1	4	1	1	4	1	1	4	1	1	4	1	1	4	1	1	4	1	1	25		
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7													1							1									1										3	5
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7																1																1						4	6	

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



### 3.4.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / PARAÍBA

No Estado da Paraíba as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

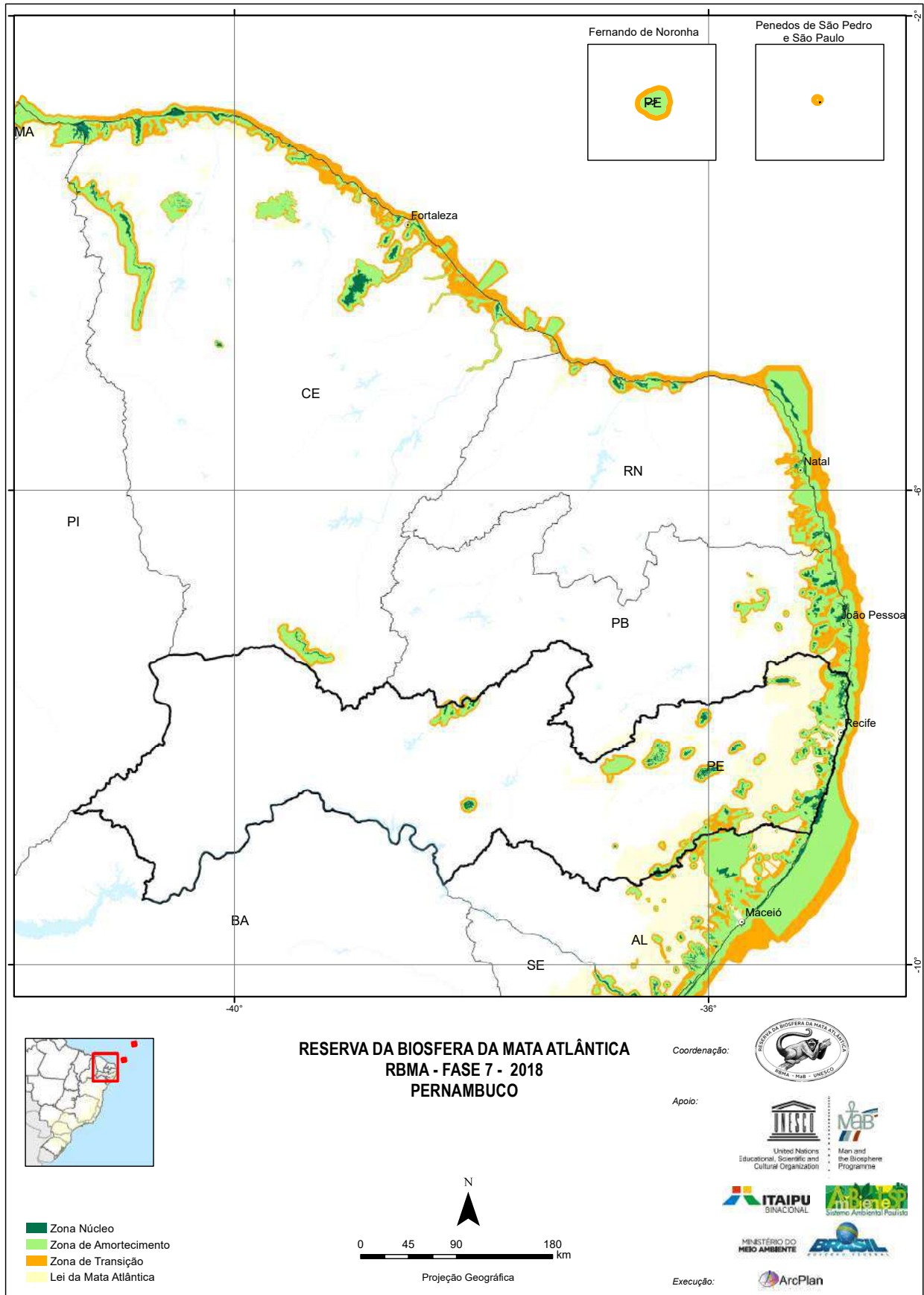
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **30 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **6 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Vide Anexo XXX - Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **3 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **4 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7).



RBMA  
Fase 7

# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

## 3.5 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

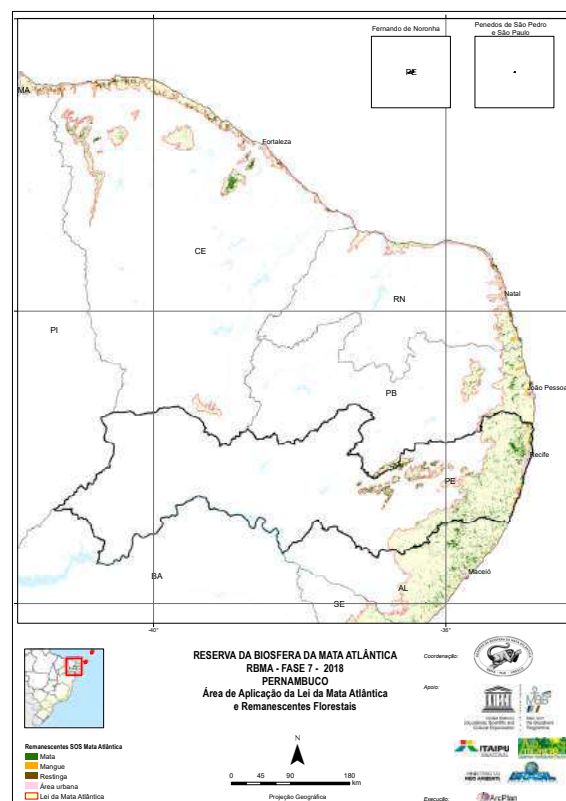


### 3.5.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

“A Mata Atlântica nos estados de Alagoas e Pernambuco representa grande parte do que restou do Centro de Endemismo Pernambuco, o qual abriga a floresta costeira de Alagoas ao Rio Grande do Norte. Estudos indicam que um terço das árvores do Centro Pernambuco estariam ameaçadas de extinção regional, consequência da interrupção do processo de dispersão de sementes. Modelos de extinção de árvores, elaborados posteriormente, sugerem que esse número pode estar subestimado e que a floresta ao norte do Rio São Francisco é a unidade biogeográfica da Mata Atlântica de maior probabilidade de perder espécies em escala regional e global. Nessa região, por exemplo, é onde se encontra um dos locais (Murici, Alagoas) com a maior quantidade de espécies de aves ameaçadas de extinção nas Américas “... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Pernambuco: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira).

Cabe destacar a existência de cerca de 40 fragmentos de florestas urbanas na região Metropolitana de Recife de grande importância para a proteção da biodiversidade e dos mananciais de água dessa região.

O Arquipélago de Fernando de Noronha, também incluído na RBMA e reconhecido como Sítio do Patrimônio Mundial Natural, embora distante 545 milhas da costa, pertence ao território do Estado do Pernambuco.





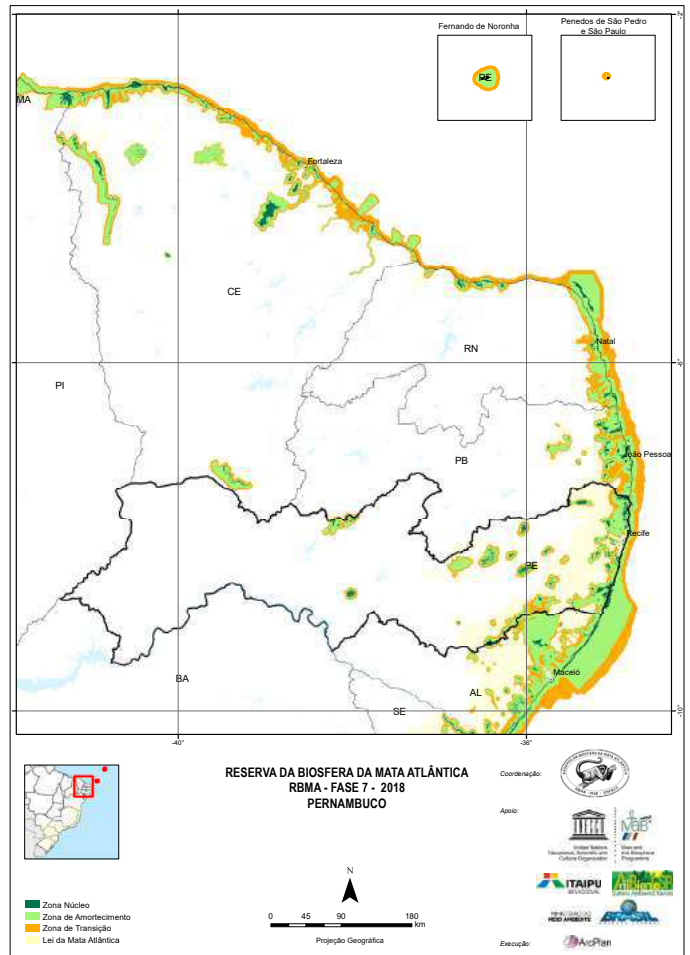
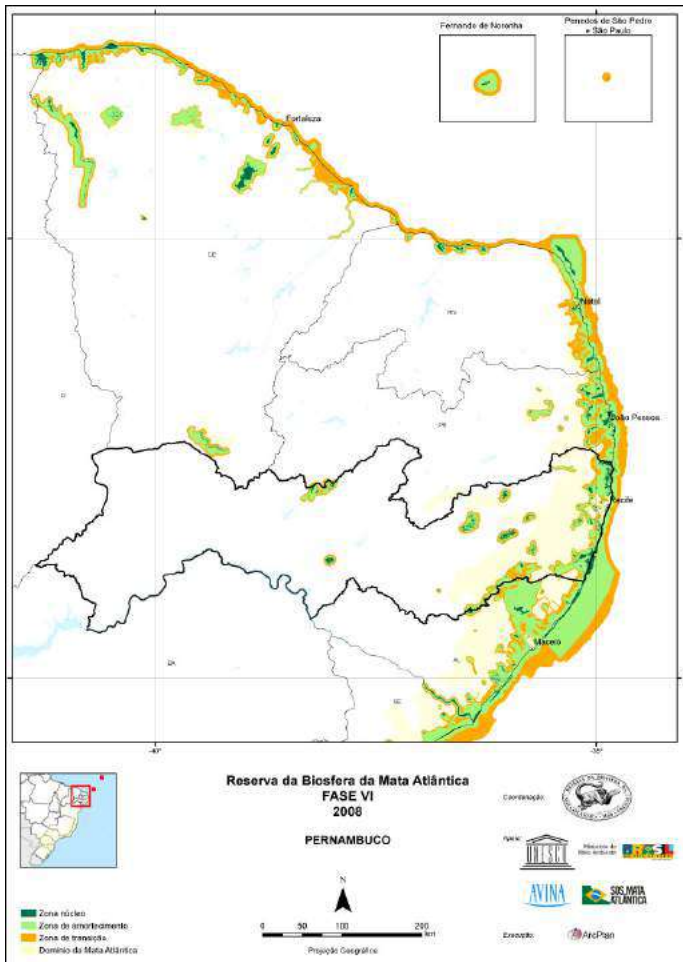


RBMA  
Fase 7

# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

## 3.5.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



### Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	PE	9.908.692	726.653	7,33%	363.032	1.089.685
Fase 7			819.962	8,27%	368.543	1.188.469

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PERNAMBUCO																																																
RBMA FASE 6 (2008)							RBMA FASE 7 (2018)																																									
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP	TI	TQ	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP	TI	TQ	TOTAL GERAL																									
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	PARNA	PE	PEC	PM	REBIO	RESEC	RPPN				CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ARIE	ESEC	MONA	PARNA	PE	PEC	PN	PNE	PNM	REBIO	RESEC	RESEX	RPPN	RFU	RVS																				
	16	1	2	2	2	3	39	10	75	3	0	0	78	32	4	3	2	2	4	2	1	1	6	37	1	15	8	37	156	4	2	1	163															
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																																																
MANANCIAL							3					MANANCIAL							4																													
CORREDOR							0					CORREDOR							0																													
MOSAICO AP							0					MOSAICO AP							0																													
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)														SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)																																		
ZONA NÚCLEO							85					ZONA NÚCLEO							91																													
ZONA DE AMORTECIMENTO							2					ZONA DE AMORTECIMENTO							79																													
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																																																
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e marítimas Fase 7														24	2	3	2	2	4	2	2			5	37										11	1	1	32			3				130			
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7																																															1	
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7														8	2																																	32

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



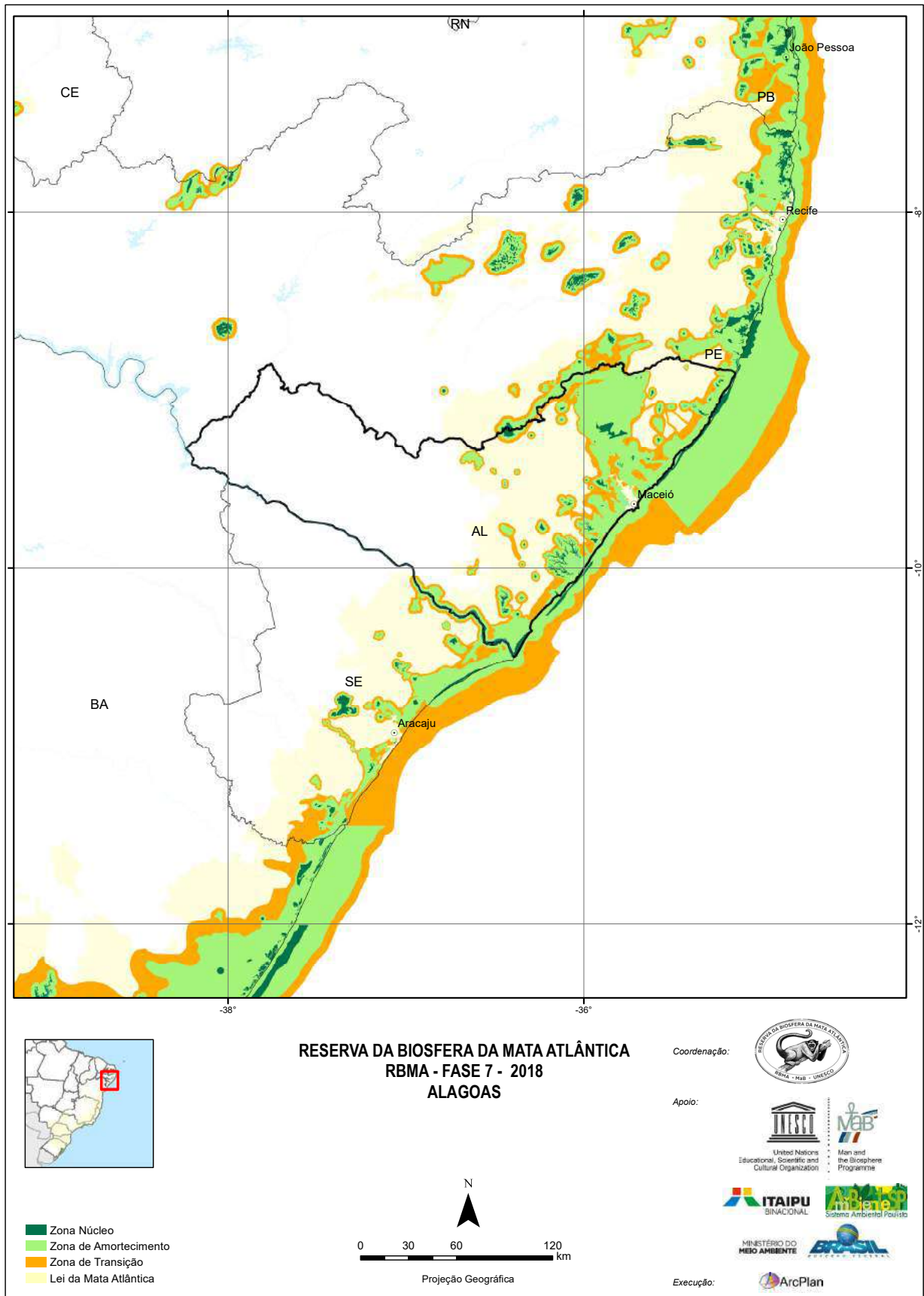
### 3.5.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PERNAMBUCO

No Estado de Pernambuco as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **131 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco/RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **32 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **2 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **1 Território Quilombola-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco /RBMA Fase 7);



### 3.6 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

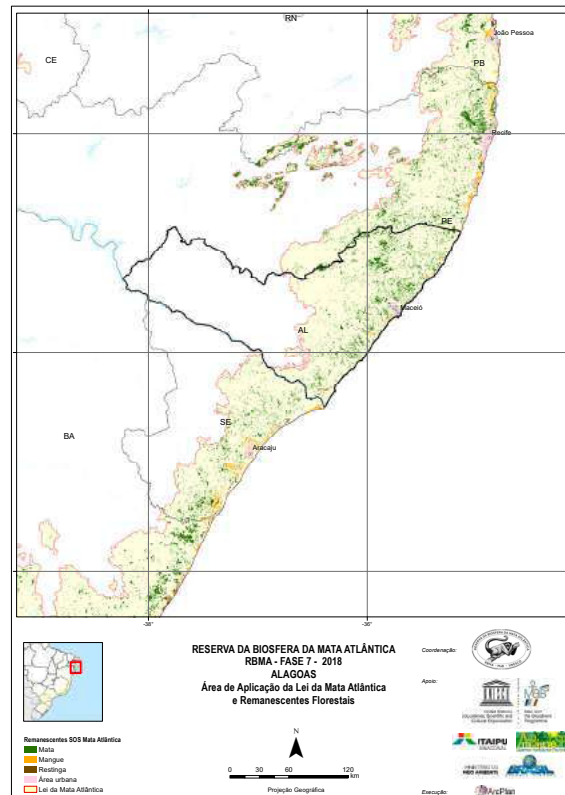


### 3.6.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

“Apesar de praticamente toda costa brasileira ter sido ocupada pela colonização européia a partir da mesma época (século XVI), foi no Nordeste do Brasil que a Mata Atlântica foi mais rapidamente degradada. Dois ciclos econômicos foram fundamentais nesse processo: o do pau-brasil e o da cana-de-açúcar, o qual se estende até os dias atuais. Em 1990, restavam menos de 6% da extensão original da Mata Atlântica ao norte do Rio São Francisco e alguns tipos florestais, como a floresta ombrófila densa, foram reduzidos a poucas dezenas de quilômetros quadrados” ...

... “Alagoas é um dos estados que concentra o maior número de Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RMBA) incluindo Áreas Protegidas Particulares (APPs). Esse grande potencial de conservação da Mata Atlântica é consolidado pela efetivação das parcerias do governo estadual e o sistema de gestão da (RBMA) com o setor sucro-alcooleiro” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Alagoas: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira)

Dos 15.242 km<sup>2</sup> do bioma, restam hoje apenas 1.413 km<sup>2</sup> (IBGE 2015). O maior remanescente protegido de Alagoas está na Estação Ecológica Murici, com cerca de 6000ha de floresta. Esta área, que abriga o maior número de espécies de aves ameaçadas de extinção nas Américas, é uma das prioridades da RBMA na Região Nordeste.





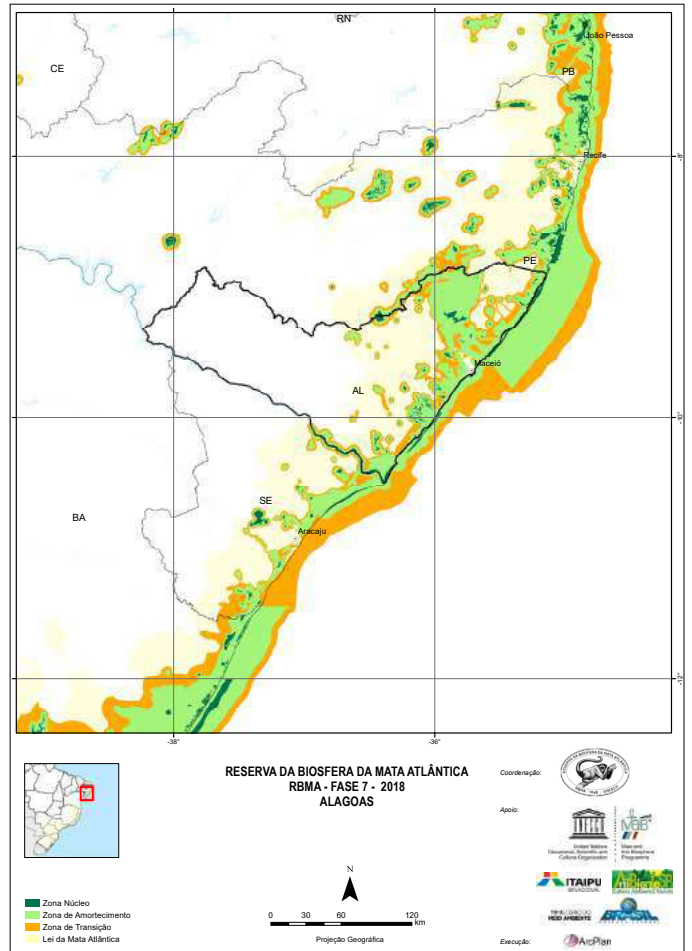
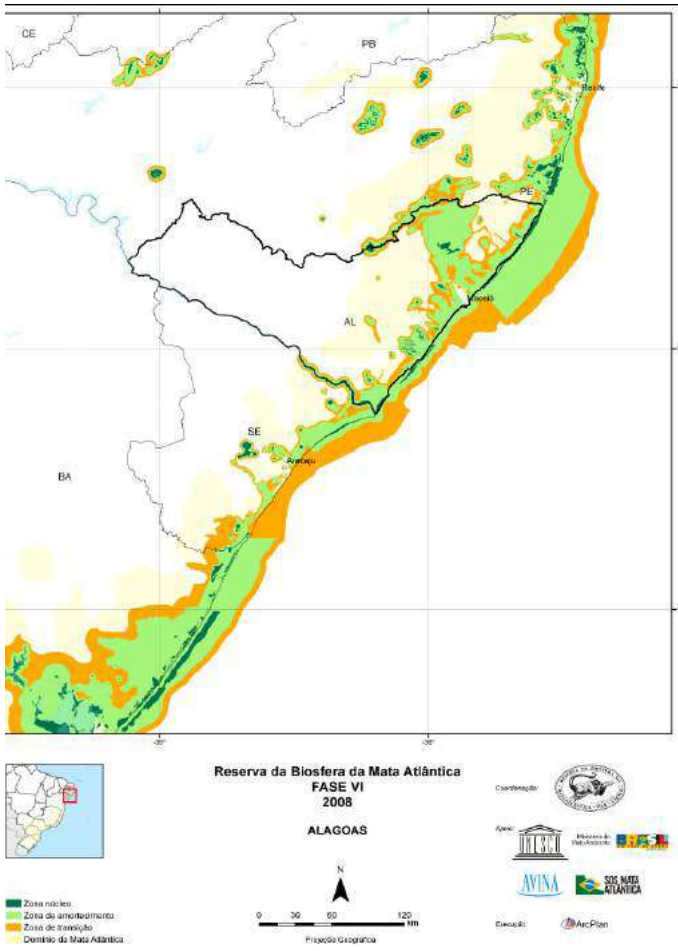


RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.6.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE ALAGOAS

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



### Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	AL	2.806.090	712.715	25,39%	730.614	1.443.330
Fase 7			796.905	28,39%	718.261	1.515.166

### SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - ALAGOAS

RBMA FASE 6 (2008)										RBMA FASE 7 (2018)													
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL
	APA	ESEC	REBIO	RESEC	RESEX	RPPN							APA	ESEC	REBIO	RESEC	RESEX	RPPN					
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	3	1	1	4	1	6	16	5	1	0	22	CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	6	1	1	3	1	54	66	5	7	1	79
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS											OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS												
CORREDOR							0				0	CORREDOR							0				0
MOSAICO AP							0				0	MOSAICO AP							0				0
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)											SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)												
ZONA NÚCLEO							11				11	ZONA NÚCLEO							62				62
ZONA DE AMORTECIMENTO							6				6	ZONA DE AMORTECIMENTO							17				17
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7											SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7												
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7											UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7												
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7											UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7												
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7											UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7												
											2 1 1 3 1 13 3 7 1 32												
											4 4												
											41 41												

#### LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



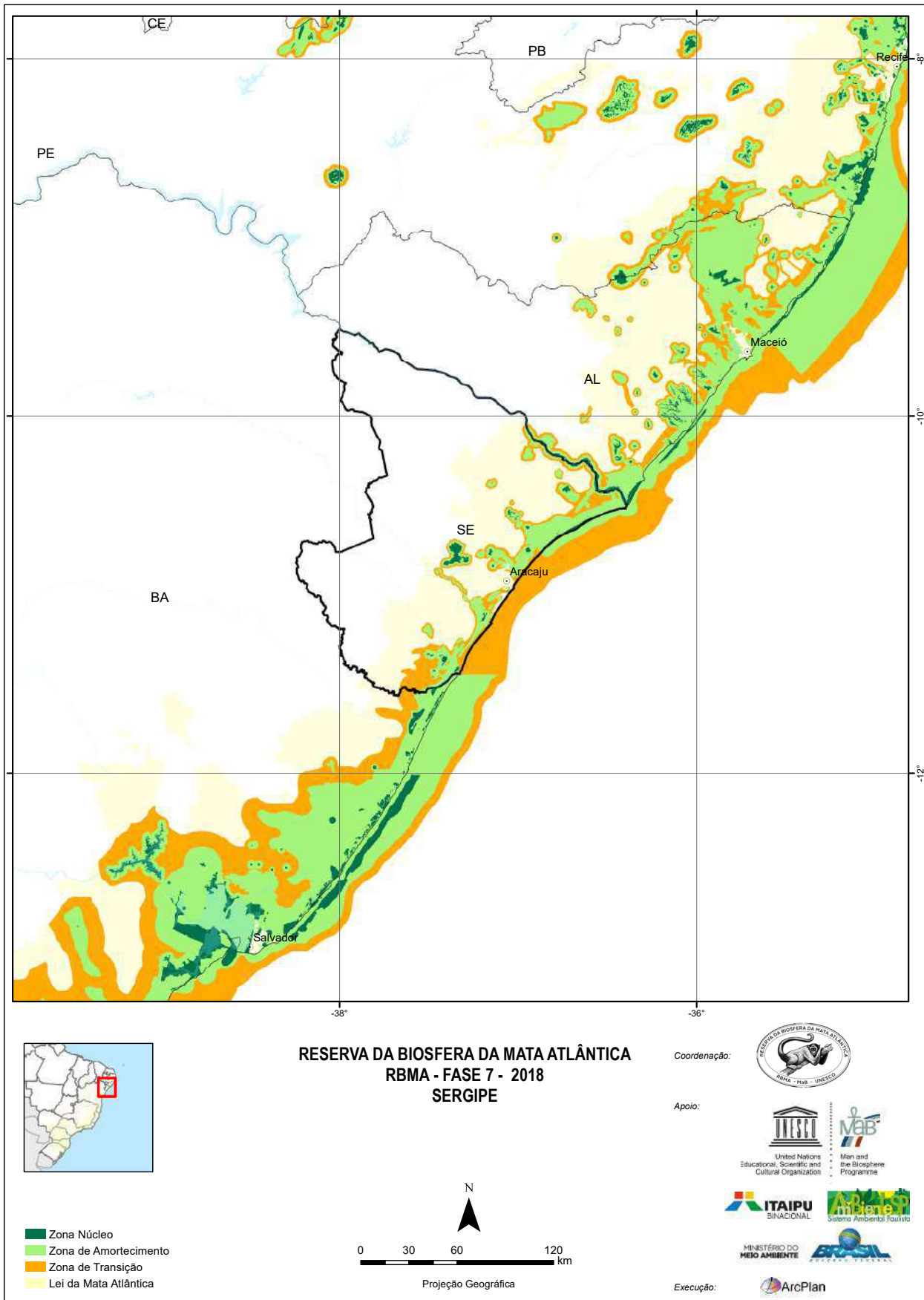
### 3.6.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ALAGOAS

No Estado de Alagoas as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **28 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **48 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **7 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **1 Território Quilombola-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7).



### 3.7 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SERGIPE

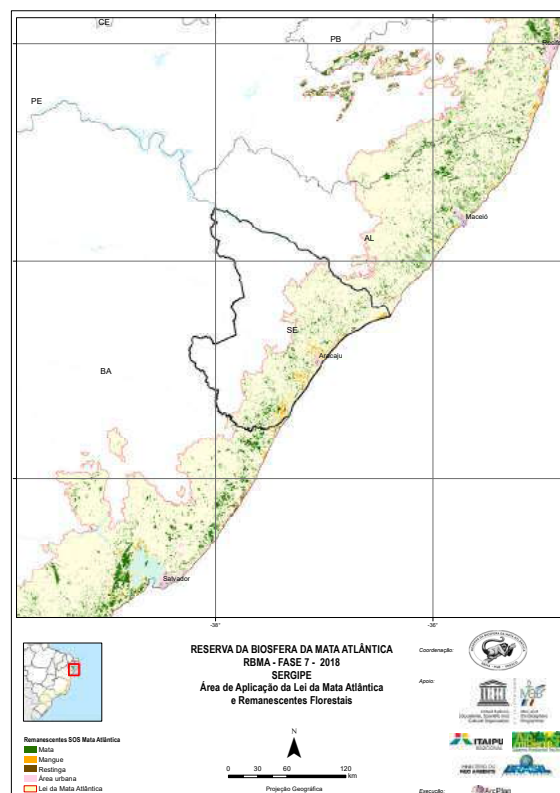


### 3.7.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO SERGIPE

“Originalmente, a Mata Atlântica ocupava toda faixa litorânea sergipana, até a chegada do homem branco (europeu), em 1501, para tomar posse das terras indígenas, com os objetivos de explorar o pau-brasil, criar gado e plantar cana-de-açúcar. Após mais de 500 anos de ocupação, da Mata Atlântica original restam poucos corredores ao longo da extensão litorânea do Estado, ocupando cerca de 40 km<sup>2</sup> de largura do território sergipano, com formações de diferentes ecossistemas, que incluem as faixas litorâneas com suas associações das praias e dunas, com ocorrência das formações florestais perenifólias latifoliadas hidrófilas costeiras (floresta costeira), que ocorrem ao longo do todo o litoral sergipano sob a forma de pequenas manchas, exceto na porção sul do Estado, onde algumas fazendas particulares se apresentam mais preservadas, localizando-se normalmente nos topos das colinas mais elevadas ou nas encostas que apresentam declividades acentuadas. Nos locais onde foi fortemente devastada, aparecem os cultivos perenes e temporários e posteriormente as pastagens. A Mata Atlântica sergipana ocorre desde municípios localizados no São Francisco até Mangue Seco, na divisa com a Bahia” ...

... “A Mata Atlântica ainda possui raras espécies de plantas - das quais muitas são endêmicas - e ainda consegue ser o primeiro e maior bloco de florestas do Estado. A zona costeira de Sergipe é dividida em dois setores: Litoral Norte e Litoral Sul” ...

... “O ecossistema da região da Mata Atlântica envolve 5.750 Km<sup>2</sup> do Estado. Atualmente a cobertura vegetal original restringe-se a manguezais, vegetação de restinga e remanescente da floresta tropical úmida. Também denominada de mata costeira, estendendo-se de sul para norte vindo da Bahia até Alagoas. Apresenta várias associações, com praias e dunas, vegetação herbácea. Essa vegetação serve para fixar as areias das dunas móveis. Entre essas, destacam-se salsa-dapraia, grama-da-praia, feijão da praia, capim-gengibre, xique-xique ou guizo-de-cascavel” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Sergipe: Lizaldo Vieira dos Santos e Maria José dos Santos).





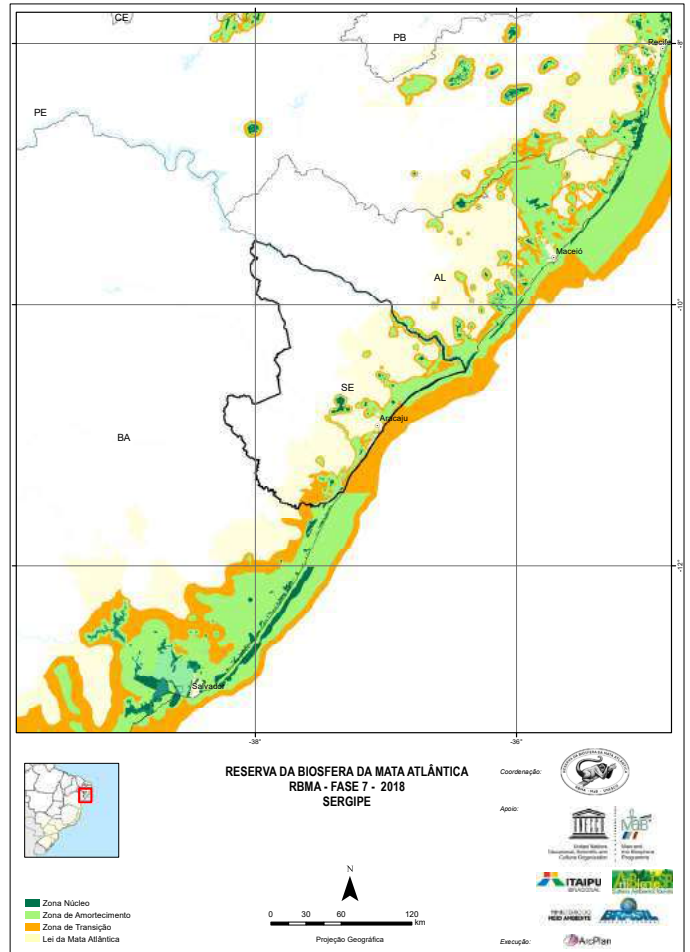
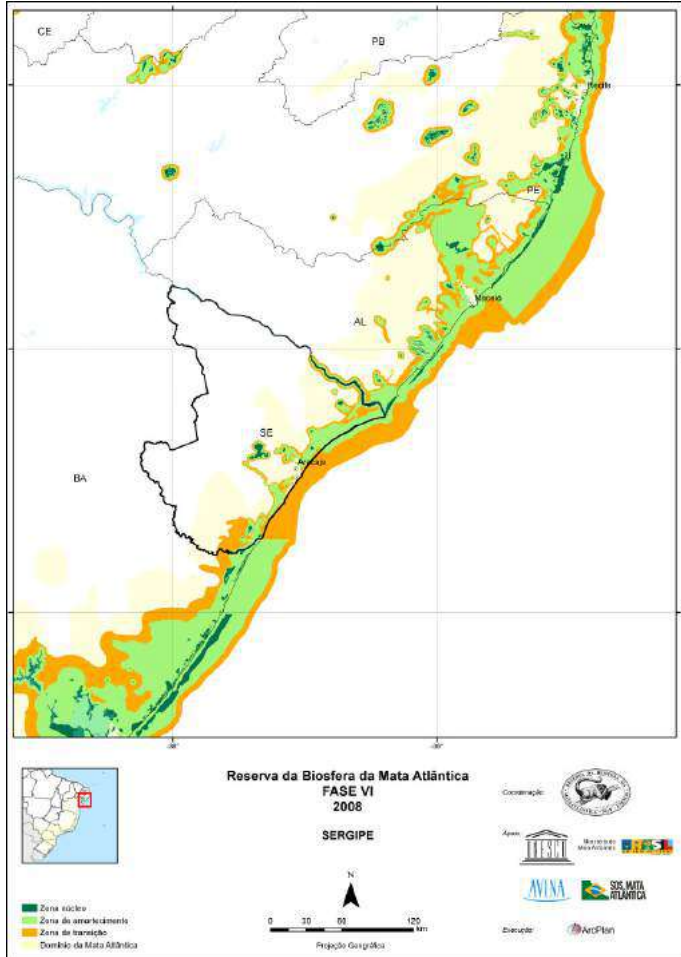


RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.7.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SERGIPE

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



### Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	SE	2.209.482	335.465	15,18%	293.077	628.541
Fase 7			363.137	16,42%	290.748	653.885

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - SERGIPE																																	
RBMA FASE 6 (2008)								RBMA FASE 7 (2018)																									
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)							TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)					TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL										
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	FLONA	PARNA	REBIO	RESEX	RPPN	RVS	8	0	0	0	8	CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	FLONA	PARNA	REBIO	RPPN	RVS	13	1	0	12	26									
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																																	
CORREDOR								0				0	CORREDOR						0				0										
MOSAICO AP								0				0	MOSAICO DE AP						0				0										
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)														SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)																			
ZONA NÚCLEO								6				6	ZONA NÚCLEO						12				12										
ZONA DE AMORTECIMENTO								2				2	ZONA DE AMORTECIMENTO						14				14										
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO RBMA FASE 7																																	
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7														1	1	1	2	3					1								9		
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7																						1									1		
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7																															4	12	16
LEGENDA																																	
APP *	Área de Preservação Permanente																																
TI *	Território Indígena																																
TQ *	Território Quilombola																																



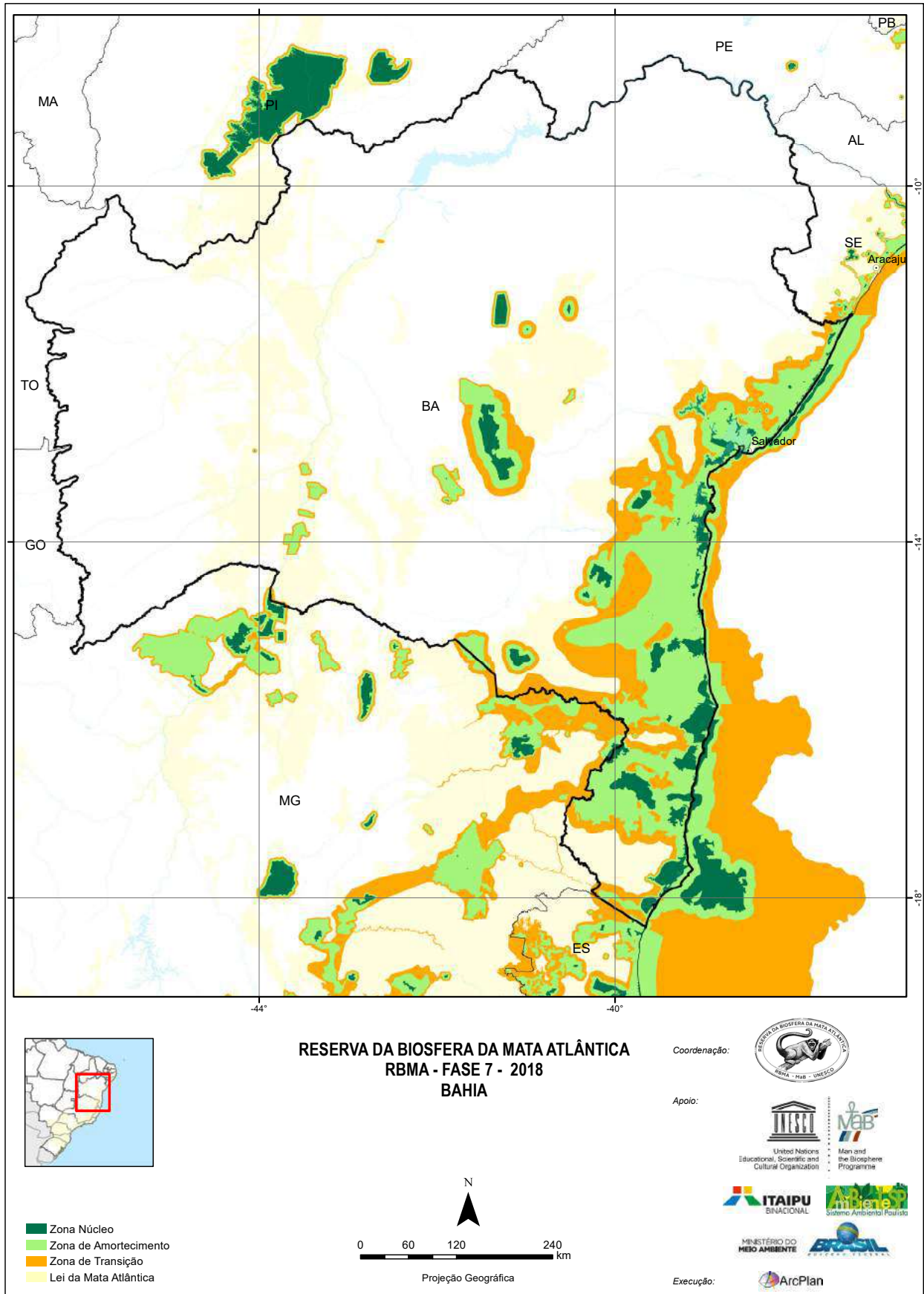
### 3.7.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SERGIPE

No Estado de Sergipe as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **10 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **16 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **12 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe /RBMA Fase 7).



### 3.8 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA



### 3.8.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA

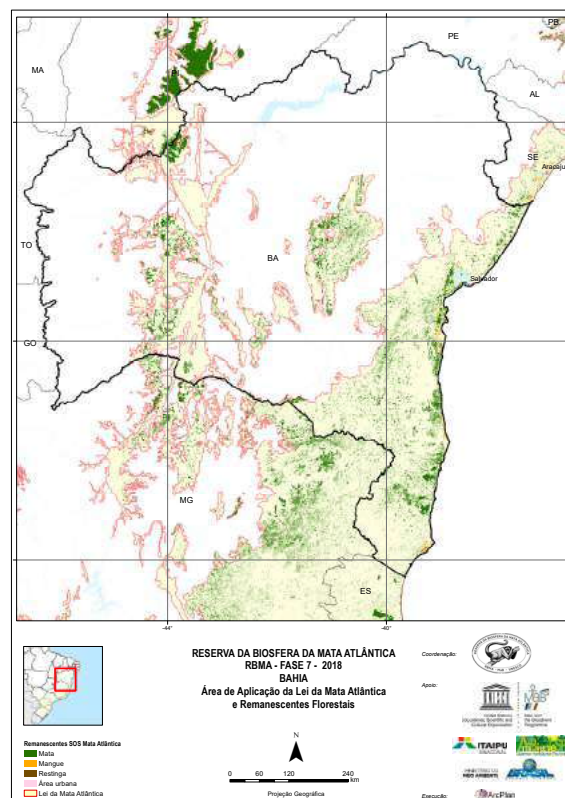
“A Mata Atlântica na Bahia distribui-se por cinco regiões: Chapada Diamantina-Oeste, Litoral Norte, Baixo Sul, Sul, Extremo-Sul. Essas regiões apresentam características ecológicas, histórias de ocupação humana, usos do solo e pressões antrópicas distintas. Diversos ciclos econômicos sucederam-se nos domínios da Mata Atlântica na Bahia: pau brasil, cana-de-açúcar, ouro, diamantes, café, jacarandá, gado, algodão, cacau e recentemente monocultura de eucalipto”...

... “Das cinco regiões da Mata Atlântica na Bahia, três situam-se ao sul da Baía de Todos os Santos no Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) ..... Na Bahia, o CCMA estende-se por um vasto território limitando-se ao norte pelo Rio Paraguaçu (na Baía de Todos os Santos) e ao sul pelo Rio Mucuri, na divisa com o Estado de Espírito Santo”...

... “No Extremo Sul da Bahia está localizada a maior concentração florestal nativa protegida, compreendendo três parques nacionais: Descobrimento, Monte Pascoal e Pau-Brasil na parte terrestre, com cerca de 50.000 hectares de matas e o Parque Nacional Marinho Abrolhos, com 90.000 hectares. As pequenas bacias hidrográficas protegidas por estes parques nacionais são extremamente importantes não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, como também para os recifes de coral e outros ecossistemas marinhos do Banco de Abrolhos e do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a zona mais rica em recifes de coral do Atlântico Sul” ...

... “A região compreende até dois centros de endemismo da Mata Atlântica, conforme estudos disponíveis sobre vertebrados terrestres, borboletas e plantas. Caracterizam-se por um índice de endemismo altíssimo (26% a 28% das espécies de vários gêneros)” ...

... “Através do Projeto CCMA foram definidos 8 corredores ecológicos adotando como critérios para definição de seus polígonos o tamanho e distância entre fragmentos; existência de unidades de conservação e de instituições de ensino e pesquisa; existência de corpos hídricos; existência de projeto de desenvolvimento sustentável, ONGs, comunidades tradicionais e/ou organizada e questões diferenciadas e relevantes de biodiversidade, sendo eles: Boa Nova Poções; Condurú; Marinho de Abrolhos; Monte Pascoal; Descobrimento; Papuã - Pratigi; Pau – Brasil; Restinga; Serra das Onças and Una - Baixão – Lontras”... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Bahia: Milson dos Anjos Batista, Jean-François Timmers e Renato Pêgas Paes da Cunha).

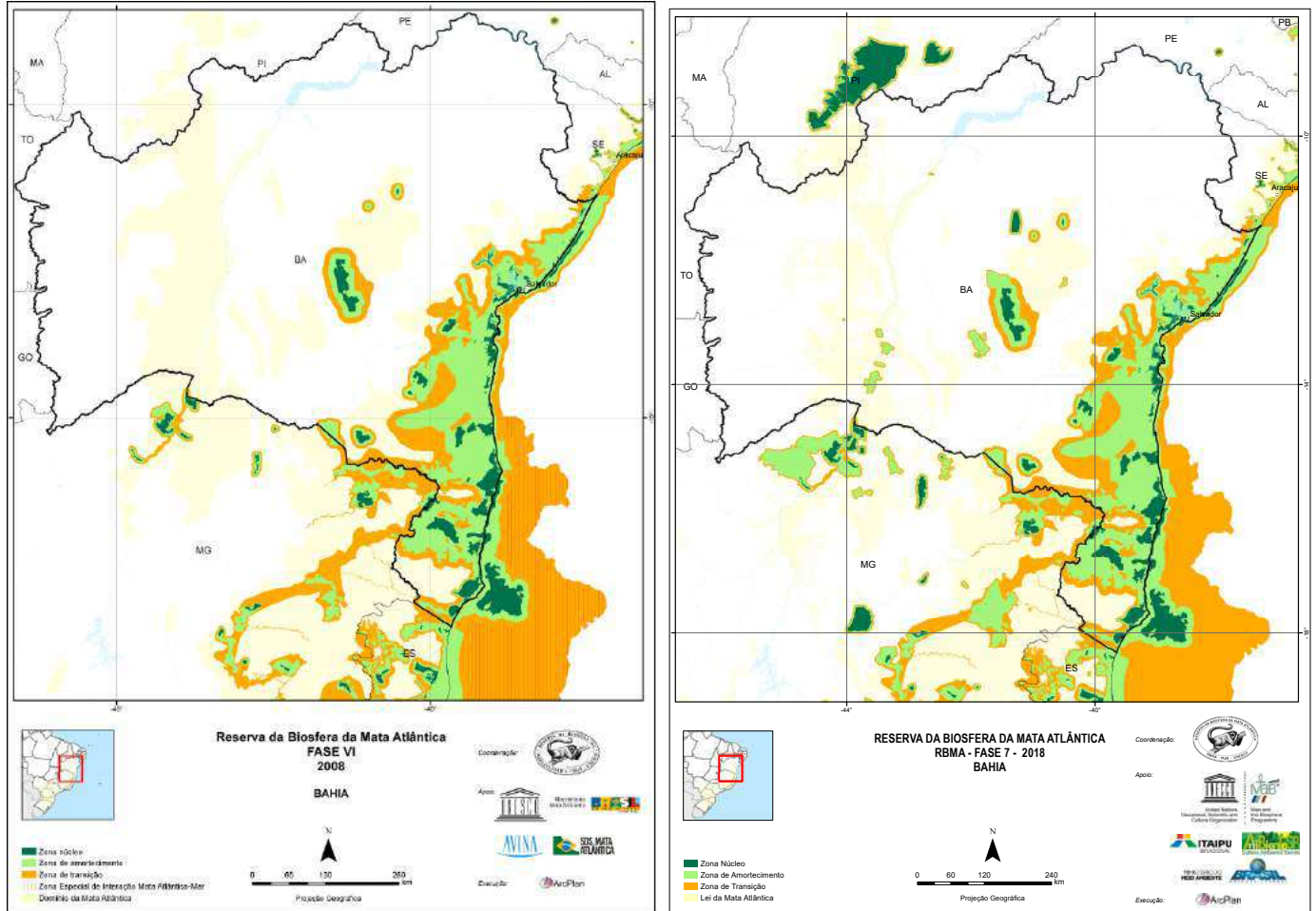






3.8.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA BAHIA

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	BA	56.600.774	9.352.177	16,52%	5.568.912	14.921.089
Fase 7			9.781.240	17,28%	5.529.686	15.310.927

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - BAHIA																
RBMA FASE 6 (2008)										RBMA FASE 7 (2018)						
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)									TOTAL UC	APP	TI	TQ	TOTAL GERAL		
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	MONA	PARNA	RESEX	RPPN	PE	PM	REBIO	RVS						
	25	1	4	12	7	28	6	2	7	10	102	7	7	0	116	
ÁREAS PRIORITÁRIAS											0				1	
CORREDOR											9				10	
MOSAICO AP											0				2	
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)										SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)						
ZONA NÚCLEO											72				179	
ZONA DE AMORTECIMENTO											48				90	
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7	31		2	2	3	5	6	2	9	64	2	4		130		
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7	1	2								14				7	24	
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7	7	1		1	2	3	4		1	58	3	1	1	5	25	112

LEGENDA  
APP \* Área de Preservação Permanente  
TI \* Território Indígena  
TQ \* Território Quilombola



### 3.8.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / BAHIA

No Estado da Bahia as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **154 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **112 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **12 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **25 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7).







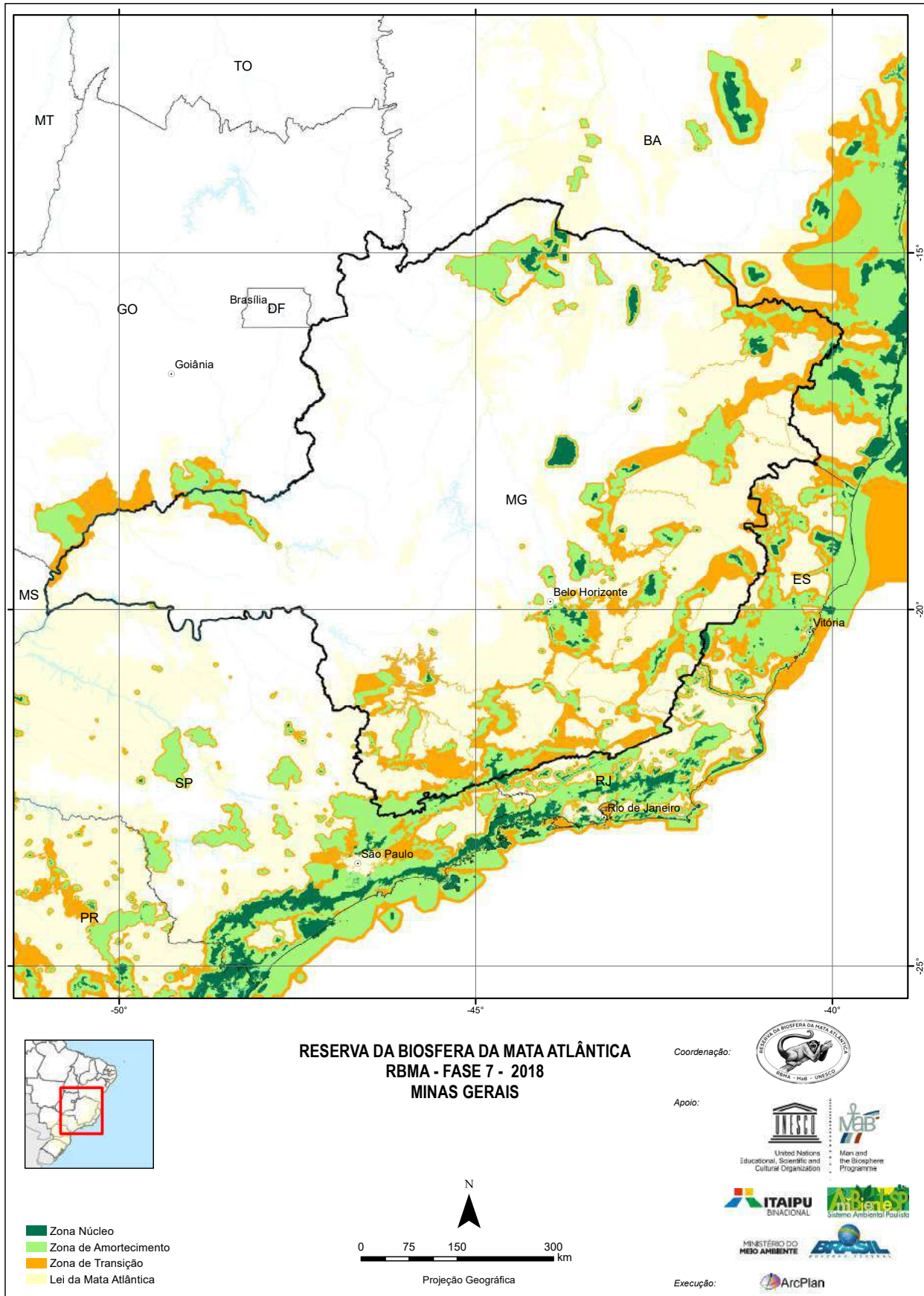




RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.9 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS



### 3.9.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

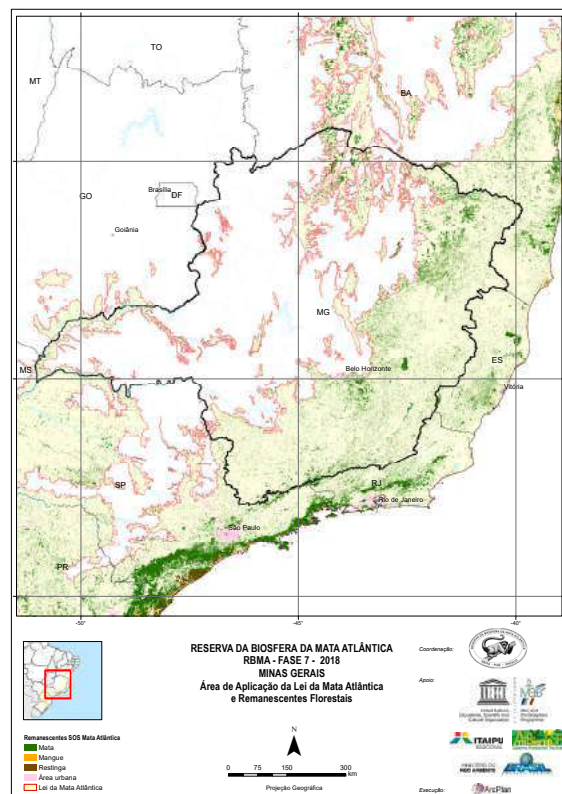
“A Mata Atlântica que ocorre em Minas Gerais é bastante heterogênea, com uma fisionomia vegetal que vai desde a floresta ombrófila densa até as florestas estacionais semidecíduais. Além dessas tipologias, as áreas de contato entre essas formações, as matas ciliares e os remanescentes incrustados em outras formações, também são incluídas no bioma” ...

... “Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, o tipo fisionômico da floresta ombrófila densa pode ser encontrado em pequenas manchas na região nordeste do Estado (Vale do Jequitinhonha – divisa com o estado da Bahia), no leste (Vale do Mucuri - na divisa com o estado do Espírito Santo) e no sul, na região da Serra da Mantiqueira” ...

... “Apesar de fragmentada, a Mata Atlântica de Minas ainda abriga uma alta diversidade de espécies da flora e da fauna, incluindo várias espécies endêmicas e ameaçadas. Além da fragmentação, várias são as ameaças diretas à biodiversidade dessa floresta, incluindo-se, entre outros, o desmatamento para expansão das culturas agrícolas e da pecuária, tráfico de vida silvestre, urbanização e desenvolvimento industrial” ...

... “Minas Gerais abriga cerca de 70% das espécies de mamíferos que ocorrem em todo o Domínio da Mata Atlântica. A grande maioria das espécies de mamíferos registradas no Estado ocorre na Mata Atlântica, sendo aproximadamente um terço (65) exclusivas desse bioma. Este é, por exemplo, o caso do muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*), o maior dos macacos neotropicais” ...

... “Para a avifauna, das 785 espécies que ocorrem no Estado - aproximadamente a metade da riqueza das aves do Brasil -54 são endêmicas da Mata Atlântica” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autoras de Minas Gerais: Yasmine Antonini e Gláucia Moreira Drummond).



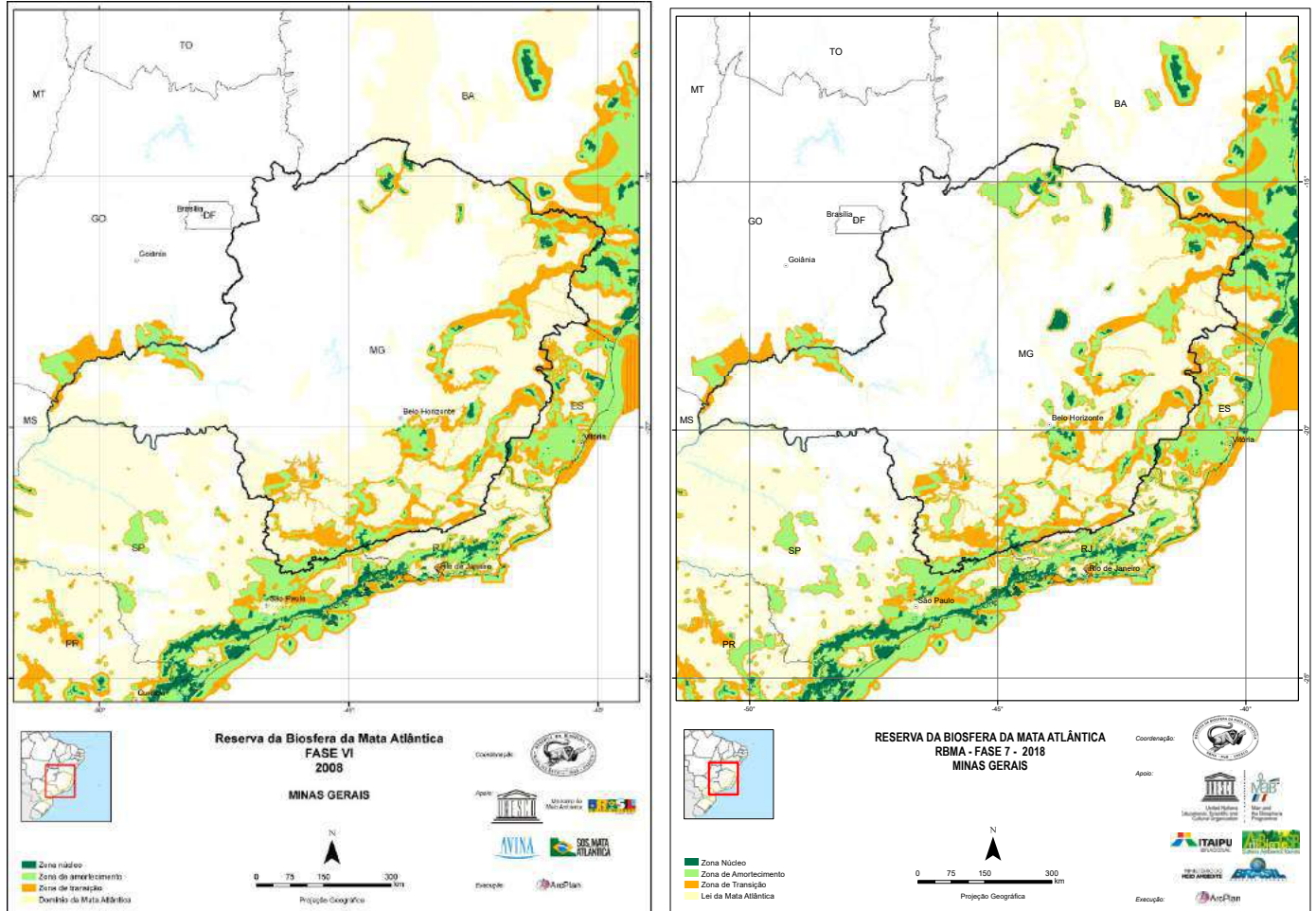


RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.9.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



### Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	MG	58.696.459	6.124.690	10,43%		6.124.690
Fase 7			11.271.623	19,20%		11.271.623

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - MINAS GERAIS																																	
RBMA FASE 6 (2008)										RBMA FASE 7 (2018)																							
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)								TOTAL UC	APP	TI	TQ	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)								TOTAL UC	APP	TI	TQ	TOTAL GERAL						
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	FLONA	PARNA	ESEC	PE	PM	REBIO	RPPN	RVS	113	0	6	0	119	CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	FE	FLONA	MONA	PARNA	PE	PM	PNN	RDS	REBIO	RPPN	RVS	184	0	10	8	202
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS										OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																							
ÁREAS PRIORITÁRIAS									0				0	ÁREAS PRIORITÁRIAS									5				5						
CORREDOR									0				0	CORREDOR									0				0						
MOSAICO AP									1				1	MOSAICO AP									2				2						
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)										SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)																							
ZONA NÚCLEO									97				97	ZONA NÚCLEO									159				159						
ZONA DE AMORTECIMENTO									22				22	ZONA DE AMORTECIMENTO									43				43						
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7										SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																							
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7										UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7																							
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7										UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7																							
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7										UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7																							
										9	8	1	2		7	18	11	3		8	63	2						132					
										12	1			2	6	2		3	2					6			34						
										1	1			5	1	2		5	1		8				4	8	36						

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola





### 3.9.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MINAS GERAIS

No Estado de Minas Gerais as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **166 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **36 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **10 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **8 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7).

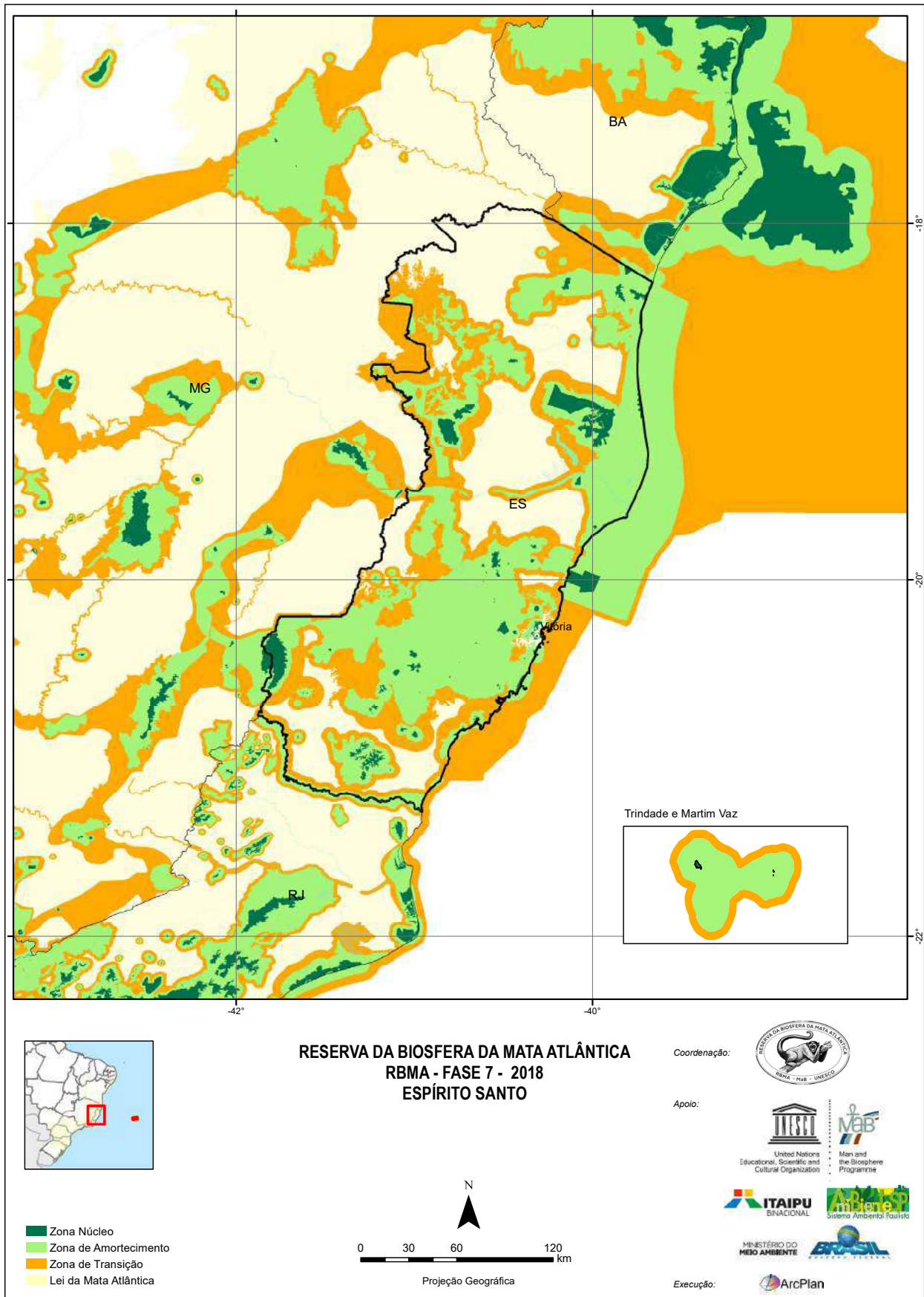




RBMA  
Fase 7

# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

## 3.10 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



### 3.10.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“O Espírito Santo possui área de 45.597 km<sup>2</sup>, sendo que 100% de sua superfície eram cobertas por Mata Atlântica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2004), a Mata Atlântica no Estado é composta por floresta ombrófila, floresta estacional semidecidual, formações pioneiras (brejos, restingas, mangues) e refúgio vegetacional da Serra do Caparaó. O relevo caracteriza-se como montanhoso, com altitudes que vão desde o nível do mar até 2.897 m, cujo ponto culminante é o Pico da Bandeira (Serra do Caparaó)” ...

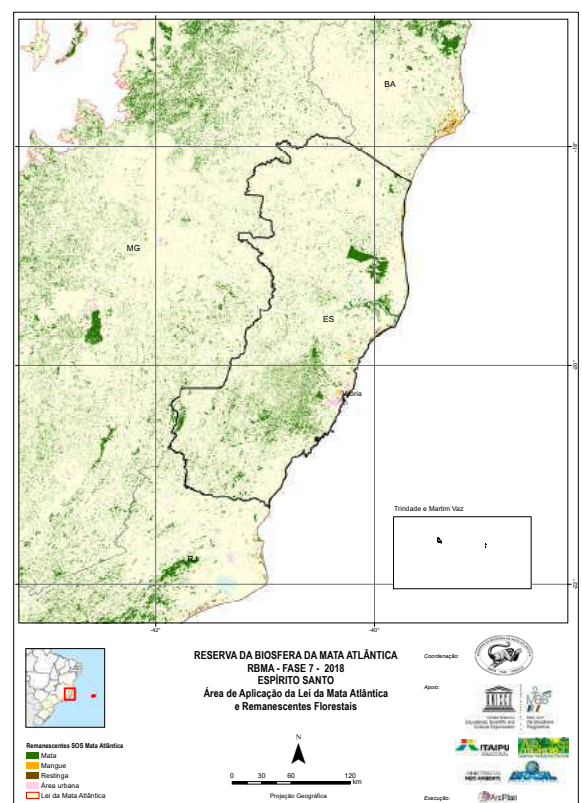
... “Do ponto de vista geológico, Amorim (1984) considerou que o Espírito Santo pode ser dividido em duas zonas principais: zona dos tabuleiros e zona serrana. A zona dos tabuleiros compreende o terraço litorâneo, plano ou levemente ondulado, de altitude média em torno de 50 m. No Espírito Santo, ocupa uma faixa estreita ao sul, entre as planícies e as primeiras escarpas das serras interioranas. Ao norte de Vitória alarga-se, tornando-se expressiva entre Linhares e São Mateus e prolonga-se até o sul da Bahia. A zona serrana, localizada mais ao interior, é formada por vales profundos e escavados, nos prolongamentos da Serra da Mantiqueira” ...

... “Devemos ressaltar o Projeto de Implantação do Corredor Central da Mata Atlântica-CCMA que tem como objetivos a manutenção e o incremento do grau de conectividade entre fragmentos florestais que permitam maximizar o fluxo de indivíduos das diferentes espécies que compõem as comunidades bióticas”

...”Através do Projeto de Implantação do Corredor Central da Mata Atlântica-CCMA foram definidos 11 corredores ecológicos adotando como critérios para definição de seus polígonos o tamanho e distancia entre fragmentos; existência de unidades de conservação e de instituições de ensino e pesquisa; existência de corpos hídricos; existência de projeto de desenvolvimento sustentável, ongs, comunidades tradicionais e/ou organizada e questões diferenciadas e relevantes de biodiversidade, sendo eles: Bururama- Pacotuba - Cafundó; Córrego do Veado; Pedra do Elefante; Sooretama - Comboios - Goytacazes; Alto Misterioso-Serra do Palmital; Centro Norte Serrano; Duas Bocas - Mestre Álvares; Saíra Apunhalada; Guanandy - Serra das Torres, Caparaó, Marinho do Rio Doce”... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autor do Espírito Santo: Alessandro de Paula) Os 11 corredores ecológicos prioritários ocupam 604 mil hectares (13% do território estadual) e abrigam

diversas espécies ameaçadas de extinção, como jequitibás-rosas (*Cariniana legalis*), jacarandás (*Dalbergia Nigra*), bromélias (*Bromeliaceae*), orquídeas (*Orchidaceae*), preguiças-de-coleira (*Bradypus torquatus*), onças-pintadas (*Panthera onca*), muriquis-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*) e mutuns (*Crax blumenbachii*).

Em junho de 2014, foi reconhecido pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto N° 3587-R, o 12° Corredor Prioritário denominado “Pedra Azul - Forno Grande”.

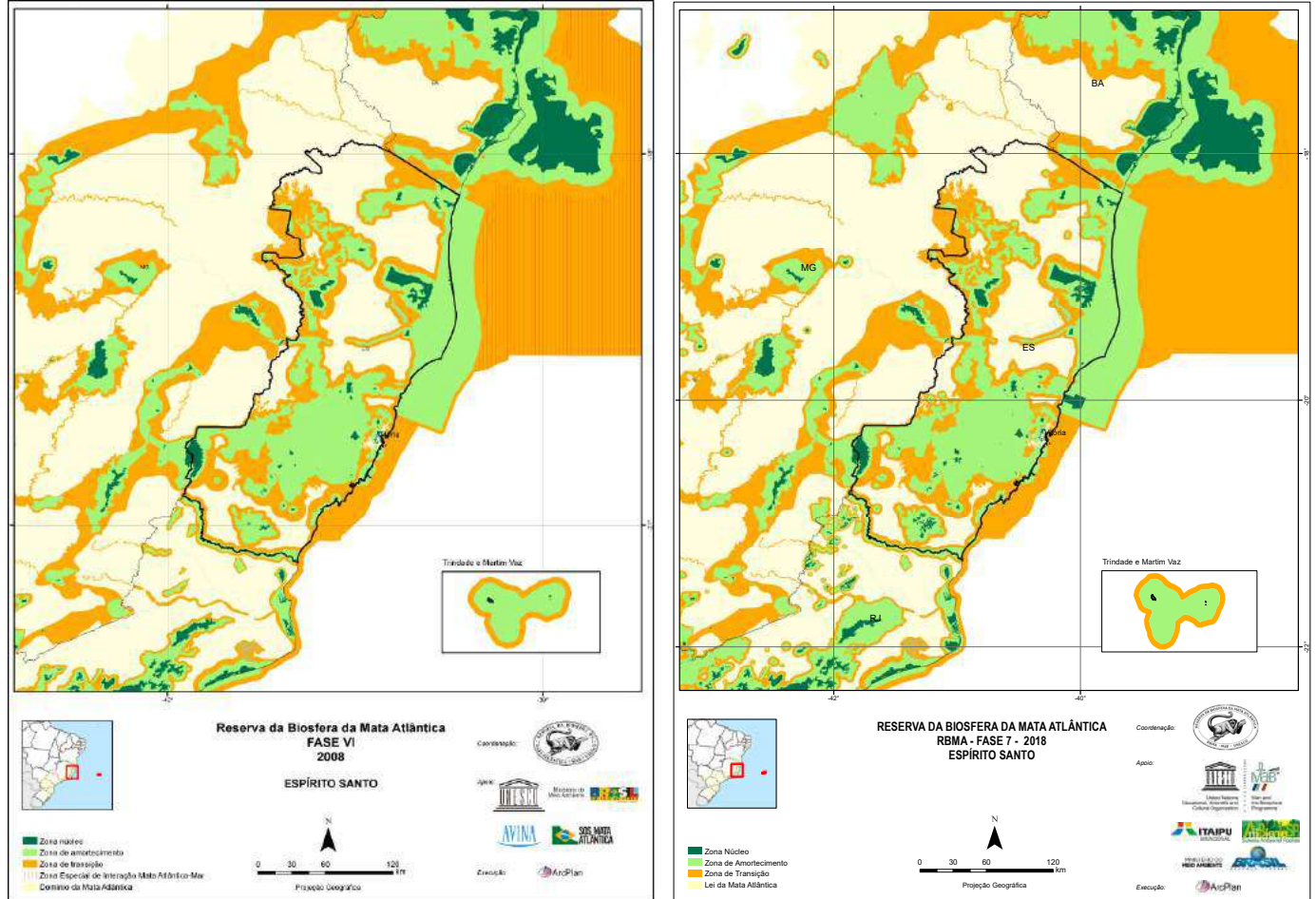






3.10.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	ES	4.620.253	3.149.361	68,16%	3.739.859	6.889.220
Fase 7			3.242.323	70,17%	3.703.262	6.945.585

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - ESPÍRITO SANTO																																	
RBMA FASE 6 (2008)												RBMA FASE 7 (2018)																					
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)												UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)																					
ESPECIFICAÇÃO	APA	FLONA	ESBIO	ESEC	PARNA	PEC	PNM	PU	PE	PM	REBIO	RESEC	RPPN	TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL															
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	7	5	2	4	2	3	8	3	10	3	8	5	9	69	10	3	0	82															
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS												OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																					
ÁREA TOMBADA												2								4													
CORREDOR												0								0													
MOSAICO AP												0								0													
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)												SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)																					
ZONA NÚCLEO												74								120													
ZONA DE AMORTECIMENTO												12								47													
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7												SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																					
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7												8	1	1	1	3	7	2	10	3	11	3	6	4	27	3		12	3	104			
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7												5	1								6	2									18		
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7												4					1				2				25	1					2	10	45

LEGENDA  
APP\* Área de Preservação Permanente  
TI\* Território Indígena  
TQ\* Território Quilombola



### 3.10.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ESPÍRITO SANTO

No Estado do Espírito Santo as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **122 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **50 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo/RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **5 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **10 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo /RBMA Fase 7).

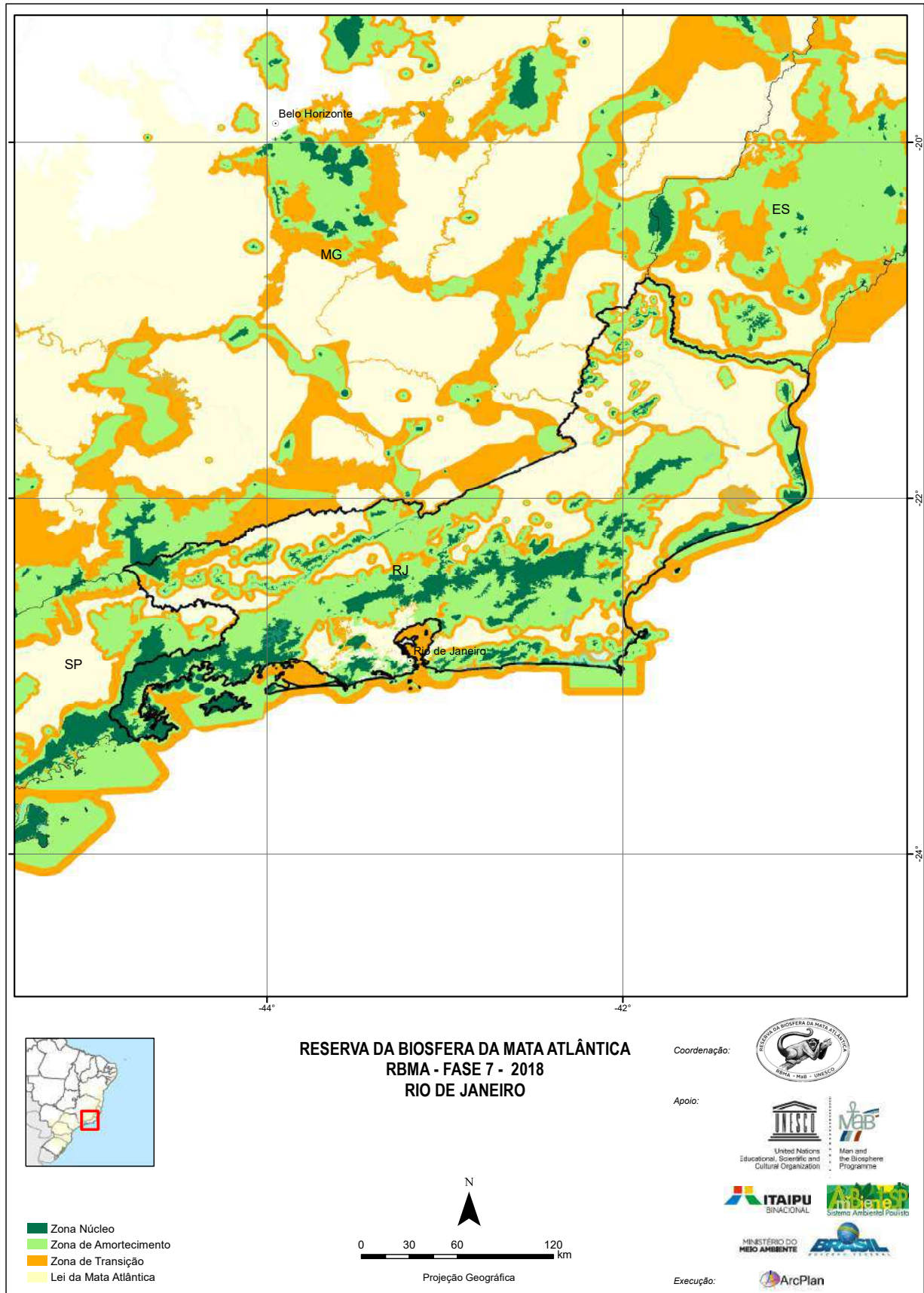




RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.11 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



### 3.11.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

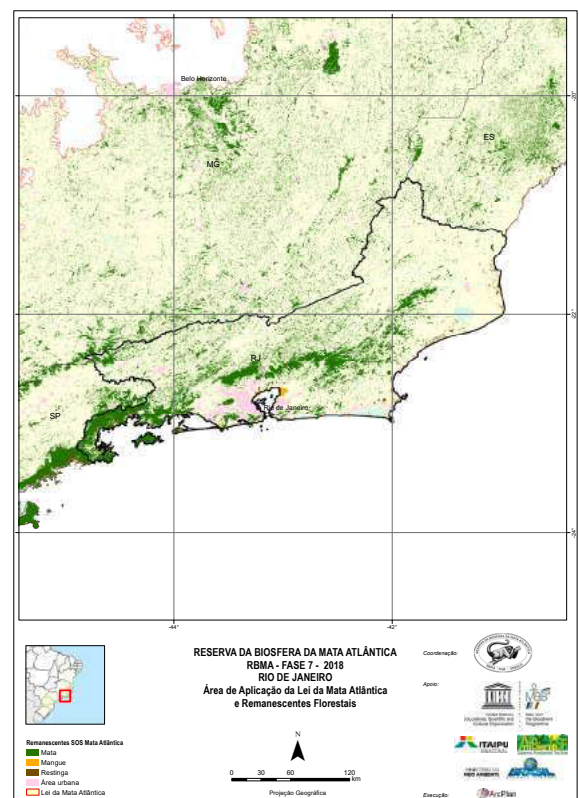
“O Rio de Janeiro se insere integralmente no bioma Mata Atlântica que, como um todo, é bastante antigo, acreditando-se que já estava configurado no início do Terciário. Contudo, as flutuações climáticas mais recentes ao longo do Quaternário, ocasionaram processos de expansão e de retração espacial da Mata Atlântica, a partir de regiões mais restritas que funcionaram como refúgios de fauna e flora. Essa hipótese admite que existem algumas regiões da Mata Atlântica que são zonas de alta diversidade, a partir das quais ocorreu a irradiação de muitas espécies, conforme a mata se expandia “...

... “Essas zonas, que constituem os antigos refúgios pleistocênicos são as seguintes: sul da Bahia; região dos tabuleiros do Espírito Santo e região do litoral do Rio de Janeiro e norte de São Paulo. Nessas zonas, é encontrado um considerável número de espécies endêmicas, associadas a uma elevada diversidade específica. O estado do Rio de Janeiro ocupa uma posição bastante peculiar, pois sua localização coincide com uma das áreas de maior diversidade do Bioma “...

... “Estimativas dão conta que o Rio de Janeiro por volta do Séc. XVI, possuía cobertura florestal em 97% de seu território. O mapa de vegetação na escala de 1:1. 000.000 do Projeto RADAMBRASIL indica que o Rio de Janeiro abrangia parcelas das regiões fitoecológicas originais do bioma Mata Atlântica “...

... “As maiores extensões de florestas contínuas e conservadas encontram-se nas regiões de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba e, no interior do Estado, na região serrana, indo desde a Reserva Biológica de Tinguá, passando pelo Parque Nacional de Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos, indo de forma descontínua até o Parque Estadual do Desengano. As áreas mais críticas encontram-se nas regiões norte e noroeste do Estado, com grande perda de cobertura florestal no período de 1995 a 2000, alto grau de degradação e manchas de erosão” ...

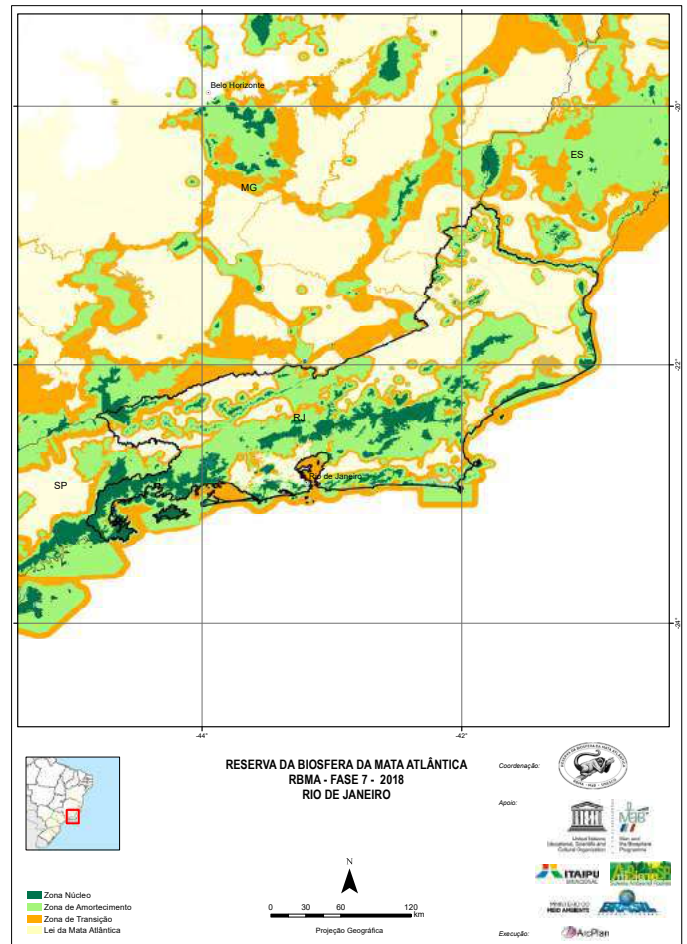
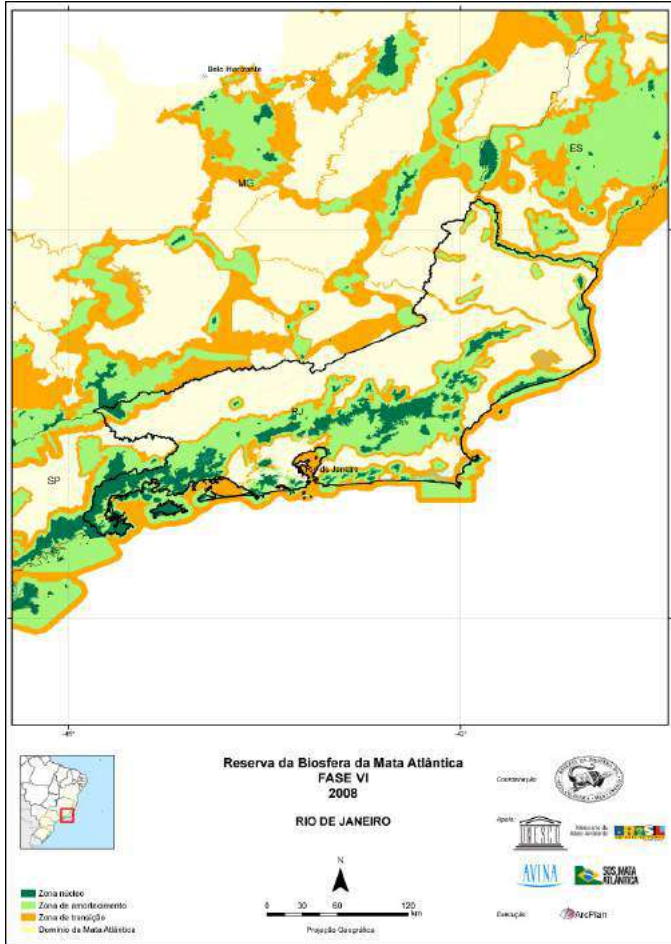
... “Com a parceria direta do Programa Mosaicos da Mata Atlântica da RBMA, foram reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, três grandes Mosaicos abrangendo diversas Unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, na Região do Corredor da Serra do Mar, sendo o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense , Mosaico Bocaina e Mosaico Mantiqueira. Novos mosaicos estão sendo formados no Estado para gestão integrada de UCs e áreas protegidas com destaque para o Mosaico do corredor Tinguá – bocaina e o Mosaico da região de Poço das Antas” .... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autora do Rio de Janeiro: Denise Marçal Rambaldi).





3.11.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	RJ	4.375.048	2.053.199	46,92%	712.174	2.765.373
Fase 7			2.890.888	66,07%	710.390	3.601.278

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - RIO DE JANEIRO																										
RBMA FASE 6 (2008)											RBMA FASE 7 (2018)															
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)										TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL											
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	MONA	PARNA	ESEC	PE	PM	REBIO	RPPN	RESEC	PMM	RESEX	FLONA	41	1	3	0	45										
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																										
CORREDOR											0				0											
MOSAICO AP											3				5											
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)																										
ZONA NÚCLEO											38				38											
ZONA DE AMORTECIMENTO											24				24											
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)																										
ZONA NÚCLEO											260				260											
ZONA DE AMORTECIMENTO											202				202											
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																										
	98	9	6			15	7	11	1	33	2	9	1	1	48	15	1	3	6				1			299
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7	23	2				1	2			17					8										3	56
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7	70					2		4	8						58	2								1	51	138

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola





### 3.11.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO DE JANEIRO

No Estado do Rio de Janeiro as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **325 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro/RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **136 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **4 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **51 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro /RBMA Fase 7).

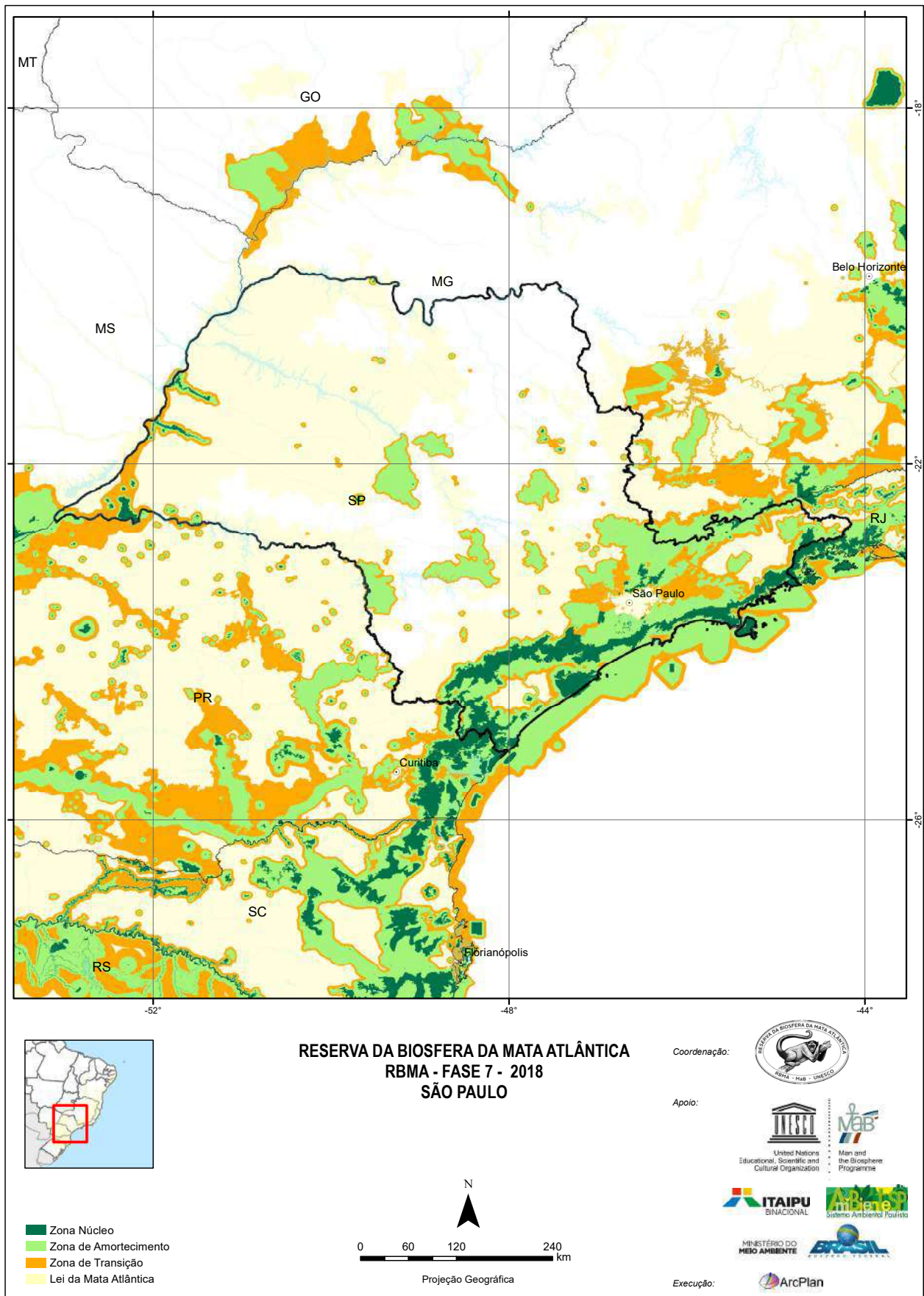




RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.12 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

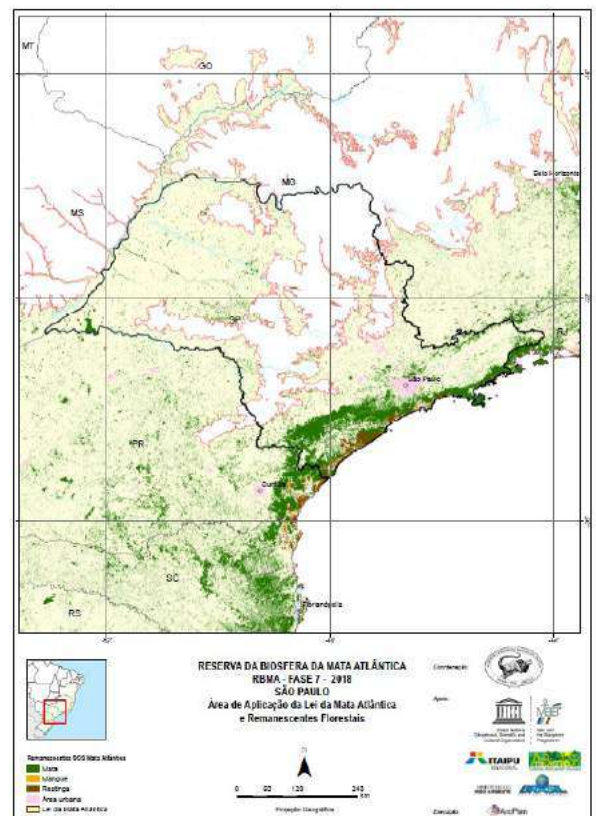


### 3.12.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

“Com mais de 80% de seu território coberto por florestas em 1500, o Estado de São Paulo tem sua história ambiental marcada por diferentes níveis de ameaça aos ecossistemas originais da Mata Atlântica. Em quatro séculos de exploração econômica, o Estado teve sua cobertura florestal reduzida drasticamente para a ocupação por monoculturas agrícolas, principalmente com o desmatamento para implantação do café. Ainda assim, até 1920 mais da metade do território estava coberto por florestas nativas. Foi em meio século de industrialização que a devastação da Mata Atlântica atingiu os níveis mais alarmantes, quando, em 1973, a floresta primitiva reduziu-se a 8,75% do seu território, ou cerca de 2 milhões de hectares, concentrados quase exclusivamente na Serra do Mar” ...

“Em 2002, levantamento do Instituto Florestal, órgão de pesquisa e administração das unidades de conservação do Estado, realizado com base em imagens de satélite, que detectam fragmentos superiores a quatro hectares, revelou uma reversão sutil na perda de vegetação. Os dados mostraram que em uma década houve aumento de 2% na área de vegetação em São Paulo. Mesmo assim, o aumento não foi global e ocorreu principalmente em regiões de Mata Atlântica do Vale do Paraíba e do Litoral, onde o projeto de recuperação da mata incrementou a fiscalização e a infra-estrutura em unidades de conservação. O estudo levou à publicação, em 2005, do Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo, mostrando que a superfície coberta por florestas naturais passaram a representar 13,94% do território do Estado, o equivalente a 3.457.301 hectares. O levantamento das florestas naturais – cuja conceituação inclui os diferentes tipos de florestas tropicais, matas de araucária e matas de galeria – foi feito com base nas 11 regiões administrativas que cobrem os 645 municípios do Estado. Nessa análise, as maiores concentrações de vegetação natural ocorreram na região de Sorocaba e Litoral”. (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autora São Paulo: Maria Cecília Wey de Brito)

As Reservas da Biosfera brasileiras possuem vários casos de sobreposição de territórios, decorrentes do fato de serem trabalhadas em escala de biomas e de existirem inúmeros ecótonos. A RBMA tem áreas sobrepostas com as Reservas da Biosfera da Caatinga, do Pantanal, do Cerrado, por exemplo. O mesmo acontece com a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo- RBCV, cujo território está sobreposto ao da RBMA, e que tem toda uma especificidade por se tratar de uma imensa metrópole, da maior cidade sul americana, detentora de uma das maiores florestas urbanas do planeta. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - RBCV, declarada inicialmente pela UNESCO em 1994 como parte integrante da RBMA, envolve 73 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista e abriga ecossistemas de inestimável valor biológico que contribuem de maneira singular ao bem-estar de uma população aproximada de 23 milhões de habitantes. Em 2017 foi aprovado pela UNESCO o processo de individualização das duas Reservas, o que não significa uma perda de território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e sim, uma sobreposição positiva. O duplo reconhecimento como RBMA e RBCV de fato ampliou a sinergia e a importância da região. Como as duas Reservas seguem as mesmas diretrizes e objetivos do Programa MaB, historicamente nunca houve conflito de posições mas somente convergências em iniciativas propostas e desenvolvidas em prol da conservação do território por elas compartilhado.

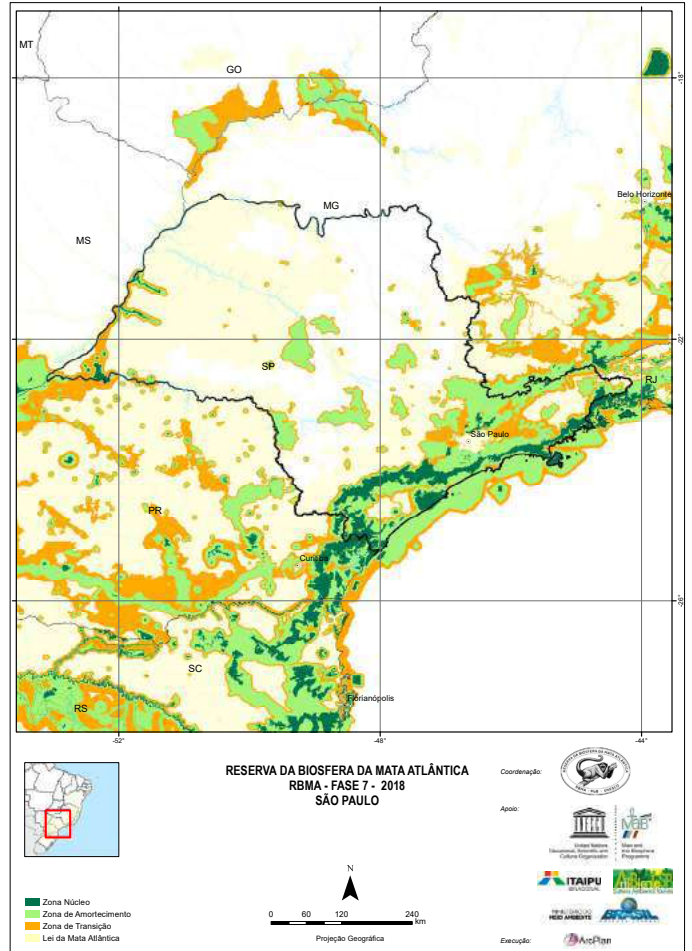
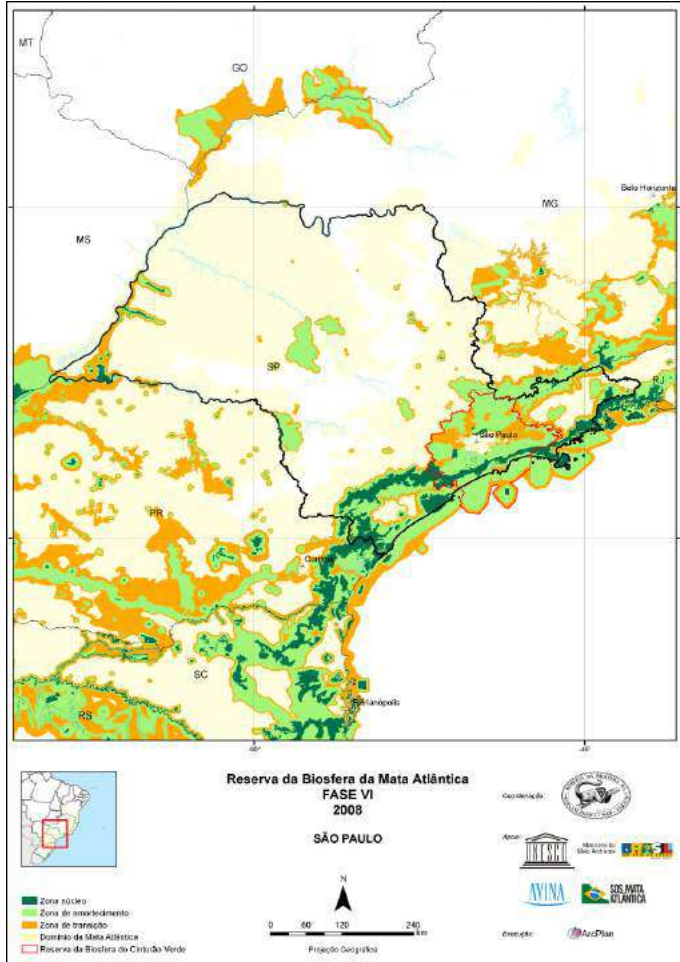






3.12.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SÃO PAULO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	SP	24.876.682	5.623.865	22,60%	1.505.708	7.129.564
Fase 7			6.313.380	25,37%	1.593.285	7.906.666

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - SÃO PAULO																																										
RBMA FASE 6 (2008)										RBMA FASE 7 (2018)																																
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)										ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)																														
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (API)	APA	ARIE	FE	FLONA	PARNA	PM	RDS	RESEX	ESFC	PE	PEC	PMM	REBIO	RVS	TOTAL UC	APLA*	EST. EX.	TI*	TQ*	TOTAL GERAL																						
	44	19	4	1	3	32	8	3	17	45	1	1	1	1	180	1	10	15	0	206																						
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS										OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS					5																											
ÁREAS PRIORITÁRIAS											ÁREAS PRIORITÁRIAS						0																									
CORREDOR											CORREDOR						0																									
MOSAICO AP											MOSAICO DE AP						2						7																			
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)										SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)					197																											
ZONA NÚCLEO											ZONA NÚCLEO						78						122																			
ZONA DE AMORTECIMENTO											ZONA DE AMORTECIMENTO						122						197																			
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																																										
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7															42	27	25	7	3										47	2	4	7	1	5	74	1	1	31	280			
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7															3	1	2												1		2								15	28		
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7															1		1	2			3	8		7	2				8	2										14	19	67

LEGENDA

APP*	Área de Preservação Permanente
APLA**	Área Protegida Reserva Votorantim - Legado das Águas
EST. EX.	Estação Experimental
TI*	Território Indígena
TQ*	Território Quilombola



### 3.12.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SÃO PAULO

No Estado de São Paulo as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **308 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **67 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **29 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **19 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7).

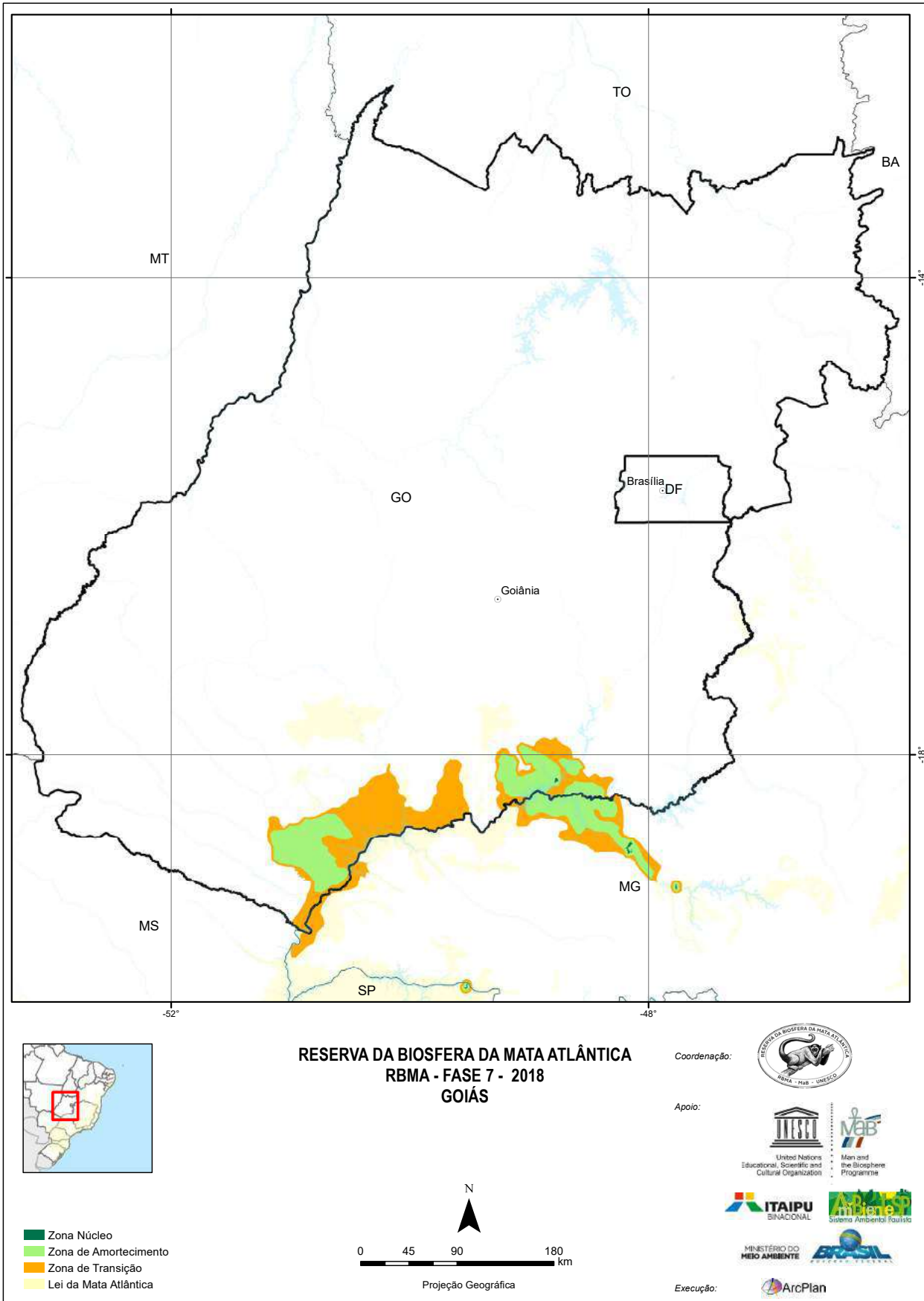




RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

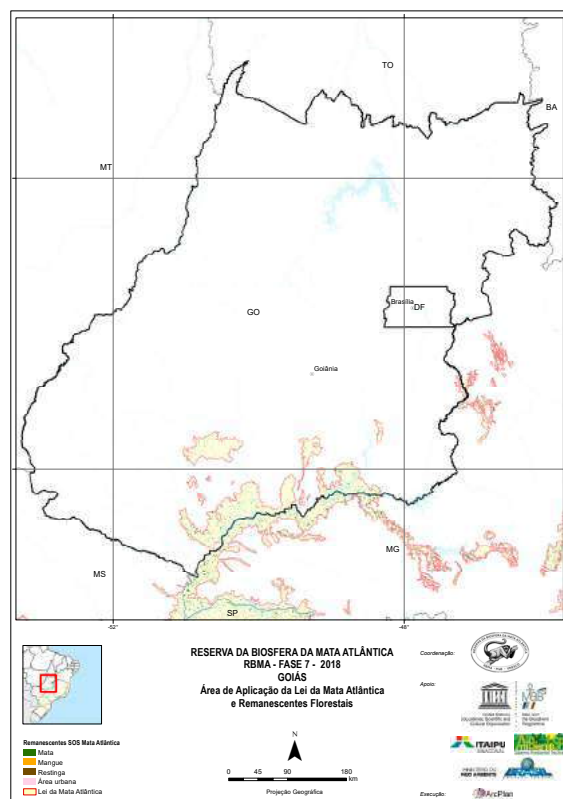
### 3.13 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS



### 3.13.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS

” Estado com a menor área coberta por ecossistemas do domínio da Mata Atlântica, Goiás possui apenas 82 mil hectares ainda ocupados por florestas características do Bioma. A área é proporcionalmente muito pequena em relação ao domínio do Cerrado no Estado. Os remanescentes de Mata Atlântica estendem-se basicamente pelo território de nove municípios do sudeste goiano: Quirinópolis, Inaciolândia, São Simão, Buriti Alegre, Morrinhos, Água Limpa, Corumbaíba, Goiatuba e Araporã”.

” Ao contrário de estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, inteiramente cobertos pela diversidade das fisionomias da Mata Atlântica, das florestas ombrófilas e estacionais decíduais ao manguezal e a restinga, Goiás conta somente com floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual, ambas caracterizadas pela vegetação arbórea que perde suas folhas no período da seca. Há também matas ciliares, remanescentes incrustados ou limítrofes inseridos em outras formações”. (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Goiás: Site da Agência Ambiental de Goiás: [http://www.agenciaambiental.go.gov.br/pq\\_mat\\_atlantica/estudo\\_tec\\_I.php](http://www.agenciaambiental.go.gov.br/pq_mat_atlantica/estudo_tec_I.php))



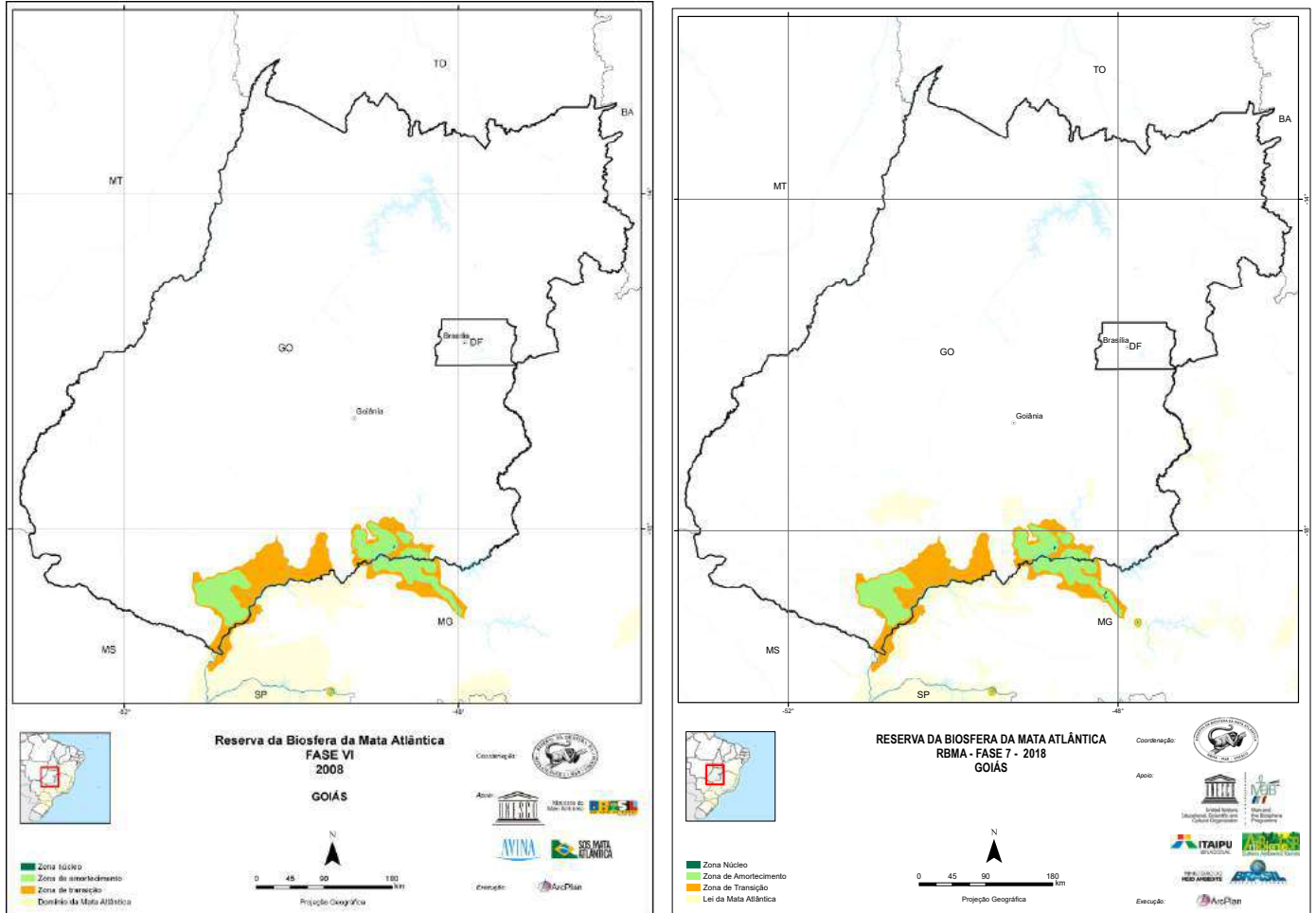


RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.13.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE GOIÁS

#### Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



#### Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	GO	34.122.823	1.337.105	3,91%	-	1.337.105
Fase 7			1.333.305	3,90%	-	1.333.305

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - GOIÁS												
RBMA FASE 6 (2008)						RBMA FASE 7 (2018)						
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	REBIO	RESEC	RESEX	RPPN	0	3	0	0	3	
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS						OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS						
ÁREAS PRIORITÁRIAS							0					7
CORREDOR							0					0
MOSAICO AP							0					0
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)						SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)						
ZONA NÚCLEO							0					1
ZONA DE AMORTECIMENTO							3					2
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7												
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7												
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7												
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7												
LEGENDA												
APP *	Área de Preservação Permanente											
TI *	Território Indígena											
TQ *	Território Quilombola											



### 3.13.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / GOIÁS

No Estado de Goiás as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

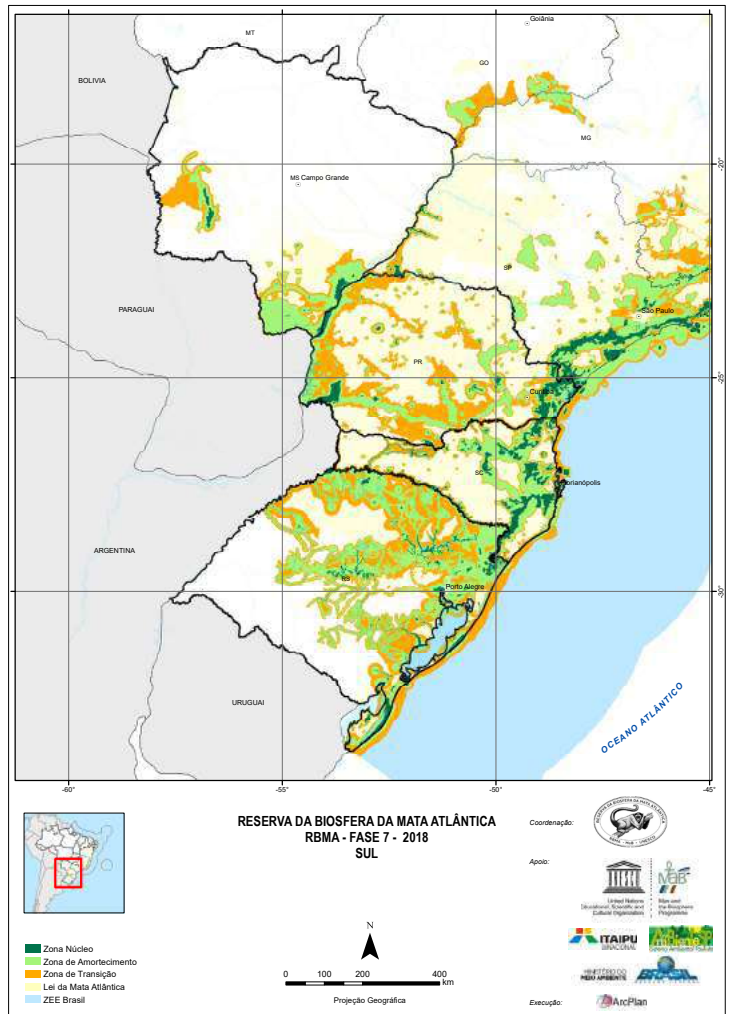
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Inserção como Zona de Amortecimento de áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação, destacando-se um dos maiores contínuos de Floresta Estacional do Sudoeste de GO; vários trechos de APP e Reserva Legal em ótimo estado de conservação; um bloco de floresta estacional semidecidual com quase mil ha, bem preservado, dentre outros. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Goiás /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres de **01 unidade de conservação, criada em 2008**, inserida no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e no Sistema Estadual (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Goiás /RBMA Fase 7);







## REGIÃO SUL



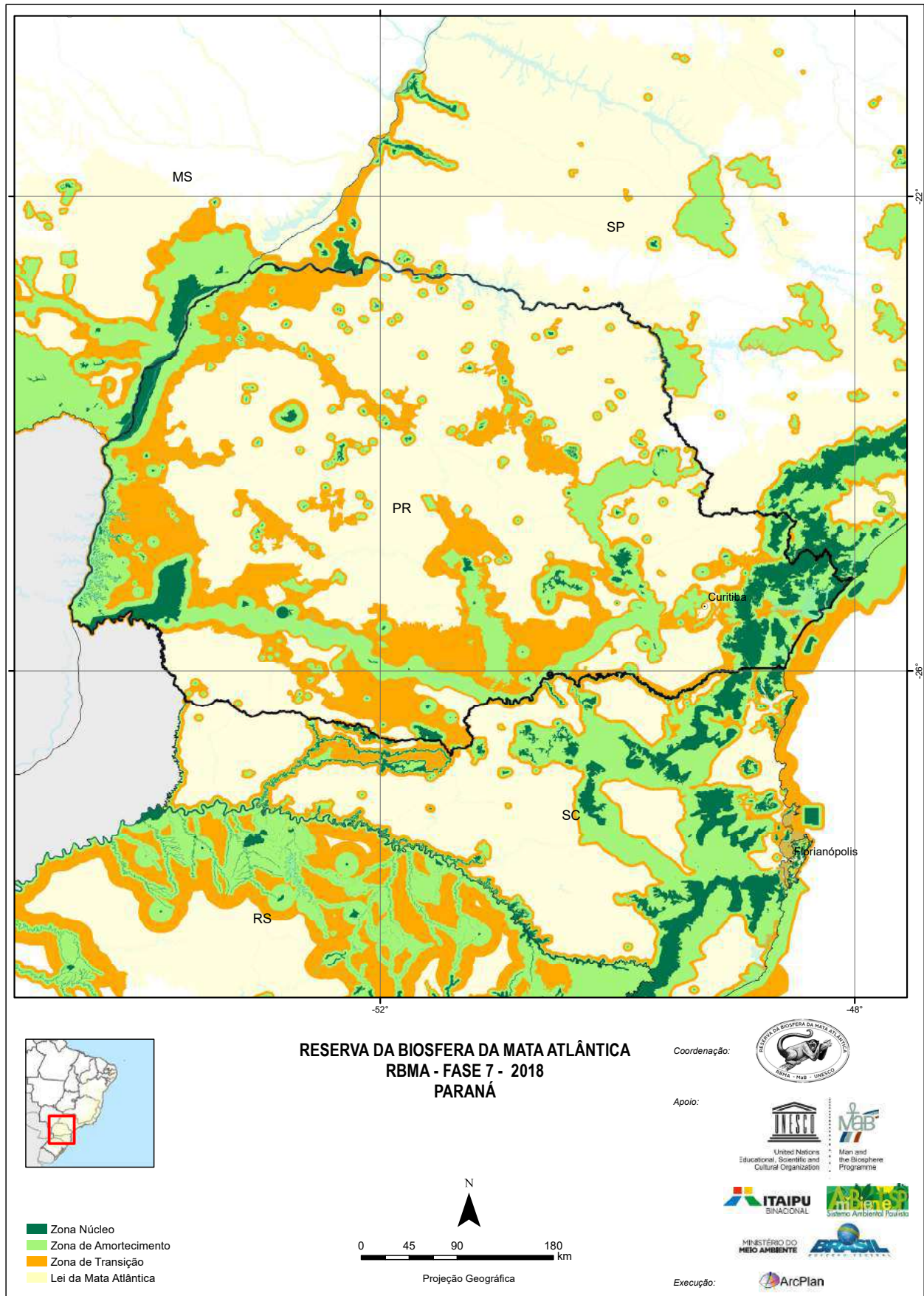




RBMA  
Fase 7

# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

## 3.14 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ



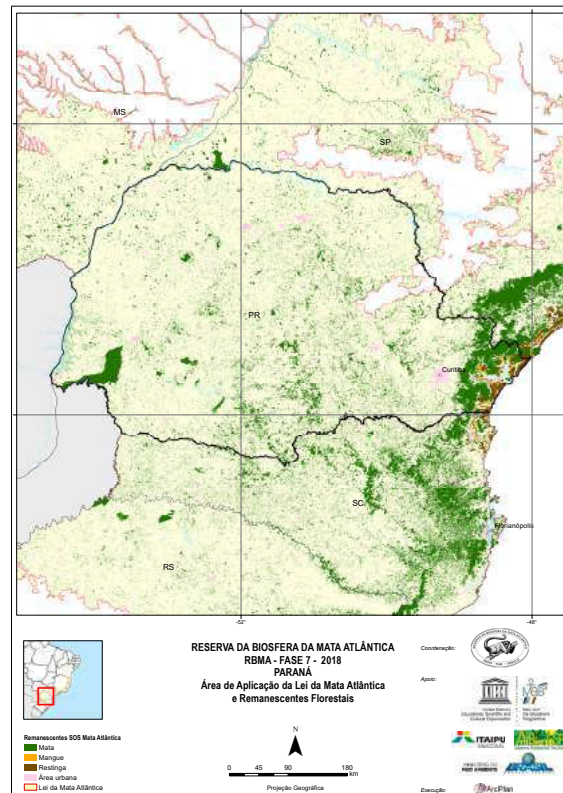
### 3.14.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ

“Oficialmente o Paraná possui hoje uma extensão de 199.729 km<sup>2</sup>, dos quais 84,7%, ou 169.197 km<sup>2</sup>, estavam originalmente cobertos pela Mata Atlântica. O restante do território era composto originalmente por formações campestres, manchas de Cerrado e algumas tipologias de vegetação da faixa litorânea”.

“A primeira cobertura vegetal do Estado constava das seguintes formações florísticas: mata pluvial tropical-subtropical; mata de araucária nos planaltos e na região da mata subtropical acima de 500 m, campos limpos e campos cerrados (estepes de gramíneas baixas); vegetação das várzeas e pântanos; vegetação das praias, ilhas, restinga e vegetações altas da serra; e áreas de baías com faixas de mangue. Da superfície aproximada de 201.203 km<sup>2</sup>, a mata cobria 168.482 km<sup>2</sup>, incluindo-se as orlas de mangue das baías, as matas subxerófitas de restinga da zona litorânea e as faixas de mata de neblina da Serra do Mar, além da mata pluvial-subtropical e da mata de araucária nos planaltos e na região da mata subtropical acima de 500 m de altitude”.

“A situação da Mata Atlântica no Paraná é crítica principalmente nas regiões de ocorrência da floresta com araucária e floresta estacional semidecidual”.

“Outro agravante é a inexistência de unidades de conservação que preservem remanescentes florestais importantes, com áreas representativas nas diferentes situações ambientais que ocorrem no Estado”. (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Paraná: André Rocha Ferretti, Clóvis Ricardo Schrappe Borges e Ricardo Miranda de Brites)

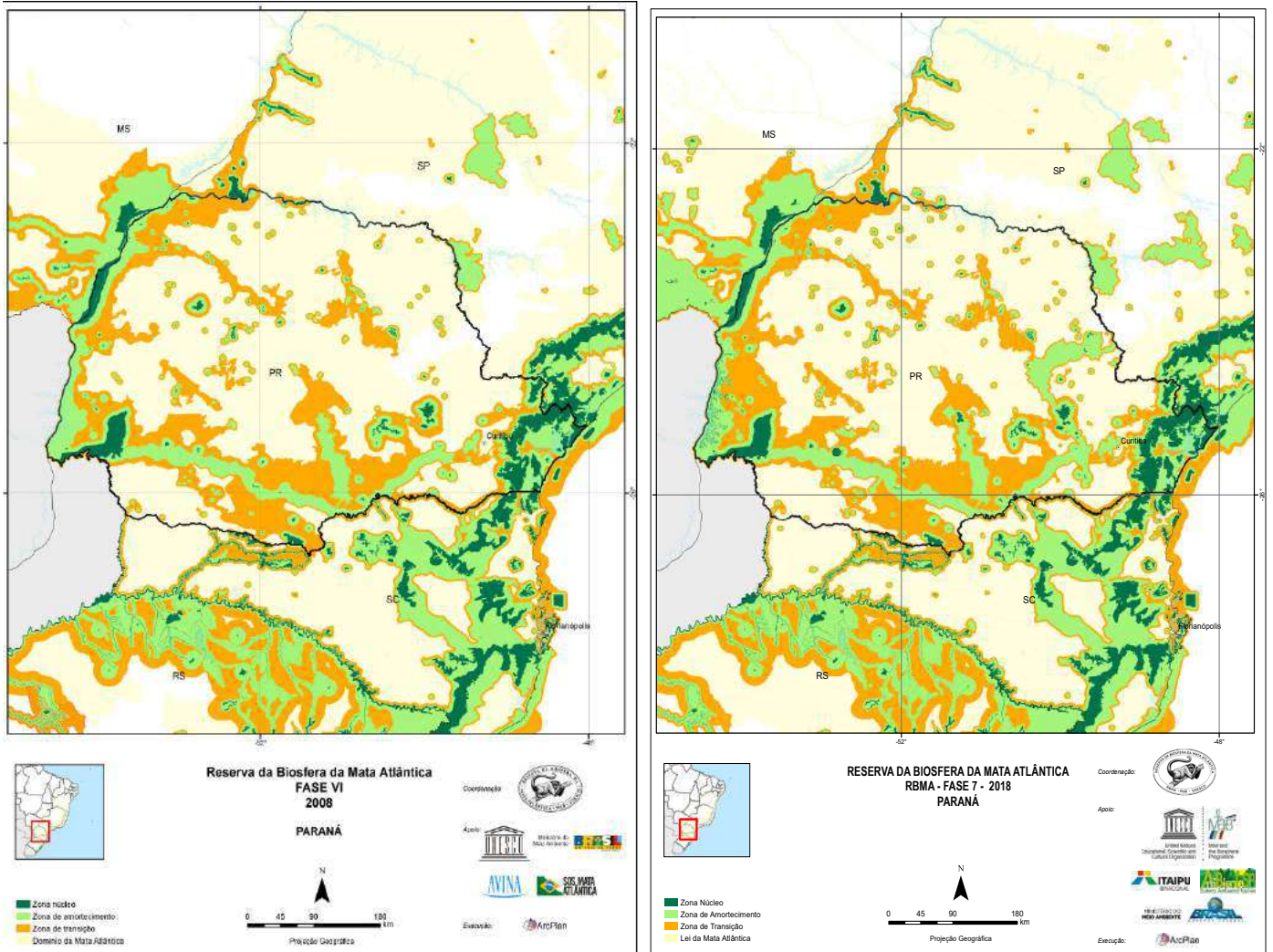






3.14.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PARANÁ

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	PR	20.048.824	8.442.749	42,11%	205.506	8.648.255
Fase 7			9.256.711	46,17%	237.460	9.494.171

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PARANÁ															
RBMA FASE 6 (2008)						RBMA FASE 7 (2018)									
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)							TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL			
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	MONA	PARNA	PE	RPPN	REBIO	RVS	208	5	3	24	5	245	
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS															
CORREDOR								0							1
MOSAICO AP								0							1
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)															
ZONA NÚCLEO								54							192
ZONA DE AMORTECIMENTO								38							53
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7															
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7	12	3	8	2	3	1	36	5		3	33	2		111	
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7	1	2		1			1		2		9		2	34	
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7					1	2	2	1	3	75			8	97	

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
RES. FLOR.	Reserva Florestal
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



### 3.14.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PARANÁ

No Estado do Paraná as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Ampliação do território da RBMA no Estado do Paraná inserindo área na Região de Itaipu, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3, que desde o Parque Nacional de Ilha Grande na Bacia do Rio Paraná 2, até os limites da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, ao Sul a Bacia Hidrográfica do Rio Piquiri a oeste, é área de influência do Reservatório da Hidrelétrica Itaipu Binacional;
- 4- Transformação na Região de Itaipu de quatro áreas que atualmente são zonas de amortecimento da RBMA em zonas núcleo, sendo elas: Área de Preservação Permanente Margem Brasileira do Lago De Itaipu Binacional– 942 ha; Área de Preservação Permanente do Refúgio Bela Vista – 660 ha; **ARIE da Reserva Biológica de Santa Helena** -1555 ha e **ARIE da Faixa de Proteção do Reservatório de Itaipu**. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 5- Criação na Região de Itaipu, de uma Unidade de Gestão Descentralizada: UGD Itaipu Brasil /RBMA;
- 6- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **144 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 7- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **97 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 8- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **24 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 9- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **5 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7).

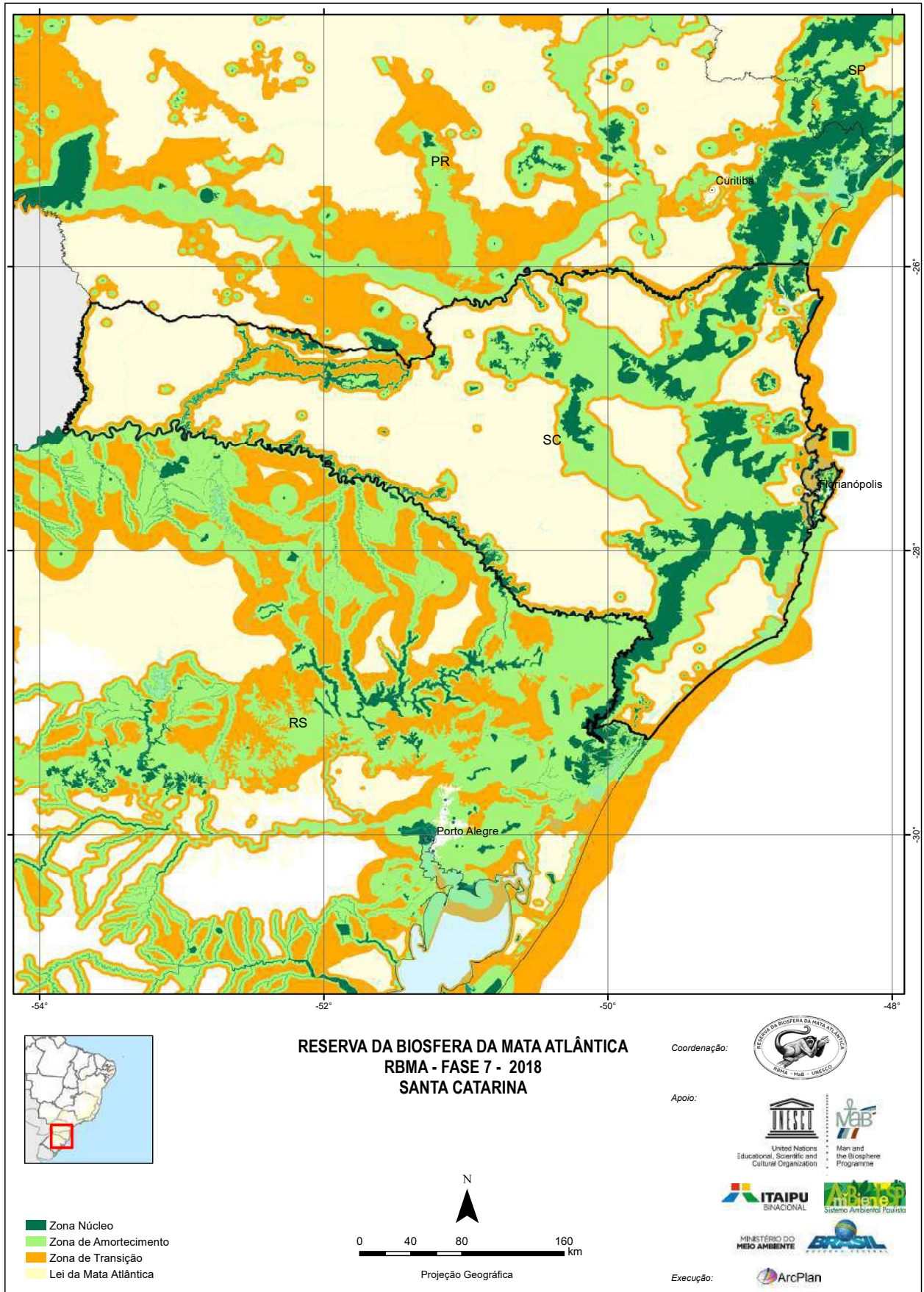




RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.15 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA





### 3.15.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

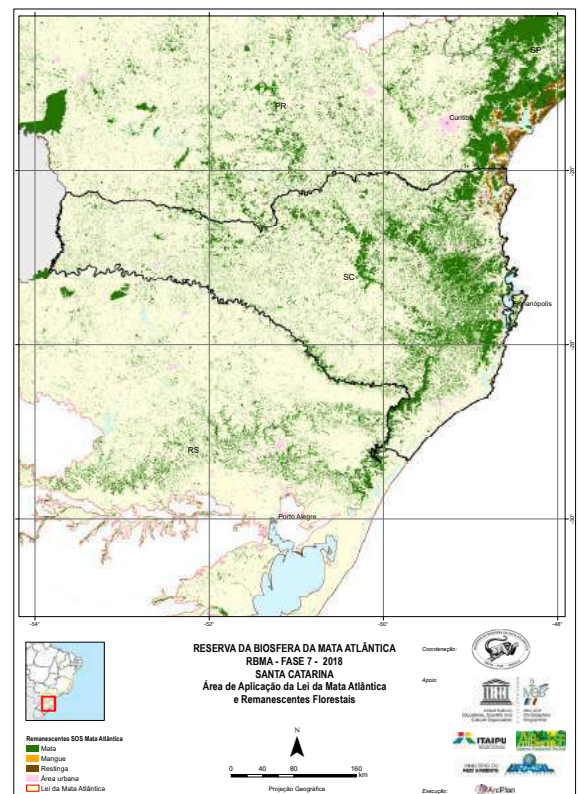
“Com uma extensão territorial de 95.985 km<sup>2</sup>, dos quais 85%, ou 81.587 km<sup>2</sup>, estavam originalmente cobertos pela Mata Atlântica, Santa Catarina situa-se hoje como o terceiro Estado brasileiro com maior área de remanescentes da Mata Atlântica, resguardando cerca de 1.662.000 hectares (16.620 Km<sup>2</sup>), ou 17,46% da área original. Registra-se que a área do Estado corresponde tão somente a 1,12% do território brasileiro. Esses dados bem ilustram a crítica situação atual da Mata Atlântica” ...

... “De acordo com o Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, a cobertura florestal do Estado está subdividida em Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, Floresta de Araucária ou dos Pinhais e Floresta Subtropical da bacia do Rio Uruguai. A Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, também conhecida como floresta ombrófila densa, juntamente com seus ecossistemas associados, manguezais e restingas, cobria 31.611 km<sup>2</sup> ou 32,9% do território catarinense. A Floresta de Araucária, definida como floresta ombrófila mista, cobria 40.807 km<sup>2</sup>, ou seja, 42,5% do território do Estado, compondo assim a cobertura florestal predominante. A Floresta Subtropical da Bacia do Rio Uruguai, ou floresta estacional semidecidual, por sua vez, cobria 9.196 km<sup>2</sup>, perfazendo 9,6% da cobertura florestal de Santa Catarina. Estima-se ainda em 14,4% (13.794 km<sup>2</sup>) a área de campos e em 0,6% (575 km<sup>2</sup>) as porções com floresta nebulosa” ...

... “Da área original de floresta ombrófila densa restam cerca de 22% (7.000 km<sup>2</sup>), distribuídos em remanescentes florestais primários ou em estágio avançado de regeneração. A maior extensão da área ainda coberta por florestas no Estado é representada por fragmentos de floresta ombrófila densa” ...

... “A floresta ombrófila mista, que se constituía na formação florestal predominante do Estado, foi alvo de intensa e predatória exploração madeireira, estando hoje numa situação extremamente crítica. Vários núcleos de floresta ombrófila mista são também encontrados na região da Floresta Pluvial Atlântica, destacando-se os núcleos situados nos municípios de Antônio Carlos, São João Batista, Lauro Müller, Sombrio e Major Gercino” ...

... “A floresta ombrófila mista compõe uma vegetação de ocorrência praticamente restrita à região Sul do Brasil. Hoje seus remanescentes, extremamente fragmentados, não perfazem 5% da área original segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (2000), ou 3% segundo FUPEF (1978), dos quais irrisórios 0,7% poderiam ser considerados como áreas primitivas, as chamadas matas virgens”... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autor Santa Catarina: João de Deus Medeiros ).

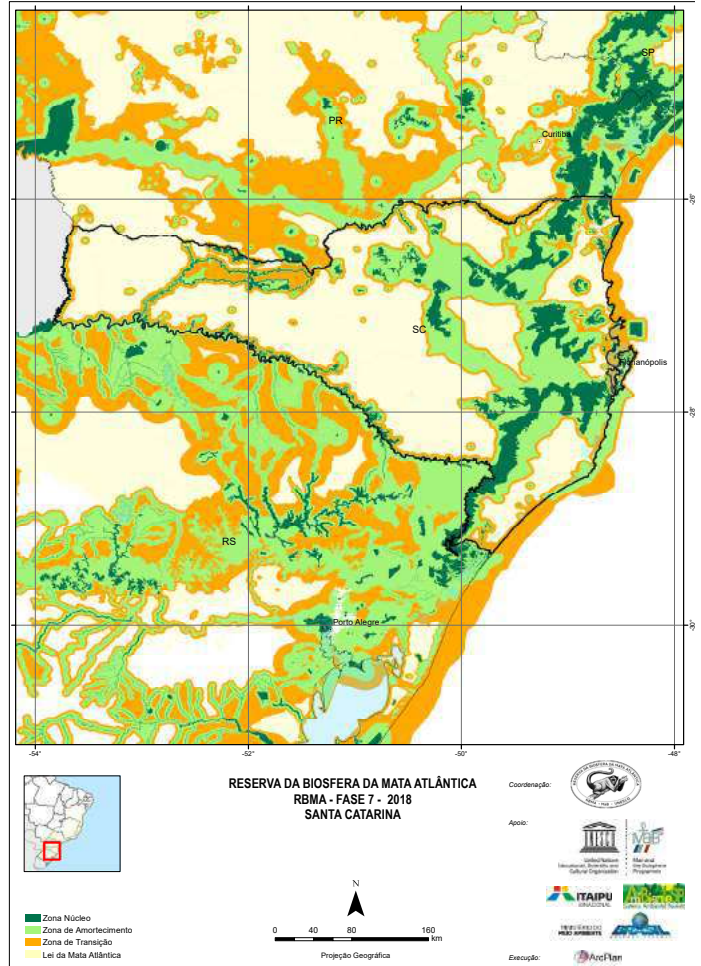
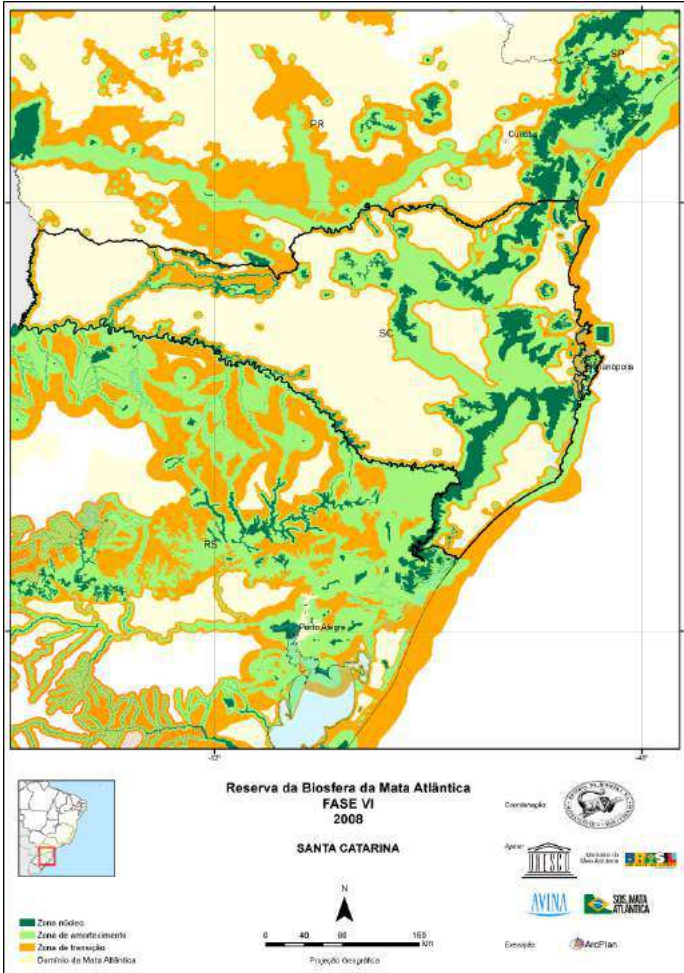






3.15.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	SC	9.573.850	4.706.180	49,15%	455.755	5.161.935
Fase 7			4.828.316	50,43%	592.605	5.420.921

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - SANTA CATARINA																			
RBMA FASE 6 (2008)											RBMA FASE 7 (2018)								
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)										TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL				
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	RVS	ARIE	FLONA	RESEX	ESEC	PARNA	PE	PEC	PM	REBIO	RPPN	UCA	98	6	12	0	116	
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																			
ÁREA TOMBADA											10				10				
CORREDOR											0				0				
MOSAICO AP											0				0				
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)																			
ZONA NÚCLEO											89				134				
ZONA DE AMORTECIMENTO											36				53				
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																			
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7	16	2	3	4	6	5	3	1	5	1	48	1	3	7	5			110	
UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7					2		4											12	28
UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7		1									6							12	49

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



### 3.15.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

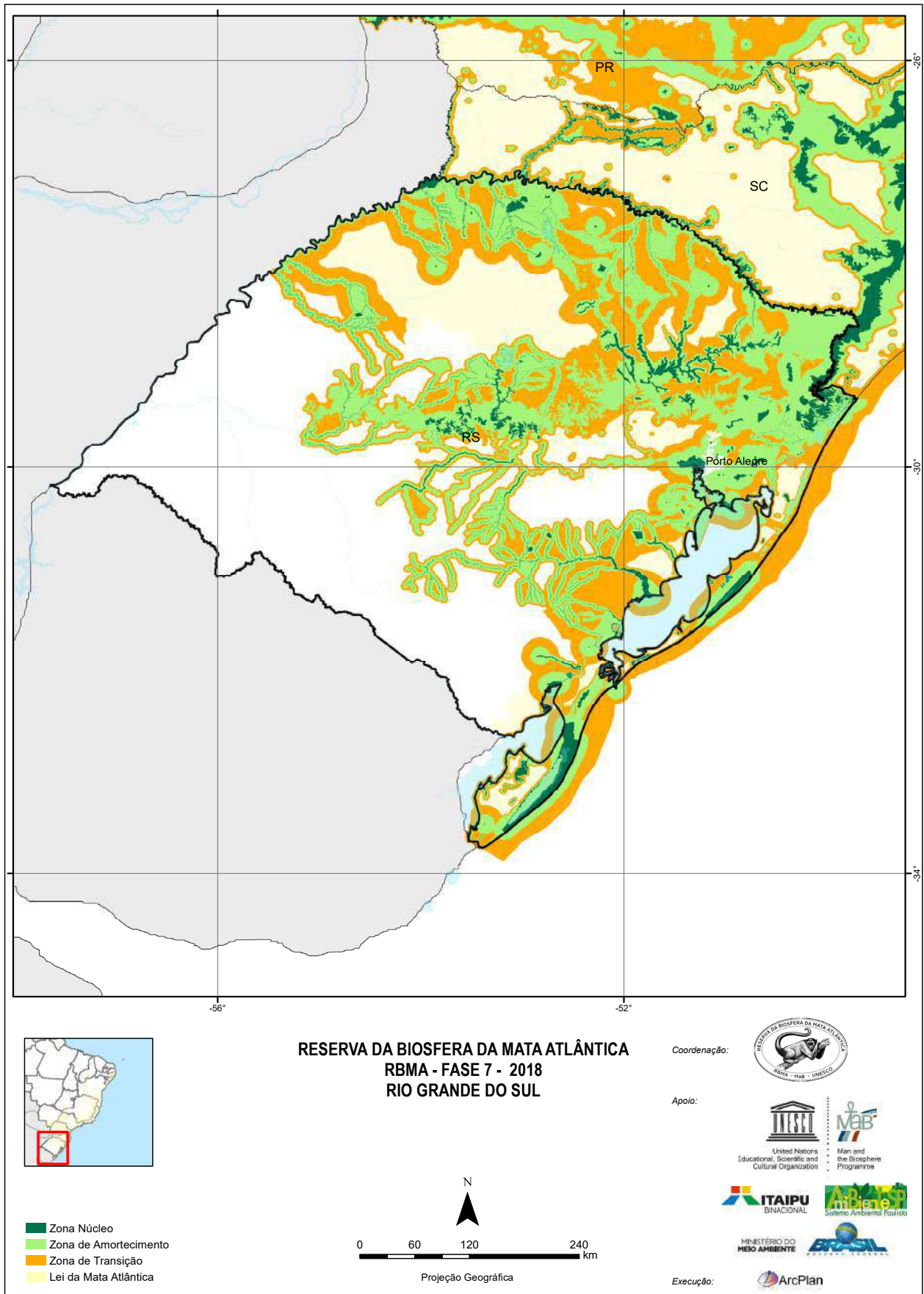
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **138 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Santa Catarina /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **49 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Santa Catarina /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **24 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Santa Catarina /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **4 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Santa Catarina /RBMA Fase 7).



RBMA  
Fase 7

# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

## 3.16 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL







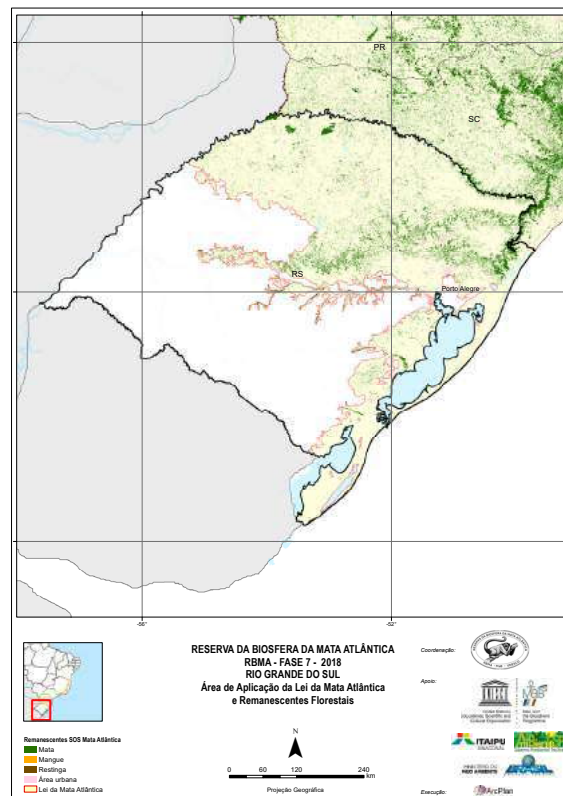
### 3.16.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

“Localizado no extremo sul do Brasil, na fronteira do Uruguai e Argentina, o estado do Rio Grande do Sul possui 282.062 km<sup>2</sup>, clima subtropical, relevo com três regiões naturais distintas e dois grandes biomas: Mata Atlântica (no planalto serrano e região lagunar) e Pampa” ...

... “Estima-se que em 1500 havia 11.202.705 km<sup>2</sup> (39,70 hectares) com cobertura de vegetação de Mata Atlântica no Estado. Em 1940, a cobertura original era de 9.898.536 Km<sup>2</sup> (35,08%), mas em menos de 20 anos perdeu-se mais 7 milhões de hectares dessa vegetação, restando apenas 2.700.501 Km<sup>2</sup> (9,57%)” ...

... “O Domínio da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul é constituído de floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista (floresta com araucária), floresta estacional semidecidual, campos de altitude, restinga” ...

... “No Litoral Norte, encontra-se o principal conjunto de remanescentes da floresta atlântica, mais especificamente de floresta ombrófila densa e, do lado atlântico, junciais, campo seco, figueiras, jerivás, cedros, timbaúvas; no lado continental, remanescentes de matas de restinga. Na região, está localizada a Reserva Biológica Estadual da Serra Geral - na parte alta -, Parque Estadual de Itapeva - na planície - e Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos - no oceano, junto à cidade de Torres” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autoras Rio Grande do Sul: Kathia Vasconcellos Monteiro e Nely Blauth).

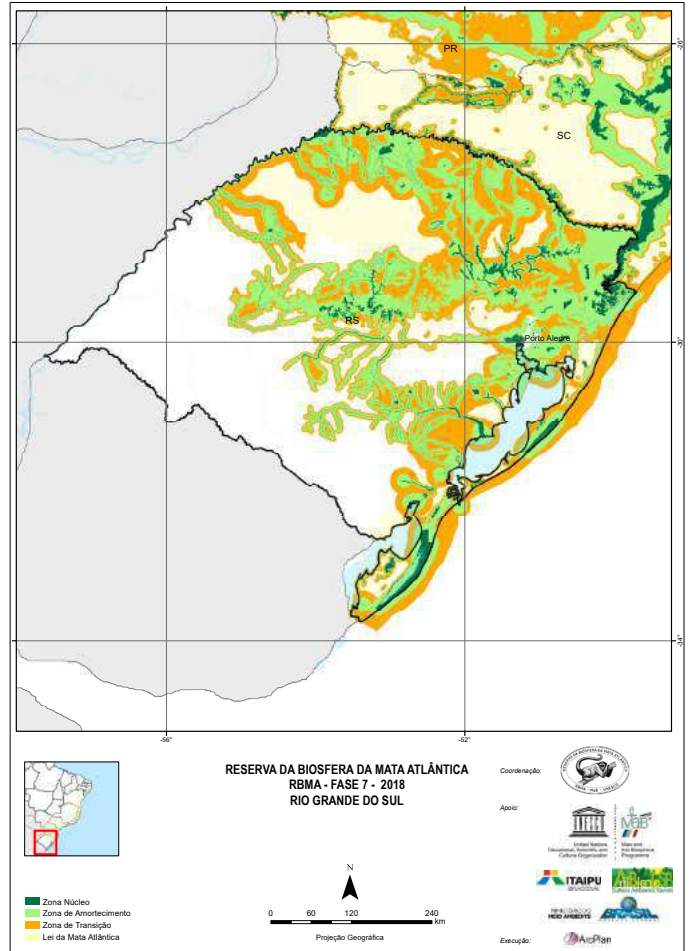
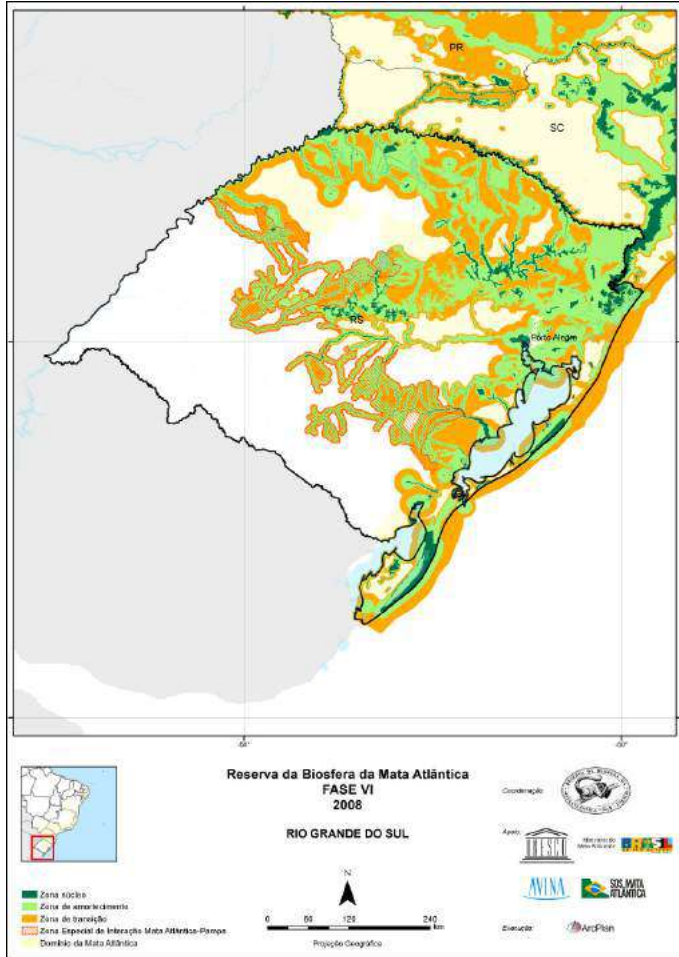






3.16.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	RS	27.103.592	11.318.413	41,75%	1.543.645	12.862.058
Fase 7			14.595.946	53,85%	1.559.815	16.155.761

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - RIO GRANDE DO SUL																
RBMA FASE 6 (2008)										RBMA FASE 7 (2018)						
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)									TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL		
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	FLONA	RVS	ARIE	ESEC	PE	PM	REBIO	RPPN	PARNA	83	5	32	24	144	
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																
CORREDOR										0					3	
MOSAICO AP										0					0	
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)										SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)						
ZONA NÚCLEO										86					72	
ZONA DE AMORTECIMENTO										30					72	
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																
	UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7	7	2	4	3		14	3	2	8	1	21	4	7	5	81
	UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7	1							1			1				3
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7						1					3				4

LEGENDA

- APP \* - Área de Preservação Permanente
- TI \* - Território Indígena
- TQ \* - Território Quilombola



### 3.16.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO GRANDE DO SUL

No Estado do Rio Grande do Sul as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

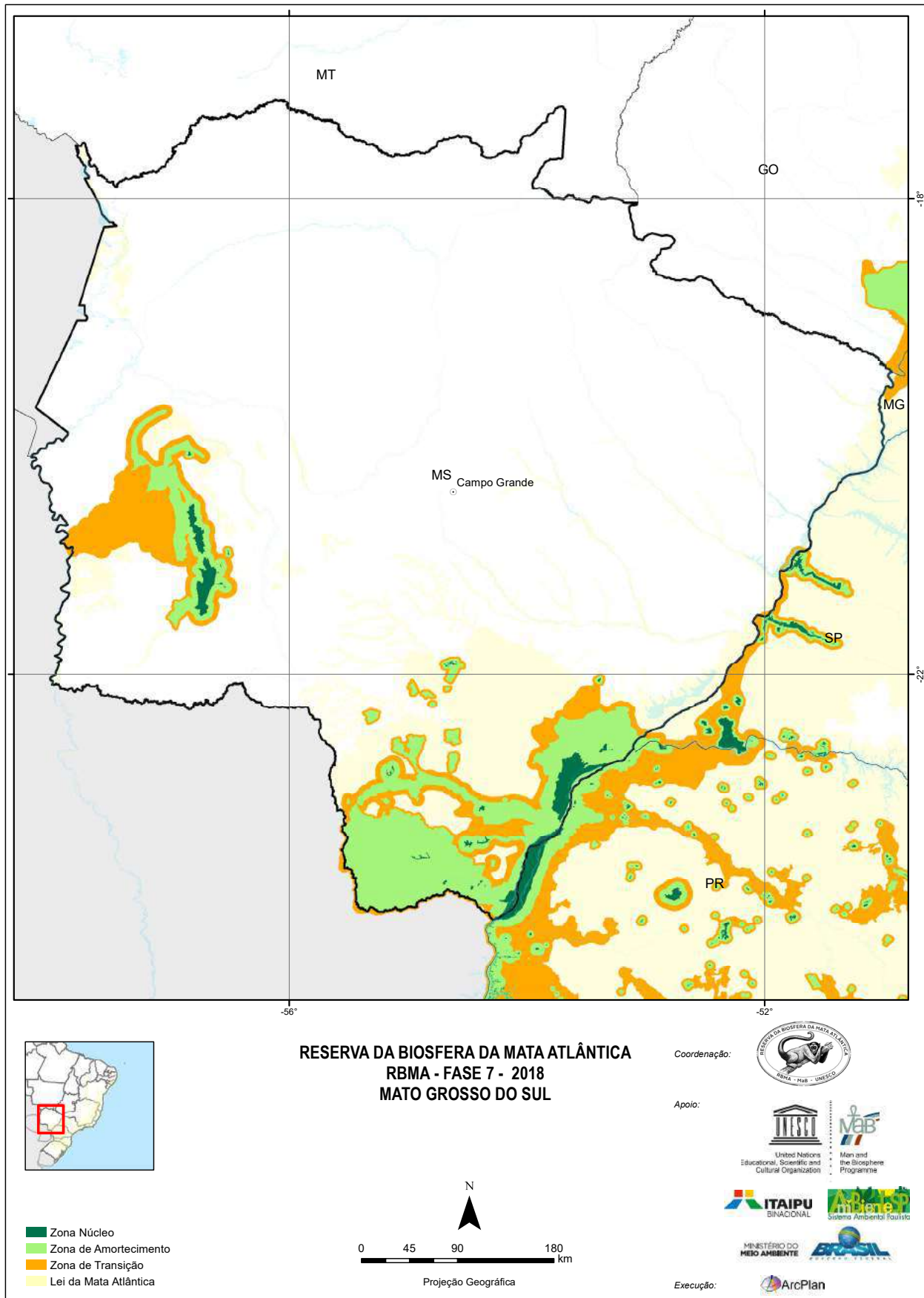
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **84 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul / RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **4 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul/RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **33 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **24 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul /RBMA Fase 7).



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 3.17 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



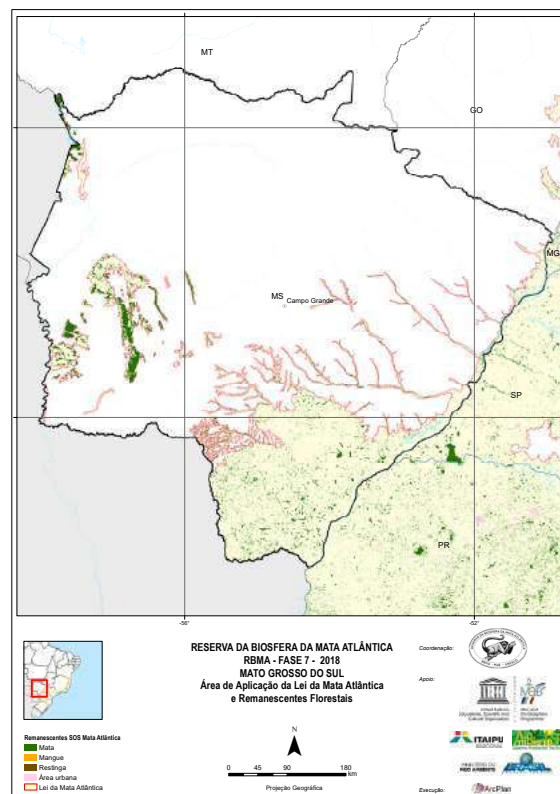
## 3.17.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

“A Mata Atlântica no Mato Grosso do Sul inclui formações florestais (primárias e secundárias em estágio avançado de regeneração) de floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual, matas ciliares, remanescentes incrustados ou inseridos em outras formações a exemplo do Cerrado e do Pantanal” ...

... “Os principais remanescentes da Mata Atlântica no Mato Grosso do Sul estão concentrados em três áreas: Serra da Bodoquena, planície do Rio Paraná, próximo da divisa dos Estados de São Paulo e Paraná e fragmentos isolados no interior das diversas áreas indígenas situadas no sudoeste do Estado” ...

... “Na Serra da Bodoquena destaca-se o Parque Nacional do mesmo nome, bem como a encosta oeste da serra inserida na área indígena da Tribo Kadwéu” ...

... “A Serra da Bodoquena apresenta uma diversidade de ecossistemas cuja proteção não poderá se restringir ao interior do parque. É significativa a ocupação do solo em volta da unidade, mas a região ainda apresenta possibilidades interessantes de conectividade através da preservação de recursos hídricos, da manutenção de mosaicos de reservas legais e formação de corredores ecológicos” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Mato Grosso do Sul: Alexandre de M. M. Pereira, Ivan Salzo e Adílio A. V. de Miranda).

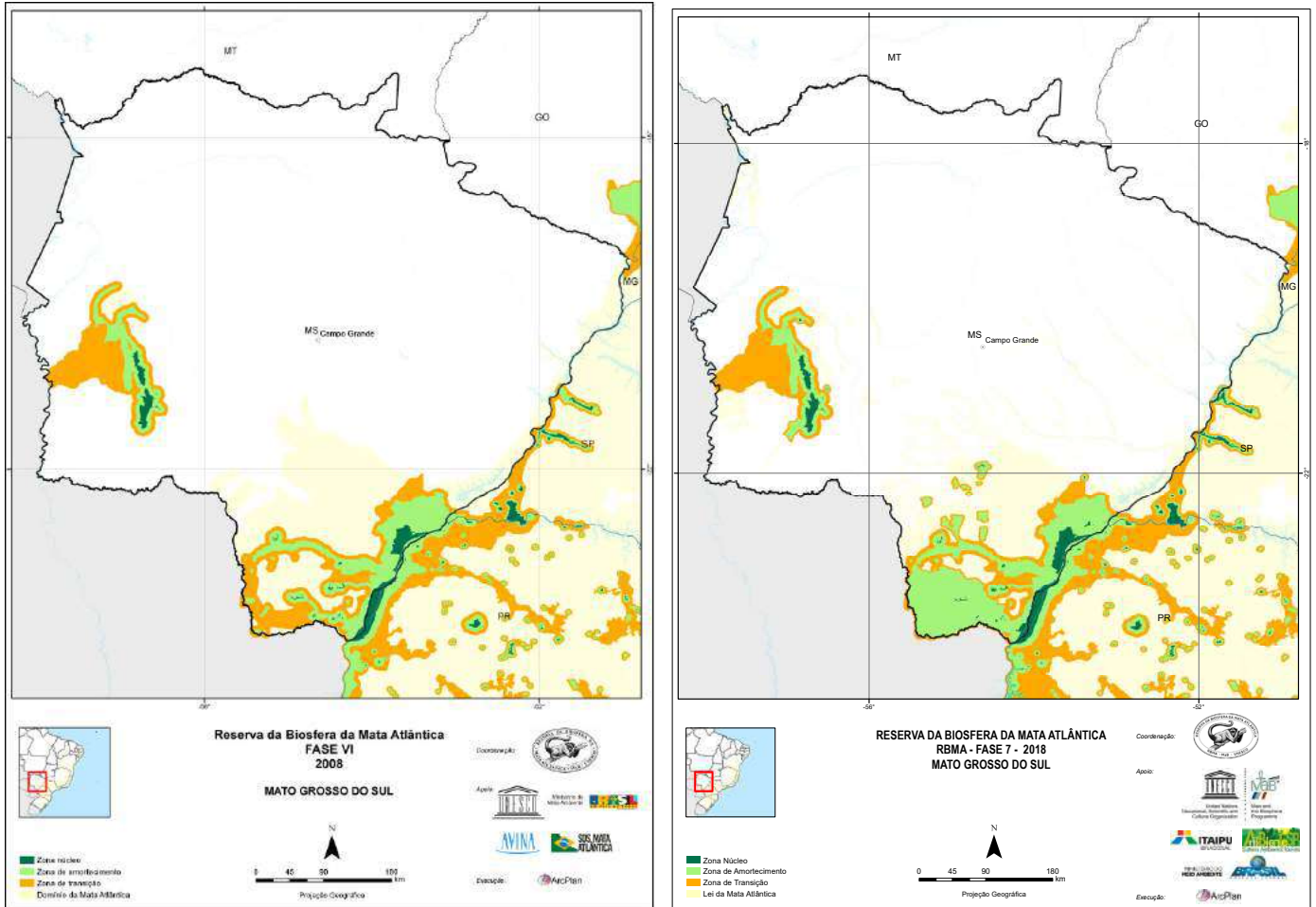






3.17.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

Fase	UF	Área da UF	Área Terrestre	% da UF (Terrestre)	Área Marinha	Total (Terrestre + Marinha)
Fase 6	MS	36.192.341	3.302.810	9,12%	-	3.302.810
Fase 7			4.205.169	11,61%	-	4.205.169

SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - MATO GROSSO DO SUL																													
RBMA FASE 6 (2008)							RBMA FASE 7 (2018)																						
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)						TOTAL UC	APP *	TI *	TQ *	TOTAL GERAL						
CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	PARNA	PE	RESEC	RESEX	RPPN						CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP)	APA	ESEC	MONA	PE	PARNA	PNM	REBIO	RPPN									
	4	2	1	0	0	3	10	2	19	0	31		15	1	1	1	2	4	1	17	42	1	30	2	75				
OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS																													
CORREDOR											0	CORREDOR																	0
MOSAICO AP											0	MOSAICO AP																	0
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ)														SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ)															
ZONA NÚCLEO											8	ZONA NÚCLEO																	28
ZONA DE AMORTECIMENTO											23	ZONA DE AMORTECIMENTO																	47
SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7																													
												UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7	4			1	2	2			2					1			12
												UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7	11		1						3					11			27
												UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7		1					1	1	12					19	2	36	

LEGENDA

APP *	Área de Preservação Permanente
TI *	Território Indígena
TQ *	Território Quilombola



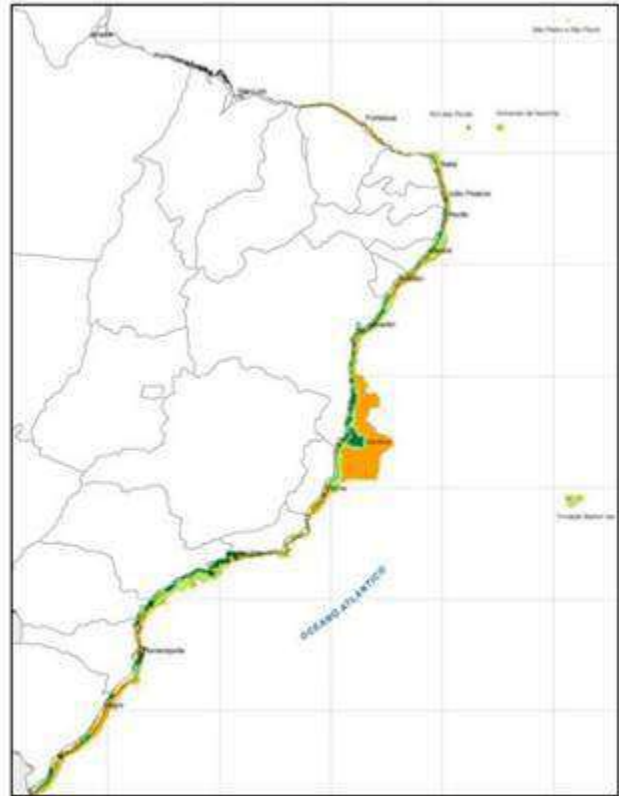
### 3.17.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MATO GROSSO DO SUL

No Estado do Mato Grosso do Sul as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **39 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **36 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **30 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **2 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul/RBMA Fase 7).



## REGIÃO MARINHA



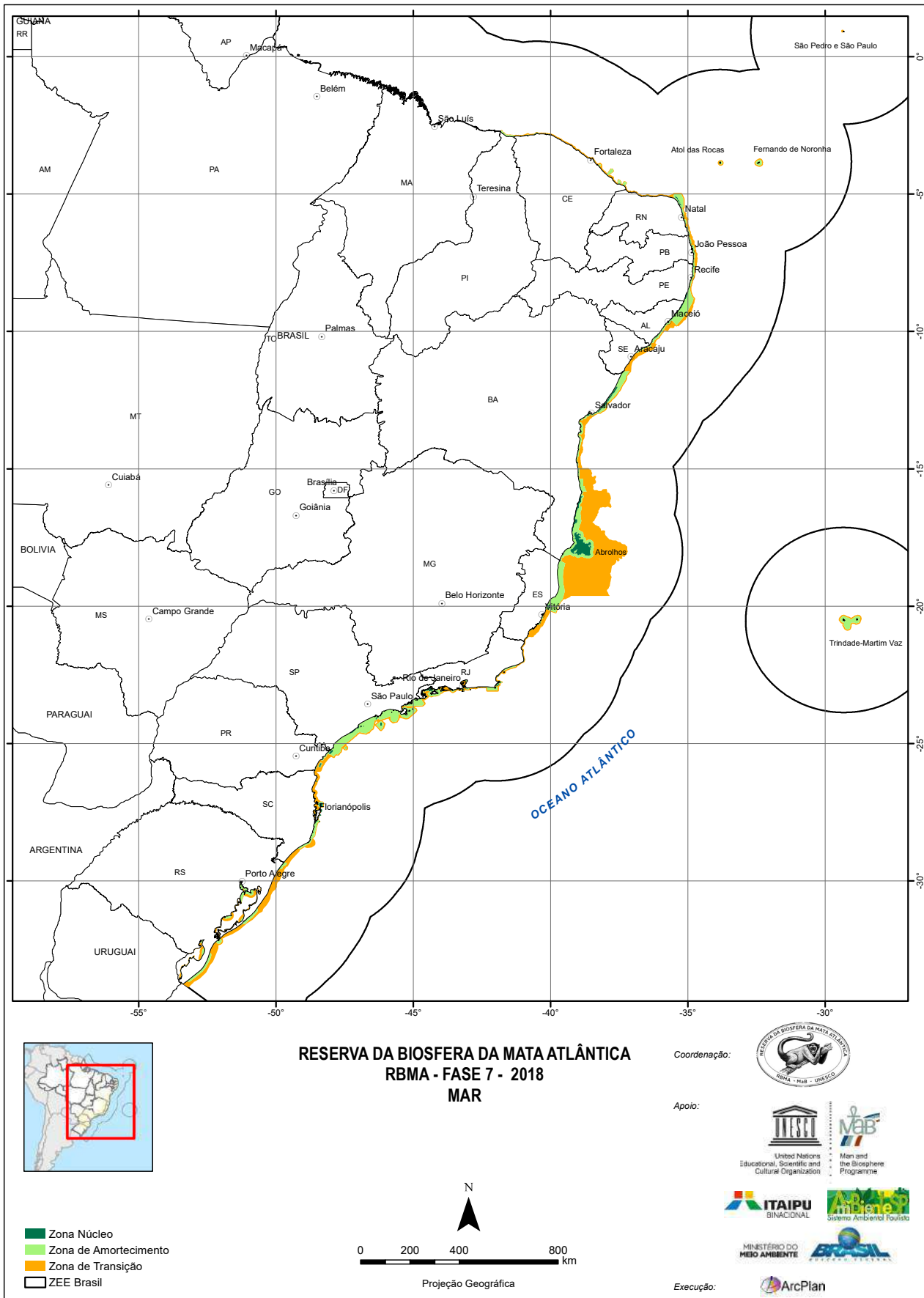




RBMA  
Fase 7

# REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

## 3.18 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRO - MARINHA





### 3.18.1 A MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRA MARINHA ADJACENTE

“Dentre os ecossistemas marinhos e costeiros do mundo, os recifes de corais destacam-se pela surpreendente diversidade de espécies. No Brasil, ocupam uma área relativamente pequena, correspondendo a apenas 5% dos recifes do Oceano Atlântico, mas apresentam elevados índices de endemismo, que chegam a 50% para as espécies de corais e 20% para os peixes recifais. Isso representa uma razão de espécies endêmicas por área 3 a 4 vezes maior do que no Caribe” ... “Entre os ecossistemas marinhos do Brasil, possuem grande relevância também os extensos estuários e manguezais, distribuídos ao longo de quase todos os 7.300 km de sua costa. A região norte do Brasil possui os mais extensos destes manguezais, alguns dos quais permanecem completamente desconhecidos”.

“A região dos Abrolhos apresenta a maior concentração de recifes da costa brasileira, com várias espécies endêmicas, como o coral-cerebro *Mussismilia braziliensis*, que só é encontrado no litoral da Bahia. Apresenta ainda a maior biodiversidade marinha conhecida no Atlântico Sul. O Rapid Assessment Program realizado pela ONG Conservação Internacional em Abrolhos no ano 2000 registrou, aproximadamente, 1300 espécies de peixes, corais, algas, crustáceos, moluscos e poliquetas, sendo que 45 são consideradas ameaçadas, segundo listas da IUCN (2003) e do IBAMA (2003 e 2004)”.

“Mesmo com esta grande importância, os ecossistemas marinhos do Brasil sofrem com a ameaça de várias atividades humanas, especialmente com a pesca sem controle, a sedimentação provocada por desmatamentos, a poluição dos corpos d’água, a exploração de óleo e gás natural, a carcinicultura e o crescimento urbano desordenado. Esta situação fica ainda mais preocupante considerando que apenas 0,4% dos ecossistemas marinhos brasileiros constituem áreas marinhas protegidas federais e que os mecanismos de fiscalização destas áreas são ainda ineficientes, carecendo de efetiva implementação. Reverter este quadro é um grande desafio para o pequeno conjunto de instituições que trabalha com a conservação marinha no país”. (Fonte: Conservação Internacional 2008. Planejamento Anual do Programa Marinho. Salvador, BA- 2008)

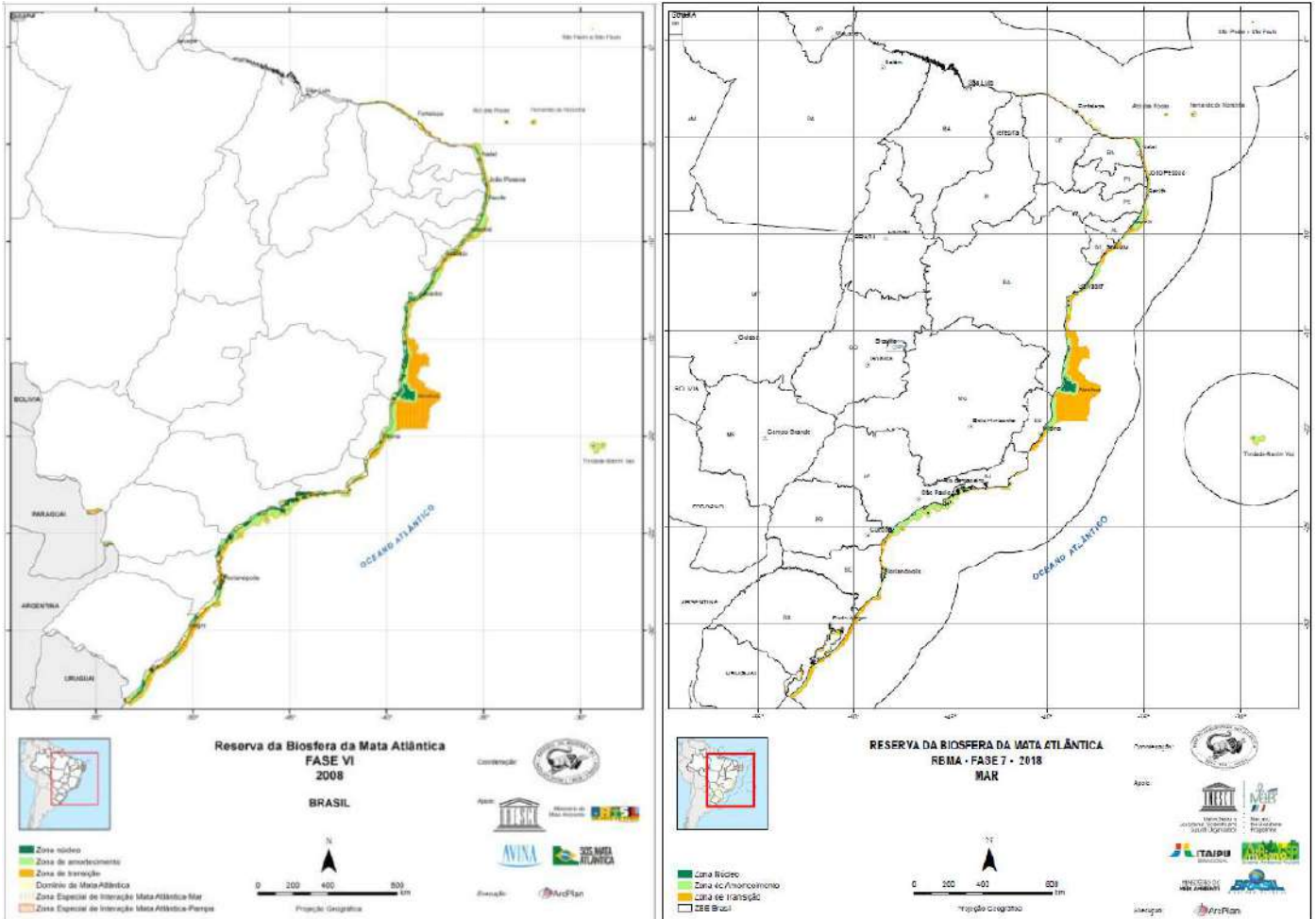
A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, durante o processo de delimitação e zoneamento da sua FASE 6, deu atenção especial aos ecossistemas costeiros e marinhos, sendo ampliada, aproximadamente, de 44 mil km<sup>2</sup> para 78 mil km<sup>2</sup>, sendo que destes 16 mil km<sup>2</sup> foram na zona marinha. Concomitante à referida ampliação foi criado o Colegiado Mar da RBMA, que definiu duas áreas de extrema prioridade, para reforço das ações de conservação e uso sustentável, e para proposição de Criação de novas Reservas da Biosfera Marinhas: Cadeia Fernando de Noronha / Arquipélago São Pedro - São Paulo e Banco de Abrolhos / Cadeia Vitória – Trindade.

A Cadeia Vitória - Trindade - CVT conectada ao Banco de Abrolhos e a importantes ecossistemas costeiros, por representar o mais importante corredor de biodiversidade marinha da costa central do Brasil, é hoje objeto central da “PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MARINHA VITÓRIA-TRINDADE ( RBM-VT) , COSTA CENTRAL DO BRASIL”, elaborada por meio de parceria estabelecida entre a RBMA, Associação Voz da Natureza e SBIO /MMA/ GIZ, já aprovada pelo COBRAMaB e em tramitação junto aos governos federal e Estadual. ( Fonte: Dias, MH; Pinheiro, HT; Teixeira, JB, Oliveira, NM & Lino, CF. 2017. Proposal for the designation of the Marine Biosphere Reserve Vitória-Trindade, Brazilian Central Coast. Submitted to UNESCO, Division of Ecological and Earth Sciences.)



### 3.18.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NA REGIÃO MARINHA

#### Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7





*Tabela comparativa, por estado, das áreas de abrangência da região marinha na RBMA Fase 6 e 7*

<b>Estados</b>	<b>Fase</b>	<b>Área Marinha</b>
Piauí	Fase 6	1.963
	Fase 7	49.634
Ceará	Fase 6	322.632
	Fase 7	398.644
Rio Grande do Norte	Fase 6	507.793
	Fase 7	500.880
Paraíba	Fase 6	198.045
	Fase 7	195.582
Pernambuco	Fase 6	363.032
	Fase 7	368.543
Alagoas	Fase 6	730.614
	Fase 7	718.261
Sergipe	Fase 6	293.077
	Fase 7	290.748
Bahia	Fase 6	5.568.912
	Fase 7	5.529.686
Espírito Santo	Fase 6	3.739.859
	Fase 7	3.703.262
Rio de Janeiro	Fase 6	712.174
	Fase 7	710.390
São Paulo	Fase 6	1.505.708
	Fase 7	1.593.285
Paraná	Fase 6	205.506
	Fase 7	237.460
Santa Catarina	Fase 6	455.755
	Fase 7	592.605
Rio Grande do Sul	Fase 6	1.543.645
	Fase 7	1.559.815
<b>TOTAL 14 ESTADOS</b>	<b>Fase 6</b>	<b>16.146.753</b>
	<b>Fase 7</b>	<b>16.448.796</b>

Obs: A tabela indica a estimativa da porção da Região Marinha da RBMA que ocorre no mar em cada um dos 14 Estados costeiros brasileiros, adjacentes a Mata Atlântica.

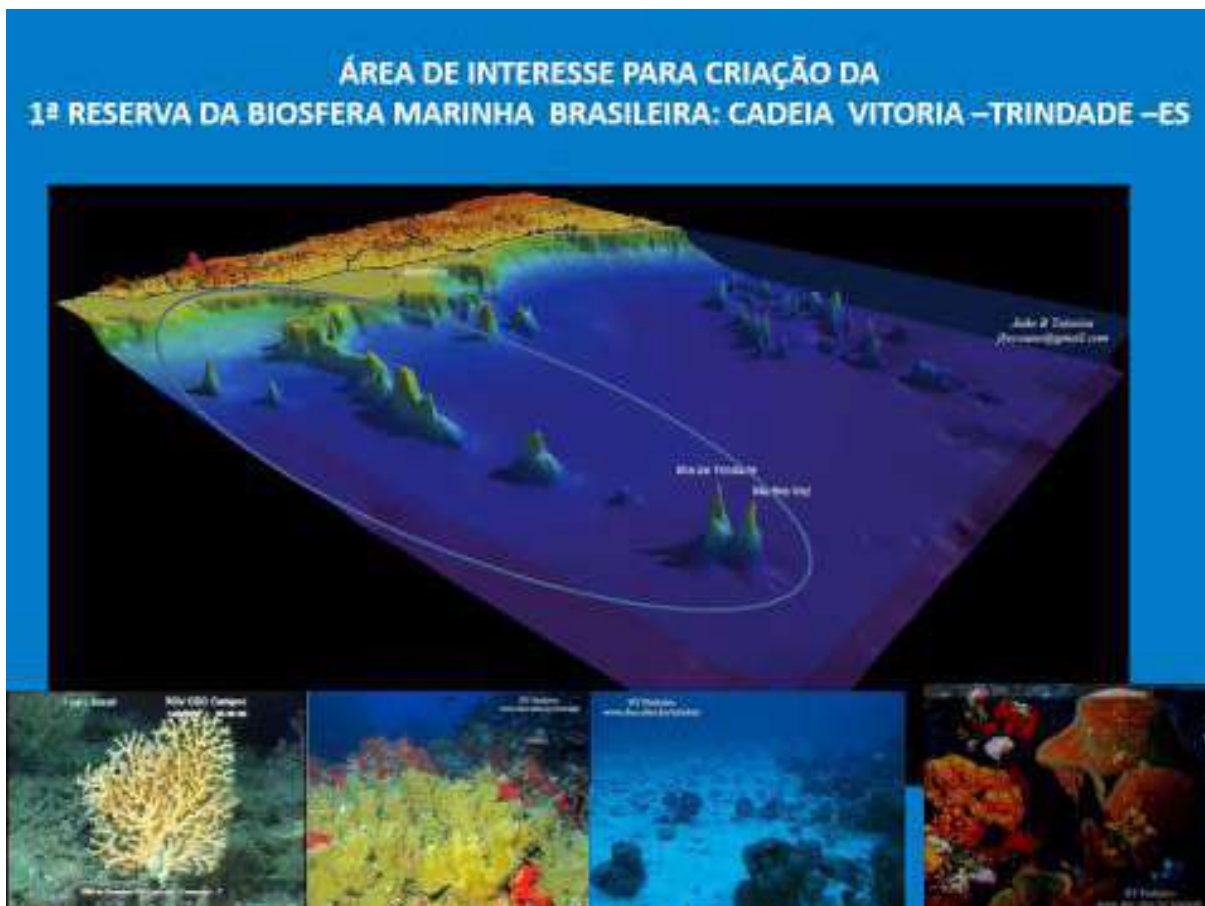




### 3.18.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / REGIÃO MARINHA

Na Região Marinha da RBMA as alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, foram poucas e decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA na Região, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de cada um 14 Estados Costeiros da RBMA de **unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de cada um 14 Estados Costeiros da RBMA de **áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA **ou** em Sistemas Estaduais. Ressalta-se aqui que não foram inseridas na Fase 7, as mais novas Unidades de Conservação (UCs), criadas em março de 2018, pelo governo federal, localizadas nos Arquipélagos de São Pedro e São Paulo (pertencente ao estado de Pernambuco) e de Trindade e Martim Vaz (território do estado do Espírito Santo), por serem áreas focais para Reconhecimento de novas Reservas da Biosfera Marinhas Brasileiras, conforme mencionado anteriormente. São duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e dois Monumentos Naturais (Monas) que juntos somam uma área de aproximadamente 90 milhões de hectares. Isso equivale a soma das áreas de todos os estados da Região Sudeste brasileira (ES, MG, RJ e SP), cerca de 920.000 km<sup>2</sup>. Com isso, os dois conjuntos de ilhas mais isolados do Brasil (o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a 1010 km da costa nordeste brasileira e, o de Trindade e Martim Vaz, a 1000 km de distância de Vitória, município a qual pertence), estão com o mínimo de proteção necessária.







RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 1

UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADAS DA RBMA FASE 7





## 4 ANEXO 1 - UNIDADES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA RBMA / UGB - RBMA

### 4.1 SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é a maior Reserva da Biosfera de toda rede mundial do programa MAB-UNESCO. Com mais de 78.000.000 há (e proposta de ampliação para 89.000.000 há na fase 7), abarca áreas nos 17 estados brasileiros onde ocorre o bioma, formando um grande corredor ecológico entre o Piauí e Rio Grande do Sul, ao longo da costa e também em partes dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

A gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é feita por meio de um Sistema Nacional que envolve diversas instâncias tendo como órgão máximo o **Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** de caráter deliberativo. A gestão é descentralizada por meio dos **Comitês e Sub Comitês Estaduais**. Este sistema é respaldado legalmente pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nº 9.985, de 18 de julho de 2000 em seu capítulo VI e pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 em seu capítulo XI.

Além das referidas instâncias o Sistema de Gestão da RBMA, conta ainda com outras instâncias estabelecidas pelo Conselho Nacional:

- **Bureau do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** (O Bureau tem funções organizativas e facilitadoras, voltadas à preparação da agenda das reuniões do Conselho, à instrução dos assuntos que a compõem e à deliberação de assuntos que lhe forem delegados pelo Conselho).

- **Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** (A Secretaria Executiva implementa as decisões do Conselho, articula e apoia todo o sistema, coordena programas e projetos nacionais da RBMA).

- **Colegiado Mar (Artigo 11º - 5ª Versão do Estatuto do CN-RBMA)**

Fica instituído o Colegiado Mar, para tratar dos assuntos específicos da costa brasileira ecossistema associado ao Bioma Mata Atlântica.

# único - O Colegiado Mar é formado por cientistas, órgãos estaduais, federais e municipais, comunidade civil organizada e povos tradicionais associados a exploração dos recursos marítimos

- **Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA**, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e socioculturais.

(Artigo 3º - do Estatuto do IA-RBMA)

Os objetivos institucionais do IA-RBMA são: a) apoiar a implantação e o fortalecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, em todos seus campos de atuação, em conformidade exclusivamente com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CN-RBMA e, b) captar e gerenciar recursos voltados à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.



- **Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica:** Os postos Avançados são centros de divulgação das ideias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos pela Reserva.

Para ser um Posto Avançado aprovado pelo Conselho é necessário que a instituição desenvolva pelo menos duas das três funções básicas da Reserva nos campos da proteção da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico e tradicional sobre a Mata Atlântica.

### **Regulamentação da Figura de Postos Avançados da RBMA:**

Artigo 1º. - Fica instituída a figura dos Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como uma ferramenta de Conservação, de Estudo e Pesquisa, e modelo de Uso Sustentável da Mata Atlântica;

§ único - Os Postos Avançados deverão estar em perfeita sintonia com os princípios desta Reserva da Biosfera.

Artigo 2º. - Para que uma área possa ser reconhecida como Posto Avançado é necessário que seus responsáveis desenvolvam regularmente pelo menos duas das três funções básicas desta Reserva. Essas funções são: A proteção da biodiversidade, o apoio ao desenvolvimento sustentável e o trabalho com a pesquisa, conhecimento científico e tradicional.

Ao Longo dos anos este sistema de gestão mostrou-se bastante adequado à missão e desafios de uma Reserva da Biosfera com as dimensões, complexidade e desafios como a RBMA. Seu sucesso propiciou a criação de um “modelo brasileiro” que foi adotado para a gestão das demais Reservas da Biosfera em nosso país e tem servido de inspiração e modelo para o Programa MAB/UNESCO e para vários países. Vale destacar que o Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica recebeu o prêmio de meio ambiente da UNESCO nas comemorações dos 60 anos de entidade e 30 anos do Programa MAB, em 2011.

Nesse período algumas outras instâncias, a exemplo dos Colegiados Regionais (Nordeste, Sudeste, Sul) chegaram a ser criadas, mas não se consolidaram e foram extintas. Por outro lado, alguns componentes do sistema de gestão, principalmente os Comitês Estaduais, vem apresentando ciclos de maior ou menor efetividade dependendo das conjunturas políticas e econômicas de cada Estado. Assim, alguns Comitês Estaduais, dentre os quais o do Rio Grande do Sul, mostraram continuidade e efetividade exemplar em suas ações, enquanto outros como no Paraná ou no Ceará nunca chegaram a consolidar-se apesar de criados oficialmente. A grande maioria dos Comitês Estaduais, todavia como já dissemos, apesar de movimentos cíclicos mostraram-se importantes instâncias para a gestão da Reserva e devem ser aprimorados e fortalecidos.

Cabe destacar o fato de que vários Comitês Estaduais das Reservas da Biosfera, além de gerir as Reservas em seu território de ação podem servir igualmente como instâncias participativas e descentralizadas para a gestão de outras figuras como Sítios do Patrimônio Mundial Natural e Sítios Ramsar ou ainda de grandes projetos territoriais com superposição nas Reservas das Biosferas brasileiras a exemplo do Projeto Corredor Central da Mata Atlântica e do Projeto Corredor Central da Amazônia.

Por outro lado, no território da RBMA, existem outros mecanismos de gestão territorial integrada e participativa, muitos deles perfeitamente compatíveis com os princípios da Reserva e que podem vir a complementar ou aprimorar seu sistema de gestão. Neste sentido, foram por nós identificados:

- Comitês de Bacia Hidrográfica.
- Câmaras Técnicas dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.
- Conselhos Gestores de Unidade de Conservação.
- Conselhos Gestores de Mosaicos de Áreas Protegidas



Todos esses coletivos são figuras legalmente constituídas, associadas aos temas da Conservação e Desenvolvimento Sustentável e composição que inclui membros de instituições governamentais, sociedade civil, iniciativa privada e comunidades, entre outros.

Assim, é possível pensar em incluir ou credenciar alguns desses coletivos como parte do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica promovendo sinergias, ampliando parcerias, evitando duplicação de esforços e fortalecendo tanto estes coletivos quanto o princípio de descentralização de nosso Sistema de Gestão.

Atenção especial deve ser dada aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (e suas Câmaras Técnicas) que podem eventualmente suprir a carência de Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Da mesma forma, merece especial análise o possível enquadramento dos Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas como uma “nova” figura de gestão descentralizada da Reserva da Biosfera. Tais instrumentos, pela sua distribuição em todo o território brasileiro tem potencial para serem adotados igualmente pelas demais Reservas da Biosfera brasileiras, incorporando-se ao “modelo brasileiro” de gestão integrada, participativa e descentralizada de nossas reservas.

Os Conselhos Gestores de Mosaicos são regulamentados pelo artigo 8º do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamenta a lei do SNUC nº 9.985/2000.

Como se vê são perfeitamente adequados ao Sistema de Gestão das Reservas da Biosfera brasileiras, o que não se trata de coincidência fortuita, uma vez que o próprio conceito de “Mosaico de Unidades de Conservação” foi inspirado em parte nos princípios de gestão das Reservas da Biosfera.

No caso da Mata Atlântica, existem atualmente (março 2018) 14 Mosaicos reconhecidos oficialmente, dos quais 8 são institucionalizados no âmbito federal (MMA), 6 em âmbito estadual. Todos eles estão inseridos em áreas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Alguns deles são “transfronteiriços” envolvendo territórios de 2 ou 3 estados, podendo neste sentido servir de elo para a atuação de dois Comitês Estaduais vizinhos.

Outro caso inspirador é o da área da Itaipu Binacional que na sua porção brasileira está integralmente inserida na RBMA e que no país vizinho, o Paraguai, também está inserida em uma Reserva da Biosfera, a RB Itaipú, reconhecida pela UNESCO em 2016. Tal situação poderia propiciar inclusive o reconhecimento de uma Reserva da Biosfera Transfronteiriça Brasil-Paraguai, uma vez que esta figura muito valorizada internacionalmente preserva a existência (e total soberania do país) para cada uma das Reservas envolvidas, mas promove a sinergia e projetos conjuntos a partir de planos de ação estabelecidos por consenso pelos dois países o que, no caso de Itaipú já ocorre há décadas. Neste caso, todavia uma eventual RB Transfronteiriça ou o irmanamento das duas Reservas (Itaipú no Paraguai e RBMA no Brasil) mecanismo este também reconhecido e estimulado pela UNESCO, não caberia pensar na área total da RBMA (nos 17 Estados), mas sim em um setor da RBMA que tenha identidade territorial com a Reserva vizinha.

A especificidade deste caso, por exemplo, estimula igualmente que seja definido o Setor Itaipú da RBMA e criada ali uma **Unidade de Gestão Descentralizada**.

#### 4.2 UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA

A partir das diversas situações analisadas foi apresentada e aprovada na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em agosto de 2018, a proposta de criação da figura das Unidades de Gestão Descentralizada da RBMA/ UGD- RBMA, com as seguintes características e objetivos:



- As Unidades de Gestão Descentralizadas da RBMA – UGD – RBMA são Unidades Territoriais na Reserva da Biosfera, que apresentam identidade e mecanismos de gestão colegiada, integrada e participativa voltados à promoção da conservação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, reconhecidas e assim designadas pelo Conselho Nacional da RBMA.

As UGDs são instituídas pelo Conselho Nacional da RBMA, por solicitação e em consonância com os agentes do território, e passam a integrar o Sistema de Gestão da Reserva por meio de sua coordenação, com as seguintes atribuições:

- Promover, sempre em conformidade com as diretrizes do CN-RBMA e dos Comitês Estaduais envolvidos, a implementação da Reserva da Biosfera na sua área de atuação.
- Promover parcerias, captar recursos, e desenvolver projetos e propostas voltadas à sua missão.
- Representar o território nas ações, eventos e programas nacionais desenvolvidos pela RBMA.
- Estimular e coordenar a articulação institucional entre entes governamentais, comunitários, acadêmicos, da sociedade civil e da iniciativa privada para implementar os princípios e atividades da RBMA e do programa MAB/UNESCO em sua área de ação.

A designação de um Território e correspondente Colegiado Gestor como UGD tem validade de 4 anos podendo ser renovada indefinidas vezes por igual período. A desativação da designação poderá ocorrer a qualquer momento, seja por decisão do Conselho Nacional em função do não cumprimento pela instituição do protocolo conjuntamente estabelecido, seja por manifestação formal da mesma.

#### 4.3 CRITÉRIOS PARA DESIGNAÇÃO DE UGD-RBMA

##### 4.3.1 DO TERRITÓRIO DA UGD

Para que uma área possa ser reconhecida como Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA é necessário que tenha delimitação espacial clara, identidade territorial justificada, esteja totalmente inserida na Reserva da Biosfera e conte com mecanismos de gestão incluindo instituição Coordenadora e Colegiado Gestor.

##### 4.3.2 DA GESTÃO DA UGD

Toda UGD deve contar com Colegiado Gestor e Entidade Coordenadora.

O Colegiado Gestor pode ser constituído por Conselho especificamente criado para tal função ou por colegiado pré existente de caráter territorial, a exemplo de Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas, Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de desenvolvimento regional e outros, desde que atendam os princípios de composição paritária e participativa estabelecidos pelo CN-RBMA.

Cabe ao Colegiado Gestor definir diretrizes, aprovar Planos de Ação e fomentar atividades necessárias ao bom funcionamento da UGD, bem como aprovar as contas e as parcerias relativas à Unidade. A periodicidade de reuniões, os mandatos dos representantes e demais formas de funcionamento serão definidas em Regimento Interno do Colegiado, a ser aprovado em até 90 dias de sua instalação.





Para que uma instituição, seja reconhecida como Entidade Coordenadora de uma UGD da RBMA deve atender cumulativamente aos seguintes critérios:

- 1-Ter seu território de atuação total ou parcialmente inserido na RBMA
- 2-Ser reconhecida formalmente do ponto de vista legal
- 3-Ter pelo menos 2 anos de funcionamento contínuo
- 4-Constituir-se ou contar com um Colegiado Gestor com composição equilibrada, desejavelmente paritária, entre membros governamentais e da sociedade civil
- 5-Ter entre seus objetivos centrais a conservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável
- 6-Manifestar ao CN-RBMA, formalmente, seu interesse em tornar-se Coordenadora de uma Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA,
- 7-Comprometer-se a promover sua missão em consonância com os princípios do Programa MAB/UNESCO e com as diretrizes do Conselho Nacional da RBMA
- 8-Ter sua solicitação aprovada pelo CN-RBMA
- 9-Apresentar ao CN-RBMA, anualmente, relatório sintético das atividades desenvolvidas na e pela UGD.
- 10-Sinalizar o território da UGD como integrante da Reserva da Biosfera e divulgar em todos seus meios de comunicação sua atuação como integrante do Sistema de Gestão da RBMA

#### **São direitos e atribuições das UGD-RBMA por meio de sua coordenação:**

- 1-Utilizar o logo da RBMA/MAB UNESCO em seu material de comunicação, papelaria ,campanhas e ações de campo conforme normas definidas pelo CN-RBMA
- 2-Participar por meio de sua coordenação e na condição de convidada das reuniões do Conselho Nacional, Comitês e Sub-Comitês Estaduais da RBMA, bem como dos eventos públicos promovidos pela Reserva da Biosfera
- 3-Apresentar moções, indicar membros da Sociedade civil para compor os órgãos colegiados da Reserva, indicar candidaturas ao Prêmio Muriqui e outras premiações da RBMA e propor candidaturas a Postos Avançados da RBMA em sua área de atuação.
- 4-Representar, quando assim definido pelo CN-RBMA, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em eventos técnicos e científicos, campanhas e outras atividades coletivas, no Brasil ou no Exterior
- 5-Comunicar sua designação como UGD-RBMA na elaboração de propostas e projetos voltados à captar recursos ou estabelecer parcerias para o desenvolvimento de sua missão

#### **4.4 UGD - ITAIPU RBMA**

##### **4.4.1 A UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO DA ITAIPU-BINACIONAL - UGD-ITAIPU RBMA**

Como explicitado anteriormente as Unidades de Gestão Descentralizadas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – UGD – RBMA são unidades territoriais na Reserva da Biosfera, que apresentam identidade e mecanismos de gestão colegiada, integrada e participativa voltados à promoção da conservação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, reconhecidas e assim designadas pelo Conselho Nacional da RBMA.

As UGD são instituídas pelo Conselho Nacional da RBMA CN-RBMA, por solicitação e em consonância com os agentes do território, e passam a integrar o Sistema de Gestão da Reserva por meio de sua coordenação **Por solicitação da Itaipu Binacional, foi apresentada e aprovada na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA a proposta de criação da UGB-Itaipu-RBMA.**

#### 4.4.2 JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

A Região do Reservatório e da Barragem da Itaipu- Binacional possui um eco sistema de grande diversidade biológica e extremamente ameaçado por ações humanas.

Localizado na região da barragem, abriga uma das últimas reservas de Mata Atlântica estacional semidecidual do Brasil e constitui a maior reserva de floresta pluvial subtropical do Planeta.

Na margem brasileira situa-se entre dois importantes parque nacionais, o de Iguazu e o de Ilha Grande.

O Parque Nacional de Ilha Grande é importante área de transição entre a Mata Atlântica, o Cerrado e o Pantanal.

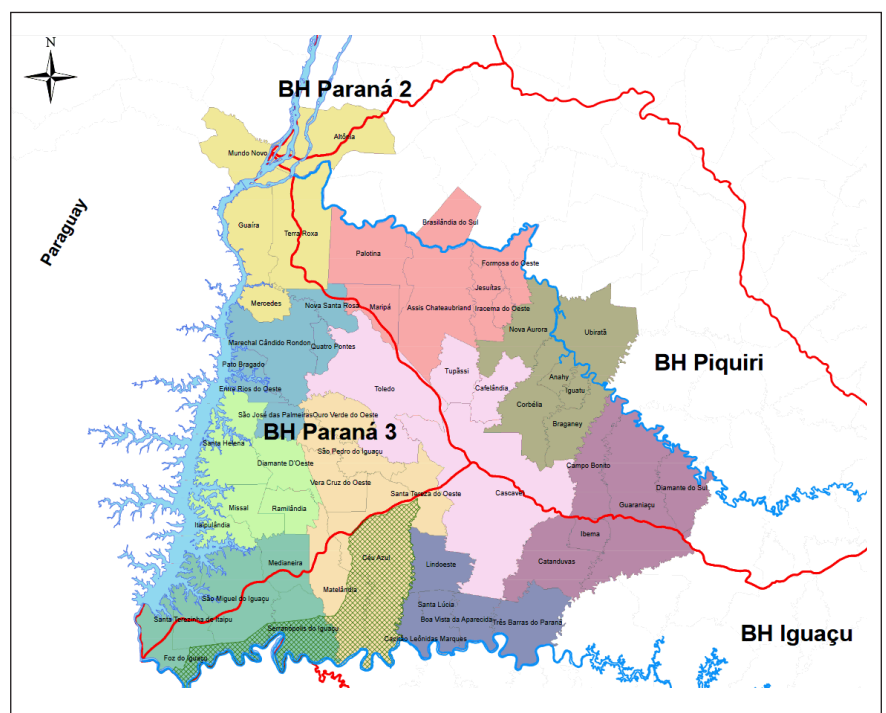
A área da UGD- Itaipu-RBMA é a Bacia Hidrográfica 3 do Rio Paraná, onde a empresa desenvolve um ousado programa de reflorestamento das margens do Reservatório, tanto no Paraguai, onde a área também é abrangida por uma Reserva da Biosfera (RB Itaipu-Paraguai), quanto no lado brasileiro, onde 98% da faixa de proteção do lago está completamente preservada ou restaurada.

Apesar de por vários anos ter sido um dos estados com o maior desmatamento registrado, o Estado do Paraná foi também o que mais contribuiu para restaurar a Mata Atlântica no Brasil com cerca de 76.000 ha., dos quais aproximadamente 30% correspondem à ações da Itaipu-Binacional, segundo o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica produzido pela SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Grande parte da contribuição da Itaipu se deu entre os anos 1985 e 2000, com a formação da faixa de proteção do reservatório. A empresa criou também, no Brasil, o Refúgio Biológico Bela Vista, o Corredor Biológico Santa Maria e a RPPN da Fazenda Santa Maria. Essas áreas, que juntas possuem 65.747 ha., estão sendo propostas para serem Zona Núcleo na RBMA-Fase 7.

#### 4.4.3 LIMITES DA UGD - ITAIPU-RBMA

A área definida como UGD-ITAIPU-RBMA é a Bacia Hidrográfica 3 do Rio Paraná em sua margem brasileira, onde a Itaipu por meio de suas ações cumpre vários compromissos sociais e ambientais, facilitando a gestão. A área em questão está em sua totalidade na RBMA- Fase 7.



Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3

Os limites da UGD-RBMA-Itaipu consideram a divisão de municípios, porém o limite é o desenho da bacia hidrográfica. Desta forma há municípios inteiramente inseridos na UGD e outros apenas parcialmente inseridos.

Duas organizações municipais são atuantes na Região :

O Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu ([www.lindeiros.org.br](http://www.lindeiros.org.br)) e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP ([www.amop.org.br](http://www.amop.org.br)) .

Os municípios abrangidos pelo Conselho são: Pato Bragado, Missal, Mercedes, Medianeira, Marechal Candido Rondon, Guaíra, Foz do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, Terra Roxa, São Miguel do Iguaçu, São José das Palmeiras, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia e Mundo Novo – MS.

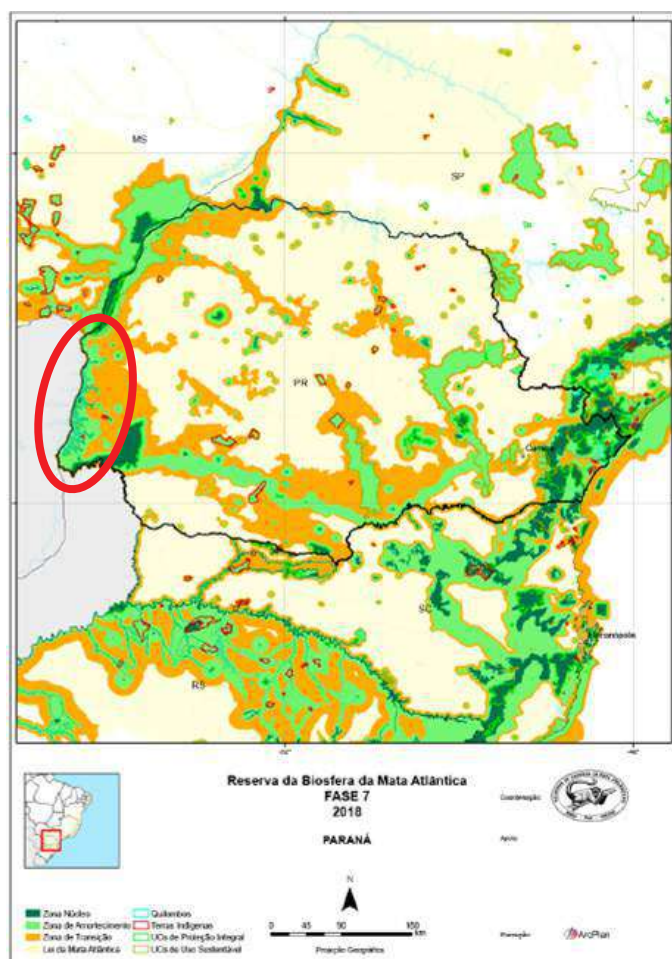
Os municípios abrangidos pela AMOP são: Pato Bragado, Missal, Mercedes, Medianeira, Marechal Candido Rondon, Guaíra, Foz do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, Terra Roxa, São Miguel do Iguaçu, São José das Palmeiras, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Toledo, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Cascavel e Maripa.

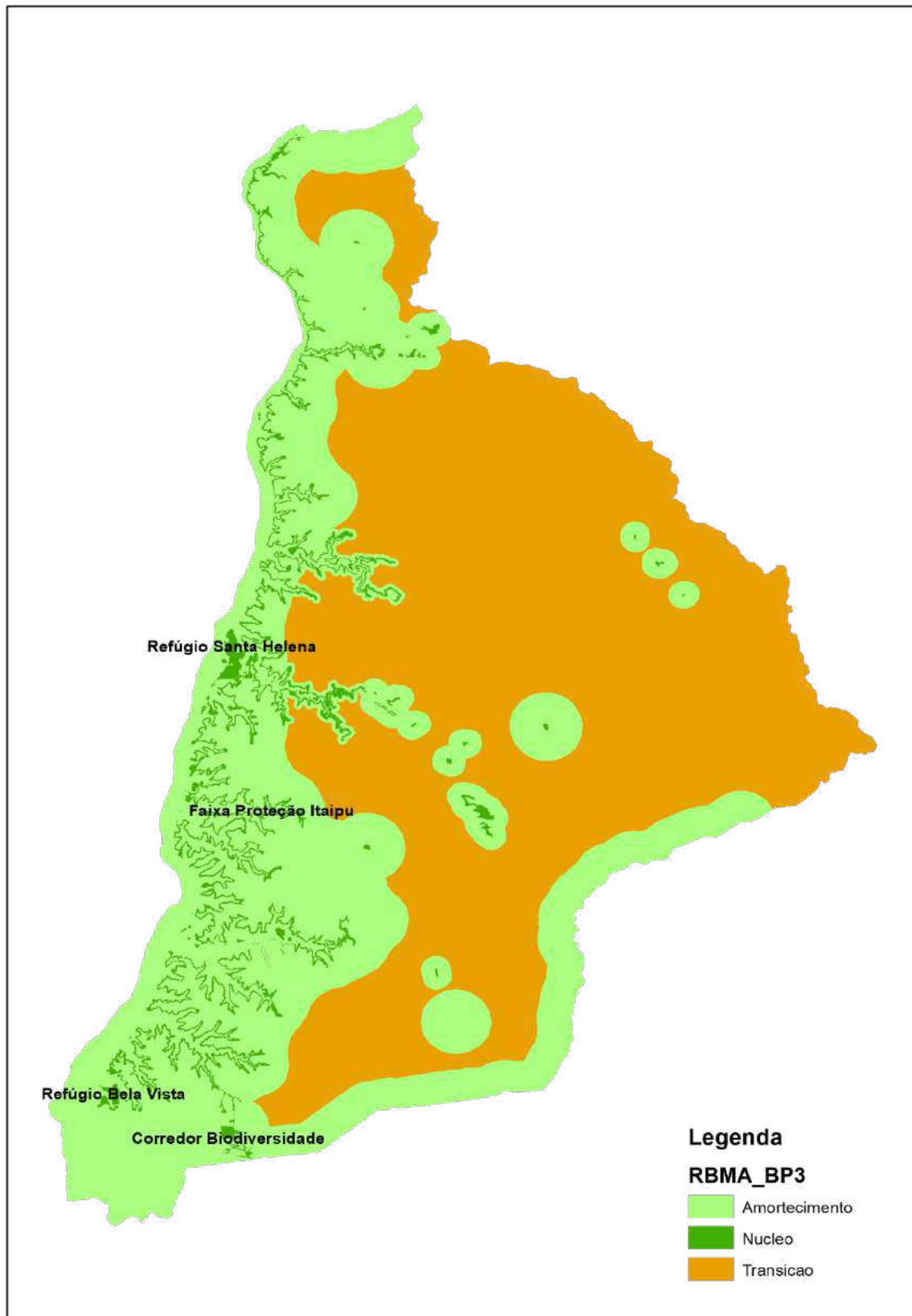
Ambas estarão representadas no Conselho Gestor da UGD-Itaipu RBMA

#### 4.4.4 A RBMA NA REGIÃO DE ITAIPU

A RBMA passou por significativa transformação na região com ampliação de sua zona de transição que agora ocupa toda a bacia do Paraná 3 e com a criação de zonas núcleo em quatro áreas: Faixa de proteção do Lago de Itaipu, o Refúgio Boa lógica Vista, o Corredor Biológico Santa Maria e a RPPN da Fazenda Santa. Foi ampliada também, em função da criação de zonas núcleo a zona de amortecimento da RBMA na região.

*Mapa da RBMA Fase 7- Paraná com a localização geral UGD-Itaipu RBMA*





*A RBMA na Região de Itaipu - PR*





## DA COORDENAÇÃO DA UGD-ITAIPU-RBMA

A coordenação da UGD será exercida pela Itaipu-Binacional com as seguintes atribuições:

- Promover, sempre em conformidade com as diretrizes do CN-RBMA e dos Comitês Estaduais envolvidos, a implementação da Reserva da Biosfera na sua área de atuação.
- Promover parcerias, captar recursos, e desenvolver projetos e propostas voltadas à sua missão.
- Representar o território nas ações, eventos e programas nacionais desenvolvidos pela RBMA.
- Estimular e coordenar a articulação institucional entre entes governamentais, comunitários, acadêmicos, da sociedade civil e da iniciativa privada para implementar os princípios e atividades da RBMA e do programa MAB/UNESCO em sua área de ação.
- Apoiar a criação e funcionamento de um Colegiado Gestor para a Unidade.
- Apresentar ao CN-RBMA, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas pela UGD.
- Apresentar ao CN-RBMA, a cada quatro anos, solicitação de renovação do título de UGD-Itaipu -RBMA.

O Colegiado Gestor no caso desta UGD deverá ser constituído especificamente para tal função e deve atender aos princípios de composição paritária e participativa estabelecidos pelo CN-RBMA.

A composição prevista para UGD Itaipu RBMA, aprovada na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA, é a abaixo descrita:

<b>REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS</b>	<b>REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS</b>
<b>1-Parque Nacional de Iguaçu</b>	<b>1- Parque das Aves</b>
<b>2-Parque Nacional de Ilha Grande</b>	<b>2- FPTI - Fundação Parque Tecnológico de Itaipu</b>
<b>3- Policia Ambiental</b>	<b>3- Universidade Privada</b>
<b>4-5- Itaipu Binacional (2 membros)</b>	<b>4- Universidade Privada</b>
<b>6- Município Lindeiro</b>	<b>5- LAR - Cooperativa Agroindustrial</b>
<b>7- Município Lindeiro</b>	<b>6- A-proli - Associação dos Produtores Rurais Lindeiros do Parque Nacional do Iguaçu e Lago de Itaipu</b>
<b>8- Município Lindeiro</b>	<b>7- Sindicato</b>
<b>9- Município (Não necessariamente lindeiro)</b>	<b>8-Turismo</b>
<b>10- IAP Instituto ambiental do Parana</b>	<b>9- ONG</b>
<b>11- SEMA-Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná</b>	<b>10- ONG</b>
<b>12- Universidade Governamental</b>	<b>11- Morador (Indígena)</b>
<b>13- Universidade Governamental</b>	<b>12- Morador (Pescador)</b>
	<b>13- Morador ( a definir)</b>

Cabe ao Colegiado Gestor definir diretrizes, aprovar Planos de Ação e fomentar atividades necessárias ao bom funcionamento da UGD, bem como aprovar as contas e as parcerias relativas à Unidade. A periodicidade de reuniões, os mandatos dos representantes e demais formas de funcionamento serão definidas em Regimento Interno do Colegiado, a ser aprovado em até 90 dias de sua instalação.







RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 2

TABELAS DE AREAS PROTEGIDAS FASE 7 POR ESTADOS





## 5 ANEXO 2 - TABELAS DE AREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 7 POR ESTADOS

### 5.1 ESTADO DO PIAUÍ

#### 5.1.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
PI	ZA	UC	APA DELTA DO PARNAIBA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1996	Decreto nº S/N de 28/08/1996
PI	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOQUEIRÃO DOS FRADES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	federal	1998	Portaria N9 30-N, DE 24 DE MARÇO DE 1998
PI	ZN	UC	RPPN SANTA MARIA DE TAPUÃ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	federal	1999	Portaria 98-N - DOU 225-E- 25/11/1999 -
PI	-	MOSAICO	SERRA DA CAPIVARA E CONFUSÃO	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2005	Portaria MMA nº 76 de 11/03/05
PI	ZN	UC	PARNA DA SERRA DA CAPIVARA	Parque Nacional	PI	federal	1979	Decreto nº 83548 de 05/06/1979
PI	ZN	UC	PARNA SERRA DAS CONFUSÕES	Parque Nacional	PI	federal	1998	Decreto nº S/N de 02/10/1998
PI	ZN	UC	PE DO RANGEL	Parque Estadual	PI	estadual	2017	Decreto 17.428 de 18/10/ 2017

#### LEGENDA

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

### 5.2 ESTADO DO CEARÁ

#### 5.2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
CE	ZA	UC	APA CHAPADA DO ARARIPE	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1997	Decreto S/N de 04/08/1997
CE	ZN	UC	APA DA LAGOA DE SACO DO BARRO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2007	Lei nº 954 de 20/12/2007
CE	ZA	UC	APA DA SERRA DA ARATANHA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 24.959 de 07/06/1998
CE	ZA	UC	APA DA SERRA DE BATURITÉ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1990	Decreto nº 20.956 de 20/09/1990
CE	ZA	UC	APA DAS DUNAS DE PARACURU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 25.418 de 29/03/1999
CE	ZA	UC	APA DE CANOA QUEBRADA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1998	Lei ordinária nº 40 de 20/03/1998 / Lei 035/2002 - Ampliação da APA
CE	ZA	UC	APA DELTA DO PARNAÍBA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1996	Decreto S/N de 28/08/1996



CE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO CEARÁ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 25.413 de 29/03/1999
CE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO CURU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 25.416 de 29/03/1999
CE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO MUNDAÚ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 25.414 de 31/03/1999
CE	ZA	UC	APA DO LAGAMAR DO CAUIPE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 24.957 de 08/06/1998
CE	ZA	UC	APA SERRA DA IBIAPABA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1996	Decreto S/N de 26/11/1996
CE	ZN	APP	APP	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
CE	-	CORREDOR	CORREDOR ECOLÓGICO DO RIO PACOTI	Corredor Ecológico	APP	estadual	2000	Decreto S/N de 15/02/00 / Ampli. nº32.164 de 02/03/17
CE	ZN/ZA	UC	ESEC DO PECÉM	Estação Ecológica	PI	estadual	2000	Decreto nº 25.777 de 15/02/00 / Ampli. nº 30.895 de 20/04/12
CE	ZA	UC	FLONA DO ARARIPE-APODI	Floresta Natural	US	federal	1946	Decreto - Lei nº 9.226 de 04/05/1946
CE	ZN	APP	MANGUEZAL EM ÁREA RPIORITÁRIA	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
CE	ZN	UC	MONA DAS FALÉSIAS DE BEBERIBE	Monumento Natural	PI	estadual	2004	Decreto nº 27.461 de 04/06/2004
CE	ZN	UC	MONA DOS MONÓLITOS DE QUIXADÁ	Monumento Natural	PI	estadual	2002	Decreto nº 26.805 de 25/10/2002
CE	ZA	UC	PE BOTÂNICO DO CEARÁ	Parque Estadual	US	estadual	1996	Nº 24.216 de 09/09/96
CE	ZN	UC	PE MARINHO DA PEDRA DA RISCA DO MEIO	Parque Estadual	PI	estadual	1999	Lei ordinária nº 12.717 de 23/09/1999
CE	ZN	UC	PN DAS DUNAS DA SABIAGUABA	Parque Natural	PI	nacional	-	Não disponibilizado
CE	ZN	UC	PARNA DE UBAJARA	Parque Nacional	PI	federal	1953	Decreto nº 45954 de 30/04/1953
CE	ZN	UC	PNM DAS DUNAS DA SABIAGUABA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2006	Decreto nº 11.986 de 20/02/2006
CE	ZN	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
CE	ZN	UC	RESEX DO BATOQUE	Reserva Extrativista	US	federal	2003	Decreto nº S/N de 06/06/2003
CE	ZN	UC	RPPN AMBIENTALISTA FRANCY NUNES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2000	Portaria nº 54 de 08/09/2000
CE	ZN	UC	RPPN ARAJARA PARK	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 24 de 23/02/1999
CE	ZN	UC	RPPN CHANCELER EDSON QUEIROZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2006	Portaria nº 5 de 31/01/2006
CE	ZN	UC	RPPN FAZENDA NÃO ME DEIXES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 37 de 16/04/1999
CE	ZN	UC	RPPN FAZENDA OLHO D'ÁGUA DO URUCU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1991	Portaria nº 719 de 26/03/1991
CE	ZN	UC	RPPN MERCÊS SABIAQUABA E NAZÁRIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1993	Portaria nº 113 de 25/10/1993
CE	ZN	UC	RPPN MONTE ALEGRE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 151 de 24/10/2001
CE	ZN	UC	RPPN NATURAL SERRA DA PACAVIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
CE	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL SÍTIO PALMEIRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 46 de 24/07/2008



CE	ZN	UC	RPPN RIO BONITO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 174 de 21/11/2001
CE	ZN	UC	RPPN SERRA DA PACAVIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 47 de 23/07/2008
CE	ZN	UC	RPPN SERRA DAS ALMAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2000	Portaria nº 51 de 08/09/2000
CE	ZN	UC	RPPN SÍTIO AMEIXAS – POÇO VELHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1994	Portaria nº 07 de 28/01/1994
CE	ZA	UC	APA DA BICA DO IPÚ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 25.354 de 27/01/1999
CE	ZA	UC	APA DA LAGOA DA JIJOCA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2000	Decreto nº 25.975 de 10/08/2000
CE	ZA	UC	APA DA LAGOA DO URUAÚ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 25.355 de 27/01/1999
CE	ZA	UC	APA DA PRAIA DE PONTA GROSSA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1998	Lei ordinária nº 262 de 08/04/1998
CE	ZA	UC	APA DAS DUNAS DA LAGOINHA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 25.417 de 31/03/1999
CE	ZA	UC	APA DO MANGUEZAL DA BARRA GRANDE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2000	Lei ordinária nº 298 de 12/05/2000
CE	ZA	UC	APA DO PECEM	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 24.957 de 08/06/1998
CE	ZA	UC	APA DO RIO PACOTI	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2000	Decreto nº 25778 de 17/02/2000
CE	ZA	UC	APA SERRA DA MERUOCA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	2008	Lei ordinária nº 11.891 de 26/12/2008
CE	ZA	UC	ARIE DO SÍTIO CURIÓ	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	2006	Decreto nº 28.333 de 31/07/2006
CE	ZN	UC	PE DAS CARNAÚBAS	Parque Estadual	PI	estadual	2006	Decreto nº 28.154 de 21/02/2006
CE	ZN	UC	PE SÍTIO FUNDÃO	Parque Estadual	PI	estadual	2008	Decreto nº 29307 de 06/06/2008
CE	ZA	UC	ARIE DAS ÁGUAS EMENDADAS DOS INHAMUNS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	2014	Decreto nº 31.403 de 24/01/2014
CE	ZN	UC	MONA CAVALEIROS DA ESPERANÇA	Monumento Natural	PI	municipal	2013	Decreto nº 634 de 07/06/2013
CE	ZN	UC	PE BOTÂNICO	Parque Estadual	PI	estadual	2012	Decreto nº 24.216 de 09/09/2016
CE	ZN	UC	PE DO COCÓ	Parque Estadual	PI	estadual	2017	Decreto nº 32.248 de 07/06/2017
CE	ZN	UC	PARNA DE JERICOACOARA	Parque Nacional	PI	federal	2013	Decreto nº S/N de 05/06/2013
CE	ZN	UC	PNM DAS TIMBAÚBAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2017	Decreto nº 352 de 23/10/2017
CE	ZN	UC	RESEX PRAINHA DO CANTO VERDE	Reserva Extrativista	US	federal	2009	Decreto nº S/N de 05/06/2009
CE	ZN	UC	RPPN ALMIRANTE RENATO DE MIRANDA MONTEIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 111 de 26/12/2011
CE	ZN	UC	RPPN ARAÇÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 113 de 21/10/2014
CE	ZN	UC	RPPN BELO MONTE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Decreto nº 97 de 05/12/2011
CE	ZN	UC	RPPN CHICO BIMBINO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2016	Portaria nº 16 de 29/02/2016
CE	ZN	UC	RPPN CÍCERO ALMEIDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 216 de 07/08/2013
CE	ZN	UC	RPPN ELIAS ANDRADE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 93 de 28/12/2009



CE	ZN	UC	RPPN FAZENDA ARIZONA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 264 de 10/12/2013
CE	ZN	UC	RPPN FAZENDA BELÉM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 134 de 11/12/2014
CE	ZN	UC	RPPN FAZENDA FONSECA – IRMÃ HELOÍSA E MAURÍCIO HOLANDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2018	Portaria nº 664 de 11/07/2018
CE	ZN	UC	RPPN FONTE DE LUZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 258 de 06/12/2013
CE	ZN	UC	RPPN FRANCISCO BRAZ DE OLIVEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 237 de 16/10/2013
CE	ZN	UC	RPPN GÁLIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Decreto nº 69 de 15/06/2012
CE	ZN	UC	RPPN ILHA ENCANTADA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 257 de 05/12/2013
CE	ZN	UC	RPPN LUIZINHO ALENCAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 186 de 13/05/2013
CE	ZN	UC	RPPN MÃE DA LUA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 58 de 29/07/2009
CE	ZN	UC	RPPN NENÉM BARROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 8 de 24/01/2012
CE	ZN	UC	RPPN OÁSIS ARARIPE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2016	Portaria nº 32 de 26/04/2016
CE	ZN	UC	RPPN OLHO D'ÁGUA DO TRONCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2016	Portaria nº 81 de 11/08/2016
CE	ZN	UC	RPPN PASSAREDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 10 de 06/02/2012
CE	ZN	UC	RPPN PAULINO VELÔSO CAMÊLO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 43 de 09/06/2010
CE	ZN	UC	RPPN RESERVA DA CULTURA PERMANENTE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 91 de 10/11/2011
CE	ZN	UC	RPPN SAMUEL NOBRE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 23 de 06/03/2014
CE	ZN	UC	RPPN SÍTIO LAGOA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2017	Decreto nº 8974 de 24/01/2017
CE	ZN	UC	RPPN VÓ BELAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 217 de 08/08/2013
CE	ZN	UC	RVS PEDRA DA ANDORINHA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	2010	Decreto nº 1252 de 18/08/2010

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

**5.2.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS**

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	Taba dos Anacé	Anacé	CE	Encaminhada RI	Reserva Indígena	CR-NE-II	FUNAI
ZA	Território Indígena	Tapeba	Tapeba	CE	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-II	FUNAI
ZA	Território Indígena	Pitaguary	Pitaguari	CE	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-II	FUNAI
ZA	Território Indígena	Lagoa Encantada	Kanindé	CE	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-II	FUNAI
ZA	Território Indígena	Tremembé da Barra do Mundaú	Tremembé	CE	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-II	FUNAI

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7





### 5.2.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54130.000544/2012-67	BOQUEIRAO DA ARARA	CE	18/09/2014			INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54130.001696/2006-39	TIMBAUBA	CE	2009/11/18	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54130.000483/2014-08	CÓRREGO DOS IUS	CE	22/07/2017	23/07/2017		INCRA	FEDERAL

#### LEGENDA

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

## 5.3 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### 5.3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
RN	ZA	UC	APA ESTADUAL DOS RECIFES DE CORAIS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RN	ZA	UC	FLONA DE NÍSIA FLORESTA	Floresta Natural	US	federal	2001	Decreto nº S/N de 27/09/2001
RN	ZN	APP	MANGUEZAL	Área de Proteção Permanente	PI / US	federal	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RN	ZN	UC	REBIO ATOL DAS ROCAS	Reserva Biológica	PI	federal	1979	Decreto nº 83549 de 05/06/1979
RN	ZN	APP	RECIFES COSTEIROS	Área de Proteção Permanente	PI / US	federal	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RN	ZA	UC	APA BONFIM/GUARAÍRA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 14.369 de 22/03/1999
RN	ZA	UC	APA DE JENIPABU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1995	Decreto nº 12.620 de 17/05/1995
RN	ZA	UC	APA PIQUIRI-UNA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1990	Decreto nº 10.683 de 06/06/1990
RN	ZN	UC	PNM DA CIDADE DO NATAL DOM NIVALDO MONTE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2006	Decreto nº 8078 de 14/12/2006
RN	ZA	UC	RDS ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2003	Lei ordinária nº 8349 de 18/07/2003
RN	ZN	UC	RPPN MATA ESTRELA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2000	Portaria nº 20 de 31/03/2000
RN	ZN	UC	RPPN DUNAS DOURADAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2016	Portaria nº 2 de 06/01/2016

#### LEGENDA

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)



## 5.4 ESTADO DA PARAÍBA

## 5.4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE	ATO LEGAL
PB	ZA	UC	APA BARRA DO RIO MAMANGUAPE	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1993	Decreto nº 924 de 10/09/1993
PB	ZA	UC	APA DE TAMBABA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2002	Decreto nº 22882 de 26/03/2002
PB	ZN	UC	APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS GOIANA E MAGAÓ	Área de Proteção Ambiental	PI	-	-	Não disponibilizado
PB	ZA	UC	APA DO RONCADOR	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2006	Decreto nº 27.204
PB	ZN	APP	APP	Área de Preservação Permanente	PI	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PB	ZA	UC	ARIE DE GOIAMUNDUBA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	2002	Decreto nº 23833 de 29/12/2002
PB	ZN	UC	ARIE MANGUEZAIS DA FOZ DO RIO MAMANGUAPE	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1985	Decreto nº 91.890 de 05/11/1985
PB	ZN	UC	ARIE MATA GOIAMUNDUBA	Área de Relevante Interesse Ecológico	PI	-	2002	Decreto nº 23.833
PB	ZN	UC	ESEC DO PAU BRASIL	Estação Ecológica	PI	estadual	2002	Decreto nº 22.881
PB	ZA	UC	FLONA DA RESTINGA DE CABEDELO	Floresta Natural	US	federal	2004	Decreto nº S/N de 02/06/2004
PB	ZN	APP	MANGUEZAL	Área de Preservação Permanente	PI	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PB	ZN	UC	PE DO ARATU	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 23.838/2002 de 27/12/2002
PB	ZN	UC	PE DO JACARAPÉ	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 23.836 de 27/12/2002
PB	ZN	UC	PE MARINHO DE AREIA VERMELHA	Parque Estadual	PI	estadual	2000	Decreto nº 21.263 de 29/08/2000
PB	ZN	UC	PE MATA DO PAU FERRO	Parque Estadual	PI	estadual	2005	Decreto nº 26098 de 05/08/2005
PB	ZN	UC	PE MATA DO XÉM-XÉM	Parque Estadual	PI	estadual	2000	Decreto nº 21.252
PB	ZN	UC	PEC MUNICIPAL DA BARRA DO RIO CAMARAT	Parque Ecológico	PI	-	-	Não disponibilizado
PB	ZN	UC	REBIO GUARIBAS	Reserva Biológica	PI	federal	1990	Decreto nº 98884 de 25/01/1990
PB	ZN	APP	RECIFES COSTEIROS	Área de Preservação Permanente	PI	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PB	ZN	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	PI	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PB	ZN	UC	RESEC MATA DO RIO VERMELHO	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PB	ZN	UC	RPPN DO RONCADOR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PB	ZN	UC	RPPN ENGENHO GRAGAÚ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PB	ZN	UC	RPPN GARGAÚ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PB	ZN	UC	RPPN PACATUBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PB	ZN	UC	ARIE DA BARRA DO RIO CAMARATUBA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	1998	Lei complementar nº 001/98 de 22/05/1998
PB	ZA	UC	RESEX ACAÚ-GOIANA	Reserva Extrativista	US	federal	2007	Decreto nº S/N de 27/09/2007



PB	ZN	UC	PE DAS TRILHAS DOS CINCO RIOS	Parque Estadual	PI	estadual	2014	Decreto nº Decreto nº 35.325 de 17/09/2014
PB	ZN	UC	RVS DA MATA DO BURAQUINHO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2014	Decreto nº 35.195

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

5.4.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	Jacaré de São Domingos	Potiguara	PB	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-II	FUNAI
ZA	Território Indígena	Potiguara	Potiguara	PB	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-II	FUNAI
ZA	Território Indígena	Potiguara de Monte-Mor	Potiguara	PB	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-II	FUNAI

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.4.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54320.001383/2007-24	PARATIBE	PB	26/12/2012	-	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54320.0000416/2005-57	CAIANA DOS CRIoulos	PB	24/12/2015	28/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54320.001147/2009-70	ENGENHO MUNDO NOVO	PB	2015/04/14	2015/04/15	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54320.001528/2004-44	ENGENHO BONFIM	PB	2007/10/08	2008/07/14	0000/00/00	INCRA	FEDERAL

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.5 ESTADO DE PERNAMBUCO

## 5.5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
PE	ZA	UC	APA CAMPO DO JIQUIÁ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	APA COSTA DOS CORAIS	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1986	Lei nº 9931/86 / Alt. Decreto nº s/n de 23/10/1997
PE	ZA	UC	APA DAS CAPIVARAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2001	Lei nº16.719/2001
PE	ZA	UC	APA DE APIUCOS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2000	Lei nº116.609/2000
PE	ZA	UC	APA DE FERNANDO DE NORONHA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1986	Decreto nº 92755 de 05/06/1986
PE	ZN	UC	APA DE GUADALUPE	Área de Proteção Ambiental	PI	estadual	1997	Decreto Estadual 19.635/97 / Alt. Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	APA DE SANTA CRUZ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Lei nº 13539/08
PE	ZA	UC	APA DE SIRINHAÉM	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 21229 de 28/12/1998 / Alt. Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO CANAL DE SANTA CRUZ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO CARRO QUEBRADO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO FORMOSO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO ITAPESSOCA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO JAGUARIBE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1987	Lei Estadual 9.931/87
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DO RIO TIMBÓ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS GOIANA E MEGAÓ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS JABOATÃO E PIRAPAMA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS SIRINHAÉM E MARACAÍPE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86
PE	ZA	UC	APA ENGENHO UCHOA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DO CANAL DE SANTA CRUZ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Decreto Estadual N° 34692/2010
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DO RIO CARRO QUEBRADO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei nº 9931/86
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DO RIO TIMBÓ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1983	Dec. nº 88744/83
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DO RIO UMA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei Estadual 9.931/86 / Alt. Lei nº 13539/08
PE	ZA	UC	APA MATA DA VÁRZEA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	APA NOVA CRUZ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2003	Lei Municipal 2.466/03





PE	ZN	APP	APP / REM. FLORESTAL	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	ARIE ILHA DO ZECA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	2003	Lei nº116.869/2003
PE	ZA	UC	ARIE MANGUE DE SANTA TEREZA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	1998	Decreto Estadual nº 21229/98
PE	ZA	UC	BEBERIBE*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	CAXANGÁ*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	CURADO*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	DOIS IRMÃOS*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	DOIS UNIDOS*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZN	UC	ESEC DE CAETÉS	Estação Ecológica	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZA	UC	ESEC DE TAPACURÁ	Estação Ecológica	US	estadual	1998	Lei Estadual 11.622/98
PE	ZA	UC	ESTUÁRIO DO CAPIBARIBE*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	IPUTINGA*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	JOANA BEZERRA*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	JORDÃO *	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	LAGOA DO ARAÇÁ*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZN	UC	MANANCIAL ALDEIA	Área de Proteção de Mananciais	PI	estadual	1986	Área de Proteção de Mananciais - Lei 9860/86
PE	ZN	UC	MANANCIAL CUMBÉ DE CIMA	Área de Proteção de Mananciais	PI	estadual	1997	Área de Proteção de Mananciais - Lei 9864/97
PE	ZN	UC	MANANCIAL ENG. CANOAS	Área de Proteção de Mananciais	PI	estadual	1997	Área de Proteção de Mananciais - Lei 9863/97
PE	ZN	UC	MANANCIAL MATA DE SÃO JOÃO DA VÁRZEA	Área de Proteção de Mananciais	PI	estadual	1997	Área de Proteção de Mananciais - Lei 9866/97
PE	ZA	UC	MATA DAS NASCENTES *	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	MATA DO BARRO*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	MATAS DO CURADO *	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZN	UC	MONA MUNICIPAL ORQUIDÁRIO PEDRA DA ROSÁRIA	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	MONA SERRA DO GAVIÃO	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	ORLA MARÍTIMA*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZN	UC	PARNA MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA	Parque Nacional	PI	federal	1988	Decreto nº 96693 de 14/10/1988
PE	ZA	UC	PARQUE DOS MANGUEZAIS *	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZN	UC	PE DE DOIS IRMÃOS	Parque Estadual	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	PE MATA DE DOIS IRMÃOS	Parque Estadual	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	PE MATA DE DUAS LAGOAS	Parque Estadual	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	PE MATA DO ZUMBI	Parque Estadual	PI	estadual	2008	Lei nº 13539/08



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

PE	ZN	UC	PEC DE SERRA NEGRA	Parque Ecológico	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	PEC JOÃO VASCONCELOS SOBRINHO	Parque Ecológico	PI	municipal	1983	Lei Municipal 2.796/83
PE	ZN	UC	PN DO FORTE DE TAMANDARÉ	Parque Natural	US	municipal	2003	Decreto Municipal 013/03
PE	ZN	UC	PNE MONUMENTO NATURAL PEDRA DO CACHORRO	Parque Natural Estadual	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	REBIO DE SALTINHO	Reserva Biológica	PI	federal	1983	Decreto nº 88744 de 21/09/1983
PE	ZA	UC	REBIO DE PEDRA TALHADA	Reserva Biológica	PI	federal	1989	Decreto nº 98524 de 13/12/1989
PE	ZN	UC	REBIO DE SALTINHO	Reserva Biológica	PI	federal	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	REBIO MUNICIPAL MATA DA CHUVA	Reserva Biológica	PI	municipal	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	REBIO SERRA NEGRA	Reserva Biológica	PI	-	1982	Não disponibilizado
PE	ZN	APP	RECIFES COSTEIROS	Área de Preservação Permanente	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	APP	REMANESCENTE DE TRIUNFO	Área de Preservação Permanente	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	APP	REMANESCENTES FLROESTAIS	Área de Preservação Permanente	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC DA MATA DE CAMAÇARI	Reserva Ecológica	US	estadual	1987	Reserva Ecológica Estadual - Lei 9.989/87
PE	ZN	UC	RESEC MATA DA SERRA DO CUMARU	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RESEC MATA DA USINA SÃO JOSÉ	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RESEC MATA DE CARAÚNA	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE CONTRA AÇUDE	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE DOIS UNIDOS	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE DUAS LAGOAS	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE JAGUARANA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE JAGUARIBE	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE JANGADINHA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE LANÇO DOS CAÇÕES	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE MANASSU	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RESEC MATA DE MIRITIBA	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE MUSSAÍBA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE PASSARINHO	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE QUISANGA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE SANTA CRUZ	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE SÃO BENTO	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DE SÃO JOÃO DA VÁRZEA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RESEC MATA DE TAPACURÁ	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado



PE	ZN	UC	RESEC MATA DO BOM JARDIM	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO CAMUCIM	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RESEC MATA DO COTOVELO	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO CURADO	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO ENG. SALGADINHO	Reserva Ecológica	US	estadual	1985	Reserva Ecológica - Lei 9.898/85
PE	ZN	UC	RESEC MATA DO ENGENDO MORENINHO	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO ENGENHO AMPARO	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO ENGENHO MACAXEIRA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO ENGENHO SÃO JOÃO	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO ENGENHO TAPACURÁ	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO ENGENHO UCHÔA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO JANGA	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO OUTEIRO DO PEDRO	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RESEC MATA DO SISTEMA GURJAÚ	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO TORÓ	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RESEC MATA DO URUCU	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
PE	ZA	UC	RESEC MATA DO ZUMBI	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RFU MATA DO PASSARINHO	Reserva de Floresta Urbana	PI	estadual	1989	Dec. nº 98524/89
PE	ZN	UC	RPPN BITURI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RPPN FAZENDA BITUTI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RPPN FAZENDA BREJO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria IBAMA 090/02
PE	ZN	UC	RPPN FAZENDA LAJE BONITA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2006	Portaria Conjunta CPRH/SECTMA 002/06
PE	ZN	UC	RPPN FAZENDA SANTA BEATRIZ DO CARNIJÓ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria IBAMA 024/01 / Alt. Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RPPN FAZENDA SANTA RITA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RPPN FAZENDA TABATINGA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	Estadual	1986	Lei nº 9931/86 / Alt. Portaria CPRH 039/97
PE	ZN	UC	RPPN FREI CANECA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria IBAMA 091/02 / Alt. Decreto Estadual N° 38261/2012
PE	ZN	UC	RPPN LAJE BONITA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Lei nº 13539/08
PE	ZN	UC	RPPN NOSSA SENHORA DO OUTEIRO DE MARACAÍPE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1997	Decreto Estadual N° 19635/1997 / Alt. Portaria IBAMA 058/00
PE	ZN	UC	RPPN RIACHO HOME	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS ENGENHO MORENINHO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS MATA DA SERRA DO COTOVELO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	Estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DA USINA SÃO JOSÉ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS MATA DE BOM JARDIM	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987



PE	ZN	UC	RVS MATA DE CARAÚNA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 / Alt. Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RVS MATA DE CONTRA AÇUDE	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DE MIRITIBA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS MATA DE MUSSAIBA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DE TAPACURÁ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS MATA DO AMPARO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO CAMUCIM	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO CONTRA-AÇUDE	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS MATA DO CUMARU	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2008	Lei nº 13539/08
PE	ZN	UC	RVS MATA DO CURADO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO ENGENHO MACAXEIRA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO ENGENHO MORENINHO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2008	Lei nº 13539/08
PE	ZN	UC	RVS MATA DO ENGENHO SALGADINHO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1998	Lei nº 11622/98
PE	ZN	UC	RVS MATA DO ENGENHO SÃO JOÃO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO ENGENHO TAPACURÁ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO ENGENHO UCHÔA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO OUTEIRO DO PEDRO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO QUIZANGA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO SIRIJI	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1998	Lei nº 11622/98
PE	ZN	UC	RVS MATA DO SISTEMA GURJAÚ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1988	Dec. nº 96693/88
PE	ZN	UC	RVS MATA DO TORÓ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA DO URUCU	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS MATA DO URUCU	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA SÃO JOÃO DA VÁRZEA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATA SERRA DO COTOVELO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS MATA TAPACURÁ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	-	Não disponibilizado
PE	ZN	UC	RVS MATAS DO SISTEMA GURJAÚ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZN	UC	RVS SERRA DO CUMARU	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1987	Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987
PE	ZA	UC	SÃO MIGUEL*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	SÍTIO DOS PINTOS*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	SÍTIO GRANDE	Em Processo de Categorização	US	municipal	2002	Lei nº16.751/2002
PE	ZA	UC	TAMANDARÉ*	Em Processo de Categorização	US	municipal	2008	Lei nº16.176/1996
PE	ZA	UC	RESEX ACAÚ GOIANA	Reserva Extrativista	US	federal	1986	Lei nº 9931/86 / Alt. Decreto nº S/N de 27/09/2007
PE	ZA	UC	APA ALDEIA-BEBERIBE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2010	Decreto nº 34.692 de 17/03/2010 / Alt. Lei nº 14324/11





PE	ZA	UC	APA DE FERNANDO DE NORONHA - ROCAS - SÃO PEDRO E SÃO PAULO (TRECHO TERRESTRE)	Área de proteção ambiental	US	federal	2010	Lei municipal nº 882/2010
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DO RIO FORMOSO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2014	Decreto Estadual Nº 40551/2014
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DO RIO ITAPESSOCA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2014	Decreto Estadual Nº 40548/2014
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DO RIO JAGUARIBE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2010	Portaria CPRH/SECTMA Nº 021/2010
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DOS RIOS GOIANA E MEGAÓ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DOS RIOS JABOATÃO E PIRAPAMA	Área de proteção ambiental	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	APA ESTUÁRIO DOS RIOS SIRINHAÉM E MARACAÍPE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	ARIE HORTO DEL REY	Área de relevante interesse ecológico	US	municipal	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	ARIE IPOJUCA MEREREPE	Área de relevante interesse ecológico	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	ESEC DE BITA E UTINGA	Estação Ecológica	PI	estadual	2014	Decreto Estadual Nº 40549/2014
PE	ZN	UC	PNM MATAS DO MUCURI-HIMALAYA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2011	Lei municipal nº 936/2011 - DOEPE - 20/10/2011
PE	ZA	UC	RFU MATA DE CAMAÇARI	Refúgio Florestal Urbano	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	RFU MATA DE JAGUARANA	Refúgio Florestal Urbano	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	RFU MATA DE JANGADINHA	Refúgio Florestal Urbano	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	RFU MATA DE MANASSÚ	Refúgio Florestal Urbano	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	RFU MATA DE SÃO BENTO	Refúgio Florestal Urbano	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	RFU MATA DO JANGA	Refúgio Florestal Urbano	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZA	UC	RFU MATA DOIS UNIDOS	Refúgio Florestal Urbano	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	REBIO DE PEDRA TALHADA	Reserva Biológica	PI	federal	2011	Lei municipal nº 936/2011 - DOEPE - 20/10/2011
PE	ZN	UC	RPPN BENEDITO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RPPN ECO FAZENDA MORIM	Reserva particular do patrimônio natural	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RPPN PEDRA D'ANTAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RPPN SERRA DO CONTENTE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 68 de 17/08/2009 / Alt. Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RVS MATA DE SANTA CRUZ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RVS MATA DO BOM JARDIM	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RVS MATA DO JAGUARIBE	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RVS MATA LANÇO DOS CAÇÕES	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2011	Lei nº 14324/11
PE	ZN	UC	RVS MATAS DE ÁGUA AZUL	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2011	Lei nº 14324/11

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na BMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
*	UC's Municipais em Processo de Categorização



### 5.5.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	XUKURU	Xucuru	PE	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-I	FUNAI
ZA	Território Indígena	XUKURU DE CIMBRES	Xucuru	PE	Regularizada	Reserva Indígena	CR-NE-I	FUNAI

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

### 5.5.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54140.000472/2005-18	TIMBO	PE	-	-	-	INCRA	FEDERAL

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

## 5.6 ESTADO DE ALAGOAS

### 5.6.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
AL	ZA	UC	APA COSTA DOS CORAIS	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1997	Decreto nº s/n de 23/10/1997
AL	ZA	UC	APA DE PIAÇABUÇU	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1983	Decreto nº 88421 de 21/06/1983
AL	ZN	UC	ESEC DE MURICI	Estação Ecológica	PI	federal	2001	Decreto nº S/N de 29/05/2001
AL	ZN	APP	ESTUÁRIO	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
AL	ZN	APP	MANGUEZAL	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
AL	ZN	UC	REBIO DE PEDRA TALHADA	Reserva Biológica	PI	federal	1989	Decreto nº 98524 de 13/12/1989
AL	ZN	APP	RECIFES COSTEIROS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
AL	ZN	APP	REMANECENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
AL	ZN	UC	RESEC CADO DE PEDRA	Reserva Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
AL	ZA	UC	RESEC MANGUEZAIS DA LAGOA DO ROTEIRO	Reserva Ecológica	US	estadual	1987	Decreto nº 32.355 de 03/08/1987
AL	ZA	UC	RESEC SACO DE PEDRA	Reserva Ecológica	US	estadual	1985	Decreto nº 6.274 de 05/06/95
AL	ZA	UC	RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ	Reserva Extrativista	US	federal	2001	Decreto nº s/n de 28/09/2001



AL	ZN	APP	RESTINGAS E DUNAS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
AL	ZN	UC	RPPN ALDEIA VERDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2007	Portaria nº 005/2007 de 04/06/2007
AL	ZN	UC	RPPN ANTONIO COUTINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	Portaria IMA 026/07
AL	ZN	UC	RPPN BENEDITO COUTINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	Portaria IMA 025/07
AL	ZN	UC	RPPN FAZ. BOA SORTE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2007	Portaria nº 015/2007 de 22/11/2007
AL	ZN	UC	RPPN FAZ. CANADÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2007	Portaria nº 004/2007 de 04/06/2007
AL	ZN	UC	RPPN FAZENDA PEREIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
AL	ZN	UC	RPPN FAZENDA ROSA DO SOL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
AL	ZN	UC	RPPN FAZENDA SÃO PEDRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
AL	ZN	UC	RPPN LULA LOBO I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
AL	ZN	UC	RPPN OSWALDO TIMÓTEO (FAZ. SANTA MARIA)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2007	Portaria nº 018/2007 de 22/11/2007
AL	ZN	UC	RPPN RESERVA GULANDIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
AL	ZN	UC	RPPN RESERVA SANTA TEREZA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
AL	ZN	UC	RPPN VERA CRUZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
AL	ZA	UC	APA DA MARITUBA DO PEIXE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1988	Decreto nº 35858 de 07/03/1988
AL	ZA	UC	APA DE MURICÍ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1997	Lei ordinária nº 5907 de 17/03/1997
AL	ZA	UC	APA DE SANTA RITA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Lei ordinária nº 4607 de 20/12/1984
AL	ZA	UC	APA DO CATOLÉ E FERNÃO VELHO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1992	Lei ordinária nº 5347 de 28/05/1992
AL	ZN	UC	RPPN ALDEIA DO MAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 33/17
AL	ZN	UC	RPPN ALFREDO ELIAS DA ROSA OITICICA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 42/2017
AL	ZN	UC	RPPN ANHUMAS I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 39/17
AL	ZN	UC	RPPN ANHUMAS III	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 37/17
AL	ZN	UC	RPPN APOLINARIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 16/18
AL	ZN	UC	RPPN BOSQUE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2009	Portaria IMA 015/09
AL	ZN	UC	RPPN CACHOEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 023/2008 de 22/06/2009
AL	ZN	UC	RPPN CACHOEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2009	Portaria IMA 012/09
AL	ZN	UC	RPPN CONCEICAO LYRA 1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 21/18
AL	ZN	UC	RPPN CONCEICAO LYRA 2	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 20/18
AL	ZN	UC	RPPN CONCEICAO LYRA 3	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 17/18
AL	ZN	UC	RPPN CONCEICAO LYRA 4	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 19/18
AL	ZN	UC	RPPN DUBINHA GUIMARÃES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 28/17



AL	ZN	UC	RPPN ESTRELA DO SUL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Portaria IMA 09/12
AL	ZN	UC	RPPN EUSTAQUIO TOLEDO NETO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 006/2017
AL	ZN	UC	RPPN GARABU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2013	Portaria IMA 018/13
AL	ZN	UC	RPPN GUANABARA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 38/17
AL	ZN	UC	RPPN JULIA SILVEIRA COUTINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 22/2017
AL	ZN	UC	RPPN LUIZ JATOBA FILHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 007/2017
AL	ZN	UC	RPPN LUIZ JOAQUIM BARBOSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 35/17
AL	ZN	UC	RPPN MACACOS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 23/18
AL	ZN	UC	RPPN MADEIRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 08/2010 de 23/04/2010
AL	ZN	UC	RPPN OLHO DAGUA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 08/2017
AL	ZN	UC	RPPN PAPA MEL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Portaria IMA 08/12
AL	ZN	UC	RPPN PINDOBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 011/2017
AL	ZN	UC	RPPN PLANALTO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2009	Portaria IMA 013/09
AL	ZN	UC	RPPN PORTO ALEGRE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Portaria IMA 010/12
AL	ZN	UC	RPPN PORTO SEGURO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2009	Portaria IMA 011/09
AL	ZN	UC	RPPN QUEBRA CARRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 31/17
AL	ZN	UC	RPPN SAINT MICHEL 1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 17/2017
AL	ZN	UC	RPPN SAINT MICHEL 2	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 16/2017
AL	ZN	UC	RPPN SAINT MICHEL 3	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 18/2017
AL	ZN	UC	RPPN SALVADOR LYRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 12/2017
AL	ZN	UC	RPPN SANTA CRISTINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 10/2017
AL	ZN	UC	RPPN SANTA FÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 022/2008 de 22/06/2009
AL	ZN	UC	RPPN SANTA MARIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2009	Portaria IMA 010/09
AL	ZN	UC	RPPN SENADOR CARLOS LYRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 18/18
AL	ZN	UC	RPPN SERENO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria IMA 22/18
AL	ZN	UC	RPPN SERRA D'AGUA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2013	Portaria IMA 19/13
AL	ZN	UC	RPPN TARCIZO TOLEDO CARNAUBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Portaria IMA 020/2017
AL	ZN	UC	RPPN TRIUNFO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2009	Portaria IMA 014/09

## LEGENDA

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)





## 5.6.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	Xucuru-Kariri	Xucuru - Kariri	AL	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-I	FUNAI
ZA	Território Indígena	Kariri-Xocó	Kariri - Xocó	AL	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-I	FUNAI
ZA	Território Indígena	Fazenda Canto	Xucuru - Kariri	AL	Regularizada	Reserva Indígena	CR-NE-I	FUNAI
ZA	Território Indígena	Karapotó	Karapotó	AL	Regularizada	Reserva Indígena	CR-NE-I	FUNAI
ZA	Território Indígena	Kariri-Xocó	Kariri - Xocó	AL	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-I	FUNAI
ZA	Território Indígena	Mata da Cafurna	Xucuru - Kariri	AL	Regularizada	Dominial Indígena	CR-NE-I	FUNAI
ZA	Território Indígena	Wassu-Cocal	Wassú	AL	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-NE-I	FUNAI
<b>LEGENDA</b>								
	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7							
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7							

## 5.6.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54360.000140/2007-01	TABACARIA	AL	2007/10/02	2008/10/02	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7								
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7								

## 5.7 ESTADO DE SERGIPE

## 5.7.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE	ATO LEGAL
SE	ZA	UC	APA LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAÍA	Área de Proteção Ambiental	US	-	1992	Decreto nº 1.046 de 17/03/1992
SE	ZN	APP	ESTUÁRIO	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SE	ZA	UC	FLONA DO IBURA	Floresta Natural	US	federal	2005	Decreto nº S/N de 19/09/2005
SE	ZN	UC	PARNA DA SERRA DE ITABAIANA	Parque Nacional	PI	federal	2005	Decreto nº S/N de 15/06/2005
SE	ZN	UC	REBIO DE SANTA ISABEL	Reserva Biológica	PI	federal	1988	Decreto nº 96999 de 20/10/1988
SE	ZN	UC	REBIO DO LITORAL SUL	Reserva Biológica	PI	-	-	Não disponibilizado



RBMA  
Fase 7

**REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA**

SE	ZN	UC	RPPN FAZENDA BONFIM DA CACHOEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria 039/97-N Retificação - DOU 103 - 02/06/1998
SE	ZN	UC	RPPN MATA 01 (BOM JARDIM) E MATA 02,03 E 04 (TAPERA)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2006	Portaria nº 102 - DOU 243 - 20/12/2006
SE	ZN	UC	RPPN MATA 01 E 02 (MARINHEIRO) E MATA 03 (PEDRA DA URÇA)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	Portaria nº 4 de 10/01/2007
SE	ZN	UC	RVS MATA DO JUNCO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2007	Decreto nº 24994 de 27/12/2007
SE	ZN	UC	RPPN DO CAJU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 4 de 18/01/2011
SE	ZN	UC	RPPN DONA BENTA E SEU CABOCLO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 71 de 31/08/2010
SE	ZN	UC	RPPN FAZENDA CASTELO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2018	Portaria nº 664 de 10/07/2018
SE	ZN	UC	RPPN LAGOA ENCANTADA DO MORRO DA LUCRÉCIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 92 de 21/11/2011

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

5.7.2 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	5437.0000786/2006-80	LADEIRAS	SE	13/12/2012	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.001177/2011-13	Curuanha	SE	-	03/11/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000520/2004-75	LAGOA DOS CAMPINHOS	SE	2007/10/08	2008/12/09	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000782/2006-00	FORTE	SE	23/12/2013	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000321/2007-18	PIRANGI	SE	-	-	05/12/2013	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000783/2006-46	CARAIBAS	SE	2011/10/26	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000787/2006-24	PATIOBA	SE	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000952/2006-48	BREJO DOS NEGROS	SE	30/04/2015	04/05/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.001903/2010-17	PONTAL DA BARRA	SE	2011/10/26	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370000780/2006-11	LUZIENSE	SE	2010/12/15	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000779/2006-88	DESTERRO	SE	2015/11/21	2015/11/24	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54370.000320/2007-65	MALOCA	SE	-	-	-	INCRA	FEDERAL

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.8 ESTADO DA BAHIA

## 5.8.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
BA	ZA	UC	APA BACIA DO COBRE / SÃO BARTOLOMEU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2001	Decreto nº 7.970 de 06/06/2001
BA	ZA	UC	APA BAÍA DE CAMAMU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2002	Decreto nº 8.175 de 28/02/2002
BA	ZA	UC	APA BAÍA DE TODOS OS SANTOS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 7.595 de 06/09/1999
BA	ZA	UC	APA CAMINHOS ECOLÓGICOS DA BOA ESPERANÇA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2003	Decreto nº 8.552 de 05/06/2003
BA	ZA	UC	APA CARAÍVA/ TRANCOSO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Decreto nº 2.215 de 15/06/1993
BA	ZA	UC	APA COROA VERMELHA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Decreto nº 2.184 de 07/06/1993
BA	ZA	UC	APA COSTA DE ITACARÉ/ SERRA GRANDE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Decreto nº 2.186 de 08/06/1993
BA	ZA	UC	APA COSTA DOURADA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1999	Lei nº274 de 01/08/1999
BA	ZA	UC	APA DA LAGOA DA CCC	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1993	Decreto nº23 de 04/06/1993
BA	ZA	UC	APA DA PENÍNSULA DE MARAÚ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1997	Decreto nº15 de 09/09/1997
BA	ZA	UC	APA DA SERRA DO OURO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2006	Decreto nº 10.194 de 28/12/2006
BA	ZA	UC	APA DO RECIFE DAS PINAÚNAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1997	Lei nº467 de 20/10/1997
BA	ZA	UC	APA DUNAS E VEREDAS DO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1997	Decreto nº 6.547 de 20/07/1997
BA	ZA	UC	APA GUAIBIM	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1992	Decreto nº 1.164 de 11/05/1992/ Alterado Dec nº 8.649 de 23/09/2003
BA	ZA	UC	APA JOANES IPITANGA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Decreto nº 7.539 de 05-06-1999
BA	ZA	UC	APA LAGO DE PEDRA DO CAVALO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1997	Decreto nº6.548 de 18/07/1997
BA	ZA	UC	APA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Decreto nº 2.217 de 15/06/1993 / Alterado Dec. 8.650/2003
BA	ZA	UC	APA LAGOAS DE GUARAJUBA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1991	Resolução nº 387 de 28/02/1991
BA	ZA	UC	APA LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1987	Decreto nº 351 de 23/09/1987 / Alterado Dec. 2.540/1993
BA	ZA	UC	APA LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAÍA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1992	Decreto nº 1.046 de 17/03/1992
BA	ZA	UC	APA MANGUE SECO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1991	Decreto nº 605 de 06/11/1991
BA	ZA	UC	APA MARIMBUS / IRAQUARA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Decreto nº 2.216 de 15/06/1993
BA	ZA	UC	APA MUNICIPAL PLANÍCIE COSTEIRA DO GUAIBIM	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2007	Decreto nº424 de 08/05/2007
BA	ZA	UC	APA PLATAFORMA CONTINENTAL DO LITORAL NORTE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2003	Decreto nº 8.553 de 06/06/2003



BA	ZA	UC	APA PONTA DA BALEIA / ABROLHOS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Decreto nº 2.218 de 15/06/1993
BA	ZA	UC	APA PRATIGI	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2001	Decreto nº 7.272 de 02/04/1998 / Alterado Dec. 8.036 / 2001
BA	ZN	UC	APA RIO CAPIVARA	Área de Proteção Ambiental	PI	estadual	1993	Decreto nº 2.219 de 14/05/1993
BA	ZA	UC	APA RIO PRETO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2006	Decreto nº 10.019 de 05/06/2006
BA	ZA	UC	APA SANTO ANTÔNIO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1994	Decreto nº 3.413 de 01/09/1994
BA	ZA	UC	APA SÃO JOAQUIM DA CABONHA APA I, APA II	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZA	UC	APA TINHARÉ BOIPEBA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1992	Decreto nº 1.240 de 05/06/1992
BA	-	Minicorredores	BOA NOVA POÇÕES	Minicorredores	PI / US	estadual	2006	Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7
BA	-	Minicorredores	CONDURU	Minicorredores	PI / US	estadual	2006	Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7
BA	-	Minicorredores	DESCOBRIMENTO	Minicorredores	PI / US	estadual	2006	Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7
BA	ZN	UC	ESEC ESTADUAL WENCESLAU GUIMARÃES	Estação Ecológica	PI	estadual	1997	Decreto nº 6.228 de 22/02/1997
BA	ZN	UC	ESEC RIO PRETO	Estação Ecológica	PI	estadual	2005	Decreto nº 9.441 de 06/06/2005
BA	ZN	AP	ESTAÇÃO VERACEL	Área de Proteção Ambiental	-	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	APP	LAGO	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
BA	ZN	APP	MANGUEZAL	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
BA	-	Minicorredores	MARINHO DE ABROLIOS	Minicorredores	PI / US	estadual	2006	Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7
BA	ZN	UC	MONA CACHOEIRA DO FERRO DOIDO	Monumento Natural	PI	estadual	1998	Decreto 7.412 de 17/08/1998
BA	ZN	UC	MONA DOS CANIONS DO SUBAÉ	Monumento Natural	PI	estadual	2006	Decreto nº 10.018 de 06/06/2006
BA	-	Minicorredores	MONTE PASCOAL	Minicorredores	PI / US	-	2006	Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7
BA	-	Minicorredores	PAPUÃ - PRATIGI	Minicorredores	PI / US	-	2006	Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7
BA	ZN	UC	PARNA DA CHAPADA DIAMANTINA	Parque Nacional	PI	federal	1985	Decreto nº 91.655 de 17/09/1985
BA	ZN	UC	PARNA DO DESCOBRIMENTO	Parque Nacional	PI	federal	1999	Decreto nº s/n de 20/04/1999
BA	ZN	UC	PARNA DO MONTE PASCOAL	Parque Nacional	PI	federal	1961	Decreto nº 242 de 29/11/1961
BA	ZN	UC	PARNA MARINHO DOS ABROLHOS	Parque Nacional	PI	federal	1983	Decreto nº 88218 de 06/04/1983
BA	ZN	UC	PARNA PAU BRASIL	Parque Nacional	PI	federal	1999	Decreto nº S/N de 20/04/1999
BA	-	Minicorredores	PAU - BRASIL	Minicorredores	PI / US	-	2006	Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7
BA	ZN	UC	PE DA SERRA DO CONDURU	Parque Estadual	PI	estadual	1997	Decreto nº 6.227 de 22/02/1997
BA	ZN	UC	PE DAS SETE PASSAGENS	Parque Estadual	PI	estadual	2000	Decreto nº 7.808 de 25/05/2000
BA	ZN	UC	PE DO MORRO DO CHAPÉU	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 7.413 de 18/08/1998 / Lei nº 12.924 de 13/12/2013
BA	ZN	UC	PM DA SERRA DO PERIPERI	Parque Municipal	PI*	municipal	1999	Decreto nº9480 de 16/06/1999
BA	ZN	UC	PM DE MUCUGÊ	Parque Municipal	PI*	municipal	1999	Decreto nº235 de 15/03/1999





BA	ZN	UC	PM MARINHO DO RECIFE DE FORA	Parque Municipal	PI*	municipal	1997	Lei nº260 de 16/12/1997
BA	ZN	UC	PM MARINHO RECIFE DE FORA	Parque Municipal	PI*	municipal	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	PNM DA BOA ESPERANÇA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2001	Lei Complementar nº 01 de 07/06/2001/ Alterada Lei nº 3756 de 09/11/2015
BA	ZN	UC	PNM DA MACAQUEIRAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2003	Lei nº651 de 11/09/2003
BA	ZN	UC	PNM DA RESTINGA DE PRAIA DO FORTE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2008	Lei nº367 de 12/09/2008
BA	ZN	UC	PNM DA SERRA DAS ALMAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2002	Decreto nº01 de 19/01/2002
BA	ZN	UC	PNM DO ESPALHADO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2005	Lei nº015/2005
BA	ZN	UC	PNM DO MORRO DO PAI INÁCIO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2001	Decreto nº548 de 14/12/2001
BA	ZN	UC	REBIO DE UNA	Reserva Biológica	PI	federal	1980	Decreto nº 85463 de 10/12/1980
BA	ZN	UC	REBIO CÓRREGO GRANDE	Reserva Biológica	PI	-	-	Não disponibilizado
BA	ZA	UC	RESEX BAÍA DE IGUAPE	Reserva Extrativista	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZA	UC	RESEX CASSURUBA	Reserva Extrativista	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZA	UC	RESEX CORUMBAU	Reserva Extrativista	US	federal	2000	Decreto nº S/N de 22/09/2000
BA	ZA	UC	RESEX DE CANAVIEIRAS	Reserva Extrativista	US	federal	2006	Decreto nº S/N de 06/06/2006
BA	ZA	UC	RESEX DE CANAVIEIRAS	Reserva Extrativista	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZA	UC	RESEX ILHAS DE CASSURUBA	Reserva Extrativista	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZA	UC	RESEX MARINHA CORUMBAU	Reserva Extrativista	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZA	UC	RESEX MARINHA DA BAIÁ DO IGUAPE	Reserva Extrativista	US	federal	2000	Decreto nº S/N de 14/08/2000
BA	ZA	UC	RESEX PONTA DO CORUMBAU	Reserva Extrativista	US	-	-	Não disponibilizado
BA	-	Minicorredores	RESTINGA	Minicorredores	PI / US	estadual	2006	Decreto estadual nº. 1633-R/2006: 7
BA	ZA	UC	RPPN AGDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN ARAÇARI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN BOM SOSSEGO II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 26 de 07/05/2008
BA	ZN	UC	RPPN CAJUEIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN CARROULA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2003	Portaria nº 175 de 03/01/2003
BA	ZN	UC	RPPN CONTENDAS II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN CÓRREGO DOS BOIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN DA MAMONA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN DAS ÁGUAS E DAS MATAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN DAS DUNAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 17 de 05/03/2004
BA	ZN	UC	RPPN DAS NASCENTES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN DUNAS DE SANTO ANTÔNIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 65 de 04/06/2001
BA	ZN	UC	RPPN ECOPARQUE DE UNA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado



BA	ZN	UC	RPPN ESTÂNCIA MANACÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA ÁGUA BRANCA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA ARAPAUNA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA ARTE VERDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA AVAÍ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA COQUEIROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA ITACIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA KAYBÍ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA LONTRA/ SAUDADE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA PANEMA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA PARAÍSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA PINDORAMA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA SÃO JOÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA SOSSEGO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN GUANANDI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN GUARIRÚ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN ITACIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN JACUBA VELHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 71 de 10/09/2008
BA	ZN	UC	RPPN JATAIPEBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN JUERAMA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN JUERANA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN JUERANA MILAGROSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN LAGOA DO PEIXE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN MATA DA CALIFÓRNIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN OURO VERDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN PEDRA DO SABIÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN PORTAL CURUPIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA CAPITÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA DA PENINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1992	Decreto nº 1.164 de 11/05/1992
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA FUGIDOS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA MATO GROSSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado



BA	ZN	UC	RPPN RESERVA NAT. DA SERRA DO TEIMOSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL DA SERRA DO TEIMOSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA PANEMA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA SALTO APEPIQUE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN RIO CAPITÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 24 de 09/03/2004
BA	ZN	UC	RPPN RIO DO BRASIL I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 93 de 21/11/2008
BA	ZN	UC	RPPN RIO DO BRASIL II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 87 de 21/11/2008
BA	ZN	UC	RPPN RIO DO BRASIL III	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 88 de 21/11/2008
BA	ZN	UC	RPPN RIO DO BRASIL IV	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 89 de 21/11/2008
BA	ZN	UC	RPPN RIO DO BRASIL V	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 90 de 21/11/2008
BA	ZN	UC	RPPN RIO DOS MONOS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2006	Portaria nº 19 de 10/03/2006
BA	ZN	UC	RPPN SALTO APEPIQUE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN SÃO JOQUIM DA CABONHA APA I E APA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN SAPUCAIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN TAQUARA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN TUIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RPPN VERA CRUZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
BA	ZN	UC	RVS DE UNA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	federal	2007	Decreto nº s/n de 21/12/2007
BA	ZN	UC	RVS DO RIO DOS FRADES	Refúgio de Vida Silvestre	PI	federal	2007	Decreto nº S/N de 21/12/2007
BA	ZA	UC	APA SERRA DO BARBADO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Decreto nº 2.183 de 08/06/1993
BA	ZA	UC	ARIE NASCENTE DO RIO DE CONTAS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	2001	Decreto nº 7.968 de 06/06/2001
BA	ZA	UC	ARIE SERRA DO OROBÓ	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	2002	Decreto nº 8.267 de 06/06/2002
BA	ZN	UC	RPPN BOA UNIÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 29 de 12/04/2007
BA	ZN	UC	RPPN HELICO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 09 de 19/01/2007
BA	ZN	UC	RPPN JATOBÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 101 de 15/12/2008
BA	ZN	UC	RPPN MÃE DA MATA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 32 de 10/03/2004
BA	ZN	UC	RPPN PRIMAVERA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 76 de 11/09/2008
BA	ZN	UC	RPPN PRIMAVERA I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 75 de 11/09/2008
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA MARIA VICENTINI LOPES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 69 de 10/09/2008
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA SÃO JOSÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 4 de 06/02/2008
BA	ZN	UC	RPPN RIACHO DAS PEDRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 77 de 11/09/2008



BA	ZN	UC	RPPN RIO JARDIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 20 de 14/03/2007
BA	ZN	UC	RPPN SANTA MARIA I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 96 de 15/12/2008
BA	ZN	UC	RPPN SANTA MARIA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 97 de 15/12/2008
BA	ZN	UC	RPPN SANTA MARIA III	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 104 de 31/12/2008
BA	ZN	UC	RPPN TRIÂNGULO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 73 de 10/09/2008
BA	-	Minicorredores	SERRA DAS ONÇAS	Minicorredores	PI / US	estadual	2006	Decreto estadual nº. 1633-R/2006: 7
BA	-	Minicorredores	UNA - BAIXÃO - LONTRAS	Minicorredores	PI / US	estadual	2006	Decreto estadual nº. 1633-R/2006: 7
BA	ZA	UC	APA DA BARRAGEM	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2015	Lei nº156 de 10/03/2015
BA	ZA	UC	APA DA CANABRAVA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2015	Lei nº156 de 10/03/2015
BA	ZA	UC	APA DA GAMELEIRA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2015	Lei nº156 de 10/03/2015
BA	ZA	UC	APA DA PEDRA BRANCA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2015	Lei nº156 de 10/03/2015
BA	ZA	UC	APA DA PEDRA DO QUEIXINHO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2015	Lei nº156 de 10/03/2015
BA	ZA	UC	APA DO MORRO DE SANTANA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2015	Lei nº156 de 10/03/2015
BA	ZA	UC	APA VALE DAS CASCATAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2015	Decreto nº54 de 12/11/2015
BA	ZA	UC	ARIE CORREDOR ECOLÓGICO LAGOA ENCANTADA/SERRA DO CONDURU	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	2009	Lei nº 3427 de 15/08/2009
BA	ZN	UC	MONAT MUNICIPAL DA CARRAPETA	Monumento Natural	PI*	municipal	2015	Decreto nº226 de 18/05/2015
SP	-	MOSAICO	MOSAICO EXTREMO SUL DA BAHIA	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2010	Portaria MMA nº 492 de 17/12/10
SP	-	MOSAICO	MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU (MG E BA)	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2009	Portaria MMA nº 128 de 24/04/09
BA	ZN	UC	PARNA DA SERRA DAS LONTRAS	Parque Nacional	PI	federal	2010	Decreto nº S/N de 14/06/2010
BA	ZN	UC	PARNA DE BOA NOVA	Parque Nacional	PI	federal	2010	Decreto nº S/Nº de 14/06/2010
BA	ZN	UC	PARNA DO ALTO CARIRI	Parque Nacional	PI	federal	2010	Decreto nº S/N de 14/06/2010
BA	ZN	UC	PE PONTA DA TULHA	Parque Estadual	PI	estadual	2015	Decreto nº 16.487 de 22/12/2015
BA	ZN	UC	PE SERRA DOS MONTES ALTOS	Parque Estadual	PI	estadual	2010	Decreto nº 12.486 de 29/11/2010
BA	ZN	UC	PM MARINHO DOS ILHÉUS	Parque Municipal	PI*	municipal	2011	Decreto nº 37 de 06/06/2011
BA	ZN	UC	PNM BOSQUE DA NASCENTE DO RIO JIQUIRIÇÁ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2014	Decreto nº807 de 03/06/2014
BA	ZN	UC	PNM DAS DUNAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2016	Lei nº9069 de 30/06/2016
BA	ZN	UC	PNM DE ANDARAÍ ROTA DAS CACHOEIRAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2016	Lei nº175 de 13/12/2016
BA	ZN	UC	PNM DO BOQUEIRÃO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2015	Decreto nº 224 de 11/05/2015
BA	ZA	UC	PU PITUAÇU	Parque Urbano (Categoria SEUC)	US	estadual	2013	Decreto nº 14.480 de 16/05/2013
BA	ZN	APP	RECIFES COSTEIROS	Area de Preservação Permanente	APP	-	2012	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal





BA	ZN	APP	REMANECENTES FLORESTAIS	Area de Preservação Permanente	APP	-	2012	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
BA	ZA	UC	RESEX DE CASSURUBÁ	Reserva Extrativista	US	federal	2009	Decreto nº S/N de 05/06/2009
BA	ZN	APP	RESTINGAS E DUNAS	Area de Preservação Permanente	APP	-	2012	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
BA	ZN	UC	RPPN ARCO VERDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 11511 de 30/03/2016
BA	ZN	UC	RPPN AVE NATURA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 71 de 30/06/2014
BA	ZN	UC	RPPN BELAS ARTES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 48 de 05/06/2009
BA	ZN	UC	RPPN BOM SOSSEGO III	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 05 de 26/01/2010
BA	ZN	UC	RPPN BOZI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 135 de 09/10/2010
BA	ZN	UC	RPPN BRONZON	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 134 de 08/10/2010/ Alterada Portaria nº12.690 de 20/10/2016
BA	ZN	UC	RPPN BRUMADINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 19 de 28/02/2014
BA	ZN	UC	RPPN CAHY	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 02 de 19/01/2010
BA	ZN	UC	RPPN CANTO DO SENHOR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 114 de 25/10/2012
BA	ZN	UC	RPPN CORUMBAU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 3534 de 10/09/2012
BA	ZN	UC	RPPN CORUMBAU I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 4938 de 02/05/2013
BA	ZN	UC	RPPN COTINGA-CREJOÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 12265 de 23/08/2016
BA	ZN	UC	RPPN CURIÓ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 31 de 17/05/2011
BA	ZN	UC	RPPN DEMUNER	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 3006 de 10/07/2012
BA	ZN	UC	RPPN DO JEQUITIBÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	Portaria nº 6984 de 13/02/2014
BA	ZN	UC	RPPN ENGELHARDT	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 51 de 04/05/2011
BA	ZN	UC	RPPN ESPINITA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 11783 de 17/05/2016
BA	ZN	UC	RPPN FAZENDA DO CAHY	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	Portaria nº 7170 de 24/03/2014
BA	ZN	UC	RPPN FERNANDES I, II E III	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	Portaria nº 6827 de 29/01/2014
BA	ZN	UC	RPPN FLOR DO NORTE I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 3 de 19/01/2010
BA	ZN	UC	RPPN FLOR DO NORTE II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 4 de 19/01/2010
BA	ZN	UC	RPPN GUANANDI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 76 de 27/06/2012
BA	ZN	UC	RPPN IRARA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 11784 de 17/05/2016
BA	ZN	UC	RPPN ITAMARANDIBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 76 de 31/08/2010
BA	ZN	UC	RPPN LEMBRANÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 143 de 12/11/2010
BA	ZN	UC	RPPN LEMBRANÇA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	Portaria nº 7116 de 14/03/2014
BA	ZN	UC	RPPN LIMOIEIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2017	Portaria nº 14785 de 11/09/2017
BA	ZN	UC	RPPN MACUQUINHO-BAIANO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2018	Portaria nº 16352 de 19/06/2018



BA	ZN	UC	RPPN MATA DO GUIGO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 70 de 30/06/2014
BA	ZN	UC	RPPN MESTRE BONINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 4868 de 23/04/2013
BA	ZN	UC	RPPN MUTUM-DE-BICO-VERMELHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2018	Portaria nº 16351 de 19/06/2018
BA	ZN	UC	RPPN NATURA CERRADA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 22 de 07/03/2014
BA	ZN	UC	RPPN NATURA MATER	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 24 de 07/03/2014
BA	ZN	UC	RPPN NOVA ANGÉLICA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2006	Portaria nº 26 de 30/03/2006
BA	ZN	UC	RPPN OLHO-DE-FOGO-RENDADO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 28 de 17/05/2011
BA	ZN	UC	RPPN PARAÍSO I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 3988 de 20/11/2012
BA	ZN	UC	RPPN PLANISSOLI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 52 de 04/05/2011
BA	ZN	UC	RPPN PREGUIÇA-DE-COLEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2018	Portaria nº 15711 de 05/03/2018
BA	ZN	UC	RPPN RANCHO LETTY	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 6372 de 18/11/2013
BA	ZN	UC	RPPN REFÚGIO DO GUIGÓ I E II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 133 de 09/10/2010
BA	ZN	UC	RPPN RENAScer	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 142 de 05/11/2010
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA BIANCA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 5835 de 13/09/2013
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA BOA VISTA I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 11746 de 11/05/2016
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA BOHEMIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 5833 de 13/09/2013
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA ECOLÓGICA CHEFE ROSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 5926 de 19/09/2013
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA LUKAVEC	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 5834 de 13/09/2013
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA MARIANA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 5832 de 13/09/2013
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA SANTO ANDRÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 11747 de 11/05/2016
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA TERRAVISTA I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 27 de 18/05/2009
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA TERRAVISTA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 28 de 18/05/2009
BA	ZN	UC	RPPN RESERVA VITÓRIA PRIMAVERA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 11745 de 11/05/2016
BA	ZN	UC	RPPN RIO DA BARRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 81 de 17/10/2011
BA	ZN	UC	RPPN SANTA ANA I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 12144 de 01/08/2016
BA	ZN	UC	RPPN SANTA ANA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 12145 de 01/08/2016
BA	ZN	UC	RPPN SERRA DAS ALMAS DE RIO DE CONTAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 72 de 30/06/2014
BA	ZN	UC	RPPN STANISLAS PRYL/ MICO-LEÃO-DA-CARA-DOURADA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 12931 de 21/11/2016
BA	ZN	UC	RPPN TRÊS MORENAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Portaria nº 11263 de 03/02/2016
BA	ZN	UC	RPPN VALE DO CANTASSURÍ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	Portaria nº 8875 de 01/12/2014
BA	ZN	UC	RPPN VOLTA DO RIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria nº 37 de 28/03/2014



BA	ZN	UC	RVS DE AMARGOSA	Refúgio de Vida Silvestre	US	municipal	2011	Decreto nº 024 de 19/02/2011
BA	ZN	UC	RVS DE BOA NOVA	Refúgio de Vida Silvestre	US	federal	2010	Decreto nº s/nº de 14/06/2010
BA	ZN	UC	RVS SERRA DOS MONTES ALTOS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2010	Decreto nº 12.487 de 29/11/2010

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

5.8.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	Nome da TI	Etnia	UF	Fase Legal	Modalidade	Unidade Administrativa	FONTE
ZA	Território Indígena	ÁGUAS BELAS	Pataxó	BA	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	BARRA VELHA	Pataxó	BA	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	CARAMURU/ PARAGUASSU	Pataxo Há-Há-Há	BA	Homologada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	COROA VERMELHA	Pataxó	BA	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	FAZENDA BAHIANA	Pataxó	BA	Regularizada	Reserva Indígena	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	IMBIRIBA	Pataxó	BA	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	MATA MEDONHA	Pataxó	BA	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	Tupinambá	BA	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	TUPINAMBÁ DE BELMONTE	Tupinambá	BA	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	ALDEIA VELHA	Pataxó	BA	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	COMEXATIBÁ	Pataxó	BA	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI
ZA	Território Indígena	BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL	Pataxó	BA	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-SBA	FUNAI

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.8.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Esfera
ZA	Território Quilombola	54160003690/2004-87	PARATECA E PAU DARCO	BA	2006/07/24	2007/12/19	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001634/05-99	CAONGE/ DENDE/ ENGENHO DA PONTE E OUTRAS	BA	2005/05/22	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001114/2008-29	ILHA DE MARÉ	BA	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.000824/2009-12	FAZENDA PORTEIRAS	BA	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001343/2013-19	BARREIRO DO RIO PARDO	BA	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.004694/2005-63	SALAMINA PUTUMUJU	BA	2007/04/02	2008/12/09	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.000301/2012-71	JETIMANA e BOA VISTA	BA	24/09/2015	25/09/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001788/2005-81	ARACA/ CARIACA/ PATO/ PEDRAS/ RETIRO	BA	2009/10/22	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	-	PITANGA DE PALMARES	BA	-	-	-	-	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001500/2006-59	NOVA BATALHINHA	BA	2006/08/29	2009/09/22	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.000234/2006-47	DANDA	BA	2007/04/02	2010/04/08	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	216.564/3	BARRA E BANANAL	BA	-	-	-	CDA / FCP	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001670/2008-03	FOJO	BA	2015/03/11	2015/03/12	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.002941/2008-30	VICENTES	BA	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.003687/2004-87	LAGOA DO PEIXE	BA	2006/03/20	2009/09/22	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.003560/2007-97	QUIZANGA, GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, TABATINGA E OUTRO	BA	16/11/2015	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001700/2008-73	LAGOA SANTA	BA	23/10/2014	24/10/2014	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	-	PITANGA DE PALMARES	BA	-	-	-	-	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	-	PITANGA DE PALMARES	BA	-	-	-	-	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.002024/2006-93	SAO FRANCISCO DO PARAGUAÇU	BA	2007/12/18	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.002985/2006-06	VELAME	BA	2010/10/02	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.003304/2011-86	PORTO DO CAMPO	BA	26/03/2015	27/03/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.001688/2008-05	BARRA DO PARATECA	BA	20/05/2015	21/05/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54160.005093/2005-78	LAGOA DAS PIRANHAS	BA	2006/03/20	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL





ZA	Território Quilombola	54160.003870/2010-15	IÚNA	BA	23/11/2015	-	-	INCRA	FEDERAL
----	-----------------------	----------------------	------	----	------------	---	---	-------	---------

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

## 5.9 ESTADO DE MINAS GERAIS

### 5.9.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
MG	ZA	UC	APA ÁGUAS VERTENTES	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 39399 de 22/01/1998
MG	ZA	UC	APA BACIA DO RIO PANDEIROS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1995	Decreto nº 11901 de 02/09/1995
MG	ZA	UC	APA CACHOEIRA DAS ANDORINHAS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1989	Decreto nº 30264 de 17/10/1989
MG	ZA	UC	APA FERNÃO DIAS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1997	Decreto nº 38925 de 18/07/1997
MG	ZA	UC	APA MORRO DA PEDREIRA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1990	Decreto nº 98891 de 26/01/1990
MG	ZA	UC	APA SEMINÁRIO MENOR DE MARIANA	Área de Proteção Ambiental	US	-	1984	Decreto nº 23.564 de 11/05/1988
MG	ZA	UC	APA SERRA DA MANTIQUEIRA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1985	Decreto nº 91304 de 06/06/1985
MG	ZA	UC	APA SERRA SÃO JOSÉ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1990	Decreto nº 30934 de 16/02/1990
MG	ZA	UC	APA SUL-RMBH	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1994	Decreto nº 35624 de 08/06/1994
MG	-	APRI	APRI SERRA DE SÃO DOMINGOS (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Áreas Prioritárias para Criação UC	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	ESEC CÔRREGO DOS FECHOS	Estação Ecológica	PI	-	1994	Decreto nº 36.073 de 27/09/1994
MG	ZN	UC	ESEC DE ÁGUA LIMPA	Estação Ecológica	PI	estadual	1994	Decreto nº 36072 de 28/09/1994
MG	ZN	UC	ESEC DE CORUMBÁ	Estação Ecológica	PI	estadual	1964	Decreto nº 16580 de 24/09/1964
MG	ZN	UC	ESEC DE FECHOS	Estação Ecológica	PI	estadual	1994	Decreto nº 36073 de 28/09/1994
MG	ZN	UC	ESEC DO CERCADINHO	Estação Ecológica	PI	estadual	2006	Lei ordinária nº 15979 de 14/01/2006
MG	ZN	UC	ESEC DO TRIPUÍ	Estação Ecológica	PI	estadual	1978	Decreto nº 19157 de 25/04/1978
MG	ZN	UC	ESEC MAR DE ESPANHA	Estação Ecológica	PI	estadual	1974	Decreto nº 16580 de 24/09/1974
MG	ZN	UC	ESEC MUNICIPAL IPANEMA	Estação Ecológica	PI	-	2001	Lei nº 1.194 de 07/12/2001
MG	-	APRI	FAZENDA PEDRA DA ONÇA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Áreas Prioritárias para Criação UC	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZA	UC	FE DO UAIMII	Floresta Estadual	US	estadual	2003	Decreto nº s/nº de 22/10/2003
MG	ZN	UC	FLONA DE PASSA QUATRO	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 562 de 25/10/1968
MG	ZA	UC	FLONA DE RITÁPOLIS	Floresta Natural	US	federal	1999	Decreto nº S/N de 21/09/1999
MG	-	APRI	MATA DA IMBEL - RESERVA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Áreas Prioritárias para Criação UC	US	-	-	Não disponibilizado



MG	-	APRI	MATA DA IMBEL (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Áreas Prioritárias para Criação UC	US	-	-	Não disponibilizado
MG	-	MOSAICO	MOSAICO DA SERRA DE SÃO JOSÉ	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	estadual	2007	Decreto Estadual nº 44.518 de 16/05/07
MG	-	MOSAICO	MOSAICO MANTIQUEIRA	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	-	2006	Portaria MMA nº 351 de 11/12/06
MG	ZN	UC	PARNA CAVERNAS DO PERUAÇU	Parque Nacional	PI	federal	1999	Decreto nº S/N de 21/09/1999
MG	ZN	UC	PARNA DA SERRA DA CANASTRA	Parque Nacional	PI	nacional	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	PARNA DA SERRA DA CIPÓ	Parque Nacional	PI	federal	1984	Decreto nº 90223 de 25/09/1984
MG	ZN	UC	PARNA DAS SEMPRE VIVAS	Parque Nacional	PI	federal	2002	Decreto nº S/N de 16/12/2002
MG	ZN	UC	PARNA DE CAPARAO	Parque Nacional	PI	federal	1961	Decreto nº 50646 de 24/05/1961
MG	ZN	UC	PARNA DO ITATIAIA	Parque Nacional	PI	federal	1937	Decreto nº 1713 de 14/06/1937
MG	ZN	UC	PARNA MANTIQUEIRA (PROPOSTA DE CRIAÇÃO)	Parque Nacional	PI	nacional	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	PE BALEIA	Parque Estadual	PI	estadual	1981	Lei nº 8.022 de 23/07/1981 e Decreto nº 26.162 de 06/07/1988
MG	ZN	UC	PE CAMPOS DO JORDÃO	Parque Estadual	PI	estadual	1941	Decreto nº 11.908 de 27/03/1941
MG	ZN	UC	PE DE MONTEZUMA	Parque Estadual	PI	estadual	2007	Decreto nº s/nº de 29/09/2007
MG	ZN	UC	PE DO ITACOLOMI	Parque Estadual	PI	estadual	1967	Lei ordinária nº 4495 de 15/06/1967
MG	ZN	UC	PE DO RIO DOCE	Parque Estadual	PI	estadual	1944	Decreto nº 1119 de 15/07/1944
MG	ZN	UC	PE IBITIPOCA	Parque Estadual	PI	estadual	1973	Lei nº 6.126 de 04/07/1973
MG	ZN	UC	PE NOVA BADEN	Parque Estadual	PI	estadual	1974	Decreto nº 16580 de 24/09/1974
MG	ZN	UC	PE PICO DO ITAMBÉ	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 39398 de 22/01/1998
MG	ZN	UC	PE RIO CORRENTE	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 40168 de 18/12/1998
MG	ZN	UC	PE RIO PARDO	Parque Estadual	PI	estadual	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	PE SERRA DA BOA ESPERANÇA	Parque Estadual	PI	estadual	2007	Decreto nº 44.520, 16/05/2007
MG	ZN	UC	PE SERRA DA CANDONGA	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 40170 de 18/12/1998
MG	ZN	UC	PE SERRA DO BRIGADEIRO	Parque Estadual	PI	estadual	1996	Decreto nº 38319 de 28/09/1996
MG	ZN	UC	PE SERRA DO PAPAGAIO	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 39793 de 06/08/1998
MG	ZN	UC	PE SERRA DO ROLA MOÇA	Parque Estadual	PI	estadual	1994	Decreto nº 36071 de 28/09/1994
MG	ZN	UC	PE SERRA NEGRA	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 39907 de 23/09/1998
MG	ZN	UC	PE SETE SALÕES	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 39908 de 23/09/1998
MG	ZN	UC	PE VERDE GRANDE	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 39953 de 09/10/1998
MG	ZN	UC	PM AGGEO PIO SOBRINHO	Parque Municipal	PI	municipal	1990	Lei nº 5.755 de 24/07/1990
MG	ZN	UC	PM ÁGUA SANTA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	PM BREJO GRANDE	Parque Municipal	PI	municipal	1980	Lei nº 907 de 06/08/1980
MG	ZN	UC	PM CARATINGA	Parque Municipal	PI	municipal	1997	Lei nº 002434 de 23/12/1997
MG	ZN	UC	PM FLORESTAL CHÁCARA DO LESSA	Parque Municipal	PI	municipal	1999	Lei nº 856 de 14/06/1999
MG	ZN	UC	PM MANGABEIRAS	Parque Municipal	PI	municipal	1966	Decreto nº 1.466 de 14/10/1966
MG	ZN	UC	PM MATA DAS BORBOLETAS	Parque Municipal	PI	municipal	1992	Decreto nº 7.278 de 14/07/1992
MG	ZN	UC	PM POUSO ALEGRE	Parque Municipal	PI	municipal	1998	Lei nº 3.411 de 13/03/1998
MG	ZN	UC	PM ROBRTO BURLE MARX	Parque Municipal	PI	municipal	1994	Lei nº 6.804 de 29/12/1994 e Decreto nº 2.939 de 27/09/1997
MG	ZN	UC	PM SAGUI DA SERRA	Parque Municipal	PI	municipal	1999	Decreto nº 1.545 de 05/06/1999
MG	ZN	UC	PM SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	PNM DA BIQUINHA	Parque Natural Municipal	PI	-	-	Decreto nº 008 de 09/05/2012



MG	ZN	UC	PNM DAS ANDORINHAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2005	Lei ordinária nº 69/2005 de 29/07/2005
MG	ZN	UC	PNM ELCI ROLLA GUERRA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1988	Lei ordinária nº 183/88 de 28/11/1988
MG	ZN	UC	REBIO DE PINHEIRO GROSSO	Reserva Biológica	PI	municipal	1987	Lei ordinária nº 2250 de 30/11/1987
MG	ZN	UC	REBIO DA MATA ESCURA	Reserva Biológica	PI	federal	2003	Decreto nº S/N de 06/06/2003
MG	ZN	UC	REBIO ENGENHO VELHO	Reserva Biológica	PI	-	1994	Lei nº 1.062 de 14/11/1994 e Lei nº 1.942 de 16/08/1997
MG	ZN	UC	REBIO POÇO D'ANTAS	Reserva Biológica	PI	-	1982	Decreto nº 2.794 de 21/09/1982
MG	ZN	UC	REBIO POUOSO ALEGRE	Reserva Biológica	PI	municipal	1998	Lei nº 3.412 de 13/03/1998
MG	ZN	UC	REBIO SERRA AZUL	Reserva Biológica	PI	municipal	1998	Decreto nº 39.950 de 08/10/1998
MG	ZN	UC	REBIO SERRA DOS TOLEDOS	Reserva Biológica	PI	-	1979	Lei nº 1.211 de 05/06/1979 e Lei nº 2.088/96
MG	ZN	UC	REBIO SERRA PEDRA DO CORAÇÃO	Reserva Biológica	PI	municipal	1988	Decreto nº 327 de 06/12/1988
MG	ZN	UC	RPPN - FAZENDA BARRA DO PIRAPETINGA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN ALTO DA BOA VISTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN ALTO GAMARRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN ANTÔNIO LOPES MERSON	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN BELGO MINEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN BREJO NOVO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria IBAMA nº 137/02 N de 14/10/2002
MG	ZN	UC	RPPN CACHOEIRA DO ANDORINHÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN COMODATO RESERVA PETI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2001	Portaria IBAMA nº 99/01 de 13/09/2001
MG	ZN	UC	RPPN DA LAFARGE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1997	Portaria n.125/97-N - DOU 208 - 28/10/1997 - seção/pg 01 - 24401
MG	ZN	UC	RPPN ESTAÇÃO BIOLÓGICA DA MATA DO SOSSEGO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA ALTO DA BOA VISTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOA ESPERANÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria nº 59 - IEF - 03/05/2002 Averbada 27/06/2002
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOA VISTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2001	Portaria nº 150 - IEF de 26/12/2001 Averbada 11/01/2002
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOM JARDIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA BULCÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria nº 081 IEF de 07/10/1998
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA DA GRUTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria nº 60 IEF de 03/05/2002 Averbada 08/08/2002



MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA DA SERRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2000	Portaria IBAMA nº 67/00 de 17/10/2000
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA DO IRACAMBI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA DO SINO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA DOS CORDEIROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria 0083 IEF de 09/10/1998
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA FLORESTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria nº 082 de 15/10/1998
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA JOÃO PEREIRA / POÇO FUNDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1995	Portaria IBAMA nº 36/95 N de 02/06/1995
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA MACEDÔNIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA PEDRA BONITA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1992	Portaria IBAMA nº 044/92 de 27/04/1992
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA RESSACA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA SAMOINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA SÃO LOURENÇO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria nº 61 IEF de 03/05/2002 Averbada 19/06/2002
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA SÃO LOURENÇO / MATINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria nº 154 IEF de 16/12/2002 Averbada 15/07/2003
MG	ZN	UC	RPPN FELICIANO MIGUEL ABDALLA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2001	Portaria IBAMA nº 116/01 N de 03/09/2001
MG	ZN	UC	RPPN GUILMAN AMORIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN ITAJURU OU SOBRADO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria IBAMA nº 109/02-N de 08/04/2002
MG	ZN	UC	RPPN JOAQUIM THEODORO DE MORAES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 1 de 11/01/2007
MG	ZN	UC	RPPN LAVRINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN LY E CLÉO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN MATA DA CALIFÓRNIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1997	Portaria nº 172-N de 30/12/1997
MG	ZN	UC	RPPN MATA DO JAMBREIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria nº 070 de 11/09/98 Averbada 20/12/1999
MG	ZN	UC	RPPN MATA DO PASSARINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN MATA DO SOSSEGO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria IBAMA 020/98-N de 16/02/1998





MG	ZN	UC	RPPN MATA SAMUEL DE PAULA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2000	Portaria nº 76 IEF de 06/10/2000 Averbada 07/12/2000
MG	ZN	UC	RPPN MINAS TÊNIS CLUBE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2000	Portaria nº 17 IEF De 12/04/2000 Averb.30/10/00 Alterada pela Port. Nº 167 de 30/12/03
MG	ZN	UC	RPPN MITRA DO BISPO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN MONLEVADE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN MORRO GRANDE 1, 2, 3, 4	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2003	Portaria nº 130 de 28/10/2003 e Aveb. 12/02/2004
MG	ZN	UC	RPPN NAVE DA ESPERANÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN PANELÃO DOS MURIQUES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2001	Portaria IBAMA nº 134/2001 de 05/10/2001
MG	ZN	UC	RPPN PAQUE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN PARQUE ARQUEOLÓGICO DA SERRA DO SANTO ANTÔNIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN POÇO FUNDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1995	Portaria nº 36 de 05/06/1995
MG	ZN	UC	RPPN RESERVA DA CACHOEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN RESERVA DO JACOB	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN RESGATE I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1999	Port. Nº 21/99 IEF de 16/04/1999
MG	ZN	UC	RPPN SANTUÁRIO DA SERRA DO CARAÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1994	Portaria IBAMA nº 32/94-N de 30/03/1994
MG	ZN	UC	RPPN SARANDI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2000	Portaria IBAMA nº 90/00de 14/11/2000
MG	ZN	UC	RPPN SEGREDO DAS ÁGUAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN SÍTIO CERRO DAS ACÁCIAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN SÍTIO ESTRELA DA SERRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1997	Portaria IBAMA nº 114/97-N, de 01/10/97
MG	ZN	UC	RPPN SÍTIO GRIMPAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1995	Portaria IBAMA nº 108/95-N de 27/12/95
MG	ZN	UC	RPPN SÍTIO RAI0 SOLAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN SÍTIO SANNYASIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN SÍTIO SÃO DOMINGOS/ AGARTHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

MG	ZN	UC	RPPN SÍTIO SÃO FRANCISCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RPPN USINA MAURÍCIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1999	Portaria IBAMA nº 63/99-N de 19/07/99
MG	ZN	UC	RPPN VILA ANA ANGÉLICA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
MG	ZN	UC	RVS ESTADUAL LIBÉLULAS DA SERRA DE SÃO JOSÉ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2004	Decreto nº 43908 de 06/11/2004
MG	ZN	UC	RVS RIO PANDEIROS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	-	2004	Decreto nº 43.910 de 05/11/2004
MG	ZA	UC	APA ÁGUA SANTA DE MINAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2003	Decreto nº 0067 de 23/12/2003
MG	ZA	UC	APA ALTO TABOÃO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1998	Lei ordinária nº 337 de 02/01/1998
MG	ZA	UC	APA CARSTE DA LAGOA SANTA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1990	Decreto nº 98881 de 25/01/1990
MG	ZA	UC	APA CAVERNAS DO PERUAÇU	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1989	Decreto nº 98182 de 28/09/1989
MG	ZA	UC	APA CORREGO DA MATA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2002	Lei complementar nº 1.172/2002 de 11/09/2002
MG	ZA	UC	APA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACHADO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1999	Lei ordinária nº 13373 de 01/12/1999
MG	ZA	UC	APA DO ITACURU	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2001	Lei ordinária nº 429/2001 de 28/09/2001
MG	ZA	UC	APA LAJEDÃO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 39951 de 09/10/1998
MG	ZA	UC	APA SERRA DA VARGEM ALEGRE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1998	Lei ordinária nº 336 de 02/01/1998
MG	ZA	UC	APA SERRA DO SABONETAL	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 39952 de 09/10/1998
MG	ZA	UC	APA SERRA DO TIMÓTEO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2003	Lei ordinária nº 2451 de 04/06/2003
MG	ZA	UC	APA VARGEM DAS FLORES	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2006	Lei ordinária nº 16197 de 26/06/2006
MG	ZN	UC	ESEC DE ACAUÃ	Estação Ecológica	PI	estadual	1974	Decreto nº 16580 de 24/09/1974
MG	ZN	UC	MONAT ESTADUAL PETER LUND	Monumento Natural	PI	estadual	2005	Decreto nº 44120 de 29/09/2005
MG	ZN	UC	MONAT ESTADUAL PICO DO IBITURUNA	Monumento Natural	PI	estadual	1998	Outros nº Constituição Estadual de Minas Gerais de 22/09/1998
MG	ZN	UC	PE DO SUMIDOURO	Parque Estadual	PI	estadual	1980	Decreto nº 20598 de 05/06/1980
MG	ZN	UC	PE LAGOA DO CAJUEIRO	Parque Estadual	PI	estadual	1988	Decreto nº 39954 de 09/10/1988
MG	ZN	UC	PE MATA SECA	Parque Estadual	PI	estadual	2000	Decreto nº 41479 de 21/12/2000
MG	ZN	UC	PE PAU FURADO	Parque Estadual	PI	estadual	2007	Decreto nº s/n de 27/01/2007
MG	ZN	UC	PE SERRA NOVA	Parque Estadual	PI	estadual	2003	Decreto nº s/n de 22/10/2003
MG	ZN	UC	PE VEREDAS DO PERUAÇU	Parque Estadual	PI	estadual	1994	Decreto nº 36.070 de 28/09/1994
MG	ZN	UC	PNM DA SERRA DE SÃO DOMINGOS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1988	Lei ordinária nº 4197 de 01/06/1988
MG	ZN	UC	PNM DO INTELECTO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1991	Lei ordinária nº 2770 de 27/12/1991
MG	ZN	UC	REBIO DA SERRA DE SANTA RITA MITZI BRANDAO	Reserva Biológica	PI	municipal	1980	Lei ordinária nº 1.096 de 15/10/1980
MG	ZN	UC	REBIO JAÍBA	Reserva Biológica	PI	estadual	1973	Lei ordinária nº 6126 de 05/07/1973
MG	ZN	UC	REBIO MUNICIPAL DA MATA DO BISPO	Reserva Biológica	PI	municipal	2003	Lei ordinária nº 3.783 de 04/08/2003



MG	ZN	UC	RPPN MATA DO BUGIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 22 de 09/03/2004
MG	ZN	UC	RPPN TERRA DOS SABIÁS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 13 de 26/02/2007
MG	ZA	UC	APA DO ALTO DO MUCURI	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2011	Decreto nº 45.877 de 30/12/2011
MG	ZN	UC	ESEC DE ARÊDES	Estação Ecológica	PI	estadual	2010	Decreto nº 45397 de 14/06/2010
MG	ZN	UC	MONAT ESTADUAL DE ITATIAIA	Monumento Natural	PI	estadual	2009	Decreto nº 45179 de 21/09/2009
MG	ZN	UC	MONAT ESTADUAL SERRA DA MOEDA	Monumento Natural	PI	estadual	2010	Decreto nº 45.472 de 21/10/2010
MG	ZN	UC	MONAT ESTADUAL SERRA DO GAMBÁ	Monumento Natural	PI	estadual	2010	Decreto nº 45471 de 21/09/2010
MG	ZN	UC	MONAT MUNICIPAL DO PICO DO ITAGUARÉ	Monumento Natural	PI	municipal	2012	Decreto nº 356 de 09/08/2012
MG	ZN	UC	MONAT MUNICIPAL GRUTA NOSSA SENHORA DA LAPA	Monumento Natural	PI	municipal	2011	Lei ordinária nº 695 de 15/09/2011
MG	ZN	UC	PARNA DA SERRA DO GANDARELA	Parque Nacional	PI	federal	2014	Decreto nº Sem número de 14/10/2014
MG	ZN	UC	PE ALTO DO CARIRI	Parque Estadual	PI	estadual	2009	Decreto nº 44726 de 19/02/2009
MG	ZN	UC	PE SERRA DO OURO BRANCO	Parque Estadual	PI	estadual	2009	Decreto nº 45180 de 21/09/2009
MG	ZN	UC	PNM DA BIQUINHA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 008 de 09/05/2012
MG	ZN	UC	PNM DE CACHOEIRA DO CAMPO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Lei ordinária nº 765/2012 de 02/04/2012
MG	ZN	UC	PNM DE GOVERNADOR VALADARES/MG	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2011	Decreto nº 9.532 de 06/06/2011
MG	ZN	UC	PNM REGO DOS CARRAPATOS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 4572 de 06/07/2012
MG	ZN	UC	PNM TANCREDO NEVES - PASSA CINCO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2013	Lei ordinária nº 3822/2013 de 23/12/2013
MG	ZA	UC	RDS NASCENTES GERAIZEIRAS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	federal	2014	Decreto nº Sem número de 14/10/2014
MG	ZN	UC	RPPN ALTO DA MANTIQUEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 106 de 23/12/2011
MG	ZN	UC	RPPN BOSQUE DOS SAMAMBAIAÇUS - RESGATE V	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 35 de 01/04/2010
MG	ZN	UC	RPPN DA CSN	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Portaria IEF N. 13, de 04 de janeiro de 2012
MG	ZN	UC	RPPN FAZENDA SERRA DO RIBEIRÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 74 de 05/09/2011
MG	ZN	UC	RPPN INHOTIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 41 de 06/05/2010
MG	ZN	UC	RPPN KAHENA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 30 de 17/05/2011
MG	ZN	UC	RPPN MATA DOS JACUS - RESGATE VI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 32 de 25/03/2010



MG	ZN	UC	RPPN VALE DAS ARAPONGAS - RESGATE II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 36 de 01/04/2010
<b>LEGENDA</b>								
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)							
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)							
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)							

### 5.9.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA
ZA	Território Indígena	Xacriabá	Xacriabá	MG	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Fazenda Boa Vista - MG	Xucuru - Kariri	MG	Encaminhada RI	Reserva Indígena	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Fazenda Guarani	Pataxó, Krenák	MG	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Krenak	Krenák	MG	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Maxacali	Maxakali	MG	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Xacriabá	Xacriabá	MG	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Xakriabá Rancharia	Xacriabá	MG	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Hãm Yixux	Maxakali	MG	Regularizada	Reserva Indígena	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Mundo Verde/ Cachoeirinha	Maxakali	MG	Regularizada	Reserva Indígena	CR-MGES
ZA	Território Indígena	Luiza do Valle	-	-	-	-	-
<b>LEGENDA</b>							
	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7						
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7						





## 5.9.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº DO PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54170.008053/2005-69	SETE LADEIRAS e TERRA DURA	MG	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54170.003745/2005-1	MUMBUCA	MG	2009/06/08	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54170.005061/2009-87	LAGOA GRANDE	MG	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54170.001467/2006-48	MARQUES	MG	2009/03/13	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54170.003689/2005-14	LAPINHA	MG	31/12/2015	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	4170.008821/2003-12	BREJO DE CRIoulos	MG	2007/12/24	2011/02/24	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54170.000671/2009-94	MARROBA DOS TEIXEIRA	MG	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54170.000533/2005-81	GURUTUBA	MG	-	-	-	INCRA	FEDERAL

## LEGENDA

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.10 ESTADO DO ESPIRITO SANTO

## 5.10.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
ES	ZA	UC	APA CONCEIÇÃO DA BARRA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2007	Decreto nº 1876-R de 05/07/2007
ES	ZA	UC	APA DE GUANANDY	Área de Proteção Ambiental	US	-	1994	Decreto nº 3.738-N de 12/08/1994
ES	ZA	UC	APA DE PRAIA MOLE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1994	Decreto nº 3802-N de 30/12/1994
ES	ZA	UC	APA DO PICO DO GOIAPABA-AÇU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1994	Decreto nº 3.796-N de 28/12/1994
ES	ZA	UC	APA ESTADUAL MESTRE ÁLVARO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1991	Lei ordinária nº 4507 de 08/01/1991
ES	ZA	UC	APA PEDRA DO ELEFANTE	Área de Proteção Ambiental	US	-	1984	Resolução nº 04 de 30/08/1984 - CEC
ES	ZA	UC	APA SERRA DA VARGEM ALEGRE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1998	Lei ordinária nº 336 de 02/01/1998
ES	ZA	UC	APA SETIBA	Área de Proteção Ambiental	US	-	1994	Decreto nº 3.747-N de 12/09/1994
ES	ZN	APP	APP E/OU ESP. PROTEGIDAS	Área de Preservação Permanente	PI	municipal	1997	Lei Municipal nº 4438/97
ES	ZN	APP	APP ILHA DA BALEIA	Área de Preservação Permanente	PI	-	1987	Res. CMPDU nº 15/87
ES	ZN	APP	APP ILHA DA FUMAÇA	Área de Preservação Permanente	PI	municipal	1994	Lei Municipal nº 4167/94
ES	ZN	APP	APP ILHA DO CAMPINHO	Área de Preservação Permanente	PI	municipal	1994	Lei Municipal nº 4167/94
ES	ZN	APP	APP ILHA DO CRISÓGENO	Área de Preservação Permanente	PI	-	1987	Res. CMPDU nº 15/87
ES	ZN	APP	APP ILHA DR. AMÉRICO DE OLIVEIRA	Área de Preservação Permanente	PI	-	1987	Res. CMPDU nº 12/87
ES	ZN	APP	APP MANGUEZAL DA FOZ DO RIO BUBU	Área de Preservação Permanente	PI	municipal	1997	Lei Municipal 4438/97
ES	ZN	APP	APP MANGUEZAL DA UFES	Área de Preservação Permanente	PI	municipal	1997	Lei Municipal 4438/97
ES	-	Área/Bem Tombado	BEM NATURAL INTEGRANTE DA CADEIA DE ILHAS: ILHA DO GAMBA, DO MEIO, DOS CABRITOS	Área Tombada	PI	estadual	1989	Resolução nº 03 de 23/01/1989 - CEC
ES	ZN	UC	ESBIO DE SANTA LÚCIA	Estação Biológica	PI	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	ESEC MUNICIPAL ILHA DO LAMEIRÃO	Estação Ecológica	PI	municipal	1986	Lei ordinária nº 3326 de 30/05/1986
ES	ZA	UC	FLONA DE GOYTACAZES	Floresta Natural	US	federal	2002	Decreto nº S/N de 28/11/2002
ES	ZA	UC	FLONA DE PACOTUBA	Floresta Natural	US	federal	2002	Decreto nº S/N de 13/12/2002
ES	ZA	UC	FLONA DE RIO PRETO	Floresta Natural	US	federal	1990	Decreto nº 98845 de 17/01/1990
ES	ZN	APP	ILHAS MARÍTIMAS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
ES	ZA	UC	MONA O FRADE E A FREIRA	Monumento Natural	-	-	-	Não disponibilizado
ES	ZA	UC	MONA SERRA DAS TORRES	Monumento Natural	-	-	-	Não disponibilizado



ES	ZN	UC	MONAT DO ITABIRA	Monumento Natural	PI	municipal	1988	Lei ordinária nº 2856 de 16/09/1988
ES	ZN	UC	MONAT DOS PONTÕES CAPIXABAS	Monumento Natural	PI	federal	2002	Decreto nº S/N de 19/12/2002
ES	ZN	UC	MONAT MORRO DO PENEDO	Monumento Natural	PI	-	1994	Decreto nº 58 de 16/06/1994
ES	ZA	UC	MONAT MUNICIPAL FALÉSÍAS DE MARATAÍZES	Monumento Natural	PI	municipal	2008	Decreto - E Nº. 193/2008 de 02/12/2008
ES	ZN	UC	MONAT O FRADE E A FREIRA	Monumento Natural	PI	-	1986	Resolução nº 07 de 12/06/1986 - CEC / Alt. Dec. Nº 1.917 - R de 06/09/07
ES	-	Área/Bem Tombado	MONTE AGHÁ	Área Tombada	PI	estadual	1985	Resolução nº 06 de 08/12/1985 - CEC
ES	-	Área/Bem Tombado	MORRO DO CRUZEIRO	Área Tombada	PI	estadual	1992	Resolução nº02 de 02/07/1992
ES	ZN	UC	PARNA DE CAPARAO	Parque Nacional	PI	federal	1961	Decreto nº 50646 de 24/05/1961
ES	ZN	UC	PARNA DOS PONTÕES CAPIXABAS	Parque Nacional	PI	nacional	2002	Decreto de 19/12/2002
ES	ZN	UC	PE DA CACHOEIRA DA FUMAÇA	Parque Estadual	PI	estadual	1984	Decreto nº 2.791-E de 24/08/1984
ES	ZA	UC	PE DA CACHOEIRA DA FUMAÇA	Parque Estadual	-	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	PE DA FONTE GRANDE	Parque Estadual	PI	municipal	1986	Lei ordinária nº 3875 de 07/08/1986
ES	ZN	UC	PE DE PEDRA AZUL	Parque Estadual	PI	estadual	1991	Lei nº 4.503 de 03/01/1991
ES	ZN	UC	PE DE FORNO GRANDE	Parque Estadual	PI	estadual	1991	Lei nº 4.507 de 31/01/1991 / Alt. Dec. nº 3385-R de 23/09/13
ES	ZA	UC	PE DE ITAÚNAS	Parque Estadual	-	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	PE DE ITAÚNAS	Parque Estadual	PI	estadual	1991	Decreto nº 4967-E de 09/11/1991
ES	ZN	UC	PE DE MATA DAS FLORES	Parque Estadual	PI	estadual	1992	Lei nº 4.617 de 02/01/1992
ES	ZN	UC	PE PAULO CÉSAR VINHA	Parque Estadual	PI	estadual	1990	Decreto nº 2.993-N de 05/06/1990
ES	ZA	UC	PE PAULO CÉSAR VINHA	Parque Estadual	-	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	PM DO ITABIRA	Parque Municipal	PI	municipal	1988	Decreto nº 6.117 de 04/08/1988
ES	ZN	UC	PM DO MORRO DA MANTEIGUEIRA	Parque Municipal	PI	municipal	1993	Lei nº 2836 de 08/06/1993
ES	ZN	UC	PM MORRO DA PESCARIA	Parque Municipal	PI	municipal	1997	Lei Municipal nº 1.673 de 29/07/1997
ES	ZN	UC	PNM BAÍA NOROESTE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1998	Decreto Municipal nº 10179/98
ES	ZN	UC	PNM DE JACARENEMA	Parque Natural Municipal	PI	-	1997	Lei nº 5.427 de 28/07/1997 / Alt. Dec. nº 033 de 11/02/03
ES	ZN	UC	PNM DE SÃO LOURENÇO	Parque Natural Municipal	PI	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	PNM DO SÃO LOURENÇO	Parque Municipal Natural	PI	-	2005	Decreto nº 297 de 2005
ES	ZN	UC	PNM DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1998	Decreto nº 10179 de 06/06/1998
ES	ZN	UC	PNM GOIAPABA-AÇU	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1991	Decreto nº 1890/91 de 30/10/1991
ES	ZN	UC	PNM GRUTA DA ONÇA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1988	Lei ordinária nº 3564 de 23/07/1988
ES	ZN	UC	PNM MUNICIPAL DE JABAETÉ	Parque Natural Municipal	PI	-	1995	Decreto nº 59 de 1995
ES	ZN	UC	PNM PEDRA DOS OLHOS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2003	Decreto nº 11824 de 31/12/2003
ES	ZN	UC	PNM VALE DO MULEMBÁ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2002	Decreto nº 11505 de 31/12/2002



ES	ZN	UC	PNM VON SCHILGEN	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2004	Decreto nº 12137 de 17/12/2004
ES	ZN	UC	PUM HORTO DE MARUÍPE	Parque Urbano Municipal	PI	municipal	1995	Decreto Municipal Nº 9758/95
ES	ZN	UC	PUM PEDRA DA CEBOLA	Parque Urbano Municipal	PI	municipal	1997	Decreto Estadual nº 4179/97
ES	ZN	UC	PUM SÃO BENEDITO	Parque Urbano Municipal	PI	municipal	1997	Decreto Municipal nº 10025/97
ES	ZN	UC	RDS CONCHA D'OSTRA	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2007	Lei Estadual nº 8464/2007
ES	ZN	UC	RDS MNAGUEZAL DE BARRA NOVA	Reserva de Uso Sustentável	PI	-	1990	Lei nº 01 de 05/04/1990
ES	ZA	UC	RDS MUNICIPAL PAPAGAIO	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	municipal	1992	Decreto nº 3692 de 23/11/2011 Al.t Lei nº 17 de 26/07/1992
ES	ZN	UC	REBIO AUGUSTO RUSCHI	Reserva Biológica	PI	federal	1982	Decreto nº 87589 de 20/09/1982
ES	ZN	UC	REBIO DE COMBOIOS	Reserva Biológica	PI	federal	1984	Decreto nº 90222 de 25/09/1984
ES	ZN	UC	REBIO DE SOORETAMA	Reserva Biológica	PI	federal	1982	Decreto nº 87588 de 20/09/1982
ES	ZN	UC	REBIO DO CÔRREGO DO VEADO	Reserva Biológica	PI	federal	1982	Decreto nº 87590 de 20/09/1982
ES	ZN	UC	REBIO DO CÔRREGO GRANDE	Reserva Biológica	PI	federal	1989	Decreto nº 97657 de 12/04/1989
ES	ZN	UC	REBIO DE DUAS BOCAS	Reserva Biológica	PI	-	1991	Lei nº 4.503 de 03/01/1991; Decreto nº 5336-E
ES	ZN	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
ES	ZA	UC	RESEC MUNICIPAL MATA PALUDOSA	Reserva Ecológica	US	municipal	1997	Decreto Municipal nº 10028/97
ES	ZA	UC	RESEC MUNICIPAL MORRO DA GAMELA	Reserva Ecológica	US	municipal	1992	Decreto Municipal nº 8905/92
ES	ZA	UC	RESEC MUNICIPAL MORRO DO ITAPENAMBI	Reserva Ecológica	US	municipal	1992	Decreto Municipal nº 8905/92
ES	ZA	UC	RESEC MUNICIPAL RESTINGA DE CAMBURI	Reserva Municipal	US	municipal	1989	Lei Municipal nº3566/89
ES	ZN	APP	RESERVA MUNICIPAL DA ILHA DE TRINDADE E ARQUIPÉLAGO MATIN VAZ	Área de Preservação Permanente	APP	municipal	1989	Decreto Municipal nº 8.054/1989 de 19/05/1989
ES	ZN	APP	RESERVA NATURAL DE LINHARES	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
ES	ZN	UC	RPPN ÁGUA BRANCA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN BARRO BRANCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN BEIJA FLOR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN BOA FT	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN CACHOEIRA ALTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 68 de 10/09/2008
ES	ZN	UC	RPPN CAFUNDÓ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria IBAMA nº 62-N de 10/05/1998
ES	ZN	UC	RPPN DE LINHARES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN DOM PEDRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN DUTRA PIMENTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN FAZENDA NATURA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado





ES	ZN	UC	RPPN FAZENDA SANTA CRISTINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN FAZENDA SAYONARA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN GUARIBUS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN LINDA LAUS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN LINDA SOFIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN MUTUM PRETO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN OIUTREM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2006	Outros nº 205-S de 01/11/2006
ES	ZN	UC	RPPN OLÍVIO DELAPRANI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN PALMARES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN PEDRA DA LAJINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN PEDRA DAS FLORES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN RECANTO DAS ANTAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN RELUZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN RESTINGA ARACRUZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN SAYONARA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1996	Decreto Federal nº 1922 de 05/06/96
ES	ZN	UC	RPPN URUDU CAPIXABA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	ZN	UC	RPPN VALE DO SOL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
ES	-	Área/Bem Tombado	TOMBAMENTO MATA ATLÂNTICA E ECOSSISTEMAS ASSOCIADOS	Área Tombada	-	-	1991	Resolução nº03 de 02/07/1991 CEC
ES	ZA	UC	APA DA LAGOA GRANDE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2006	Decreto nº 046 de 20/06/2006
ES	ZA	UC	APA DO MACIÇO CENTRAL	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1992	Decreto nº 8911 de 26/07/1992
ES	ZA	UC	APA MUNICIPAL DA LAGOA JACUNÊM	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1998	Lei ordinária nº 2.135 de 09/12/1998
ES	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO MONTE MOCHUARA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2007	Decreto nº 32 de 18/04/2007
ES	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO MORRO DO VILANTE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1999	Lei ordinária nº 2.235 de 17/12/1999
ES	ZA	UC	ARIE DO DEGREDO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	2002	Lei ordinária nº 2322 de 05/12/2002
ES	ZN	UC	PNM DAVID VICTOR FARINA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1995	Decreto nº 6.144 de 27/07/1995
ES	ZN	UC	PNM DE TABUAZEIRO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1995	Decreto nº 9753 de 02/12/1995
ES	ZN	UC	PNM DO ARICANGA WALDEMAR DEVENS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1997	Lei ordinária nº 1994 de 12/05/1997
ES	ZN	UC	PNM DO MANGUEZAL DE ITANGUÁ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2007	Decreto nº 48 de 28/05/2007
ES	ZN	UC	PNM DO MONTE MOCHUARA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2007	Decreto nº 31 de 18/04/2007



ES	ZN	UC	PNM MORRO DA PESCARIA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2007	Lei ordinária nº 2790 de 27/12/2007
ES	ZA	UC	RDS MUNICIPAL DO MANGUEZAL DE CARIACICA	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	municipal	2007	Decreto nº 77 de 21/09/2007
ES	ZN	UC	RDS MUNICIPAL PIRAQUE-AÇÚ E PIRAQUE-MIRIM	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	municipal	1986	Lei ordinária nº 994 de 14/07/1986
ES	ZN	UC	RPPN CÓRREGO FLORESTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 91 de 20/11/2008
ES	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOA ESPERANÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1998	Portaria nº 62-N de 20/05/1998
ES	ZN	UC	RPPN FLORINDO VIDAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Outros nº 08-R de 25/04/2008
ES	ZN	UC	RPPN TRÊS PONTÕES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 29 de 10/03/2004
ES	ZA	UC	APA COSTA DAS ALGAS	Área de Proteção Ambiental	US	federal	2010	Decreto nº s/n de 18/06/2010
ES	ZA	UC	APA MONTE URUBU	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2013	Decreto nº 4585 de 21/10/2013
ES	ZA	UC	APA MUNICIPAL MANGUEZAL SUL DA SERRA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2012	Lei ordinária nº 3895 de 19/06/2012
ES	ZA	UC	APA MUNICIPAL TARTARUGAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2011	Decreto nº 3693 de 23/11/2011
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR ALTO MISTERIOSO	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR BURARAMA-PACOTUBA-CAFUNDÓ	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR CAPARAÓ	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR CENTRO NORTE SERRANO	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR CÓRREGO DO VEADO	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR DUAS BOCAS-MESTRE ÁLVARO	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR GUANANDY	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR MARINHO DO RIO DOCE	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR PEDRA AZUL- FORNO GRANDE	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto nº 3587-R, 05/06/2014
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR PEDRA DO ELEFANTE	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR SAÍRA-APUNHALADA	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	Corredor Ecológico	CORREDOR SOORETAMA - COMBOIOS - GOYTACAZES	Corredor Ecológico Prioritário	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010
ES	-	MOSAICO	MANGUEZAL DA BAÍA DE VITÓRIA	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	estadual	2010	Decreto Estadual nº 2.625 de 23/11/10
ES	-	MOSAICO	MANGUEZAL DA FOZ DO RIO DOCE	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2010	Portaria de Reconhecimento MMA Nº- 489, de 17/12/2010
ES	ZN	UC	MONAT ESTADUAL SERRA DAS TORRES	Monumento Natural	PI	estadual	2010	Lei ordinária nº 9463 de 14/06/2010
ES	ZN	UC	PNM DE DOMINGOS MARTINS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2010	Decreto nº 1.774 de 03/11/2010



ES	ZN	UC	PNM DOS PURIS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2013	Decreto nº 014/2006 de 25/09/2013
ES	ZN	UC	RPPN ALIMERCINO GOMES CARVALHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 57 de 23/07/2009
ES	ZN	UC	RPPN ALTO DA SERRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 05 de 03/03/2011
ES	ZN	UC	RPPN BEI CANTONI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 10-R de 26/05/2011
ES	ZN	UC	RPPN BUGIO E COMPANHIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Outros nº 74-S de 22/02/2010
ES	ZN	UC	RPPN CACHOEIRA DA FUMAÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 32-R de 01/12/2011
ES	ZN	UC	RPPN DEBORA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 23-R de 31/08/2010
ES	ZN	UC	RPPN ESTADUAL CÓRREGO CASCATA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 08 de 10/05/2011
ES	ZN	UC	RPPN FREISLEBEN	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 21 de 15/08/2011
ES	ZN	UC	RPPN LEMKE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 75 de 31/08/2010
ES	ZN	UC	RPPN MACACO BARBADO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 13-R de 01/07/2011
ES	ZN	UC	RPPN MATA DA SERRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 105 de 02/01/2009
ES	ZN	UC	RPPN MATA DO MACUCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Outros nº 151-S de 06/04/2010
ES	ZN	UC	RPPN MEU CANTINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 13-R de 16/04/2013
ES	ZN	UC	RPPN OLHO D'ÁGUA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Outros nº 150 de 06/04/2010
ES	ZN	UC	RPPN PASSOS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 20 de 15/08/2011
ES	ZN	UC	RPPN PAU A PIQUE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 06 de 03/03/2011
ES	ZN	UC	RPPN PRATI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 49 de 01/07/2010
ES	ZN	UC	RPPN RANCHO CHAPADÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Outros nº 73-S de 22/02/2010
ES	ZN	UC	RPPN RANCHO CHAPADAO II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 34 de 16/12/2011
ES	ZN	UC	RPPN REMY LUIZ ALVES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 16-R de 14/07/2011
ES	ZN	UC	RPPN RIO FUNDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 10 de 17/05/2012
ES	ZN	UC	RPPN SIMONE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 020-R de 24/08/2010
ES	ZN	UC	RPPN TOCA DA ONÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 07 de 25/04/2011
ES	ZN	UC	RPPN VOVÓ DINDINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Outros nº 75-S de 22/02/2010
ES	ZN	UC	RPPN YARA BRUNINI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Outros nº 149-S de 06/04/2010
ES	ZN	UC	RVS DE SANTA CRUZ	Refúgio de Vida Silvestre	PI	federal	2010	Decreto nº s/n de 18/06/2010

## LEGENDA

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na BMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)



## 5.10.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	Comboios	Guarani, Tupiniquim	ES	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES	FUNAI
ZA	Território Indígena	Tupiniquim	Tupiniquim	ES	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES	FUNAI
ZA	Território Indígena	Caieiras Velha II	Guarani Mbya, Tupiniquim	ES	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-MGES	FUNAI
ZA	Território Indígena	Caieiras Velha	-	-	-	-	-	RBMA FASE 6
ZA	Território Indígena	Pau Brasil	-	-	-	-	-	RBMA FASE 6

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

## 5.10.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº DO PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54340.000674/2004-14	LINHARINHO	ES	2006/04/13	2007/05/16	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54340.000042/2005-31	SÃO JORGE	ES	24/10/2006	27/12/2006	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54340.000583/2005-60	MONTE ALEGRE	ES	2008/09/29	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54340.000528/2004-99	RETIRO	ES	2007/10/25	2009/08/28	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54340.000582/2005-15	SERRARIA E SAO CRISTOVAM	ES	2006/12/19	2009/11/06	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	53340.00584/2005-12	SAO PEDRO	ES	2009/11/12	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	53340.00584/2005-12	SAO PEDRO	ES	2009/11/12	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	53340.00584/2005-12	SAO PEDRO	ES	2009/11/12	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	543400.00581/2005-71	SAO DOMINGOS	ES	2009/11/12	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	53340.00584/2005-12	SAO PEDRO	ES	2009/11/12	0000/00/00	-	INCRA	FEDERAL

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7





## 5.11 ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## 5.11.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
RJ	ZA	UC	APA AERONÁUTICA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA ANDORINHAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA AVELAR	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA BEMPOSTA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA CACHOEIRA DA FUMAÇA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA CALÇADINHO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DA AGUA ESCONDIDA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DA BACIA DO RIO DOS FRADES	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1990	Lei ordinária nº 1755 de 17/11/1990
RJ	ZA	UC	APA DA BACIA DO RIO MACACU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2002	Decreto nº 4018 de 05/12/2002
RJ	ZA	UC	APA DA BACIA DO RIO SÃO JOÃO - MICO LEÃO	Área de Proteção Ambiental	US	federal	2002	Decreto nº S/N de 27/06/2002
RJ	ZA	UC	APA DA FAZENDINHA DA PENHA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DA NORMANDIA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DA PEDRA BRANCA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1988	Lei ordinária nº 1206 de 11/04/1988
RJ	ZA	UC	APA DA PERDIÇÃO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DA REGIÃO SERRANA DE PETRÓPOLIS	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DA SERRA DE SAPIATIBA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1990	Decreto nº 15.136 de 23/07/1990
RJ	ZA	UC	APA DAS BRISAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1992	Lei ordinária nº 1918 de 09/10/1992
RJ	ZA	UC	APA DAS LAGUNAS E FLORESTAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE CAIRUÇU	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1983	Decreto nº 89242 de 27/12/1983
RJ	ZA	UC	APA DE CONCEIÇÃO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE ENGENHEIRO PASSOS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE GERICINÓ/MENDANHA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2005	Decreto nº 38183 de 05/09/2005
RJ	ZA	UC	APA DE GUAPI-MIRIM	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1984	Decreto nº 90225 de 25/09/1984
RJ	ZA	UC	APA DE MACAÉ DE CIMA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2001	Decreto nº 29.213 de 14/09/2001
RJ	ZA	UC	APA DE MANGARATIBA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1987	Decreto nº 9.802 de 12/03/1987
RJ	ZA	UC	APA DE MARICÁ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Decreto nº 7.230 de 24/04/1984
RJ	ZA	UC	APA DE MASSAMBABA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Decreto nº 9529 de 16/12/1986



RJ	ZA	UC	APA DE MOREIRAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE PEDRA DE AMOLAR	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE PETRÓPOLIS	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1982	Decreto nº 87561 de 14/09/1982
RJ	ZA	UC	APA DE QUILOMBO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE SANTA TERESA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE SÃO BENTO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DE SEPETIBA II	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2004	Decreto nº 36812 de 28/12/2004
RJ	ZA	UC	APA DE TAMOIOS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Decreto nº 9452 de 05/12/1986
RJ	ZN	UC	APA DE TRÊS PICOS	Área de Proteção Ambiental	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO ARQUIPELAGO DE SANTANA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1989	Lei ordinária nº 1.216/1989 de 16/12/1989
RJ	ZA	UC	APA DO CARMO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO ENGENHO PEQUENO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO ENTRONO DA CICUTA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO GUAPI-GUAPIACU	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO MORCEGO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO MORRO DE IGARAPIAPUNHA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO MORRO DO GRAGOATA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO MORRO DO SILVÉRIO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1999	Lei ordinária nº 2836 de 14/07/1999
RJ	ZA	UC	APA DO PARQUE VITORIA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO PAU BRASIL	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2002	Decreto nº 31.346 de 06/06/2002
RJ	ZA	UC	APA DO PERO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO PROCURA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DO RIO GUANDU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2007	Decreto nº 40.670 de 28/02/2007
RJ	ZA	UC	APA DO SANA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2001	Lei ordinária nº 2.172/2001 de 03/12/2001
RJ	ZA	UC	APA DO TRIUNFO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DOS FRADES	Área de Proteção Ambiental	US	-	1990	Decreto nº 1.755 de 21/11/1990
RJ	ZA	UC	APA DOS GUIMARÃES	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA EMBOABAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA FABRICA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA FLORESTA DO CAFUNDO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA FLUVIAL (PORTO REAL)	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado



RJ	ZA	UC	APA FONSECA ALMEIDA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA GROTAO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA GUANDU AÇU	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA GUANDU-JACATIRÃO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA GULF	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA HORTO MUNICIPAL LUIZ GONZAGA DE MACEDO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA ITAGUAÍ ITINGUSSÚ ESPIGÃO TAQUARA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA JACATIRÃO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA LAGAMAR	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA LAGOA DE IRIRY	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA LAGOA RIBEIRA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA LAMEIRAO GOIABAL	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA LIMOEIRO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA LUIS BENTO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA MARAVILHA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA MONT SERRAT	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA MUNICIPAL DAS SERRAS DE MARICA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO LAGO DO CAÇA E PESCA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO MORRO DE BOA VISTA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO MORRO DE IGARAPIAPUNHA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA MUNICIPAL PREGUICA DE COLEIRA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA NOSSA SENHORA DE APARECIDA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA NOSSA SENHORA DE SANTANA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA RAINHA DAS ÁGUAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA RAPOSO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA RETIRO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA SANTA BÁRBARA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA SANTA FÉ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA SANTO ANTONIO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA SÃO DOMINGOS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA SERRA DA MANTIQUEIRA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1985	Decreto nº 91304 de 06/06/1985



RJ	ZA	UC	APA SERRA DO RIO BONITO	Área de Proteção Ambiental	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA SIMAPA	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA TERRAÇO MARINHO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA TINGUAZINHO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA VALE DA LAGOA DO MORRO GRANDE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA VALE DO MORRO DA TORRE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA VALE DO PIABANHA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA VALE FAGUNDES	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA VALE OURO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE DA CACHOEIRA DO ESPRAIADO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE DAS MARITACAS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE DE ITABEPESUS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE DO ARQUIPÉLAGO DAS ILHAS CAGARRAS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	1989	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE DO CITROPOLIS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE ECOLÓGICO DO SÃO HENRY	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE FLORESTA DA CICUTA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1985	Decreto nº 90792 de 09/01/1985
RJ	ZA	UC	ARIE FORMIGUEIRO DO LITORAL	Área de Relevante Interesse Ecológico	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	ARIE ILHAS DO PARAIBA DO SUL	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	ESEC DA GUANABARA	Estação Ecológica	PI	federal	2006	Decreto nº s/n de 15/02/2006
RJ	ZN	UC	ESEC DE TAMOIOS	Estação Ecológica	PI	federal	1990	Decreto nº 98864 de 23/01/1990
RJ	ZN	UC	ESEC DO PARAÍSO	Estação Ecológica	PI	-	1987	Decreto nº 9.803 de 12/03/1987
RJ	ZN	UC	ESEC ESTADUAL DE GUAXINDIBA	Estação Ecológica	PI	estadual	2002	Decreto nº 32.576 de 31/12/2002
RJ	ZN	UC	ESEC MONTE DAS FLORES	Estação Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	ESEC MUNICIPAL DO MONTE CRISTO	Estação Ecológica	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	FLORESTA MUNICIPAL RIO DAS FLORES	Floresta Municipal	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA CACHOEIRA DA MARAVILHA	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA DA ÁGUA SANTA	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA DA PEDRA DO ELEFANTE	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA DA SERRA DAS FRECHEIRAS	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA DOS COSTÕES ROCHOSOS	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA MONTE CRISTO	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA MUNICIPAL DA FLORESTA DE ITAPERU	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA MUNICIPAL DA PEDRA DE INOA	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA MUNICIPAL DA PEDRA REDONDA	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado





RJ	ZN	UC	MONA MUNICIPAL DA SERRA DA VENTANIA E DA BANDEIRA	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA PEDRA DA TOCAIA	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA PEDRA DAS FLORES	Monumento Natural	PI	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA RIBEIRÃO DO CAMPO	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA SERRA DA BELEZA	Monumento Natural	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	MONA SERRA DOS MASCATES	Monumento Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PARNA DA SERRA DA BOCAINA	Parque Nacional	PI	federal	1971	Decreto nº 68.172 de 05/02/1971
RJ	ZN	UC	PARNA DA SERRA DOS ORGÃOS	Parque Nacional	PI	federal	1939	Decreto nº 1822 de 30/11/1939
RJ	ZN	UC	PARNA DA TIJUCA	Parque Nacional	PI	federal	1961	Decreto nº 50923 de 06/07/1961
RJ	ZN	UC	PARNA DO ITATIAIA	Parque Nacional	PI	federal	1937	Decreto nº 1713 de 14/06/1937
RJ	ZN	UC	PARNA MANTIQUEIRA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Parque Nacional	PI	nacional	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PARNA RESTINGA DE JURUBATIBA	Parque Nacional	PI	federal	1998	Decreto nº 29/04/07 de 29/04/1998
RJ	ZN	UC	PE CUNHAMBEBE	Parque Estadual	PI	estadual	2008	Decreto nº 41358 de 16/06/2008
RJ	ZN	UC	PE DA CHACRINHA	Parque Estadual	PI	estadual	1969	Decreto E" 2.853 de 22/05/1969
RJ	ZN	UC	PE DA ILHA GRANDE	Parque Estadual	PI	estadual	1971	Decreto nº 15.273 de 27/06/1971
RJ	ZN	UC	PE DA PEDRA BRANCA	Parque Estadual	PI	estadual	1974	Lei nº 2.377 de 28/06/1974
RJ	ZN	UC	PE DA SERRA DA CONCÓRDIA	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 32.577 de 31/12/2002
RJ	ZN	UC	PE DA SERRA DA TIRIRICA	Parque Estadual	PI	estadual	1991	Lei nº 1.901 de 29/11/1991
RJ	ZN	UC	PE DO DESENGANO	Parque Estadual	PI	estadual	1970	Decreto nº 250 de 13/04/1970
RJ	ZN	UC	PE DO GRAJAÚ	Parque Estadual	PI	estadual	1978	Dec. Nº 1.921 de 22/06/1978 Alt. pelo Dec. 32.017 de 15/10/2002
RJ	ZN	UC	PE DOS TRÊS PICOS	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 31.343 de 05/06/2002
RJ	ZN	UC	PE MARINHO DO AVENTUREIRO	Parque Estadual	PI	estadual	1990	Decreto nº 15.983 de 27/11/1990
RJ	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. Picinguaba	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
RJ	ZN	UC	PEC MUNICIPAL DO MICO-LEAO DOURADO	Parque Ecológico	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PEC MUNICIPAL FAZENDA ATALAIA	Parque Ecológico	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PEC MUNICIPAL SÃO LUIZ GONZAGA DE NATIVIDAD	Parque Ecológico	PI	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM DA CACHOEIRA DA FUMAÇA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM DA SERRINHA DO ALAMBARI	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM DAS PAINEIRAS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM DE NOVA IGUAÇU	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM DE SAO JOSE DE UBA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM DO ARQUIPÉLAGO DE SANTANA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM DOS PÁSSAROS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PM SÃO LUIZ GONZAGA DE NATIVIDAD	Parque Estadual	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PN DA MATA ATLANTICA	Parque Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM ARAPONGA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM CARLOS ROBERTO FIRMINO DE CASTRO	Parque Natural Municipal	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM CENTENÁRIO	Parque Natural Municipal	US	municipal	-	Não disponibilizado



RJ	ZN	UC	PNM CORREGO DA LUZ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2005	Dec. Mun. Nº 097/05 de 30/09/05 - Dec. Mun. 022/06 de 17/02/06 - Dec. Mun. 042 de 18/03/10
RJ	ZN	UC	PNM DA ARAPONGA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DA CACHOEIRA DA FUMAÇA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DA SAUDADE	Parque Natural Municipal	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2002	Decreto nº 21208 de 02/04/2002
RJ	ZN	UC	PNM DA TAQUARA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DARKE DE MATTOS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1975	Decreto nº 394 de 21/05/1975
RJ	ZN	UC	PNM DAS ÁGUAS DE GUAPIMIRIM	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DAS PIABAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DE ITAPERUNA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DE PETRÓPOLIS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2007	Decreto nº 471 de 16/05/2007
RJ	ZN	UC	PNM DO CURIÓ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2002	Decreto nº 1001 de 02/02/2002
RJ	ZN	UC	PNM DO ESTUÁRIO DO RIO MACA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DO GERICINO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DR. MILNE RIBEIRO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM DR. WALQUER OLIVEIRA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM HORTO DOS QUATIS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM JARDIM JUREMA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM MATA DO AMADOR	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM MORRO DA BALEIA	Parque Natural Municipal	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM MORRO DA MORINGA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM MORRO DA TORRE ONÇA FELIZ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM NASCENTE DO JAIBI	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM PADRE QUINHA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM RIBEIRÃO DE SÃO JOAQUIM	Parque Natural Municipal	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM ROCHA NEGRA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM SABIÁ-LARANJEIRA DE ROSA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM SERRA DO BARBOSAO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM VEREDA SERTÃOZINHO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	PNM VIÇOSA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado



RJ	ZA	UC	RDS DO AVENTUREIRO	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	1990	Decreto nº 15983 de 28/11/1990
RJ	ZA	UC	RDS VEU DAS NOIVAS	Reserva de Uso Sustentável	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	REBIO DE ARARAS	Reserva Biológica	PI	estadual	1977	Resolução nº 59 de 22/07/1977
RJ	ZN	UC	REBIO DE POÇO DAS ANTAS	Reserva Biológica	PI	federal	1974	Decreto nº 73791 de 11/03/1974
RJ	ZN	UC	REBIO DO TINGUÁ	Reserva Biológica	PI	federal	1989	Decreto nº 97780 de 23/05/1989
RJ	ZN	UC	REBIO ESTADUAL DA PRAIA DO SUL	Reserva Biológica	PI	estadual	1981	Decreto nº 4972 de 03/12/1981
RJ	ZN	UC	REBIO DO DINDI	Reserva Biológica	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	REBIO DO PARQUE EQUITATIVA	Reserva Biológica	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	REBIO E ARQUEOLÓGICA DE GUARATIBA	Reserva Biológica	PI	estadual	1914	Decreto nº 7.549 de 22/11/1914
RJ	ZN	UC	REBIO MUNICIPAL DOS CAMBUCAS	Reserva Biológica	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	REBIO UNIÃO	Reserva Biológica	PI	federal	1998	Decreto nº s/n de 22/04/1998
RJ	ZN	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RJ	ZN	UC	RESEC DA JUATINGA	Reserva Ecológica	PI	estadual	1992	Dec. Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992
RJ	ZA	UC	RESEX MARINHA ARRAIAL DO CABO	Reserva Extrativista	US	federal	1997	Decreto nº S/N de 06/01/1997
RJ	ZN	UC	RPPN ÁGUAS VERTENTES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 271 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN BOA ESPERANÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 267 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN CACHOEIRINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 270 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN CAMPO ESCOTEIRO GERALDO HUGO NUNES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 268 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN CISNE BRANCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 266 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN DA CABECEIRA DO CAFÓFO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 25 de 11/12/2007
RJ	ZN	UC	RPPN FATTORIA GRIGIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN FAZENDA ARCO-ÍRIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOM RETIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN FAZENDA SAMBAIBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 273 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN FAZENDA SUSPIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 3-N de 02/02/1999
RJ	ZN	UC	RPPN FLORESTA ALTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN GAVIÕES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado



RJ	ZN	UC	RPPN GRANJA REDENÇÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN GRAZIELA MACIEL BARROSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2005	Portaria nº 20 de 12/04/2005
RJ	ZN	UC	RPPN LENÇÓIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 272 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN MARIA CLARA I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN MATUMBO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 13 de 15/10/2007
RJ	ZN	UC	RPPN MONTE ALEGRE 3	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN MONTE ALEGRE 4	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN MORRO GRANDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN MUNICIPAL MOINHO PRETO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN NOSSA SENHORA APARECIDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN PILÕES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 15 de 15/10/2007
RJ	ZN	UC	RPPN QUERENCIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN QUERO-QUERO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 270 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN RABICHO DA SERRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 278 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA Córrego Vermelho	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 23 de 11/12/2007
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA DO SOSSEGO I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 35 de 20/04/2007
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA DO SOSSEGO II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 36 de 20/04/2007
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA MATO GROSSO II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 269 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA PORANGABA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN ROGÉRIO MARINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 67 de 10/09/2008
RJ	ZN	UC	RPPN SANTA DULCE DE CIMA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 26 de 11/12/2007
RJ	ZN	UC	RPPN SÃO CARLOS DO MATO DENTRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 264 de 14/11/2008





RJ	ZN	UC	RPPN SERRA GRANDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 18 de 08/03/2004
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO ANGABA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO AZUL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 30 de 10/03/2004
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO CACHOEIRA GRANDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO DA LUZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 69 de 27/10/09 / Alt. Port. nº 197 de 15/02/11
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO OFICINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO PORANGA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO SANTA FÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN TAQUARAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 265 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN TRÊS MORROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 27 de 09/03/2004
RJ	ZN	UC	RPPN UNIÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN VALE DO LUAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RPPN VALE DO SOSSEGO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 86 de 05/11/2008
RJ	ZN	UC	RVS BELA VISTA PARAISO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS DA ONÇA PARDA	Refúgio de Vida Silvestre	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS DAS CAPIVARAS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS DAS ORQUÍDEAS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	RVS DE MACACU	Refúgio de Vida Silvestre	US	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS DO CHAUA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS DO MACUCO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS DO SAGUI DA SERRA ESCURO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS INGA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS LAGOA DA TURFEIRA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS LUIZ CARLOS BOECHAT DE BRAGANÇA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS MATO GROSSO - TINGUI - CASTELHANAS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS MÉDIO PARAÍBA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado



RJ	ZN	UC	RVS QUATIS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	RVS SERRA DA ESTRELA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RJ	ZN	UC	ZONA INTANGÍVEL DA APA	Área de Proteção Ambiental / Zona Intangível	PI	-	-	Não disponibilizado
RJ	ZA	UC	APA DA ESTRELA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2003	Lei ordinária nº 1624/2003 de 01/10/2003
RJ	ZA	UC	APA DA FAZENDA DA TAQUARA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2002	Decreto nº 21528 de 10/06/2002
RJ	ZA	UC	APA DA LAGOA DE CIMA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1992	Lei ordinária nº 5.394 de 30/12/1992
RJ	ZA	UC	APA DA ORLA MARÍTIMA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1988	Lei ordinária nº 1272 de 18/07/1988
RJ	ZA	UC	APA DA ORLA MARÍTIMA DA BAÍA DE SEPETIBA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1988	Lei ordinária nº 1208 de 11/04/1988
RJ	ZA	UC	APA DA PAISAGEM E DO AREAL DA PRAIA DO PONTAL	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2000	Decreto nº 18849 de 04/08/2000
RJ	ZA	UC	APA DA PRAINHA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1990	Lei ordinária nº 1534 de 15/01/1990
RJ	ZA	UC	APA DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1999	Lei ordinária nº 2835 de 05/07/1999
RJ	ZA	UC	APA DA SERRA DOS PRETOS FORROS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2000	Decreto nº 19145 de 16/11/2000
RJ	ZA	UC	APA DAS PONTAS DE COPACABANA E ARPOADOR E SEUS ENTORNOS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1994	Lei ordinária nº 2087 de 05/01/1994
RJ	ZA	UC	APA DAS TABEBUIAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1999	Decreto nº 18199 de 09/12/1999
RJ	ZA	UC	APA DE GRUMARI	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1986	Lei ordinária nº 944 de 31/12/1986
RJ	ZA	UC	APA DE SÃO JOSÉ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1991	Lei ordinária nº 1769 de 02/10/1991
RJ	ZA	UC	APA DO BAIRRO DA FREGUESIA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1992	Decreto nº 11830 de 14/12/1992
RJ	ZA	UC	APA DO MORRO DA SAUDADE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1992	Lei ordinária nº 1912 de 01/10/1992
RJ	ZA	UC	APA DO MORRO DO LEME	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1990	Decreto nº 9779 de 14/11/1990
RJ	ZA	UC	APA DO MORRO DO VALQUEIRE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2001	Lei ordinária nº 3313 de 05/12/2001
RJ	ZA	UC	APA DO MORRO DOS CABRITOS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1992	Lei ordinária nº 1912 de 01/10/1992
RJ	ZA	UC	APA DO SACOPÃ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1986	Decreto nº 6231 de 30/10/1986
RJ	ZA	UC	APA DO VÁRZEA COUNTRY CLUB	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1991	Decreto nº 9952 de 08/01/1991
RJ	ZA	UC	APA DOS MORROS DA BABILÔNIA E DE SÃO JOÃO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1996	Decreto nº 14874 de 11/06/1996
RJ	ZA	UC	APA MORRO AGUDO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2004	Lei complementar nº 3594 de 07/09/2004
RJ	ZA	UC	APA SURUÍ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2007	Decreto nº 2300/2007 de 01/06/2007
RJ	ZA	UC	ARIE DE SÃO CONRADO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	2003	Lei ordinária nº 3693 de 05/12/2003
RJ	ZA	UC	ARIE ILHAS DO RIO PARAIBA DO SUL	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	2005	Decreto nº 4580/2005 de 14/06/2005
RJ	ZA	UC	FLONA DE MÁRIO XAVIER	Floresta Natural	US	federal	1986	Decreto nº 93369 de 08/10/1986
RJ	ZN	UC	MONAT DAS ILHAS CAGARRAS	Monumento Natural	PI	federal	1989	Resolução nº 11 de 14/09/1989
RJ	ZN	UC	MONAT DOS MORROS DO PÃO DE AÇÚCAR E URCA	Monumento Natural	PI	municipal	2006	Decreto nº 26578 de 02/06/2006



RJ	-	MOSAICO	MOSAICO BOCAINA (SP/RJ)	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2006	Portaria MMA nº 349 de 11/12/06
RJ	-	MOSAICO	MOSAICO MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2006	Portaria MMA nº 350 de 11/12/06
RJ	-	MOSAICO	MOSAICO SERRA DA MANTIQUEIRA (SP/RJ/MG)	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2006	Portaria MMA nº 351 de 11/12/06
RJ	ZN	UC	PNM BOSQUE DA BARRA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1983	Decreto nº 4105 de 06/06/1983
RJ	ZN	UC	PNM CAIXA D'ÁGUA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2008	Decreto nº 280 de 14/06/2008
RJ	ZN	UC	PNM CHICO MENDES	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1989	Decreto nº 8452 de 09/05/1989
RJ	ZN	UC	PNM DA CATACUMBA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1979	Decreto nº 1967 de 21/01/1979
RJ	ZN	UC	PNM DA CIDADE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2008	Decreto nº 29538 de 04/07/2008
RJ	ZN	UC	PNM DA FREGUESIA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1992	Decreto nº 11830 de 14/12/1992
RJ	ZN	UC	PNM DA PRAINHA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1999	Decreto nº 17426 de 26/03/1999
RJ	ZN	UC	PNM DA SERRA DO MENDANHA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1994	Lei ordinária nº 1958 de 11/08/1994
RJ	ZN	UC	PNM DE GRUMARI	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2001	Decreto nº 20149 de 02/07/2001
RJ	ZN	UC	PNM DE MARAPENDI	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1978	Lei ordinária nº 61 de 05/07/1978
RJ	ZN	UC	PNM DO JARDIM DO CARMO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2001	Decreto nº 20723 de 09/11/2001
RJ	ZN	UC	PNM FAZENDA DO VIEGAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1996	Decreto nº 14800 de 15/05/1996
RJ	ZN	UC	PNM FONTE DA SAUDADE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2000	Decreto nº 19143 de 16/11/2000
RJ	ZN	UC	PNM JOSÉ GUILHERME MERQUIOR	Parque Nacional	PI	municipal	2000	Decreto nº 19143 de 16/11/2000
RJ	ZN	UC	PNM MORADA DOS CORRÊAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2008	Decreto nº 281 de 14/06/2008
RJ	ZN	UC	PNM PENHASCO DOIS IRMÃOS - ARQUITETO SÉRGIO BERNARDES	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1992	Decreto nº 11850 de 22/12/1992
RJ	ZN	UC	PNM VERDE VALE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2008	Decreto nº 279 de 14/06/2008
RJ	ZN	UC	RPPN BELLO E KERIDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 275 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN CÉU DO MAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1994	Portaria nº 102 de 30/09/1994
RJ	ZN	UC	RPPN CÓRREGO FRIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 276 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN GOTAS AZUIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 263 de 14/11/2008
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA FLORESTAL ENGENHEIRO JOÃO FURTADO DE MENDONÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 9 de 06/02/2008
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA SERRA DO CARAMANDU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 21 de 06/05/2008
RJ	ZN	UC	RPPN SOLEDADE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 274 de 14/11/2008



RJ	ZN	UC	RPPN WOODSTOCK	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Portaria nº 277 de 14/11/2008
RJ	ZA	UC	APA CARAPIÁ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2013	Decreto nº 2329 de 31/03/2013
RJ	ZA	UC	APA DA PEDRA LISA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2009	Lei ordinária nº 1.189 de 21/12/2009
RJ	ZA	UC	APA DA SERRA DA BOLÍVIA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2013	Decreto nº 524 de 02/08/2013
RJ	ZA	UC	APA DO ALTO IGUAÇU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2013	Decreto nº 44032 de 16/01/2013
RJ	ZA	UC	APA MIRACEMA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2010	Decreto nº 0261 de 15/12/2010
RJ	ZA	UC	APA MUNICIPAL SERRA DO SAMBÊ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2010	Decreto nº 479 de 05/05/2010
RJ	ZA	UC	APA PAISAGEM CARIOCA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2013	Decreto nº 37.486 de 06/08/2013
RJ	ZA	UC	APA POSSE/GUARITA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2012	Lei complementar nº 4.172 de 05/05/2012
RJ	ZA	UC	APA RIO DO COLÉGIO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2013	Decreto nº 2.988 de 29/10/2013
RJ	ZA	UC	APA WALDEIR GONÇALVES - SERRA DO ITAÓCA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2013	Lei ordinária nº 8424 de 22/11/2013
RJ	ZN	UC	FLOE JOSÉ ZAGO	Floresta Estadual	US	estadual	2016	Decreto Estadual nº 45.543, de 13 de janeiro de 2016
RJ	ZN	UC	MONAT MUNICIPAL DA PEDRA DO COLÉGIO	Monumento Natural	PI	municipal	2010	Decreto nº 2.705 de 30/03/2010
RJ	ZN	UC	MONAT MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA	Monumento Natural	PI	municipal	2012	Decreto nº 468 de 29/03/2012
RJ	-	MOSAICO	MOSAICO CARIOCA, RJ	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2011	Portaria MMA nº 245 de 11/07/11
RJ	-	MOSAICO	MOSAICO MICO-LEÃO-DOURADO	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2010	Portaria MMA nº 481 de 14/12/10
RJ	ZN	UC	PE DA COSTA DO SOL	Parque Estadual	PI	estadual	2011	Decreto nº 42929 de 19/04/2011
RJ	ZN	UC	PE DA LAGOA DO AÇU	Parque Estadual	PI	estadual	2012	Decreto nº 43522 de 21/03/2012
RJ	ZN	UC	PE DA PEDRA SELADA	Parque Estadual	PI	estadual	2012	Decreto nº 43.640 de 18/06/2012
RJ	ZN	UC	PE DO MENDANHA	Parque Estadual	PI	estadual	2013	Decreto nº 44.342 de 23/08/2013
RJ	ZN	UC	PNM BARÃO DE MAUÁ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 2795/2012 de 30/10/2012
RJ	ZN	UC	PNM DA MATA ATLÂNTICA ALDEENSE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2013	Decreto nº Nº116 de 13 de setembro de 2013 de 15/10/2013
RJ	ZN	UC	PNM DE NITEROI - PARNIT	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2014	Decreto Municipal nº 11.744, de 2014
RJ	ZN	UC	PNM DOS CORAIS DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2009	Decreto nº 135 de 13/11/2009
RJ	ZN	UC	PNM FAZENDA SANTA CECÍLIA DO INGÁ	Parque	PI	municipal	2010	Decreto nº 11.825 de 19/08/2010
RJ	ZN	UC	PNM MONTANHAS DE TERESÓPOLIS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2009	Decreto nº 3693 de 16/07/2009
RJ	ZN	UC	PNM PAISAGEM CARIOCA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2013	Decreto nº 37.231 de 07/06/2013
RJ	ZN	UC	PNM TRÊS COQUEIROS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2009	Decreto nº 424 de 21/11/2009
RJ	ZN	UC	RPPN AGUAS CLARAS I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 152 de 03/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN AGUAS CLARAS II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 115 de 21/05/2010
RJ	ZN	UC	RPPN AGULHAS NEGRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 112 de 21/05/2010





RJ	ZN	UC	RPPN ALTO DA BOA VISTA - RESGATE VIII	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 97 de 10/09/2012
RJ	ZN	UC	RPPN ALVORADA DO ITAVERÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 205 de 25/03/2011
RJ	ZN	UC	RPPN BACCHUS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 67 de 07/10/2009
RJ	ZN	UC	RPPN BICHO PREGUIÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 428 de 25/03/2013
RJ	ZN	UC	RPPN BOA VISTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 189 de 10/01/2011
RJ	ZN	UC	RPPN BOA VISTA E PHAROL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 54 de 08/07/2009
RJ	ZN	UC	RPPN CALDEIRÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 420 de 08/03/2013
RJ	ZN	UC	RPPN CANTO DOS PÁSSAROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 465 de 18/06/2013
RJ	ZN	UC	RPPN CANTO DOS PÁSSAROS II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 406 de 30/01/2013
RJ	ZN	UC	RPPN CARPI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 111 de 21/05/2010
RJ	ZN	UC	RPPN CHALÉ CLUB DO ALAMBARY	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 321 de 19/04/2012
RJ	ZN	UC	RPPN DAS ORQUÍDEAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 155 de 03/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN DOIS PEÕES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 262 de 19/08/2011
RJ	ZN	UC	RPPN DOUGLAS VIEIRA SOARES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 158 de 08/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN DR. CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 243 de 29/06/2011
RJ	ZN	UC	RPPN DUAS PEDRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 161 de 08/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN ESTÂNCIA RIO DO OURO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 368 de 23/08/2012
RJ	ZN	UC	RPPN ESTELA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 23 de 06/04/2009
RJ	ZN	UC	RPPN FARGO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 160 de 08/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN FAZENDA CARUARA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 306 de 15/02/2012
RJ	ZN	UC	RPPN FAZENDA MINAS GERAIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 491 de 23/09/2013
RJ	ZN	UC	RPPN FAZENDA MIOSÓTIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 269 de 26/09/2011



RJ	ZN	UC	RPPN FRILSON MATHEUS VIEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 159 de 08/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN GROTA DO SOSSEGO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 405 de 30/01/2013
RJ	ZN	UC	RPPN ITACOLOMY	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 116 de 21/05/2010
RJ	ZN	UC	RPPN JARDIM DAS DELÍCIAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 4 de 13/02/2009
RJ	ZN	UC	RPPN JARDIM DE MUKUNDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 157 de 03/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN MARIE CAMILLE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 13 de 19/03/2009
RJ	ZN	UC	RPPN MICO LEÃO DOURADO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 26 de 17/05/2011
RJ	ZN	UC	RPPN MONTE ALEGRE 1A	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 190 de 10/02/2011
RJ	ZN	UC	RPPN NÊGA FULÔ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 366 de 23/08/2012
RJ	ZN	UC	RPPN NEIVA, PATRÍCIA, CLÁUDIA E ALEXANDRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 20 de 22/04/2009
RJ	ZN	UC	RPPN OLHO DÁGUA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 117 de 21/05/2010
RJ	ZN	UC	RPPN PANAPANÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 52 de 08/07/2009
RJ	ZN	UC	RPPN PEDRA BRANCA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 417 de 07/03/2013
RJ	ZN	UC	RPPN PONTE DO BAIÃO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 256 de 26/07/2011
RJ	ZN	UC	RPPN POUSO ALTO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 106 de 29/03/2010
RJ	ZN	UC	RPPN REFÚGIO DO BUGIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 333 de 08/05/2012
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 382 de 10/10/2012
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU 2	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 304 de 06/02/2012
RJ	ZN	UC	RPPN RESERVA GARGARULLO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 191 de 10/01/2011
RJ	ZN	UC	RPPN RIBEIRA E SOLEDADE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 162 de 08/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN RILDO DE OLIVEIRA GOMES II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 415 de 07/03/2013
RJ	ZN	UC	RPPN SANTA CLARA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 419 de 08/03/2013



RJ	ZN	UC	RPPN SANTO ANTONIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 53 de 08/07/2009
RJ	ZN	UC	RPPN SÃO JOSÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 114 de 21/05/2010
RJ	ZN	UC	RPPN SETE FLECHAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 153 de 03/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO MONTE ALEGRE 1B	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 196 de 09/02/2011
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO PALMEIRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 277 de 21/10/2011
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO PICADA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Portaria nº 464 de 18/06/2013
RJ	ZN	UC	RPPN SÍTIO SERRA NEGRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 93 de 26/01/2010
RJ	ZN	UC	RPPN TERRA DO SOL E DA LUA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Portaria nº 363 de 16/08/2012
RJ	ZN	UC	RPPN VALE DO PARAÍSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Portaria nº 55 de 08/07/2009
RJ	ZN	UC	RPPN VERBICARO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 156 de 03/09/2010
RJ	ZN	UC	RPPN XODÓ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Portaria nº 154 de 03/09/2010
RJ	ZN	UC	RVS DA LAGOA DA TURFEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	Decreto Estadual nº 45.574 de 02/02 2016
RJ	ZN	UC	RVS DA VENTANIA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	municipal	2010	Decreto nº 0261 de 15/12/2010

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

5.11.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	Tekoha Jevy (Rio Pequeno)	Guaraní	RJ	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	Guarani Araponga	Guaraní	RJ	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	Guarani de Bracui	Guaraní	RJ	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	Parati-Mirim	Guaraní	RJ	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.11.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001957/2005-44	PEDRA DO SAL (TIA AURORA)	RJ	2010/11/24	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 06)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000972/2006-56	ALTO DA SERRA (CAMERU)	RJ	29/12/2010	30/12/2010	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000680/2009-66	PRODÍGIO	RJ	18/03/2014	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001957/2005-44	PEDRA DO SAL (SACADURA CABRAL)	RJ	2010/11/24	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000712/2005-08	SACOPA	RJ	2010/11/29	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-43	BOTAFOGO (ÁREA 05)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001957/2005-44	PEDRA DO SAL (CAMERINO)	RJ	2010/11/24	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001113/2004-12	SANTANA	RJ	2007/06/20	2008/06/09	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180001482/2004-13	CAVEIRA	RJ	2011/11/17	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000945/2006-83	MARAMBAIA	RJ	15/05/2015	-	08/10/2015	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000972/2006-56	ALTO DA SERRA (FAMILIA LEITE)	RJ	29/12/2010	30/12/2010	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 1)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001111/2004-23	PRETO FORRO	RJ	2006/01/02	2007/09/13	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL





RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	-	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 7)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001957/2005-44	SERENO, SACADURA, BAR JOAO DA BAHIANA, PRAINHA	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 3)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	514180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 4)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	27/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 9)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 2)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001112/2004-78	RASA	RJ	26/06/2017	26/06/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	01420.000434/1997-83	CAMPINHO DA	RJ	-	-	-	FCP	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001592/2005-58	SAO JOSE DA SERRA	RJ	2006/11/07	2009/01/23	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001957/2005-44	PEDRA DO SAL (TRAVESSA DO SERENO)	RJ	2010/11/24	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001957/2005-44	PEDRA DO SAL (PRAINHA)	RJ	2010/11/24	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000993/2007-52	CRUZEIRINHO	RJ	23/09/2014	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000515/2007-42	BOTAFOGO (ÁREA 8)	RJ	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001554/2006-86	SAO BENEDITO	RJ	29/12/2010	30/12/2010	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.001957/2005-44	PEDRA DO SAL (JOAO DA BAIANA)	RJ	2010/11/24	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000973/2006-09	CABRAL	RJ	2010/11/24	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54180.000971/2006-10	BRACUÍ	RJ	23/12/2015	24/12/2015	-	INCRA	FEDERAL

### LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.12 ESTADO DE SÃO PAULO

## 5.12.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
SP	ZA	UC	APA BACIA DO PARAÍBA DO SUL	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1982	Decreto nº 87561 de 13/09/1982
SP	ZA	UC	APA CABREÚVA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Lei ordinária nº 4023 de 22/05/1984
SP	ZA	UC	APA CABUÇU	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	APA CAJAMAR	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Lei ordinária nº 4055 de 05/06/1984
SP	ZA	UC	APA CAJATI	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	APA CAMPOS DO JORDÃO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Lei ordinária nº 4105 de 26/06/1984
SP	ZA	UC	APA CORUMBATAÍ BOTUCATU TEJUPA PERIMETRO BOTUCATU	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1983	Decreto nº 20960 de 08/06/1983
SP	ZA	UC	APA CORUMBATAÍ BOTUCATU TEJUPÁ PERIMETRO TEJUPÁ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1983	Decreto nº 20960 de 08/06/1983
SP	ZA	UC	APA DE CAIRUÇU	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1983	Decreto nº 89242 de 27/12/1983
SP	ZA	UC	APA DE CANANÉIA-IGUAPÉ- PERUÍBE	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1984	Decreto nº 90347 de 23/10/1984
SP	ZA	UC	APA DE GUARAQUEÇABA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1985	Decreto nº 90883 de 31/01/1985
SP	ZA	UC	APA DO BANHADO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2002	Lei nº 11.262/2002
SP	ZA	UC	APA DOS QUILOMBOS DO MÉDIO RIBEIRA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	APA ESTADUAL DO BANHADO	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	APA FERNÃO DIAS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1997	Decreto nº 38925 de 18/07/1997
SP	ZA	UC	APA HARAS DE SÃO BERNARDO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1987	Lei nº 5.745/1987
SP	ZA	UC	APA IBITINGA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1987	Lei ordinária nº 5536 de 20/01/1987
SP	ZA	UC	APA ILHA COMPRIDA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1987	Decreto nº 26881 de 11/03/1987
SP	ZA	UC	APA ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1997	Decreto nº S/N de 30/09/1997
SP	ZA	UC	APA ITUPARARANGA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Lei ordinária nº 10100 de 01/12/1998
SP	ZA	UC	APA JUNDIAÍ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Lei ordinária nº 4095 de 01/06/1984
SP	ZA	UC	APA MANANCAIS DO VELA DO PARAÍBA DO SUL	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	APA MARINHA DO LITORAL CENTRO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Decreto nº 53.526 de 09/10/2008
SP	ZA	UC	APA MARINHA DO LITORAL NORTE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Decreto nº 53.525 de 09/10/2008
SP	ZA	UC	APA MARINHA DO LITORAL SUL	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Decreto nº 53.527 de 09/10/2008
SP	ZA	UC	APA MATA DO IGUATEMI	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1993	Lei nº 8.274/1993 Res. SMA nº 29/2004



SP	ZA	UC	APA MORRO DE SÃO BENTO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1988	Lei nº 6.131/1988
SP	ZA	UC	APA PARQUE E FAZENDA DO CARMO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1989	Lei ordinária nº 6409 de 05/04/1989
SP	ZA	UC	APA PIRACICABA JUQUERI MIRIM ÁREA I	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1991	Lei ordinária nº 7438 de 16/07/1991
SP	ZA	UC	APA PIRACICABA JUQUERÍ-MIRIM AREA II	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1991	Lei ordinária nº 7438 de 16/07/1991
SP	ZA	UC	APA PLANALTO DO TURVO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	APA REPRESA BAIRRO DA USINA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1986	Lei ordinária nº 5280 de 04/09/1986
SP	ZA	UC	APA RIO BATALHA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2001	Lei ordinária nº 10773 de 01/03/2001
SP	ZA	UC	APA RIO PARDINHO E RIO VERMELHO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	APA SÃO FRANCISCO XAVIER	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	LE nº 11.262/2002 Res. SMA nº 30/2004 Res. SMA nº 28/2006
SP	ZA	UC	APA SAPUCAÍ-MIRIM	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 43285 de 03/07/1998
SP	ZA	UC	APA SERRA DA MANTIQUEIRA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1985	Decreto nº 91304 de 06/06/1985
SP/PR	ZA	UC	APA SERRA DO MAR	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Decreto nº 22717 de 21/09/1984
SP	ZA	UC	APA SILVEIRAS	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1984	Lei ordinária nº 4100 de 20/06/1984
SP	ZA	UC	APA SISTEMA CANTAREIRA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Lei ordinária nº 10111 de 04/12/1998
SP	ZA	UC	APA TIETÊ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1983	Decreto nº 20959 de 08/06/1983
SP	ZA	UC	APA VÁRZEA DO RIO TIETÊ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1987	Lei ordinária nº 5598 de 06/01/1987
SP	ZA	UC	ARIE ALCATRAZES	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE APARA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE BOIÇUCANGA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE BURITI DO VASSUNUNGA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1990	Decreto nº 99.276/1990
SP	ZA	UC	ARIE CERRADO PÉ-DE-GIGANTE	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE DE SÃO SEBASTIÃO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	2008	Decreto nº 53.525 de 09/10/2008
SP	ZA	UC	ARIE DO GUARÁ	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	2008	Decreto nº 53.527 de 09/10/2008
SP	ZA	UC	ARIE GUARÁ-VERMELHO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE ILHA DA FIGUEIRA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE ILHA DA MOELA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE ILHA DO AMEIXAL	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1985	Decreto nº 91889 de 05/09/1985
SP	ZA	UC	ARIE ILHA DO BOM ABRIGO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE ILHA DO ITAÇUCE	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE ILHA DO MAR VIRADO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE ILHA DO MONTE DE TRIGO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado



SP	ZA	UC	ARIE ILHA DO TOQUE-TOQUE	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE ILHAS QUEIMADA PEQUENA E QUEIMADA GRANDE	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1985	DF nº 91.887/1985
SP	ZA	UC	ARIE LAJE DA CONCEIÇÃO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE MAÇAGUAÇU-TAMANDUÁ	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE MATÃO DE COSMÓPOLIS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1985	DF nº 90.791/1985
SP	ZA	UC	ARIE PÉ-DE-GIGANTE	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1990	Decreto nº 99275 de 06/06/1990
SP	ZA	UC	ARIE PEDRA BRANCA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	1987	Dec. nº 26.720/1987 - Lei nº 5.864/1987 - Dec. nº 63.414/2018
SP	ZA	UC	ARIE PONTA DA ARMAÇÃO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE TAMOIO	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ARIE YPAUTIBA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	ARIE ZONA DE VIDA SILVESTRE DA ILHA COMPRIDA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	1989	Decreto nº 30.817/1989
SP	ZA	UC	ASPE DA JURÉIA	Área Sob Proteção Especial (ASPE)		federal	1986	Portaria nº 186/1986
SP	ZN	UC	EE DE BARREIRA RICO	Estação Ecológica	PI	estadual	2006	Decreto nº 51.381/2006
SP	ZN	UC	EE ITABERÁ	Estação Ecológica	PI	estadual	1957	Decreto nº 29.881/1957 - Dec. nº 26.890/1987
SP	ZN	UC	ESEC ANGATUBA	Estação Ecológica	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	ESEC ASSIS	Estação Ecológica	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	ESEC BANANAL	Estação Ecológica	PI	estadual	1964	Decreto nº 43193 de 04/04/1964
SP	ZA	UC	ESEC BANHADOS DE IGUAPE (BANHADO GRANDE)	Estação Ecológica	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	ESEC BANHADOS DE IGUAPE (BANHADO PEQUENO)	Estação Ecológica	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	ESEC BAURU	Estação Ecológica	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	ESEC CAETETUS	Estação Ecológica	PI		1987	Decreto nº 26.718 de 06/02/1987
SP	ZN	UC	ESEC CHAÚAS	Estação Ecológica	PI	estadual	1978	Decreto nº 12.327 de 27/09/1978
SP	ZN	UC	ESEC DE ITAPETI	Estação Ecológica	PI	estadual	1952	Decreto nº 21363-D de 02/05/1952
SP	ZN	UC	ESEC DE MOGI-GUAÇU	Estação Ecológica	PI	estadual	1984	Decreto nº 22336 de 08/06/1984
SP	ZN	UC	ESEC DE PAULO DE FARIA	Estação Ecológica	PI	estadual	1981	Decreto nº 17724 de 24/09/1981
SP	ZN	UC	ESEC DE XITUÉ	Estação Ecológica	PI	estadual	1957	Decreto nº 28153 de 24/04/1957
SP	ZN	UC	ESEC DOS CAETETUS	Estação Ecológica	PI	estadual	1976	Decreto nº 8.346 de 10/08/1976
SP	ZN	UC	ESEC IBICATU	Estação Ecológica	PI	estadual	1958	Decreto nº 33261 de 30/07/1958
SP	ZN	UC	ESEC ITABERÁ	Estação Ecológica	PI	estadual	1957	Decreto nº 29881 de 12/10/1957
SP	ZN	UC	ESEC JATAÍ	Estação Ecológica	PI		1982	Decreto nº 18.997 de 1982
SP	ZN	UC	ESEC JURÉIA-ITATINS	Estação Ecológica	PI	estadual	1986	Decreto nº 24.646 de 20/01/1986
SP	ZN	UC	ESEC MICO-LEÃO-PRETO	Estação Ecológica	PI	federal	2002	Decreto nº S/N de 17/07/2002
SP	ZN	UC	ESEC RIBEIRÃO PRETO	Estação Ecológica	PI		1984	Decreto nº 22.691 de 1984
SP	ZN	UC	ESEC SANTA MARIA	Estação Ecológica	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	ESEC TUPINAMBÁS	Estação Ecológica	PI	federal	1987	Decreto nº 94656 de 20/07/1987
SP	ZN	UC	ESEC VALINHOS	Estação Ecológica	PI	estadual	1966	Decreto nº 45.967-D de 29/01/1966
SP	ZN	UC	ESEC XITUÉ	Estação Ecológica	PI		1987	Decreto nº 26.890 de 12/03/1987
SP	ZA	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL BURI	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado





SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL CASA BRANCA	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL ITAPETININGA	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JAÚ	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL MARÍLIA	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL MOGI GUAÇU	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL SANTA RITA	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	AP	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL TUPI	Estação Experimental	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	FE ANGATUBA	Floresta Estadual	US	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	FE BATATAIS	Floresta Estadual	US	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	FE BEBEDOURO	Floresta Estadual	US	estadual	1937	Decreto nº 2.931 de 1937
SP	ZA	UC	FE CAJURU	Floresta Estadual	US	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE	Floresta Estadual	US	estadual	2002	Decreto nº 46819 de 12/06/2002
SP	ZA	UC	FE MANDURI	Floresta Estadual	US	estadual	1962	Decreto nº 40.988 de 06/11/1962
SP	ZA	UC	FE PIRAJU	Floresta Estadual	US	estadual	1945	Decreto nº 14.594 de 09/04/1945
SP	ZA	UC	FLONA CAPÃO BONITO	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 558 de 25/10/1968
SP	ZA	UC	FLONA DE LORENA	Floresta Nacional	US	federal	1934	Portaria nº 24104 de 11/04/1934
SP	ZA	UC	FLONA IPANEMA	Floresta Nacional	US	federal	1992	Decreto nº 530 de 20/05/1992
SP	ZA	APP	HORTO PALMITAL	Área Protegida	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	-	APP	ILHAS	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	-	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SP	-	APRI	MATA DE IMBEL - RESERVA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Área Prioritária para Criação de UC	PI / US	-	-	
SP	-	APRI	MATA DE IMBEL (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Área Prioritária para Criação de UC	PI / US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	PARNA DA SERRA DA BOCAINA	Parque Nacional	PI	federal	1971	Decreto nº 68.172 de 05/02/1971
SP	ZN	UC	PARNA DO SUPERAGUI	Parque Nacional	PI	federal	1989	Decreto nº 97688 de 25/04/1989
SP	ZN	UC	PE ALBERTO LÖFGREN	Parque Estadual	PI	estadual	1968	Lei ordinária nº Lei 10228 de 24/09/1968
SP	ZN	UC	PE ARA	Parque Estadual	PI	estadual	1969	Decreto nº 51.988 de 04/06/1969
SP	ZN	UC	PE ASSESSORIA DE REFORMA AGRÁRIA (ARA)	Parque Estadual	PI	estadual	1969	Decreto nº 51.988/1969 - Dec. nº 928/1973
SP	ZN	UC	PE CAMPOS DO JORDÃO	Parque Estadual	PI	estadual	1941	Decreto nº 11908 de 28/03/1941
SP	ZN	UC	PE CARLOS BOTELHO	Parque Estadual	PI	estadual	1982	Decreto nº 19.499 de 11/09/1982
SP	ZN	UC	PE CAVERNA	Parque Estadual	PI	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	PE CAVERNA DO DIABO	Parque Estadual	PI	estadual	2008	Decreto nº 12.810 de 22/02/2008
SP	ZN	UC	PE CUNHAMBEBE	Parque Estadual	PI	estadual	2008	Decreto nº 41358 de 16/06/2008
SP	ZN	UC	PE DA ARA	Parque Estadual	PI	estadual	1969	Decreto nº 51988 de 05/06/1969
SP	ZN	UC	PE DA CAMPINA DO ENCANTADO	Parque Estadual	PI	estadual	1994	Decreto nº 8873 de 17/08/1994
SP	ZN	UC	PE DA CANTAREIRA	Parque Estadual	PI	estadual	1968	Lei ordinária nº 10228 de 25/09/1968
SP	ZN	UC	PE DA ILHA ANCHIETA	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 9629 de 30/03/1977
SP	ZN	UC	PE DA ILHA DO CARDOSO	Parque estadual	PI	estadual	1962	Decreto nº 40319 de 03/07/1962
SP	ZN	UC	PE DA SERRA DO MAR	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10251 de 31/08/1977
SP	ZN	UC	PE DE ILHABELA	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 9414 de 21/01/1977
SP	ZN	UC	PE DE PORTO FERREIRA	Parque Estadual	PI	estadual	1962	Decreto nº 40.991 de 07/11/1962



SP	ZN	UC	PE DO AGUAPEÍ	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 43269 de 03/07/1998
SP	ZN	UC	PE DO JARAGUÁ	Parque Estadual	PI	estadual	1961	Decreto nº 38391 de 04/05/1961
SP	ZN	UC	PE DO JUQUERY	Parque Estadual	PI	estadual	1993	Decreto nº 36.859 de 07/06/1993
SP	ZN	UC	PE DO JURUPARÁ	Parque Estadual	PI	estadual	1978	Decreto nº 12.185 de 31/08/1978
SP	ZN	UC	PE DO MORRO DO DIABO	Parque Estadual	PI	estadual	1941	Decreto nº 12.279 de 30/10/1941
SP/PR	ZN	UC	PE DO RIO TURVO	Parque Estadual	PI	estadual	2008	Lei complementar nº 12.810 de 22/02/2008
SP	ZN	UC	PE DOS MANANCIAS DE CAMPOS DO JORDÃO	Parque Estadual	PI	estadual	1993	Decreto nº 37539 de 28/09/1993
SP	ZN	UC	PE EMBU-GUAÇU	Parque Estadual	PI	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	PE FURNAS DO BOM JESUS	Parque Estadual	PI	estadual	1989	Decreto nº 30.591/1989 - Dec. Nº 31.644/1990
SP	ZN	UC	PE GUARAPIRANGA	Parque Estadual	PI	estadual	1989	Decreto nº 30.442 de 20/09/1989
SP	ZN	UC	PE ILHA DOS EUCALIPTOS	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 9.414 de 20/01/1977
SP	ZN	UC	PE INTERVALES	Parque Estadual	PI	estadual	1995	Decreto nº 40135 de 09/06/1995
SP	ZN	UC	PE JACUPIRANGA	Parque Estadual	PI	estadual	1961	Decreto s/n de 1961
SP/PR	ZN	UC	PE LAGAMAR DE CANANEIA	Parque Estadual	PI	estadual	2008	Lei ordinária nº 12.810 de 22/02/2008
SP	ZN	UC	PE MANANCIAS	Parque Estadual	PI	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	PE MARIHO LAJE DE SANTOS	Parque Estadual	PI	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	PE MARINHO DA LAJE DE SANTOS	Parque Estadual	PI	estadual	1993	Decreto nº 37.537 de 28/09/1993
SP	ZN	UC	PE RIO DO PEIXE	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 47.095 de 19/09/2002
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. CARAGUATATUBA	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. CUNHA-INDAÍÁ	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. CURUCUTU	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. CUTATÃO	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. ITARIRU/PEDRO DE TOLEDO	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1978
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. ITUTINGA PILÕES	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1979
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. PEDRO DE TOLEDO	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. PICINGUABA	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. SANTA VIRGÍNIA	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE SERRA DO MAR - N. SÃO SEBASTIÃO	Parque Estadual	PI	estadual	1977	Decreto nº 10.251 de 30/08/1977
SP	ZN	UC	PE TURÍSTICO DO ALTO DO RIBEIRA (PETAR)	Parque Estadual	PI	estadual	1958	Decreto nº 32283 de 20/05/1958
SP	ZN	UC	PE VASSUNUNGA	Parque Estadual	PI	estadual	1970	Decreto nº 52.546 de 27/10/1970
SP	ZN	UC	PE XIXOVÁ-JAPUÍ	Parque Estadual	PI	estadual	1993	Decreto nº 37.536 de 28/09/1993
SP	ZN	UC	PEC EMBU-GUAÇU	Parque Ecológico	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM ALFREDO VOLPI	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM ANHANGUERA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM BUENOS AIRES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM BURLE MARX	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM CHÁCARA DAS FLORES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM CHICO MENDES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM CIDADE DE TORONTO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM DA ACLIMAÇÃO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM DA LUZ	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM DO CARMO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado



SP	ZA	UC	PM DO IBIRAPUERA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM DO NABUCO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM DO PIQUERI	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM DOS EUCALIPTOS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM GUARAPIRANGA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM INDEPENDÊNCIA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM JARDIM FELICIDADE	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM LINA E PEDRO RAIA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM LIONS CARLOS PRESTES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	PM PEDROSO (SANTO ANDRÉ)	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM PREVIDÊNCIA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM RAPOSO TAVARES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM RAUL SEIXAS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM RODRIGO DE GASPERI	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM SANTO DIAS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM SÃO DOMINGOS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM SATA AMÉLIA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM SEVERO GOMES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM TENENTE SIQUEIRA CAMPOS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM VILA DOS REMÉDIOS	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	PM VILA GUILHERME	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	PNM DO TRABIJU	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1979	Lei ordinária nº 1627 de 27/06/1979
SP	ZN	UC	PNM FAZENDA DO CARMO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2003	Decreto nº 43329 de 13/06/2003
SP	ZN	UC	PNM NASCENTES DE PARANAPIACABA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2003	Decreto nº 14.937/2003 de 06/06/2003
SP	ZN	UC	PNM PARANAPIACABA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	RDS BARREIRO-ANHEMAS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	RDS DE LAVRAS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	RDS DOS PINHEIRINHOS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	RDS DOS QUILOMBOS DE BARRA DO TURVO	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	RDS ITAPANHAPIMA	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	RDS TUMBA E ITAPANHAPIMA	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RDS UMA DA ALDEIA	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	REBIO PARANAPIACABA	Reserva Biológica	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	-	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SP	ZN	UC	RESERVA ESTADUAL ÁGUAS DA PRATA	Reserva Estadual	PI	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RESERVA ESTADUAL LAGOA SÃO PAULO	Reserva Estadual	PI	estadual	-	Não Disponibilizado



SP	ZN	UC	RESERVA ESTADUAL MORRO GRANDE	Reserva Estadual	PI	estadual	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	RESEX DO MANDIRA	Reserva Extrativista	US	federal	2002	Decreto nº S/N de 16/12/2002
SP	ZA	UC	RESEX ILHA DO TUMBA	Reserva Extrativista	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	RESEX LAGOA SÃO PAULO	Reserva Extrativista	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	RESEX TAQUARI	Reserva Extrativista	US	estadual	2008	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008
SP	ZA	UC	RESEX TUMBA	Reserva Extrativista	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA MEANDROS III	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 150/01
SP	ZN	UC	RPPN FLORESTA NEGRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 104/01
SP	ZN	UC	RPPN PARQUE DOS PÁSSAROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria nº 60/02
SP	ZN	UC	RPPN PARQUE SÃO MARCELO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria nº 120/02-N
SP	ZN	UC	RPPN AFAZENDA AGRO-PASTORIL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 102/99-N
SP	ZN	UC	RPPN ALTO DO DECO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN BOTUJURU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN CABURÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN CACHOEIRA SERRA AZUL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN CARBOCLORO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1992	Portaria nº 145/92-N
SP	ZN	UC	RPPN CHACARA SANTA INEZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN CHACARA SANTA RITA DE CASSIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN COSTA BLANCA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN DUAS CACHOEIRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN ECOFUTURO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN ECOWORLD	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 064/99
SP	ZN	UC	RPPN ENCANTOS DA JUREIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN ESTÂNCIA JATOBÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2000	Portaria nº 105/00





SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA BELA AURORA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 062/99-N
SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOA ESPERANLA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA CATADUPA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA HORII	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 108/99-N
SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA RELÓGIO QUEIMADO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria nº 56/02
SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA RENOPOLIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN FAZENDA SERRINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 154 de 25/10/2001
SP	ZN	UC	RPPN FOZ DO RIO AGUAPEI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN GIGANTE DO ITAGUARÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN GUAINUMBIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN HERCULES FLORENCE - 1 E 2	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN HERCULES FLORENCE - 3, 4, 5 E 6	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN HINAYANA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN KON TIKI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN LAFIGUEIRA - NATURARTE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN MARINA DO CONDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN MEANDROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 157/01
SP	ZN	UC	RPPN MEANDROS II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 149/01
SP	ZN	UC	RPPN MORRO DO CURUSSU MIRIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 087/99
SP	ZN	UC	RPPN O PRIMATA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN PARAÍSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Resolução nº 27 de 26/04/2008
SP	ZN	UC	RPPN PARQUE DAS NASCENTES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria nº 58/02



SP	ZN	UC	RPPN PARQUE DO ZIZO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN PARQUE RIO DAS PEDRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN PARQUE TAQUARAL DA MATA ATLÂNTICA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN PEDRA DA MINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN RESERVA DO JACU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN RESERVA DOS MURIQUIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN RESERVA ECOLÓGICA AMADEU BOTELHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2000	Portaria nº 19/00
SP	ZN	UC	RPPN RIO DOS PILÕES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 84/99-N
SP	ZN	UC	RPPN RIZZIERI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2003	Portaria nº 05/03-N
SP	ZN	UC	RPPN SAN MICHELE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 57/01
SP	ZN	UC	RPPN SÃO ELIAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN SAO JUDAS TADEU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Resolução nº 65 de 12/09/2008
SP	ZN	UC	RPPN SERRINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO CAETE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO CAPUAVINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 31/01
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO CURUCUTU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 102/95-N
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO DO CANTONEIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1994	Portaria nº 116/94-N
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO DO JACU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 52/01
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO PALMITAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 103/99-N
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO PITHON	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1997	Portaria nº 11/97-N
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO RYAN	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1993	Portaria nº 112/93-N
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO SAO JUDAS TADEU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado



SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO SIBIÚNA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1995	Portaria nº 58/95-N
SP	ZN	UC	RPPN SÍTIO SOLAR DA MONTANHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN TIJUCOPAVAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN TOQUE TOQUE PEQUENO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2000	Portaria nº 09/00-N
SP	ZN	UC	RPPN TRÁPAGA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN TRAVESSIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN TRILHA COROADOS - FB	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2006	Portaria nº 78/06
SP	ZN	UC	RPPN VALE DO CORISCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1999	Portaria nº 83/99-N
SP	ZN	UC	RPPN VALE VERDEJANTE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	RPPN VISTA BONITA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 38/04-N
SP	ZN	UC	RPPN VOTURUNA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1994	Portaria nº 123/94-N
SP	ZN	UC	RPPN VOTURUNA V	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1994	Portaria nº 113/94-N
SP	-	APRI	SERRA DA MANTIQUEIRA (UC/PARNA PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Área Prioritária para Criação de UC	PI / US	nacional	-	Não Disponibilizado
SP	-	APRI	SERRA DOS PONCIANOS (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA)	Área Prioritária para Criação de UC	PI / US	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZN	UC	ZONA INTANGÍVEL DA APA	Área de Proteção Ambiental / Zona Intangível	PI	-	-	Não Disponibilizado
SP	ZA	UC	APA BORORÉ-COLÔNIA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2006	Lei ordinária nº 14162 de 25/05/2006
SP	ZA	UC	APA DE CAMPINAS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2001	Lei ordinária nº 10.850 de 08/06/2001
SP	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO CAPIVARI-MONOS	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2001	Lei ordinária nº 13136 de 12/06/2001
SP	ZA	UC	ARIE MATA DE SANTA GENEBRA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1985	Decreto nº 91885 de 05/11/1985
SP	ZN	UC	ESEC DO NOROESTE PAULISTA	Estação Ecológica	PI	estadual	1993	Lei ordinária nº 8316 de 05/06/1993
SP	ZN	UC	ESEC DOS TUPINIQUINS	Estação Ecológica	PI	federal	1986	Decreto nº 92964 de 21/07/1986
SP	-	MOSAICO	MOSAICO BOCAINA (SP E RJ)	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2006	Portaria MMA 349, dezembro de 2006
SP	-	MOSAICO	MOSAICO DAS ILHAS E ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DO LITORAL PAULISTA	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	estadual	2008	Decreto Estadual nº 53.528 de 08/10/08
SP	-	MOSAICO	MOSAICO JACUPIRANGA	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	estadual	2008	Lei Estadual nº 12.810 de 21/01/08
SP	-	MOSAICO	MOSAICO JUREIA-ITATINS	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	estadual	2006 / 2009	Lei Estadual nº 12.406 de 10/06/09



SP	-	MOSAICO	MOSAICO LAGAMAR (SP E PR)	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2006	Portaria MMA nº 150 de 08/03/06
SP	-	MOSAICO	MOSAICO SERRA DA MANTIQUEIRA (SP, MG E RJ)	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2006	Portaria MMA nº 351 de 11/12/06
SP	ZN	UC	PE DAS FONTES DO IPIRANGA	Parque Estadual	PI	estadual	1969	Decreto nº 52281 de 12/08/1969
SP	ZN	UC	PNM DA CRATERA DE COLÔNIA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2007	Decreto nº 48423 de 11/06/2007
SP	ZN	UC	PNM DA GROTA DE MIRASSOL	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2001	Lei complementar nº 2.462 de 12/12/2001
SP	ZN	UC	RPPN CAVA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2005	Portaria nº 40 de 21/06/2005
SP	ZN	UC	RPPN MAHAYANA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Resolução nº 28 de 26/04/2008
SP	ZN	UC	RPPN MOSQUITO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Resolução nº 70 de 24/09/2008
SP	ZN	UC	RPPN TOCA DA PACA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	Resolução nº 26 de 26/04/2008
SP	ZA	UC	APA DO CAMPO GRANDE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2011	Decreto nº 17.357/11 de 18/06/2011
SP	-	AP	AREA PROTEGIDA RESERVA VOTORANTIM-LEGADO DAS AGUAS	Area Protegida Reserva Votorantim-Legado das Aguas	US/PI	estadual	2015	Protocolo de Intenções Fundação Florestal e Reserva Votorantim de 08/12/2015
SP	ZN	UC	ESEC DE MARÍLIA	Estação Ecológica	PI	estadual	2010	Decreto nº 56.561 de 29/12/2010
SP	ZA	UC	FE GUARULHOS	Floresta Estadual	US	estadual	2010	Decreto nº 55.662 de 31/03/2010
SP	ZN	UC	MONAT ESTADUAL DA PEDRA DO BAÚ	Monumento Natural	PI	estadual	2010	Decreto nº 56.613 de 29/12/2010
SP	ZN	UC	MONAT ESTADUAL DA PEDRA GRANDE	Monumento Natural	PI	estadual	2010	Decreto nº 55.662 de 31/03/2010
SP	ZN	UC	MONAT MUNICIPAL DO PICO DO ITAGUARÉ	Monumento Natural	PI	municipal	2012	Decreto nº 356 de 09/08/2012
SP	ZA	UC	FE SERRA D'ÁGUA	Floresta Estadual	US	estadual	2010	Decreto nº 56.617 de 29/12/2010
SP	-	MOSAICO	MOSAICO DO PARANAPIACABA	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	estadual	2012	Decreto Estadual nº 58.148 de 21/06/12
SP	ZN	UC	PE ÁGUAS DA BILLINGS	Parque Estadual	PI	estadual	2018	Decreto nº 63.324/2018
SP	ZN	UC	PE ÁGUAS DA PRATA	Parque Estadual	PI	estadual	2018	Decreto nº 63.454/2018
SP	ZN	UC	PE DE ITABERABA	Parque Estadual	PI	estadual	2010	Decreto nº 55.662 de 31/03/2010
SP	ZN	UC	PE DE ITAPETINGA	Parque Estadual	PI	estadual	2010	Decreto nº 55.662 de 31/12/2010
SP	ZN	UC	PE DO ITINGUÇU	Parque Estadual	PI	estadual	2013	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013
SP	ZN	UC	PE DO PRELADO	Parque Estadual	PI	estadual	2013	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013
SP	ZN	UC	PE NASCENTES DO PARANAPANEMA	Parque Estadual	PI	estadual	2012	Decreto nº 58.148 de 22/06/2012
SP	ZN	UC	PE RESTINGA DE BERTIOGA	Parque Estadual	PI	estadual	2010	Decreto nº 56.500 de 10/12/2010
SP	ZN	UC	PNM BORORÉ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 52972 de 14/02/2012
SP	ZN	UC	PNM DO CAMPO GRANDE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2011	Decreto nº 17.356/11 de 18/06/2011
SP	ZN	UC	PNM DOS JATOBÁS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2011	Decreto nº 17.355/11 de 18/06/2011
SP	ZN	UC	PNM ESTORIL - VIRGÍLIO SIMIONATO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2013	Decreto nº 18684/2013 de 14/11/2013
SP	ZN	UC	PNM ITAIM	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 53227 de 20/06/2012
SP	ZN	UC	PNM JACEGUAVA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 52974 de 14/02/2012
SP	ZN	UC	PNM VARGINHA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 52973 de 14/02/2012





SP	ZA	UC	RDS DA BARRA DO UNA	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2013	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013
SP	ZA	UC	RDS DO DESPRAIADO	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	estadual	2013	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013
SP	ZN	UC	RPPN ÁGUAS CLARAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 22 de 25/09/2013
SP	ZN	UC	RPPN CRUZ PRETA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 29 de 22/02/2012
SP	ZN	UC	RPPN MUTINGA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	municipal	2011	Portaria nº 12 de 05/02/2011
SP	ZN	UC	RPPN POUSADA CAMPOS DA BOCAINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Resolução nº 125 de 29/12/2010
SP	ZN	UC	RPPN RESERVA DO DADINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Resolução nº 54 de 03/07/2012
SP	ZN	UC	RPPN RIO VERMELHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 176 de 28/03/2013
SP	ZN	UC	RPPN SERRA DO ITATINS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Resolução nº 84 de 19/11/2009
SP	ZN	UC	RPPN SITIO MANACA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Resolução nº Resolução SMA-95 de 15/12/2012
SP	ZN	UC	RVS DAS ILHAS DO ABRIGO E GUARARITAMA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2013	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013
SP	ZN	UC	RVS ILHAS DO ABRIGO E GUARARITAMA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	#VALOR!	2010	Lei nº 14.982/2013

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

5.12.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	ARARIBÁ	Terena, Guarani Kaiowá	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	PIAÇAGUERA	Guarani Nhandeva	SP	Homologada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	PEGUAOTY	Guarani Mbya	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	PAKURITY	Guarani Mbya	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	DJAICO-ATY	Guarani Nhandeva	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	AMBA PORÃ	Guarani Mbya	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	KA'AGUY MIRIM	Guarani Mbya	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	PINDOTY/ ARAÇÁ-MIRIM	Guarani Mbya	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	TAKUARI	Guarani	SP	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LIS	FUNAI



ZA	Território Indígena	KAAGUY HOVY (TEKOA ITAPUÃ)	Guarani	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	GUAVIRATY	Guarani Mbya	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	TAPYI/RIO BRANQUINHO	Guarani Mbya	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	JARAGUÁ	Guarani	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	JARAGUÁ	Guarani	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	VANUIRE	Kaingang	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	BOA VISTA SERTÃO DO PROMIRIM	Guarani	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	BOA VISTA SERTÃO DO PROMIRIM	Guarani	SP	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	GUARANI DA BARRAGEM	Guarani Kaiowá	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	GUARANI DO AGUAPEU	Guarani	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	ICATU	Terena,Kaingang	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	ITAÓCA	Guarani Mbya	SP	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	KRUKUTU	Guarani	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	TENONDÉ PORÃ	Guarani	SP	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	PERUÍBE	Guarani	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	RIBEIRÃO SILVEIRA	Guarani	SP	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	RIO BRANCO ITANHAÉM	Guarani	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	SERRA DO ITATINS	Guarani	SP	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LIS	FUNAI
ZA	Território Indígena	GURANI ARAPONGA	Guarani	SP				RBMA FASE 6
ZA	Território Indígena	GUARANI RIBEIRÃO SILVEIRA	Guarani	SP				RBMA FASE 6

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.12.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54190.001218/2005-33	CAMBURY	SP	2008/12/18	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	72/98	PORTO DOS PILOES	SP	-	-	-	ITESP	ESTADUAL
ZA	Território Quilombola	54190003179/2004-28	MANDIRA	SP	2010/12/23	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.001281/2005-70	PORTO VELHO	SP	07/11/2013	-	-	INCRA	FEDERAL



ZA	Território Quilombola	54190.002551/04-89	CAFUNDÓ	SP	2005/05/25	2006/07/12	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.001218/2005-33	CAMBURY	SP	2008/12/18	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.000476/2005-01	IVAPORUNDUVA	SP	2005/07/21	2006/07/05	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.003181/2004-05	JAÓ (Gleba 02)	SP	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.003181/2004-05	JAÓ (Gleba 01)	SP	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.001485/2015-19	CANGUME	SP	26/06/2015	-	-		FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.000477/05-47	CAÇANDOCA	SP	2005/06/08	2005/12/05	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.000475/2005-58	SAO PEDRO	SP	28/03/2012	-	0000/00/00	ITESP	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.000474/2005-11	GALVÃO	SP	01/09/2011	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.001267/05-76	BROTAS	SP	2006/07/09	2008/11/10	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.003184/2004-31	PEDRO CUBAS DE CIMA	SP	21/12/2017	22/12/2017	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.003184/2004-31	PEDRO CUBAS (Gleba "A e B")	SP	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.001541/2005-15	SÃO MIGUEL DO MORRO SECO	SP	2008/09/04	2010/12/16	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54190.003184/2004-31	PEDRO CUBAS (gleba "D")	SP	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	74/98	MARIA ROSA	SP	-	-	-	ITESP	ESTADUAL

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

## 5.13 ESTADO DE GOIÁS

### 5.13.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
GO	ZA	APP	APP REMANESCENTES FLORESTAIS MA	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
GO	ZA	APP	APP REMANESCENTES FLORESTAIS MA	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
GO	-	APRI	ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) PARA CRIAÇÃO DE UC (APAS)	Áreas Prioritárias para Criação UC	PI / US	-	-	Não disponibilizado
GO	ZN	UC	PE DA MATA ATLÂNTICA	Parque Estadual	PI	estadual	2006	Decreto nº 6.442 de 12/04/2006
GO	-	APRI *	A. PRIORITÁRIA PARA CRIAÇÃO UC REGIÃO DO PINGA FOGO, ENTRE MINEIROS E PORTELÂNDIA	Áreas Prioritárias para Criação UC	PI / US	-	-	Não disponibilizado
GO	-	APRI *	ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) RVS TOVACUÇÚ	Áreas Prioritárias para Criação UC	PI / US	-	-	Não disponibilizado
GO	-	APRI *	ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) REGIÃO DE JATAÍ, ENTRE MINEIROS E JATAÍ	Áreas Prioritárias para Criação UC	PI / US	-	-	Não disponibilizado



GO	-	APRI *	ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) REGIÃO DE RIO VERDE, FAZENDA 3 BARRAS E RIO VERDINHO	Áreas Prioritárias para Criação UC	PI / US	-	-	Não disponibilizado
GO	-	APRI *	ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) REGIÃO DO ALTO RIO CLARO, ENTRE JATAÍ E CAIAPÔNIA, PASSANDO POR PEROLÂNDIA	Áreas Prioritárias para Criação UC	PI / US	-	-	Não disponibilizado
GO	-	APRI *	ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) TODOS OS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA, MATAS CILIARES	Áreas Prioritárias para Criação UC	PI / US	-	-	Não disponibilizado

LEGENDA

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	Áreas definidas após 2008 como prioritárias para criação de UC e inseridas somente na tabela RBMA Fase 7 (em processo de delimitação)

## 5.14 ESTADO DO PARANÁ

### 5.14.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
PR	ZA	UC	APA DE GUARAQUEÇABA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1985	Decreto nº 90883 de 31/01/1985
PR	ZA	UC	APA DO IRAÍ	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1996	Decreto nº 1.753 de 06/05/1996
PR	ZA	UC	APA DO PASSAUNA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1991	Decreto nº 458 de 05/06/1991
PR	ZN	UC	APA DO PEQUENO	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1996	Decreto nº 1.752 de 06/05/1996
PR	ZA	UC	APA DO RIO VERDE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	2000	Decreto nº 2.375 de 31/07/2000
PR	ZA	UC	APA ESTADUAL DA ESCARPA DEVONIANA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1992	Decreto nº 1.231 de 30/03/1992
PR	ZN	UC	APA ESTADUAL DA SERRA DA ESPERANÇA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1992	Lei ordinária nº 9.905 de 27/01/1992
PR	ZA	UC	APA ESTADUAL DE GUARATUBA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1992	Decreto nº 1234 de 28/04/1992
PR	ZA	UC	APA ESTADUAL DO PIRAQUARA	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1996	Decreto nº 1.754 de 06/05/1996
PR	ZN	UC	APA ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1997	Decreto nº S/N de 30/09/1997
PR	ZA	UC	APA RIO IRAI	Área de Proteção Ambiental	US	-	1996	Decreto nº 1.753 de 06/05/1996
PR/SP	ZA	UC	APA SERRA DO MAR	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1884	Decreto nº 22.717 de 21.09.1984
PR	ZA	APP	APP	Área de Proteção Ambiental	APP	-	-	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PR	ZA	UC	ARIE DA SERRA DO TIGRE	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	1990	Decreto nº 7.456 de 28/11/1990
PR	ZA	UC	ARIE DE SÃO DOMINGOS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	1990	Decreto nº 7.456 de 28/11/1990
PR	ZA	UC	ARIE DO BURITI	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	estadual	1990	Decreto nº 7.456 de 28/11/1990
PR	-	CORREDOR	CORREDOR ECOLÓGICO DE SANTA MARIA	Corredor Ecológico	PI	-	2001	Portaria Federal 137 de 9 de Outubro de 2001 IBAMA



PR	ZN	UC	ESEC DA ILHA DO MEL	Estação Ecológica	PI	estadual	1982	Decreto nº 5.454 de 21/09/1982
PR	ZN	UC	ESEC DE GUARAGUAÇU	Estação Ecológica	PI	-	1992	Dec. 1.230 de 27.03.1992, Ampliado Dec. 7094 - 06.06. 2017
PR	ZN	UC	ESEC DE GUARAQUEÇABA	Estação Ecológica	PI	federal	1982	Decreto nº 87.222 de 01/06/1982
PR	ZN	UC	ESEC DO CAIÚA	Estação Ecológica	PI	estadual	1994	Decreto nº 4.263 de 21.11.1994
PR	ZN	UC	ESEC DO GUARAGUAÇU	Estação Ecológica	PI	estadual	1992	Decreto nº 1.230 de 30/03/1992
PR	ZN	UC	ESEC FERNANDES PINHEIRO	Estação Ecológica	PI	estadual	2001	Decreto nº 4230 de 06/06/2001
PR	ZN	UC	ESEC MATA PRETA	Estação Ecológica	PI	-	2005	Decreto s/n de 19/10/2005
PR	ZN	UC	ESEC RIO DOS TOUROS	Estação Ecológica	PI	estadual	2001	Decreto nº 4229 de 06/06/2001
PR	ZA	UC	FE DE SANTANA	Floresta Estadual	US	estadual	1994	Decreto nº 4.264 de 21.11.1994
PR	ZN	UC	FE DO PASSA DOIS	Floresta Estadual	US	estadual	1990	Decreto nº 6.594 de 23/02/1990
PR	ZA	UC	FLONA DE AÇUNGUI	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 559 de 25/10/1968
PR	ZA	UC	FLONA DE IRATI	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 559 de 25/10/1968
PR	ZA	UC	FLONA DE PIRAÍ DO SUL	Floresta Natural	US	federal	2004	Decreto nº S/N de 03/06/2004
PR	ZA	APP	ILHAS	Área de Proteção Ambiental	APP	-	-	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PR	ZN	UC	MONA GRUTA DA LANCINHA	Monumento Natural	PI	estadual	2006	Decreto nº 6538 de 03/05/2006
PR	-	MOSAICO	MOSAICO LAGAMAR, SP/ PR	Mosaico de Áreas Protegidas	PI / US	federal	2006	Portaria MMA nº 150 de 08/03/06
PR	ZN	UC	PARNA DE ILHA GRANDE	Parque Nacional	PI	federal	1997	Decreto nº S/N de 30/09/1997
PR	ZN	UC	PARNA DE SAINT-HILAIRE/LANGE	Parque Nacional	PI	federal	2001	Lei ordinária nº 10227 de 24/05/2001
PR	ZN	UC	PARNA DO IGUAÇU	Parque Nacional	PI	federal	1939	Decreto nº 1035 de 10/01/1939
PR	ZN	UC	PARNA DO SUPERAGUI	Parque Nacional	PI	federal	1989	Decreto nº 97688 de 25/04/1989
PR	ZN	UC	PARNA DOS CAMPOS GERAIS	Parque Nacional	PI	federal	2006	Decreto nº S/N de 24/03/2006
PR	ZA	UC	PE CABEÇA DO CACHORRO	Parque Estadual	US	estadual	1990	Dec. 7.456 de 27.11.1990, Ampliado pelo Dec. 7478 de 23.12.2010
PR	ZN	UC	PE DA GRACIOSA	Parque Estadual	PI	estadual	1990	Decreto nº 7.302 de 24/10/1990
PR	ZN	UC	PE DA ILHA DO MEL	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 5.506 de 22/03/2002
PR	ZN	UC	PE DA MATA DO GODOY	Parque Estadual	PI	estadual	1989	Decreto nº 5.150 de 05/06/1989
PR	ZN	UC	PE DA MATA SÃO FRANCISCO	Parque Estadual	PI	estadual	1994	Decreto nº 4.333 de 05/12/1994
PR	ZN	UC	PE DA SERRA DA BAITACA	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 5.765 de 05/12/1994
PR	ZN	UC	PE DAS LAURÁCEAS	Parque Estadual	PI	estadual	1979	Decreto nº 729 de 27/06/1979
PR	ZN	UC	PE DE AMAPORK	Parque Estadual	PI	estadual	1956	Dec. 20.847 de 28.01.1956, alterado pelo Dec. 3280 de 18.11.2011
PR	ZN	UC	PE DE CAMPINHOS	Parque Estadual	PI	estadual	1960	Decreto nº 31.013 de 20/07/1960 / Alterado pelo Decreto 5.768 de 05/06/2002
PR	ZN	UC	PE DE IBICATU	Parque Estadual	PI	estadual	1982	Decreto nº 4.835 de 15/02/1982 / Ampliado pelo Decreto nº 581 de 30/07/2009
PR	ZN	UC	PE DE IBIPORÃ	Parque Estadual	PI	estadual	1980	Decreto nº 2.301 de 30/04/1980
PR	ZN	UC	PE DE PALMAS	Parque Estadual	PI	estadual	1989	Ofício 190 de 04/08/1989
PR	ZN	UC	PE DE VILA VELHA	Parque Estadual	PI	estadual	1953	Lei 2192 de 12/10/1953 / Alterado pelo Decreto 5767 de 05/06/2002
PR	ZN	UC	PE DO BOGUAÇU	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 4.056 de 26/02/1998
PR	ZN	UC	PE DO CAXAMBU	Parque Estadual	PI	estadual	1979	Decreto nº 6.351 de 23/02/1979 / Alt. Decreto nº 3.281 de 18/11/2011
PR	ZN	UC	PE DO CERRADO	Parque Estadual	PI	estadual	1992	Dec. 1.232 de 27.03.1992, Ampliado pelo Dec. 1.527 de 02.10.2007
PR	ZN	UC	PE DO LAGO AZUL	Parque Estadual	PI	estadual	1997	Decreto nº 3.256 de 30/06/1997

PR	ZN	UC	PE DO MONGE	Parque Estadual	PI	estadual	1960	Decreto nº 4.170 de 22/02/1960
PR	ZN	UC	PE DO PALMITO	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Dec. 4.493 de 17.06.1998 Ampliado e recategorizado Dec. 7097 - 06.06. 2017
PR	ZN	UC	PE DO PAU-OCO	Parque Estadual	PI	estadual	1994	Decreto nº 4.266 de 21/11/1994
PR	ZN	UC	PE DO PENHASCO VERDE	Parque Estadual	PI	estadual	1991	Decreto nº 457 de 05/04/1991
PR	ZN	UC	PE DO PICO MARUMBI	Parque Estadual	PI	estadual	1990	Decreto nº 7.300 de 24/10/1990
PR	ZN	UC	PE DO RIO DA ONÇA	Parque Estadual	PI	estadual	1981	Decreto nº 3.825 de 05/06/1981
PR	ZN	UC	PE DO RIO GUARANI	Parque Estadual	PI	estadual	2000	Decreto nº 2.322 de 19/07/2000
PR/SP	ZN	UC	PE DO RIO TURVO	Parque Estadual	PI	estadual	2008	LEI Nº 12.810, DE 21.02.2008
PR	ZN	UC	PE ILHA DO CARDOSO	Parque Estadual	PI	estadual	1962	Decreto nº 40.319 de 30/07/1962
PR	ZN	UC	PE JACUPIRANGA	Parque Estadual	PI	estadual	1969	Decreto 145 de 08/08/1969
PR	ZN	UC	PE JOÃO PAULO II	Parque Estadual	PI	estadual	1986	Lei. 8.299 de 09.05.1986
PR/SP	ZN	UC	PE LAGAMAR CANANÉIA	Parque Estadual	PI	estadual	2008	LEI Nº 12.810, DE 21.02.2008
PR	ZN	UC	PE MORRO DO DIABO	Parque Estadual	PI	estadual	1986	Decreto nº 25.342 de 04/06/1986
PR	ZN	UC	PE PICO PARANÁ	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 5.769 de 05/06/2002
PR	ZN	UC	PE PROFESSOR JOSÉ WACCHOWICZ	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 5.766 de 05/06/2002
PR	ZN	UC	PE ROBERTO RIBAS LANGE	Parque Estadual	PI	estadual	1994	Decreto nº 4.267 de 21/11/1994
PR	ZN	UC	PE SANTA CLARA	Parque Estadual	PI	estadual	2006	Decreto nº 6537 de 03/05/2006
PR	ZN	UC	PE SÃO CAMILO	Parque Estadual	PI	estadual	1990	Decreto nº 6.595 de 22.02.1990 Alterado pelo Decreto nº 7885 de 29.07.2010
PR	ZN	UC	PE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO	Parque Estadual	PI	estadual	1965	Decreto nº 17.790 de 17/06/1965
PR	ZN	UC	REBIO DAS ARAUCÁRIAS	Reserva Biológica	PI	federal	2006	Decreto nº S/N de 24/03/2006
PR	ZN	UC	REBIO DAS PEROBAS	Reserva Biológica	PI	federal	2006	Decreto nº S/N de 21/03/2006
PR	ZN	UC	REBIO DE SÃO CAMILO	Reserva Biológica	PI	estadual	1990	Decreto nº 6.595 de 22/02/1990
PR	ZA	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Proteção Ambiental	APP	-	-	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PR	ZN	UC	RESERVA DA POUSADA GRACIOSA	Reserva Florestal	PI	-	-	Não disponibilizado
PR	ZA	UC	RESERVA FLORESTAL DE FIGUEIRA	Reserva Florestal	PI	-	1979	Dec.6.351 de 23.02.1979
PR	ZA	UC	RESERVA FLORESTAL SECO	Reserva Florestal	PI	-	1986	Dec. 2.442 de 10.02.1986
PR	ZN	UC	RPPN ALEGRETE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN ANTONIO GARBIN NETO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	399/98
PR	ZN	UC	RPPN CASCATINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	Dec. Nº 234 / 2007
PR	ZN	UC	RPPN COTREFAL II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	49/98
PR	ZN	UC	RPPN DAS ARAUCÁRIAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN ECOVILLE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2008	Dec. Nº 1358 / 2008
PR	ZN	UC	RPPN EDELA TOLDO E OUTROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	167/98
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA BARRA MANSÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA DA BARRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	38/98
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA ITABERA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	089/07
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA PAIQUERR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	97/98
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA PRIMAVERA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA RINCNO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA SANTA AMERICA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2006	159/06
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA URU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria 20/04
PR	ZN	UC	RPPN FEDERAL DO CORREDOR DO IGUAÇU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria 166/01
PR	ZN	UC	RPPN IGUAÇU I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN MONTE ARARAT	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria 104/02
PR	ZN	UC	RPPN NARCISO LUIZ VANNINI II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	77/98
PR	ZN	UC	RPPN NARCISO LUIZ VANNINI III	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	78/98
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA ECOLÓGICA SEBUÍ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL EGUAS BELAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2004	184/04
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL MORRO DA MINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2003	46/03
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL RIO CACHOEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	159/07
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	1574/07
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	160/07
PR	ZN	UC	RPPN SALTO MORATO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	64/98
PR	ZN	UC	RPPN SÍTIO BANANAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria 49/02
PR	ZN	UC	RPPN SÍTIO MONTE ARARAT	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN TARUMR - PARTE I E PARTE II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
PR	ZN	UC	RPPN URÚ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 20 de 08/03/2004
PR	ZN	UC	RPPN V	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2007	161/07
PR	ZN	UC	RVS DO PINHÃO	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	1983	Decreto nº 6.023 de 18.01.1983
PR	ZN	UC	RVS DOS CAMPOS DE PALMAS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	federal	2006	Decreto nº S/Nº de 04/04/2006
PR	ZA	UC	APA DO IGUAÇÚ	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1991	Decreto nº 410 de 25/07/1991
PR	ZN	APP	APP MARGEM BRASILEIRA DO LAGO DE ITAIPU BINACIONAL	Área de Preservação Permanente	PI	-	1979	Decreto Federal 83.225- de 01/03/1979
PR	ZN	APP	APP RESERVA BIOLÓGICA REFÚGIO BELA VISTA	Área de Preservação Permanente	PI	-	1984	Resolução Itaipu 252 de 27 de junho de 1984 / Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
PR	ZN	UC	ARIE DA RESERVA BIOLÓGICA DE SANTA HELENA	Área de Relevante Interesse Ecológico	PI	-	1993	Decreto Municipal 069/30 de abril de 1993



PR	ZN	UC	ARIE FAIXA DE PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ITAIPU	Área de Relevante Interesse Ecológico	PI	-	1993	Decreto Municipal 069/30 de abril de 1993
PR	ZA	UC	FE CÔRREGO DA BIQUINHA	Floresta Estadual	US	estadual	1994	Decreto nº 4.265 de 21/11/1994
PR	ZN	UC	PE VALE DO CÔDO	Parque Estadual	PI	estadual	2007	Decreto nº 1528 de 02/10/2007
PR	ZN	UC	PNM DANZIGER HOF	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1995	Lei ordinária nº 934 de 28/04/1995
PR	ZN	UC	PNM PEROBA ROSA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1995	Lei ordinária nº 935 de 28/04/1995
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA FIGUEIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1994	Portaria nº 132 de 08/12/1994
PR	ZN	UC	RPPN JOSÉ MANZANO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 098, DE 18/06/2008
PR	ZN	UC	RPPN LUZ DO SOL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 157, DE 09/09/2008
PR	ZN	UC	RPPN MATA MORENA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 097, DE 18/06/2008
PR	ZN	UC	RPPN RANCHO SONHO MEU – PARTE I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 018, DE 22/01/2008
PR	ZN	UC	RPPN RANCHO SONHO MEU – PARTE II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 017, DE 22/01/2008
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA PAISAGEM ARAUCÁRIA – PAPAGAIO DO PEITO ROXO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 093, DE 16/05/2008
PR	ZN	UC	RPPN BUTUQUARA (FAZENDA SANTA RITA)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 189, DE 03/11/2008
PR	ZN	UC	RPPN CAMINHO DAS TROPAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2008	PORTARIA nº 188, DE 03/11/2008
PR	ZN	UC	MONA SALTO SÃO JOÃO	Monumento Natural	PI	estadual	2010	Decreto nº 9.108 de 23/12/2010
PR	ZN	UC	PARNA GUARICANA	Parque Nacional	PI	federal	2014	Decreto nº Sem número de 13/10/2014
PR	ZN	UC	PARNA MARINHO DAS ILHAS DOS CURRAIS	Parque Nacional	PI	federal	2013	Lei ordinária nº 12.829 de 20/06/2013
PR	ZN	UC	PE DA SERRA DA ESPERANÇA	Parque Estadual	PI	estadual	2010	Decreto nº 9.110 de 23/12/2010
PR	ZN	UC	PE VITÓRIO PIASSA	Parque Estadual	PI	estadual	2009	Decreto nº 5.169 de 30/07/2009
PR	ZN	UC	PNM VISTA ALEGRE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2012	Decreto nº 427 de 08/05/2012
PR	ZN	UC	REBIO BOM JESUS	Reserva Biológica	PI	federal	2012	Decreto nº S/N de 05/06/2012
PR	ZN	UC	REBIO DA BIODIVERSIDADE	Reserva Biológica	PI	estadual	2010	Decreto nº 6.045 de 08/01/2010
PR	ZN	UC	REBIO ESTADUAL DA BIODIVERSIDADE COP9 MOP4	Reserva Biológica	-	-	2010	Dec. 6.045 de 08.01.2010
PR	ZN	UC	RPPN AIRUMÃ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2013	Dec. Nº 521 / 2013
PR	ZN	UC	RPPN ANTENOR RIVAL CREMA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2014	Portaria 118/14
PR	ZN	UC	RPPN ANTONIO CARLOS VILLA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	PORTARIA IAP nº 232, de 16/08/2013
PR	ZN	UC	RPPN ARAÇÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2013	Dec. Nº 1832 / 2013
PR	ZN	UC	RPPN BACACHERI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2011	Dec. Nº 464 / 2011
PR	ZN	UC	RPPN BARIGUI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2009	Dec. Nº 1495 / 2009



PR	ZN	UC	RPPN BEPPE NICHELE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2016	Dec. Nº 219 / 2016
PR	ZN	UC	RPPN BOSQUE DA CORUJA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Dec. Nº 729 / 2012
PR	ZN	UC	RPPN BRAFER	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	PORTARIA IAP nº 090 DE 13/05/2014
PR	ZN	UC	RPPN CANELA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Dec. Nº 951 / 2012
PR	ZN	UC	RPPN CAXINGUELÊ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Dec. Nº 1702 / 2017
PR	ZN	UC	RPPN CEDRO-ROSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Dec. Nº 948 / 2012
PR	ZN	UC	RPPN DA TURBINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	PORTARIA nº 154, DE 25/07/2011
PR	ZN	UC	RPPN DOIS IRMÃOS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2017	Portaria 129/17
PR	ZN	UC	RPPN ENCANTADA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	PORTARIA IAP Nº 190 DE 02/09/2014
PR	ZN	UC	RPPN ERVA-MATE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Dec. Nº 950 / 2012
PR	ZN	UC	RPPN FAMÍLIA LAVAGNOLI - I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	PORTARIA nº 152, DE 25/07/2011
PR	ZN	UC	RPPN FAMÍLIA LAVAGNOLI - II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	PORTARIA nº 153, DE 25/07/2011
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOM JESUS DAS ARAUCÁRIAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	PORTARIA nº 074, DE 02/05/2009
PR	ZN	UC	RPPN FAZENDA BOM JESUS DAS PALMEIRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	PORTARIA nº 075, DE 02/05/2009
PR	ZN	UC	RPPN GERONASSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Dec. Nº 1704 / 2017
PR	ZN	UC	RPPN GUABIROBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Dec. Nº 952 / 2012
PR	ZN	UC	RPPN JATAI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2013	Dec. Nº 1830 / 2013
PR	ZN	UC	RPPN JERIVÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Dec. Nº 956 / 2012
PR	ZN	UC	RPPN LEON SFEIR VON LINSINGEN	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	PORTARIA nº 064, DE 20/04/2010
PR	ZN	UC	RPPN MEIA LUA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	PORTARIA IAP nº 42, DE 08/03/2016
PR	ZN	UC	RPPN MORRO DO BRUNINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	PORTARIA IAP nº 058 DE 24/03/2014
PR	ZN	UC	RPPN NAME	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2016	Dec. Nº 106 / 2016
PR	ZN	UC	RPPN NARCISO LUIZ VANNINI IV	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	110/02
PR	ZN	UC	RPPN PA 17 DE ABRIL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2016	PORTARIA IAP Nº 24 DE 16/02/2016
PR	ZN	UC	RPPN PAPAGAIO-DE-PEITO-ROXO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2017	Portaria 637/17
PR	ZN	UC	RPPN PEDRA SOBRE PEDRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2016	Portaria Setembro/16
PR	ZN	UC	RPPN PERNA DO PIRATA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 53 de 13/07/2010
PR	ZN	UC	RPPN POUSADA GRACIOSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria 89/11
PR	ZN	UC	RPPN RECANTO DAS NASCENTES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	PORTARIA IAP nº 257, DE 17/09/2013
PR	ZN	UC	RPPN RECANTO VERDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	PORTARIA nº 125, DE 22/06/2011
PR	ZN	UC	RPPN REFÚGIO CAROLINA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2014	PORTARIA IAP nº 227 DE 28/10/2014





PR	ZN	UC	RPPN REFÚGIO DO JACU	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Dec. Nº 1703 / 2017
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL FAZENDA SANTA MARIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	PORTARIA nº 058, DE 30/03/2011
PR	ZN	UC	RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	PORTARIA nº 059, DE 30/04/2011
PR	ZN	UC	RPPN SÃO MATEUS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	PORTARIA nº 247, DE 09/12/2010
PR	ZN	UC	RPPN SÃO PEDRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	PORTARIA nº 246, DE 09/12/2010
PR	ZN	UC	RPPN SERRA DAS ÁGUAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2018	Portaria 111/18
PR	ZN	UC	RPPN SERRA DAS ÁGUAS I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2018	Portaria 110/18
PR	ZN	UC	RPPN SERRA DAS ÁGUAS II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2018	Portaria 109/18
PR	ZN	UC	RPPN SERRA DO CADEADO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	PORTARIA IAP nº 228, de 13/08/2013
PR	ZN	UC	RPPN SERRA DO CADEADO I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	PORTARIA IAP nº 228, de 13/08/2013
PR	ZN	UC	RPPN SITIO DO SUECO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2015	PORTARIA IAP nº 019 DE 06/02/2015
PR	ZN	UC	RPPN SITIO SÃO LUIZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2017	Portaria 129/17
PR	ZN	UC	RPPN TABOÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2012	Dec. Nº 954 / 2012
PR	ZN	UC	RPPN TAYNÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 92 de 29/12/2009
PR	ZN	UC	RPPN UMBARÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2014	Dec. Nº 228 / 2014
PR	ZN	UC	RPPN VALE DA VIDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	PORTARIA nº 099, DE 18/05/2011
PR	ZN	UC	RPPN VALE DA VIDA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2011	099/11
PR	ZN	UC	RPPN VILAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2016	Portaria 25/16
PR	ZN	UC	RPPN VÔ MANTINO E AMÉLIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2017	Dec. Nº 1705 / 2017
PR	ZN	UC	RPPNM AIRUMÃ	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2013	Portaria 521/13
PR	ZN	UC	RPPNM ARAÇÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2013	Portaria 1832/13
PR	ZN	UC	RPPNM BACACHERI	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	Municipal	2011	DECRETO nº 464, de 22/02/2011
PR	ZN	UC	RPPNM BARIGUI	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	Municipal	2009	DECRETO nº 1495, de 25/11/2009
PR	ZN	UC	RPPNM BEPPE NICHELE	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2016	Portaria 2019/16
PR	ZN	UC	RPPNM BOSQUE DA CORUJA	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	Municipal	2012	DECRETO nº 729, de 14/05/2012
PR	ZN	UC	RPPNM CANELA	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2012	Portaria 951/12
PR	ZN	UC	RPPNM CAXINGUELÊ	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2017	Portaria 702/17



PR	ZN	UC	RPPNM CEDRO ROSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2012	Portaria 948/12
PR	ZN	UC	RPPNM ERVA MATE	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2012	Portaria 950/12
PR	ZN	UC	RPPNM GERONASSO	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2017	Portaria 704/17
PR	ZN	UC	RPPNM GUABIROBA	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2012	Portaria 952/12
PR	ZN	UC	RPPNM JATAÍ	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2013	Portaria 1830/13
PR	ZN	UC	RPPNM JERIVÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2012	Portaria 956/12
PR	ZN	UC	RPPNM NAME	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2016	Portaria 106/16
PR	ZN	UC	RPPNM REFÚGIO DO JACÚ	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2017	Portaria 703/17
PR	ZN	UC	RPPNM TABOA	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2012	Portaria 954/12
PR	ZN	UC	RPPNM UMBARÁ	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2014	Portaria 228/14
PR	ZN	UC	RPPNM VÔ MARTINO E AMÉLIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal	US	municipais	2017	Portaria 705/17

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

5.14.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	APUCARANA	Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	AVÁ-GUARANI DO OCOÍ	Guarani Kaiowá	PR	Regularizada	Reserva Indígena	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	QUEIMADAS	Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	HERAREKÃ XETÁ	Xetá	PR	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	BARÃO DE ANTONINA	Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	RIO DAS COBRAS	Guarani, Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	SAMBAQUI	Guarani	PR	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	MANGUEIRINHA	Guarani, Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	TEKOHÁ AÑETETE	Guarani	PR	Regularizada	Reserva Indígena	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	RIO AREIA	Guarani	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI



ZA	Território Indígena	MARRECAS	Kaingang	PR	Regularizada	Dominial Indígena	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	PALMAS	Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	CERCO GRANDE	Guarani	PR	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	FAXINAL	Kaingang	PR	Regularizada	Dominial Indígena	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	ILHA DA COTINGA	Guarani	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	IVAI	Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	LARANJINHA	Guarani, Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	PINHALZINHO	Guarani	PR	Regularizada	Reserva Indígena	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	SÃO JERONIMO	Xetá, Guarani, Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	TIBAGY/MOCOCA	Kaingang	PR	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	BOA VISTA - PR	Kaingang	PR	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	YVYPORÃ LARANJINHA	Guarani Nhandeva	PR	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	TEKOHA ITAMARÃ	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	PR	Regularizada	Reserva Indígena	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	TEKOHA ANETETE	-	-	-	-	-	RBMA FASE 6

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.14.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Esfera
ZA	Território Quilombola	54200.001158/2007-54	VARZEÃO	PR	-	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54200.003342/2006-58	ÁGUA MORNA	PR	16/10/2014	30/12/2011	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54.200.001075/2008-46	MANOEL CIRIACO	PR	18/11/2016	21/11/2016	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54200.001727/2005-08	INVERNADA PAIOL DE TELHA	PR	2009/12/23	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54200.003344/2006-47	JOÃO SURÁ	PR	22/12/2014	30/12/2011	-	INCRA	FEDERAL

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.15 ESTADO DE SANTA CATARINA

## 5.15.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
SC	ZA	UC	APA ANHATOMIRIM	Área de Proteção Ambiental	US	federal	1992	Decreto nº 528 de 20/05/1992
SC	ZA	UC	APA DA BALEIA FRANCA	Área de Proteção Ambiental	US	federal	2000	Decreto nº SN de 14/09/2000
SC	ZA	UC	APA DA REPRESA DO ALTO RIO PRETO	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA DA SERRA DO BRILHANTE	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA DE GUARATUBA	Área de Proteção Ambiental	US	-	1992	Decreto nº 1.234 de 27/03/1992
SC	ZA	UC	APA DO ALTO RIO TURVO	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA DO BATEIAS	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA DO BRILHANTE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1993	Lei ordinária nº 2832 de 22/09/1993
SC	ZA	UC	APA DO RIO DOS BUGRES	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA DO RIO VERMELHO/HUMBOLD	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA DOS CAMPOS DO QUIRIRI	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO RIO FERREIRA	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA QUIRIRI	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA RIO ITAJAI MIRIM BOTUVERA	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	APA ROTA DO SOL	Área de Proteção Ambiental	US	-	1997	Decreto nº 37.346 de 11/04/1997
SC	ZA	UC	APA SERRA DONA FRANCISCA	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	1997	Decreto nº 8055 de 04/04/1997
SC	ZN	APP	APP / REMANESCENTE FLORESTAL	Área de Proteção Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SC	ZN	APP	APP MANGUEZAL DA TAPERÁ	Área de Proteção Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SC	ZN	APP	APP MANGUEZAL DO ITACORUBI	Área de Proteção Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA DUNAS DO CAMPECHE	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA DUNAS DO PANTANO DO SUL	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA DUNAS DO SANTINHO	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA ILHA DO CAMPECHE	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA INGLESSES	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA LAGOA DA CHICA	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA LAGOINHA PEQUENA	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA PONTA DO SAMBAQUI	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado



RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA REGIÃO DA COSTA DA LAGOA CONCEIÇÃO	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	-	Área/Bem Tombado	ÁREA TOMBADA RESTINGA DE PONTA DAS CANAS	Área / Bem Tombado	PI / US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	ARIE COSTEIRA DE ZIMBROS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	ARIE SERRA DA ABELHA / RIO DA PRATA	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1996	Decreto nº S/N de 29/05/1996
SC	ZN	UC	ESEC DE CARIJÓS	Estação Ecológica	PI	federal	1987	Decreto nº 94656 de 20/07/1987
SC	ZN	UC	ESEC DE MATA PRETA	Estação Ecológica	PI	federal	2005	Decreto nº S/N de 20/10/2005
SC	ZN	UC	ESEC DO BRACINHO	Estação Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	FLONA DE CAÇADOR	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 560 de 25/10/1968
SC	ZA	UC	FLONA DE CHAPECÓ	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 560 de 25/10/1968
SC	ZA	UC	FLONA DE IBIRAMA	Floresta Natural	US	federal	1988	Decreto nº 95.818 de 11/03/1988
SC	ZA	UC	FLONA DE TRÊS BARRAS	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 560 de 25/10/1968
SC	ZN	APP	ILHAS	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SC	ZN	UC	PARNA DA SERRA DO ITAJAÍ	Parque Nacional	PI	federal	2004	Decreto nº S/N de 07/06/2004
SC	ZN	UC	PARNA DA SERRA GERAL	Parque Nacional	PI	federal	1992	Decreto nº 531 de 20/05/1992
SC	ZN	UC	PARNA DAS ARAUCÁRIAS	Parque Nacional	PI	federal	2005	Decreto nº S/N de 20/10/2005
SC	ZN	UC	PARNA DE APARADOS DA SERRA	Parque Nacional	PI	federal	1959	Decreto nº 47.446 de 18/12/1959
SC	ZN	UC	PARNA DE SÃO JOAQUIM	Parque Nacional	PI	federal	1961	Decreto nº 50.922 de 06/07/1961
SC	ZN	UC	PARQUE ESTADUAL BOTANICO DO MORRO DO BAU	Parque Estadual	PI	estadual	1963	Portaria Estadual nº 5 de 10/09/ 1963
SC	ZN	UC	PE DA SERRA FURADA	Parque Estadual	PI	estadual	1980	Decreto nº 11233 de 23/06/1980
SC	ZN	UC	PE DAS ARAUCÁRIAS	Parque Estadual	PI	estadual	2003	Decreto nº 293 de 30/05/2003
SC	ZN	UC	PE DO RIO VERMELHO	Parque Estadual	PI	estadual	2007	Decreto nº 308 de 24/05/2007
SC	ZN	UC	PE FRITZ PLAUMANN	Parque Estadual	PI	estadual	2003	Decreto nº 797 de 24/09/2003
SC	ZN	UC	PE RIO CANOAS	Parque Estadual	PI	estadual	2004	Decreto nº 1.871 de 27/05/2004
SC	ZN	UC	PEC CORREGO GRANDE	Parque Ecológico	PI	-	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PEC MARACAJA	Parque Ecológico	PI	-	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PEC PREFEITO ROLF COLIN	Parque Ecológico	PI	-	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PM DA LAGOA DO PERI	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PM DA LAGOINHA DO LESTE	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PM DAS DUNAS DA LAGOA DA CONCEIÇÃO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PM DO MACICO DA COSTEIRA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PM DO MORRO DO MACACO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PM GALHETA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PM MORRO DO FINDER	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PNM NASCENTES DO GARCIA	Parque Municipal Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado





SC	ZN	UC	PNM SAO FRANCISCO DE ASSIS	Parque Municipal Natural	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PNM VALE DO RIO DO PEIXE	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
SC	ZA	UC	RDS DA ILHA DO MORRO DO AMARAL	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	municipal	1989	Decreto nº 6.182 de 12/08/1989
SC	ZN	UC	REBIO ESTADUAL DO AGUAÍ	Reserva Biológica	PI	estadual	1983	Decreto nº 10.635 de 01/07/1983
SC	ZN	UC	REBIO MARINHA DO ARVOREDO	Reserva Biológica	PI	federal	1990	Decreto nº 99.142 de 12/03/1990
SC	ZN	UC	REBIO DA CANELA PRETA	Reserva Biológica	PI	-	1980	Decreto nº 11.232 de 20/06/1980
SC	ZN	UC	REBIO DA CANELA PRETA	Reserva Biológica	PI	-	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	REBIO ESTADUAL DO SASSAFRAS	Reserva Biológica	PI	estadual	1977	Decreto nº 2.221 de 07/02/1977
SC	ZN	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
SC	ZA	UC	RESEX MARINHA PIRAJUBAÉ	Reserva Extrativista	US	federal	1992	Decreto nº 533 de 21/05/1992
SC	ZN	UC	RPPN ÁGUAS MORNAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN AMPLUS LUCIDUS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN ANO BOM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN ARAQUARI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN BARRA DO RIO DO MEIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN BARRACAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN BIO ESTAÇÃO ÁGUAS CRISTALINAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN CAETEZAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN CARAGUATÁ E CARAGUATÁ II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN DOS CAETEZAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN FAZENDA ARAUCÁRIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN FAZENDA DO SALTO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN FAZENDA PALMITAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN FAZENDA POUSADA SERRA PITOCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN FLORESCER	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado



SC	ZN	UC	RPPN GRALHA AZUL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN GUAXINIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN HEINZ BAHR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	federal	2015	PORTARIA No - 55, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015
SC	ZN	UC	RPPN JARDIM DOS BEIJA-FLORES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN JHR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN MAIJOMA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN MENINO DEUS (HOSPITAL DE CARIDADE)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN MORRO DAS ARANHAS (COSTAO DO SANTINHO)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN MORRO DO ZIMBROS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN MORRO REDONDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN PAPAGAIOS-DE-ALTITUDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN PARQUE FLORESTAL DO CONTESTADO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN PEQUENO VALE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN PINHEIRINHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN PINHEIRINHO 23	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN PORTAL AGUA BRANCA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	PORTARIA No- 98, de 05/09/2012
SC	ZN	UC	RPPN PRAIA DO ESTALEIRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN PRIMA LUNA I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RÃ BUGIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RANCHO DE LUAR	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RASO DO MANDI II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RECANTO DAS MARÉS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado



SC	ZN	UC	RPPN RESERVA BUGERKOPF	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RESERVA PASSARIN	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RESERVA VOLTA VELHA - PE. PIET VAN DER AART	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RIO DAS LONTRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2005	Portaria nº 34 de 04/05/2005
SC	ZN	UC	RPPN RIO DO JÚLIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RIO DO MEIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN RIO VERMELHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN SANTUÁRIO RÁ-BUGIO I	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 2 de 06/02/2008
SC	ZN	UC	RPPN SANTUÁRIO RÁ-BUGIO II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 16 de 19/03/2008
SC	ZN	UC	RPPN TAIPA DO RIO ITAJAÍ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RPPN VEGA DO SUL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	-	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	RVS CAMPOS DE PALMAS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	federal	2006	Não disponibilizado
SC	ZN	UC	PE ACARAI	Parque Estadual	PI	estadual	2005	Decreto nº 3517 de 23/09/2005
SC	ZN	UC	PE DA SERRA DO TABULEIRO	Parque Estadual	PI	estadual	1975	Decreto nº 1260 de 07/11/1975
SC	ZN	UC	PNM DA CAIEIRA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2004	Decreto nº 11734 de 26/03/2004
SC	ZN	UC	PNM DO ATALAIA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2007	Decreto nº 8107 de 31/01/2007
SC	ZN	UC	PNM ILHA DAS CAPIVARAS/SIBARA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2006	Decreto nº 7954 de 25/07/2006
SC	ZN	UC	PNM MORRO DO CÉU	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2008	Lei ordinária nº 5.207 de 30/08/2008
SC	ZN	UC	RPPN CAPÃO REDONDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2005	Portaria nº 84 de 01/12/2005
SC	ZN	UC	RPPN CHÁCARA EDITH	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 158 de 25/10/2001
SC	ZN	UC	RPPN CURUCACA 4	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 25 de 07/05/2008
SC	ZN	UC	RPPN EMILIO EINSFELD FILHO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 74 de 11/09/2008
SC	ZN	UC	RPPN EMILIO FIORENTINO BATTISTELLA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria nº 53 de 19/04/2002
SC	ZN	UC	RPPN LEÃO DA MONTANHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	Federal	2008	Portaria nº 34 de 23/05/2008



SC	ZN	UC	RPPN PASSARIM	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2004	Portaria nº 21 de 08/03/2004
SC	ZN	UC	RPPN PRIMA LUNA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 100 de 04/09/2001
SC	ZN	UC	RPPN RESERVA LEÃO DA MONTANHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 34 de 23/05/2008
SC	ZN	UC	RPPN RESERVA RIO DAS FURNAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2002	Portaria nº 61 de 19/04/2002
SC	ZN	UC	RPPN VALE DAS PEDRAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2008	Portaria nº 92 de 21/11/2008
SC	ZA	UC	ARIE DO MORRO DO IRIRIÚ	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	municipal	2012	Decreto nº 19.665 de 11/10/2012
SC	ZN	UC	PNM CARIJÓS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2011	Lei ordinária nº 330 de 23/03/2011
SC	ZN	UC	PNM CHAPÉU DAS ÁGUAS	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2010	Lei ordinária nº 1753/2010 de 15/12/2010
SC	ZN	UC	PNM DA GALHETA (FLORIANÓPOLIS)	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2014	Lei ordinária nº 9.698 de 09/12/2014
SC	ZN	UC	PNM DE NAVEGANTES	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2011	Lei complementar nº 117 de 13/10/2011
SC	ZN	UC	PNM DO MORRO DA CRUZ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2013	Lei ordinária nº 9321 de 04/09/2013
SC	ZN	UC	PNM FREYMUND GERMER	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2011	Lei complementar nº 402 de 13/07/2011
SC	ZN	UC	RPPN RIO DAS FURNAS II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	PI	Federal	2013	Portaria nº 168 de 11/03/2013
SC	ZN	UC	RPPN CANTO DA ARAPONGA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 149 de 20/02/2013
SC	ZN	UC	RPPN CORREDEIRAS DO RIO ITAJAÍ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 77 de 04/09/2009
SC	ZN	UC	RPPN CORREDEIRAS DO RIO ITAJAÍ II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 78 de 05/07/2012
SC	ZN	UC	RPPN CORVO BRANCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 120 de 09/11/2012
SC	ZN	UC	RPPN CURUCACA 1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 14 de 19/03/2009
SC	ZN	UC	RPPN CURUCACA 2	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 12 de 19/03/2009
SC	ZN	UC	RPPN CURUCACA 3	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 15 de 19/03/2009
SC	ZN	UC	RPPN DAS ARAUCÁRIAS GIGANTES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 17 de 25/02/2011
SC	ZN	UC	RPPN ESTADUAL RIO DA PRATA BUGIÚ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Portaria nº 237/2011 de 13/09/2011
SC	ZN	UC	RPPN FAZENDA SANTA TEREZINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 19 de 26/03/2009
SC	ZN	UC	RPPN GRANDE FLORESTA DAS ARAUCÁRIAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 78 de 29/09/2011



SC	ZN	UC	RPPN GRUTINHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 05 de 13/02/2009
SC	ZN	UC	RPPN ODIR ZANELATTO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 103 de 14/09/2012
SC	ZN	UC	RPPN PASSARIM II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 6 de 13/01/2012
SC	ZN	UC	RPPN PEDRA DA ÁGUIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 23 de 29/04/2009
SC	ZN	UC	RPPN PORTAL DAS NASCENTES	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 9 de 28/01/2010
SC	ZN	UC	RPPN PORTAL DAS NASCENTES II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2011	Portaria nº 90 de 11/11/2011
SC	ZN	UC	RPPN PORTO FRANCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 73 de 31/08/2010
SC	ZN	UC	RPPN RASO DO MANDI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2012	Portaria nº 77 de 27/06/2012
SC	ZN	UC	RPPN REFÚGIO DO MACUCO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 60 de 29/07/2010
SC	ZN	UC	RPPN RETIRO TUN	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 44 de 05/06/2009
SC	ZN	UC	RPPN RIO DAS FURNAS II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2013	Portaria nº 168 de 11/03/2013
SC	ZN	UC	RPPN SERRA DO LUCINDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 72 de 31/08/2010
SC	ZN	UC	RPPN TAIPA RIO DO COURO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2010	Portaria nº 56 de 27/07/2010

## LEGENDA

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)

## 5.15.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ZONA	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FONTE
ZA	Território Indígena	Águas Claras	Guarani Mbya	SC	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Aldeia Kondá	Kaingang	SC	Regularizada	Reserva Indígena	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Amaral/Teokoá Kuriy	Guarani Mbya	SC	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Toldo Imbu	Kaingang	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Morro da Palha	Guarani Mbya	SC	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Canelinha	Guarani Mbya	SC	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LISUL	FUNAI





ZA	Território Indígena	Xaçecó (Pinhalzinho-Canhadão)	Guarani, Kaingang	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Pirai	Guarani Mbya	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Pindoty	Guarani Mbya	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Tarumã	Guarani Mbya	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Xaçecó	Guarani, Kaingang	SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Toldo Chimbangue	Kaingang	SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Toldo Chimbangue II	Kaingang	SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Palmas	Kaingang	PR, SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Morro dos Cavalos	Guarani	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Cachoeira dos Inácios	Guarani Mbya	SC	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Guarani de Araçai	Guarani	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Ibirama	Xoklêng, Guarani, Kaingang	SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Ibirama-La Klânô	Xoklêng, Guarani, Kaingang	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Mbiguaçu	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Morro Alto	Guarani Mbya	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Pinhal	Kaingang	SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Toldo Pinhal	Kaingang	SC	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI
ZA	Território Indígena	Rio dos Pardos	Xoklêng	SC	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-INTSUL	FUNAI

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.15.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

ZONA	TIPO AP	Nº PROCESSO	NOME DA COMUNIDADE	UF	DATA DE PUBLICAÇÃO 1	DATA DE PUBLICAÇÃO 2	DATA DO TÍTULO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESFERA
ZA	Território Quilombola	54210.000354/2004-40	INVERNADA DO NEGROS	SC	2007/02/09	2008/12/22	0000/00/00	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54210.000565/2006-44	CAMPO DOS POLI	SC	16/08/2017	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54210.001323/2007-59	FAMÍLIA THOMAZ	SC	26/12/2012	-	-	INCRA	FEDERAL
ZA	Território Quilombola	54210.000262/2005-41	SAO ROQUE	SC	0000/00/00	0000/00/00	0000/00/00	INCRA	FEDERAL

**LEGENDA**

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



## 5.16 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## 5.16.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
RS	ZA	UC	APA DA LAGOA DE ITAPEVA	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZA	UC	APA DE GENERAL CÂMARA	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZA	UC	APA DO BANHADO GRANDE	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1998	Decreto nº 38.971 de 26/10/1998
RS	ZA	UC	APA ESTADUAL DO DELTA DO JACUÍ	Área de Proteção Ambiental	US	-	2005	Lei 12.371
RS	ZA	UC	APA GUAJUVIRAS	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZA	UC	APA MORRO DA BORUSSIA	Área de Proteção Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZA	UC	APA ROTA DO SOL	Área de Proteção Ambiental	US	estadual	1997	Decreto nº 37.346 de 14/04/1997
RS	ZN	APP	APP	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RS	ZN	APP	APP / REMANESCENTE FLORESTAL	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RS	ZA	UC	ARIE DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	Área de Relevante Interesse Ambiental	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZA	UC	ARIE PONTAL DOS LATINOS E PONTAL DOS SANTIAGOS	Área de Relevante Interesse Ecológico	US	federal	1984	Resolução nº 05 de 05/06/1984
RS	ZN	APP	BACIA HIDROGRÁFICA	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RS	-	CORREDOR	CORREDOR ECOLÓGICO 4A COLONIA	Corredor Ecológico	PI / US	-	-	Não disponibilizado
RS	-	CORREDOR	CORREDOR ECOLÓGICO CERVO PANTANAL	Corredor Ecológico	PI / US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	ESEC ARATINGA	Estação Ecológica	PI	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	ESEC DE ARACURI-ESMERALDA	Estação Ecológica	PI	federal	1981	Decreto nº 86061 de 02/06/1981
RS	ZN	UC	ESEC DO TAIM	Estação Ecológica	PI	-	1986	Decreto nº 81.606
RS	ZN	UC	ESEC ESTADUAL ARATINGA	Estação Ecológica	PI	estadual	1997	Decreto nº 37.345 de 14/04/1997
RS	ZN	APP	ESTUÁRIO	Área de Preservação Permanente	PI / US	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RS	ZA	UC	FLONA DE CANELA	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 561 de 25/10/1968
RS	ZA	UC	FLONA DE PASSO FUNDO	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 561 de 25/10/1968
RS	ZA	UC	FLONA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	Floresta Natural	US	federal	1968	Portaria nº 561 de 25/10/1968
RS	ZN	APP	HORTO FLORESTAL DE CACHOEIRINHA	Área de Preservação Permanente	PI	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
RS	-	CORREDOR	MICROCORREDORES ITAPEVA	Microcorredores		-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PARNA DA LAGOA DO PEIXE	Parque Nacional	PI	federal	1986	Decreto nº 93546 de 06/11/1986
RS	ZN	UC	PARNA DA SERRA GERAL	Parque Nacional	PI	federal	1992	Decreto nº 531 de 20/05/1992
RS	ZN	UC	PARNA DE APARADOS DA SERRA	Parque Nacional	PI	federal	1959	Decreto nº 47.446 de 18/12/1959
RS	ZN	UC	PE DA GUARITA	Parque Estadual	PI	estadual	1971	Decreto nº 21.540
RS	ZN	UC	PE DE ESPIGÃO ALTO	Parque Estadual	PI	estadual	1949	Decreto nº 658 de 11/03/1949
RS	ZN	UC	PE DE ITAPEVA	Parque Estadual	PI	estadual	2002	Decreto nº 42009 de 13/12/2002



RS	ZN	UC	PE DE ITAPUÃ	Parque Estadual	PI	estadual	1973	Decreto nº 22.575 de 14/07/1973 Alterado pelo Dec. 33.886 de 11/03/1991
RS	ZN	UC	PE DE RONDINHA	Parque Estadual	PI	estadual	1982	Decreto nº 30.645 de 22/04/1982
RS	ZN	UC	PE DO CAMAQUÃ	Parque Estadual	PI	estadual	1975	Decreto nº 23.798 de 12/03/1975
RS	ZA	UC	PE DO CARACOL	Parque Estadual	US	estadual	1973	Decreto nº 22.576 (data alt. 21/07/78) ( alt. Dec. 27389)
RS	ZN	UC	PE DO DELTA DO JACUÍ	Parque Nacional	PI	-	1976	Decreto nº 24.385 de 14/01/1976
RS	ZN	UC	PE DO IBITIRIÁ	Parque Estadual	PI	estadual	1975	Decreto nº 23.798 de 14/03/1975
RS	ZN	UC	PE DO PAPAGAIO-CHARÃO	Parque Estadual	PI	estadual	1982	Decreto nº 30.645 de 22/04/1982
RS	ZN	UC	PE DO PODOCARPUS	Parque Estadual	PI	estadual	1975	Decreto nº 23.798 de 12/03/1975
RS	ZN	UC	PE DO TAINHAS	Parque Estadual	PI	estadual	1975	Decreto nº 23.798 de 14/03/1975
RS	ZN	UC	PE DO TURVO	Parque Estadual	PI	estadual	1947	Decreto nº 2.312 de 11/03/1947
RS	ZN	UC	PE QUARTA COLÔNIA	Parque Estadual	PI	estadual	2005	Decreto nº 44.186 de 20/12/2005
RS	ZN	UC	PM DA RONDA	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PM DE SERTÃO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PM DOUTOR TANCREDO NEVES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PM DR. TANCREDO NEVES	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PM LONGINES MALINOWISKI	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PM MORRO DO OSSO	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PM SAINT' HILAIRE	Parque Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PNM IMPERATRIZ LEOPOLDINA	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	PNM TUPANCY	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	REBIO AGUAI	Reserva Biológica	PI	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	REBIO BANHADO MAÇARICO	Reserva Biológica	PI	-	-	Dec. 52.144
RS	ZN	UC	REBIO DA SERRA GERAL	Reserva Biológica	PI	estadual	1982	Decreto nº 30.788 de 27/07/1982
RS	ZN	UC	REBIO DO IBICUÍ MIRIM	Reserva Biológica	PI	-	1982	Decreto nº 30.950 de 12/11/1982
RS	ZN	UC	REBIO DO LAMI	Reserva Biológica	PI	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	REBIO DO MATO GRANDE	Reserva Biológica	PI	estadual	1975	Decreto nº 23.798 de 14/03/1975
RS	ZN	UC	REBIO ESTADUAL MATA PALUDOSA	Reserva Biológica	PI	estadual	1998	Decreto nº 38972 de 23/10/1998
RS	ZN	UC	REBIO MORENOS FORTES	Reserva Biológica	PI	-	-	Não disponibilizado
RS	ZA	UC	RESEC REF. DE VIDA SILV. DA ILHA DOS	Reserva Ecológica	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	RPPN PROF. DELAMAR HARRY DOS REIS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1999	Portaria 047/99-N
RS	ZN	UC	RPPN BOSQUE DE CANELA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	1998	Portaria nº 118-N de 24/08/1998
RS	ZN	UC	RPPN CHÁCARA SANANDUVA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1999	Portaria 038/99-N
RS	ZN	UC	RPPN COSTA DO SERRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2000	Portaria 20/2000
RS	ZN	UC	RPPN ESTÂNCIA SANTA RITA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria 167/98-N
RS	ZN	UC	RPPN FARROUPILHA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2005	Portaria 57/2005
RS	ZN	UC	RPPN FAZENDA CURUPIRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1999	Portaria 28/99-N
RS	ZN	UC	RPPN FAZENDA DAS PALMAS	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2001	Portaria 20/01
RS	ZN	UC	RPPN FAZENDA MORRO DE SAPUCAIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria 94/02
RS	ZN	UC	RPPN FAZENDA RODEIO BONITO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1992	Portaria 021/92-N



RS	ZN	UC	RPPN MARIANA PIMENTEL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1999	Portaria 06/99-N
RS	ZN	UC	RPPN O BOSQUE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	RPPN PONTAL DA BARRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1999	Portaria 080/99
RS	ZN	UC	RPPN POSSE DOS FRANCIOSI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	RPPN RANCHO MIRA-DA-SERRA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1997	Portaria 124/97-N
RS	ZN	UC	RPPN RECANTO DO ROBALO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2002	Portaria 55/02
RS	ZN	UC	RPPN RESERVA DO CAPÃO GRANDE	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Portaria 98/98-N
RS	ZN	UC	RPPN RESERVA JARDIM DA PAZ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	2001	Portaria 53/01
RS	ZA	UC	RPPN SCHUSTER	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1992	Portaria 020/92-N
RS	ZN	UC	RPPN SÍTIO PORTO DA CAPELA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1995	Portaria 62/95-N
RS	ZN	UC	RPPN UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	RVS BANHADO DOS PACHECOS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	estadual	2002	Decreto nº 41.559 de 25/04/2002
RS	ZN	UC	RVS ILHA DOS LOBOS	Refúgio de Vida Silvestre	PI	federal	1983	Decreto nº 88.463 de 04/07/1983
RS	ZN	UC	RVS MATO DOS SILVA	Refúgio de Vida Silvestre	PI	-	-	Não disponibilizado
RS	ZN	UC	RVS MOLHE LESTE	Refúgio de Vida Silvestre	PI	-	-	Não disponibilizado
RS	ZA	UC	APA DA LAGOA VERDE	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2005	Lei ordinária nº 6084 de 22/04/2005
RS	ZN	UC	PNM DE SERTÃO	Parque Natural Municipal	PI	municipal	1998	Lei ordinária nº 1.170/98 de 04/09/1998
RS	ZN	UC	RPPN RESERVA MARAGATO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2007	Portaria nº 14 de 15/10/2007
RS	ZN	UC	MONAT MUNICIPAL CAPÃO DA AMIZADE	Monumento Natural	PI	municipal	2009	Lei ordinária nº 1.141/2009 de 26/10/2009
RS	ZN	UC	RPPN DA UNISC	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 16 de 19/03/2009
RS	ZN	UC	RPPN MATA DO PROFESSOR BAPTISTA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 52 de 29/06/2009
RS	ZN	UC	RPPN RONCO DO BUGIO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2009	Portaria nº 6 de 13/02/2009

**LEGENDA**

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)



## 5.16.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Zona	TIPO AP	NOME DA TI	ETNIA	UF	FASE LEGAL	MODALIDADE	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Observação
ZA	Território Indígena	Estrada do Mar	Guarani Mbya	RS	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Mato Castelhana	Kaingang	RS	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Campo Bonito	Guarani Mbya	RS	Regularizada	Reserva Indígena	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Kaingang de Iraí	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Guarita	Guarani, Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Cacique Doble	Guarani, Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Capivari	Guarani Mbya	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Carreteiro	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Guarani Barra do Ouro	Guarani	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Guarani de Águas Brancas	Guarani	RS	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Guarani Votouro	Guarani	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Inhacorá	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Irapuá	Guarani	RS	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Ligeiro	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Monte Caseros	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Nonoai	Guarani, Kaingang	RS	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Nonoai/Rio da Várzea	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Pacheca	Guarani	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Rio dos Índios	Kaingang	RS	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Salto Grande do Jacuí	Guarani	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Serrinha	Kaingang	RS	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Varzinha	Guarani Mbya	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Ventarra	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Votouro/Kandóia	Kaingang	RS	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Mato Preto	Guarani	RS	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-LISUL	-
ZA	Território Indígena	Votouro	Kaingang	RS	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Passo Grande do Rio Forquilha	Kaingang	RS	Declarada	Tradicionalmente ocupada	CR-PFD	-
ZA	Território Indígena	Aldeia Kondá	-	RS	-	-	-	-
ZA	Território Indígena	Cantagalo	-	RS	-	-	-	-





ZA	Território Indígena	Estrela	-	RS	-	-	-	Ação de Desapropriação nº 5004798-11.2013.404.7114 (Estado do RS), Portaria DOU nº 531 de 14/04/2010
ZA	Território Indígena	Pó Mág	-	RS	-	-	-	Compensação através de Portaria nº 394 de 24/04/2013 (DNIT)
ZA	Território Indígena	Estrada do Mar-Interlagos-Sol Nascente	-	RS	-	-	-	Aquisição como indenização pelos impactos da BR 101 (DNIT)

**LEGENDA**

	Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7
	Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

## 5.17 ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### 5.17.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

UF	ZONA	TIPO AP	NOME DA ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA	GRUPO	ESFERA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
MS	ZA	UC	APA ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ	Área de Proteção Ambiental Nacional	US	federal	1997	Decreto nº S/N de 30/09/1997
MS	ZA	UC	APA MUNICIPAL DA NASCENTE DO RIO AMAMBAI	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2005	Decreto Municipal nº 040/2005
MS	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO RIO AMAMBAI	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2006	Decreto Municipal nº 185/2006
MS	ZA	UC	APA MUNICIPAL DO RIO PERDIDO	Área de Proteção Ambiental	US	municipal	2005	Decreto Municipal nº 3107/2005
MS	ZN	UC	PARNA DA SERRA DA BODOQUENA	Parque Nacional	PI	federal	2000	Decreto nº S/N de 21/09/2000
MS	ZN	UC	PARNA DE ILHA GRANDE	Parque Nacional	PI	federal	1997	Decreto nº S/N de 30/09/1997
MS	ZN	UC	PE DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA	Parque Estadual	PI	estadual	1998	Decreto nº 9.278 de 17/12/1998
MS	ZN	UC	PNM DO PARAGEM	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2007	Lei ordinária nº 3009 de 23/11/2007
MS	ZN	UC	PNM PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NAVIRAI	Parque Natural Municipal	PI	municipal	-	Não disponibilizado
MS	ZN	APP	REMANESCENTES FLORESTAIS	Área de Preservação Permanente	APP	-	2008	Lei 12.651/2012- Novo Código florestal
MS	ZN	UC	RPPN ESTADUAL LARANJAL (CABECEIRA DO MIMOSO)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2004	DEL CECA 014/2004
MS	ZN	UC	RPPN SANTA CECÍLIA II	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	-	1998	Deliberação nº 002 de 08/08/1998
MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - AMAMBAI	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 181/2003, de 28/04/2003
MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - CORONEL SAPUCAIA	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 018/2003, de 28/04/2003
MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - IGUATEMI	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 200/2003, de 28/03/2003
MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - JAPORÃ	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 147/2003, de 28/04/2003
MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - MUNDO NOVO	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 2281/2003, de 30/04/2003
MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - PARANHOS	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 003/2003, de 28/04/2003



MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - SETE QUEDAS	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 017/2003, de 28/04/2003
MS	ZA	UC	APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - TACURU	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2003	Decreto nº 023/2003, de 28/04/2003
MS	ZA	UC	APA MUN. DAS NASCENTES DO RIO AMAMBAI - CORONEL SAPUCAIA (PARTE)	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2005	Decreto nº 040/2005
MS	ZA	UC	APA MUN. DO RIO AMAMBAI - AMAMBAI	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2006	Decreto nº 185/2006
MS	ZA	UC	APA MUN. RIO PERDIDO (PARTE)	Área de Proteção Ambiental Municipal	US	municipal	2005	Decreto nº 3107/2005
MS	ZN	UC	MONAT DA GRUTA DO LAGO AZUL	Monumento Natural	PI	estadual	2001	Decreto nº 10.394 de 12/06/2001
MS	ZN	UC	PNM DO CÔRREGO CUMANDAÍ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2001	Decreto nº 044/2001 de 25/08/2001
MS	ZN	UC	RPPN B'LONGALÉ	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	federal	2001	Portaria nº 116/2001
MS	ZN	UC	RPPN LARANJAL	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2004	Deliberação nº 014/2004
MS	ZN	UC	RPPN SÃO GERALDO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	1999	Resolução nº 08/2014
MS	ZN	UC	EE VEREDAS DE TAQUARUSSU	Estação Ecológica	PI	municipal	2017	Decreto nº 038/2017 de 24/03/2017
MS	ZN	UC	PNM DE NAVIRAÍ	Parque Natural Municipal	PI	municipal	2009	Decreto nº 051/2009 de 18/03/2009
MS	ZN	UC	REBIO MARECHAL CÂNDIDO MARIANO RONDON	Reserva Biológica	PI	municipal	2017	Decreto nº 2636, de 12/12/2017
MS	ZN	UC	RPPN ESTADUAL CARA DA ONÇA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2009	Resolução SEMAC nº 010/2009
MS	ZN	UC	RPPN ESTADUAL ESTANCIA MIMOSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Resolução SEMAC nº 003 de 14/02/2013
MS	ZN	UC	RPPN ESTADUAL RESERVA DO SACI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Resolução SEMAC nº 03 DE 11/04/2012
MS	ZN	UC	RPPN ESTADUAL SANTA ANGELICA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Resolução SEMAC nº 012 de 22/07/2013
MS	ZN	UC	RPPN ESTADUAL SANTA CECÍLIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Resolução SEMAC nº 23 de 06/10/11
MS	ZN	UC	RPPN ESTADUAL SÃO PEDRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Resolução SEMAC nº 27/2010
MS	ZN	UC	RPPN ESTÂNCIA MIMOSA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Resolução nº 03 de 14/02/2013
MS	ZN	UC	RPPN FAZENDA SANTO ANTÔNIO- LOTE 1 C	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Resolução nº 02 de 17/01/2011
MS	ZN	UC	RPPN FAZENDA SÃO PEDRO	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2010	Resolução nº 27 de 29/11/2010
MS	ZN	UC	RPPN RESERVA DO SACI	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2012	Resolução nº 03, de 11/04/2012
MS	ZN	UC	RPPN SANTA ANGÉLICA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2013	Resolução nº 12, de 22/07/2013
MS	ZN	UC	RPPN SANTA CECÍLIA	Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	estadual	2011	Resolução nº 23 de 14/10/2011

## LEGENDA

	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)
	UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais)





RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 3

CARTAS DE APOIO A PROPOSTA DA RBMA FASE - 7





RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

### 6 ANEXO 3 - CARTAS DE APOIO A PROPOSTA DA RBMA FASE 7



#### CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

#### CARTA DE APOIO À REVISÃO PERIÓDICA (2008/2018) E ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA - RBMA FASE 7

Os membros do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (CN-RBMA) e convidados, abaixo assinados, participantes da 26ª Reunião Anual do Conselho Nacional da RBMA realizada em Foz do Iguaçu/PR, de 22 a 23 de agosto de 2018, manifestam seu apoio a iniciativa do Governo Brasileiro de solicitar ao Programa MaB/UNESCO a aprovação da Revisão Periódica e Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7. Comprometem-se também à cooperar com o processo de implantação da RBMA em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente e setoriais afins, com o marco regulatório do Programa MaB/UNESCO, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-14 ONU) e com os compromissos assumidos pelo Brasil enquanto signatário da Convenção da Biodiversidade – CDB/2020.

Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil 22 e 23 de agosto de 2017

#### MEMBROS CONSELHEIROS E CONVIDADOS DA 26ª REUNIÃO ANUAL DO CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA (CNRBMA)

NOME	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	INSTITUIÇÃO / ORIGEM	ASSINATURA
Helipe Sleiman Ruzgatto	32.735.833-6	Instituto AUA / SP	
Rodrigo Reis dos Santos	24.213.746-5	RBCV / SMA/SP	
Alexandre Krebs	9018841356	Instituição Curicace <sup>RS</sup>	
MENIQUE HONORILMA	2007803411	ICMBIO	
AFRANO FARIAS DE MENEZES	142626-A	IMA/AZ	
Josémary Trabach	1.384.225	JEMAI/ES	
JOSE RIVALDO S. RUIVO	3-777-432	RVCD - PE	
Maria Isabel Stumpf Chiappelli	7009664736	CERBMA/RS	Maria Isabel S. Chiappelli
GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA	12542650-2	IBAMA	
REGIANE VELOZO DIAS	F.756.330-0	VOTORANTIM CIMENTOS	
Paulo Teixeira de Farias	14.242728	SEMAS - PE	
SAMANTA DELLA BELLA	27859756-7	SEMAS - PE	
Yara Maria Chagade Louello	6.045279-1	RBVC RBCV-SP	

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-CN-RBMA  
End. Rua Dr. Luís Carlos Gentile de Laet, 553 - CEP: 02378-000 - São Paulo-SP  
Tel: (11) 2208-6080 / (11) 2231-8555 Ramal (2044)  
E-mail: secretaria@rbma.org.br - Site: www.rbma.org.br





RBMA  
Fase 7

## REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA



### CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

#### CARTA DE APOIO À REVISÃO PERIÓDICA (2008/2018) E ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLANTICA - RBMA FASE 7

Os membros do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (CN-RBMA) e convidados, abaixo assinados, participantes da 26ª Reunião Anual do Conselho Nacional da RBMA realizada em Foz do Iguaçu/PR, de 22 a 23 de agosto de 2018, manifestam seu apoio a iniciativa do Governo Brasileiro de solicitar ao Programa MaB/UNESCO a aprovação da Revisão Periódica e Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7. Comprometem-se também à cooperar com o processo de implantação da RBMA em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente e setoriais afins, com o marco regulatório do Programa MaB/UNESCO, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-14 ONU) e com os compromissos assumidos pelo Brasil enquanto signatário da Convenção da Biodiversidade – CDB/2020.

Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil 22 e 23 de agosto de 2017

#### MEMBROS CONSELHEIROS E CONVIDADOS DA 26ª REUNIÃO ANUAL DO CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA (CNRBMA)

NOME	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	INSTITUIÇÃO / ORIGEM	ASSINATURA
ISRAEL MARIO LOPES	40.842.138-3	Comunidade Sudeste	
Wesley Martins dos Santos	009.933.621-71	Opicás	
LEONARDO TESTES PALMA	908532	IMASUL/Mato Grosso do Sul	
Elairco José Sell	972192	Membro conselho repres. Meridional retriab fed	
LUCIANO HENRIQUE DE MOURA	3211236	SECIMA-GO	
Meryellen BALDINI	32.030.764-2	CONVIDADA - BA	
FABIO LIMA BRAGA DE JESUS	5900.972	CONVIDADO - BA	
Beloiani Monteiro	22.432912-1	Beloiani e SOE MA BIA BA	
Paulo Harold Lara	11584219-6	Projeto TAMAR - BA	
BERTHOLDINO BROWN R. SR	M.S.443573	USINA CORUPELO - MG	
WALDENOR O. ANASTASI	815.242938-49	ECOPARQUE DA MATA/BA	
Ivy Wilens	33.998.983-3	Instituto Socioambiental - ISA	
ADRIANO VICTOR WILD	2642788-6	MATERNANRA INSTITUTO ESTADOS AMBIENTAI	

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-CN-RBMA  
End. Rua Dr. Luís Carlos Gentile de Laet, 553 - CEP: 02378-000 - São Paulo-SP  
Tel: (11) 2208-6080 / (11) 2231-8555 Ramal (2044)  
E-mail: secretaria@rbma.org.br - Site: [www.rbma.org.br](http://www.rbma.org.br)





CONSELHO NACIONAL DA RESERVA  
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

CARTA DE APOIO À REVISÃO PERIÓDICA (2008/2018) E ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLANTICA - RBMA FASE 7

Os membros do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (CNRBMA) e convidados, abaixo assinados, participantes da 26ª Reunião Anual do Conselho Nacional da RBMA realizada em Foz do Iguaçu/PR, de 22 a 23 de agosto de 2018, manifestam seu apoio a iniciativa do Governo Brasileiro de solicitar ao Programa MaB/UNESCO a aprovação da Revisão Periódica e Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7. Comprometem-se também à cooperar com o processo de implantação da RBMA em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente e setoriais afins, com o marco regulatório do Programa MaB/UNESCO, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-14 ONU) e com os compromissos assumidos pelo Brasil enquanto signatário da Convenção da Biodiversidade – CDB/2020.

Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil 22 e 23 de agosto de 2017

MEMBROS CONSELHEIROS E CONVIDADOS DA 26ª REUNIÃO ANUAL DO CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA (CNRBMA)

NOME	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	INSTITUIÇÃO / ORIGEM	ASSINATURA
WARWICK MANFRINATO	95009966	IEA/USP	
JOÃO L. R. ALBUQUERQUE	(11) 996364145	CNRBMA - SP	
MARIA DAS DONS DE UNCONCEDOSC	nelo(81)999693878	Estado de Pernambuco	
SÉRGIO LUIZ POMPEIA	9.363.757	SETOREMPOUNIAL-SP	
Sueli Ote	5.145.062-0	SEMA/PR	
MARIO CRANCIG	(19)991354365	CNRBMA - SP	
Ana Carolina Marques de Oliveira	10908609-0	INEA - RJ	
Irma Maria Lima Espinho	19269006-3	RBMA/SP	
Leiz do Filho Rosa	92.435121-3	E.E Ermanno Marchetti-SP	
Maria Heloisa Dias	52.171.673-3	CdegiadoMar-RBMA	
FABRÍCIO G. LOMBER	92.435.090-2	RBMA - SP	
Adriana Lúcia B. de Castro	07696714-03	SNEMA - BA	
RICARDO GUEDES MIRANDA	06610438-60	INEA - BA	









ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

Ofício nº 314/2018 - SEMA/GS

Curitiba, 16 de agosto de 2018.

**Assunto:** Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-RBMA no Estado do Paraná

Senhor Presidente,

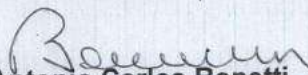
Cumprimentando-o cordialmente, manifestamos nosso apoio às alterações da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-RBMA no Estado do Paraná conforme propostas em seu processo de Revisão Periódica e Atualização de limites e Zoneamento – RBMA- Fase-7, do qual esta Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, participou ativamente e ofereceu inclusive apoio técnico.

Manifestamos igualmente nosso apoio à criação da Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA, na parte brasileira da Região da Itaipu-Binacional, cujo território corresponde à Bacia do Rio Paraná 3, uma vez que a UGD-ITAIPU-RBMA, além de totalmente inserida Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, atende aos critérios de identidade territorial, Gestão Colegiada e Instituição Gestora plenamente capacitada.

Sendo o que se apresenta, reafirmamos o apoio do Estado do Paraná à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da qual fazemos parte desde a sua criação em 1991.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos e renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Antonio Carlos Bonetti

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ao Senhor  
**Clayton Ferreira Lino**  
Presidente  
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica  
São Paulo/SP









RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 4

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, ENDEREÇOS E LINKS



## 7 ANEXO 4 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, LINK E ENDEREÇOS

### 7.1 LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS JURÍDICOS

Lei do SNUC - N° 9985 de 18 de julho de 2000 - Das Reservas da Biosfera - Caderno 18, pág. 40, cap. VI.  
Link: [www.mma.gov.br/legislacao/areas-protetidas.html?download=1206...de...pnap](http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protetidas.html?download=1206...de...pnap)

Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP - Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.  
Link: [www.mma.gov.br/legislacao/areas-protetidas.html?download=1206...de...pnap](http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protetidas.html?download=1206...de...pnap)

Lei da Mata Atlântica - Planalto - Lei nº **11.428 de 22 de Dezembro de 2006**  
Link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm)

Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto nº 6.040 de 07 fevereiro 2007.  
Link: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)

### 7.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/ USO DO SOLO

Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - 2003  
Link: [http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno\\_25.pdf](http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_25.pdf)

MapBIOMAS – Cobertura e Uso do Solo  
Link: <http://mapbiomas.org/map#coverage>

### 7.3 LISTA DE ESPÉCIES

Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção  
Link: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom\\_sumario\\_executivo\\_livro\\_vermelho\\_ed\\_2016.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf)

Instituto de Biociência – USP – Espécies de Fauna da Mata Atlântica  
Link: [http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos\\_educ/mata/fauna/fauna.htm](http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos_educ/mata/fauna/fauna.htm)

Ministério do Meio Ambiente – Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção  
Link: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom\\_sumario\\_executivo\\_livro\\_vermelho\\_ed\\_2016.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf)

Instituto de Biociências – USP – Espécies de Flora da Mata Atlântica  
Link: [http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos\\_educ/mata/flora/flora.htm](http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos_educ/mata/flora/flora.htm)

### 7.4 VÍDEOS

Vídeo 25 anos da RBMA:  
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mxDGDuiE1FM>

Cooperação RBMA, Votorantim e SBE:  
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=KUpD3x6k41E>



Power Point - Revisão Periódica 2008 - 2018 e atualização RBMA Fase 7:

Link: <https://drive.google.com/open?id=1UsL6-f3d4zSXaThiSSng57sRfU4uFJck>

## 7.5 OUTROS DOCUMENTOS

Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica - Período 2016-2017 Relatório Técnico.

Link: [https://www.sosma.org.br/link/Atlas\\_Mata\\_Atlantica\\_2016-2017\\_relatorio\\_tecnico\\_2018\\_final.pdf](https://www.sosma.org.br/link/Atlas_Mata_Atlantica_2016-2017_relatorio_tecnico_2018_final.pdf)

MapBIOMAS - <http://mapbiomas.org/map#coverage>

Tabela Geral de Áreas Protegidas RBMA Fase 7 ( 17 Estados da Mata Atlântica)

Link: [https://drive.google.com/open?id=1QuheOTApqpV6OZBLxh\\_9CCS8rba0o3P5](https://drive.google.com/open?id=1QuheOTApqpV6OZBLxh_9CCS8rba0o3P5)

Tabela dos Postos Avançados da RBMA - 2018

Link: [https://drive.google.com/open?id=1WjB9uS1r\\_YFTD5fOerW3dnAIGVUHq0jI](https://drive.google.com/open?id=1WjB9uS1r_YFTD5fOerW3dnAIGVUHq0jI)

Listagem de Principais Eventos– Realizações e participações da RBMA 2008-2018

Link: <https://drive.google.com/open?id=1c9n5G6Nuss82eFjUkNE57y6KROrdHP7Y>

## 7.6 ENDEREÇOS

### 7.6.1 MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Edson Duarte

DDD (61) Telefones: 2028-1057/1289/1422

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar

70068-900 - Brasília - DF

FAX: 2028-1756

### 7.6.2 SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE (SBIO)

José Pedro de Oliveira Costa

DDD (61) Telefones: 2028-2039/2192/2056

Ed. Marie Prendi Cruz

SEPN 505 Norte, Bloco “B” 5º andar sala 504

70.730-542 - Brasília DF

FAX: 2028-2145

### 7.6.3 DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS (DAP)

JOÃO PAULO SOTERO DE VASCONCELOS (JOAOPAULO.SOTERO@MMA.GOV.BR)

DDD (61) TELEFONE: 2028-2559/2059

ED. MARIE PRENDI CRUZ

SEPN 505 NORTE, BLOCO “B”. 4º ANDAR, SALA 411

70.730-542 - BRASÍLIA DF

### 7.6.4 UNESCO BRASIL

Marlova Jovchelovitch Noletto ARLOVA JOVCHELOVITCH NOLETO

Diretora e Representante da UNESCO no Brasil

Representação da UNESCO no Brasil

Escritório Nacional no Brasil.

SAUS Qd. 5 - Bloco H - Lote 6 /Ed. CNPq/IBICT/UNESCO - 9. Andar

Brasilia, DF - Brasil - CEP 70070-912 Mail: [brasil\(at\)unesco.org](mailto:brasil(at)unesco.org) Tel: +5561 2106 3500







UNESCO Photo Library  
Bureau of Public Information

Photothèque de l'UNESCO  
Bureau de l'Information du Public

**AGREEMENT GRANTING NON-EXCLUSIVE RIGHTS**

**Reference:**

**PHOTOS from Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Collection**

1. a) I the undersigned, copyright-holder of the above mentioned video(s) hereby grant to UNESCO free of charge the non-exclusive right to exploit, publish, reproduce, diffuse, communicate to the public in any form and on any support, including digital, all or part of the video(s) and to licence these rights to third parties on the basis of the rights herein vested in UNESCO
  - b) These rights are granted to UNESCO for the legal term of copyright throughout the world.
  - c) The name of the author/copyright holder will be cited alongside UNESCO's whenever his/her work is used in any form.
2. I certify that:
    - a) I am the sole copyright holder of the video(s) and am the owner of the rights granted by virtue of this agreement and other rights conferred to me by national legislation and pertinent international conventions on copyright and that I have full rights to enter into this agreement.
    - b) The video(s) is/are in no way whatever a violation or an infringement of any existing copyright or licence, and contain(s) nothing obscene, libellous or defamatory.

Name and Address : Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA  
Rua João Julião, 296, 11A - Paraíso - CEP 05164-015 São Paulo - SP  
Date : sept/13th/2018

Signature :

*(sign, return to UNESCO two copies of the Agreement and retain the original for yourself)*

Mailing address: 7 Place Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, Direct Telephone: 00331 - 45681687  
Direct Fax: 00331 - 45685655; e-mail: [photobank@unesco.org](mailto:photobank@unesco.org); [m.ravassard@unesco.org](mailto:m.ravassard@unesco.org)





United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

Organisation  
des Nations Unies  
pour l'éducation,  
la science et la culture

Organización  
de las Naciones Unidas  
para la Educación,  
la Ciencia y la Cultura

Организация  
Объединенных Наций по  
вопросам образования,  
науки и культуры

منظمة الأمم المتحدة  
للترفيه والعلم والثقافة

联合国教育、  
科学及文化组织

UNESCO Photo Library  
Bureau of Public Information

Photothèque de l'UNESCO  
Bureau de l'Information du Public

**AGREEMENT GRANTING NON-EXCLUSIVE RIGHTS**

**Reference:**

**PHOTOS from Clayton Ferreira Lino**

1. a) I the undersigned, copyright-holder of the above mentioned video(s) hereby grant to UNESCO free of charge the non-exclusive right to exploit, publish, reproduce, diffuse, communicate to the public in any form and on any support, including digital, all or part of the video(s) and to licence these rights to third parties on the basis of the rights herein vested in UNESCO

b) These rights are granted to UNESCO for the legal term of copyright throughout the world.

c) The name of the author/copyright holder will be cited alongside UNESCO's whenever his/her work is used in any form.

2. I certify that:

a) I am the sole copyright holder of the video(s) and am the owner of the rights granted by virtue of this agreement and other rights conferred to me by national legislation and pertinent international conventions on copyright and that I have full rights to enter into this agreement.

b) The video(s) is/are in no way whatever a violation or an infringement of any existing copyright or licence, and contain(s) nothing obscene, libellous or defamatory.

Name and Address : Clayton Ferreira Lino  
Rua João Julião, 296, 11A - Paraíso - CEP 01323-020 São Paulo - SP  
Date : sept/13th/2018

Signature :

*(sign, return to UNESCO two copies of the Agreement and retain the original for yourself)*

Mailing address: 7 Place Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, Direct Telephone: 00331 - 45681687  
Direct Fax: 00331 - 45685655; e-mail: [photobank@unesco.org](mailto:photobank@unesco.org); [m.ravassard@unesco.org](mailto:m.ravassard@unesco.org)





United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

Organisation  
des Nations Unies  
pour l'éducation,  
la science et la culture

Organización  
de las Naciones Unidas  
para la Educación,  
la Ciencia y la Cultura

Организация  
Объединённых Наций по  
вопросам образования,  
науки и культуры

منظمة الأمم المتحدة  
للتربية والعلم والثقافة

联合国教育、  
科学及文化组织

UNESCO Photo Library  
Bureau of Public Information

Photothèque de l'UNESCO  
Bureau de l'Information du Public

**AGREEMENT GRANTING NON-EXCLUSIVE RIGHTS**

**Reference:**

**PHOTOS from Leiz da Silva Rosa**

1. a) I the undersigned, copyright-holder of the above mentioned video(s) hereby grant to UNESCO free of charge the non-exclusive right to exploit, publish, reproduce, diffuse, communicate to the public in any form and on any support, including digital, all or part of the video(s) and to licence these rights to third parties on the basis of the rights herein vested in UNESCO

b) These rights are granted to UNESCO for the legal term of copyright throughout the world.

c) The name of the author/copyright holder will be cited alongside UNESCO's whenever his/her work is used in any form.

2. I certify that:

a) I am the sole copyright holder of the video(s) and am the owner of the rights granted by virtue of this agreement and other rights conferred to me by national legislation and pertinent international conventions on copyright and that I have full rights to enter into this agreement.

b) The video(s) is/are in no way whatever a violation or an infringement of any existing copyright or licence, and contain(s) nothing obscene, libellous or defamatory.

Name and Address : Leiz da Silva Rosa  
Rua Agnês Fontoura, 34 – Conjunto Habitacional Turístico do Jaraguá - CEP 05164-015  
São Paulo – SP  
Date : sept/13th/2018

Signature :

*(sign, return to UNESCO two copies of the Agreement and retain the original for yourself)*

Mailing address: 7 Place Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, Direct Telephone: 00331 – 45681687  
Direct Fax: 00331 – 45685655; e-mail: [photobank@unesco.org](mailto:photobank@unesco.org); [m.ravassard@unesco.org](mailto:m.ravassard@unesco.org)







RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 5

BASE CARTOGRÁFICA DIGITALIZADA RBMA FASE 7



## 8 ANEXO 5 - BASE CARTOGRÁFICA DIGITALIZADA RBMA FASE 7

### 8.1 MAPAS - RBMA FASE 7 / VEGETAÇÃO / COBERTURA DO SOLO

Mapa Geral da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122130&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de Áreas Protegidas da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122818&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de Território Indígena e Quilombola da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122826&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de Unidades de Conservação da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122824&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de aplicação da lei atualizado / Remanescentes Florestais

Link: <https://onedrive.live>.

Shapes RBMA Fase 7

Link: [https://www.4shared.com/folder/VhVD0TjZ/RBMA\\_Fase 7.html](https://www.4shared.com/folder/VhVD0TjZ/RBMA_Fase 7.html)









RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fonte 1 :Publicações da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

- **Revisão dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Base Cartográfica Digitalizada -Fase VI -Proposta RBMA para a Fase 6 da RBMA –Versões em inglês e português.** 2008
- **Anuário Mata Atlântica – Panorama do Cumprimento das Metas de Aichi – CDB 2020 na Mata Atlântica;** Publicações e mídia digital da RBMA - 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017;

### Série Cadernos da RBMA :

- **Caderno 04** - Plano de Ação para a Mata Atlântica, 1ª Ed./1996, 2ª Ed./2000;
- **Caderno 06** - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000;
- **Caderno 11** - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 1998; **Caderno 12** - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco, 1998;
- **Caderno 13** - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1999;
- **Caderno 15** - Mata Atlântica: Ciência, Conservação e Políticas, 1999;
- **Caderno 18** - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 1ª Ed./2000, 2ª Ed./2004;
- **Caderno 22** – A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2002;
- **Caderno 24** - Construção do Sistema de Gestão da RBMA, 2004;
- **Caderno 25** - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003;
- **Caderno 28** - RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, 2004
- **Caderno 29** - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas, 2004;
- **Caderno 32** - Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, 2007;
- **Caderno 33** - Lei da Mata Atlântica - Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e Resolução CONAMA Nº 388, de 23 de Fevereiro de 2007;
- **Caderno 35** - RPPN - Em destaque na Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica, 2008;
- **Caderno 38** - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI / 2009, 2009;
- **Caderno 40** - Conservação Marinha e Ordenamento Pesqueiro, 2011;
- **Caderno 41** - Convenção da Diversidade Biológica - CDB: Metas De Aichi 2020 e Protocolo de Nagoya (Acesso e Repartição de Benefícios do Uso de Recursos Naturais);
- **Caderno 42** - Protocolo de Avaliação de Efetividade de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas no Brasil.

### Documentos técnicos e institucionais da RBMA:

- **Planejamento Estratégico da RBMA** - Documento técnico - 2019-2013
- **Planejamento Estratégicos da RBMA 2014-2018** – Documento técnico da RBMA-2014
- **Atas de Reuniões do CN-RBMA, Bureau do CN-RBMA RBMA e Instituto Amigos da RBMA;**
- **Relatórios Técnicos da RBMA**

### Fonte2: Outras publicações

- **Mata Atlântica – Uma Rede pela Floresta:** Organizadores: Maura Campanili e Miriam Prochnow  
Brasília: RMA, 2006 / 332p.: il. ; 30cm / ISBN: 85-99824-01-5 1.Mata Atlântica. 2. Florestas Tropicais – Conservação I. Campanili, Maura II. Prochnow, Mirian CDD: 333.7
- **Conservação Internacional.** Planejamento Anual do Programa Marinho de Salvador, Bahia 2008.
- **Atlas da Mata Atlântica:** Elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE - desde 1985 a cada cinco anos e a partir de 2010 anualmente.



- **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação ( CNUC) do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**
- **Cadastro Nacional de Territórios Indígenas da FUNAI** – Fundação Nacional do Índio.
- **Lista de Territórios Quilombolas-** Fundação Palmares –INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- **mapBiomias** - <http://mapbiomas.org/map#coverage>







RBMA  
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E  
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

# RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



GLOSSÁRIO



## GLOSSÁRIO

### SIGLAS

### ESTADOS BRASILEIROS RBMA

**APA** = Área de Proteção Ambiental  
**APP** = Área de Proteção Permanente  
**APRI** = Área Prioritária para criação de UC  
**ARIE** = Área de Relevante Interesse Ecológico  
**ASPE** = Área Sob Proteção Especial  
**ESBIO** = Estação Biológica  
**ESEC / EE** = Estação Ecológica  
**FE / FLOE** = Floresta Estadual  
**FLONA** = Floresta Nacional  
**FUNAI** = Fundação Nacional do Índio  
**INCRA** = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**ITESP** = Instituto de Terras de São Paulo  
**MONA/ MONAT** = Monumento Natural  
**PARNA** = Parque Nacional  
**PE** = Parque Estadual  
**PEC** = Parque Ecológico  
**PI** = Proteção Integral  
**PM** = Parque Municipal  
**PN** = Parque Natural  
**PNE** = Parque Natural Estadual  
**PNM** = Parque Natural Municipal  
**PU** = Parque Urbano  
**RDS** = Reserva de Uso Sustentável  
**REBIO** = Reserva Biológica  
**RESEC** = Reserva Ecológica  
**RESEX** = Reserva Extrativista  
**RFU** = Reserva de Floresta Urbana  
**RPPN** = Reserva Particular do Patrimônio Natural  
**RPPNM** = Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal  
**RVS** = Refugio de Vida Silvestre  
**UC** = Unidade de Conservação  
**US** = Uso Sustentável  
**ZA** = Zona de Amortecimento e Conectividade  
**ZN** = Zona Núcleo  
**ZT** = Zona de Transição e Cooperação  
**TI** = Território indígena  
**TQ** = Territórios Quilombolas  
**REBIL** = Reserva Biológica

**PI** = Piauí  
**RN** = Ceará  
**PB** = Paraíba  
**PE** = Pernambuco  
**AL** = Alagoas  
**SE** = Sergipe  
**BA** = Bahia  
**MG** = Minas Gerais  
**ES** = Espírito Santo  
**RJ** = Rio de Janeiro  
**SP** = São Paulo  
**GO** = Goiás  
**PR** = Paraná  
**SC** = Santa Catarina  
**RS** = Rio Grande do Sul  
**MS** = Mato Grosso do Sul